

CLORIS PORTO TORQUATO

Políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde (África)

2009

CLORIS PORTO TORQUATO

**Políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde
(África)**

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia M. Alkmim

Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Fevereiro/2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Torquato, Cloris Porto.
Políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde (África) /
Cloris Porto Torquato. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Tânia Maria Alkmim.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Políticas lingüísticas. 2. Sociolingüística. 3. Cabo Verde.
4. África. I. Alkmim, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Language policy developed in Cape Verde (Africa).

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Language policy; Sociolinguistics; Cape Verde; África.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim (orientadora), Profa. Dra. Vandersi Sant'Ana Castro, Profa. Dra. Inês Signorini, Profa. Dra. Clara Zeni Camargo Dornelles, Prof. Dr. Gilvan Muller de Oliveira.

Data da defesa: 18/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

FOLHA DE APROVAÇÃO**BANCA EXAMINADORA:**

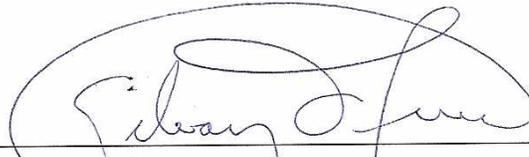
Tânia Maria Alkmim



Clara Zeni Camargo Dornelles



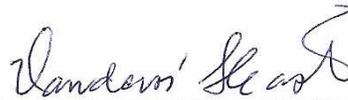
Gilvan Müller de Oliveira



Inês Signorini



Vandersi Sant'Ana Castro



Vima Lia de Rossi Martin

Moacir Lopes de Camargos

Angel Humberto Corbera Mori

Esta tese é dedicada a...

Henrique, meu companheiro, amante, amigo, cúmplice e
constante interlocutor...

Meus pais, Clovis Torquato e Élcia Porto Torquato, que
me ensinaram as artes da empatia e da doação ao outro...

Clara e Moa, o encontro saboroso do Café com o Pão de
queijo...

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Henrique, interlocutor e “agência de fomento”, pelo apoio incessante, pela companhia no caminho e pela partilha de cada momento de vida.

Agradeço à profa. Tânia M. Alkmim pela confiança, pela sinceridade e pela orientação.

Agradeço ao prof. João Wanderley Geraldi pelo incentivo pra realização deste trabalho.

Agradeço às professoras Inês Signorini e Vandersí S. Castro pelas contribuições na qualificação e por aceitarem reler o texto para a defesa.

Agradeço aos amigos Clara e Moacir pela torcida, pelo apoio e, principalmente, pela profunda amizade.

Agradeço aos amigos Antonieta Lopes e Elísio Moreira pela acolhida calorosa, pelo abrigo e pela amizade.

Agradeço aos meus pais, meus irmãos, meus sogros e demais familiares pelas orações e pelo incentivo.

Agradeço ao Cláudio, ao Emerson, à Bel e à Rose (ótimos funcionários do IEL) pelo auxílio permanente.

*Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa, ou como sino que tine.
Ainda que eu tivesse o dom de profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que eu tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria.
E ainda que distribuísse toda a minha fortuna para o sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso me aproveitaria. (I Cor. 13: 1-3)*

RESUMO

Este trabalho investiga as políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde, um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Em Cabo Verde, a língua portuguesa e a caboverdiana dividem os espaços de interação. A língua caboverdiana é uma língua crioula e tem o estatuto de “língua oficial em construção”. À luz dos estudos desenvolvidos por Louis-Jean Calvet (2002, 2007) e apoiados em trabalhos que analisam a sociedade cabo-verdiana numa perspectiva sócio-histórica, analisamos as políticas lingüísticas implementadas nesse país desde o período colonial até o ano de 2006. Organizamos nosso trabalho de modo a contemplar separadamente as políticas lingüísticas *in vitro* e *in vivo* nos períodos colonial e pós-Independência. As políticas *in vivo* analisadas dialogam com as políticas *in vitro*. Para análise das políticas *in vitro* tomamos como objeto de estudo documentos administrativo-jurídicos. Os documentos do período colonial visavam a orientar a administração das colônias portuguesas, determinar as funções da Igreja Católica (principal instituição parceira do Estado colonial) e estabelecer o estatuto dos nativos dessas colônias. Observamos que as políticas lingüísticas coloniais *in vitro* estavam vinculadas à construção da Nação-Império portuguesa, que se instituiu sobre uma unidade nacional em um território descontínuo. Tendo como instrumento a educação, essas políticas *in vitro* caracterizaram-se pela imposição da língua portuguesa aos cabo-verdianos e pela formulação discursiva da superioridade dessa língua sobre a língua caboverdiana. Os documentos administrativo-jurídicos do período pós-Independência mostram que as políticas lingüísticas *in vitro* estão vinculadas aos debates empreendidos ainda no período colonial e dialogam com as políticas orientadas por organismos internacionais. Após a Independência, o Estado cabo-verdiano tem promovido a língua caboverdiana, como língua da tradição, e tem produzido os instrumentos necessários à oficialização dessa língua. Entendendo que os debates sobre as línguas e sobre as ideologias das línguas são ações políticas empreendidas por atores sociais distintos do Estado, que podem ou não estar organizados socialmente, nosso estudo das políticas *in vivo* consistiu em analisar debates

sobre as línguas realizados por grupos letrados cabo-verdianos. Tanto no período colonial quando no pós-Independência esses grupos constituíram-se em mediadores político-sociais e promotores da cabo-verdianidade. O debate sobre as línguas, que está inserido na promoção da identidade cabo-verdiana, atribui à língua portuguesa a função de expressar a modernidade e os conteúdos científicos e à caboverdiana a função de manter a tradição cultural e expressar os sentimentos dos falantes.

Palavras-chave: Políticas lingüísticas – Sociolingüística - Cabo Verde - África

ABSTRACT

This work investigates the language policies developed in Cape Verde, one of the African countries whose official language is Portuguese. In Cape Verde, the Portuguese and the Capeverdean languages share the interactional spaces. The Capeverdean language is a creole language and has the status of “official language under construction”. In the light of the studies developed by Louis-Jean Calvet (2002, 2007), and supported by studies that evaluate the Cape Verde society in a socio-historical perspective, we analyzed the language policies implemented in this country from the Colonial Period until 2006. We organized our study so that we could contemplate separately the linguistic *in vitro* and *in vivo* policies in the Colonial Period and after the Independence. The *in vivo* policies we analyzed dialogue with the *in vitro* policies. For the *in vitro* analysis, we considered the juridical-administrative documents as the object of study. The documents of the Colonial Period aimed at orienting the administration of the Portuguese Colonies, determining the functions of the Catholic Church (main institution partner of the Colonial State) and setting up the natives’ status of these Colonies. We observed that the linguistic *in vitro* policies of these Colonies were linked to the construction of the Portuguese Nation-Empire, which was established upon a national unit in a discontinuous territory. Considering education as a means, these *in vitro* policies characterized themselves by the imposition of the Portuguese language on the Capeverdean speakers and by the discursive formulation of the superiority of this language over the Capeverdean language. The judicial-administrative documents of the period after the Independence show that the linguistic *in vitro* policies are linked to the debates undertaken during the Colonial Period and dialogue with the policies oriented by international organisms. After the Independence, the State of Cape Verde has promoted the Capeverdean language as a traditional language, and has produced the necessary means to make this language official. Understanding that the debates about the languages and about the ideologies of the languages are political actions undertaken by social actors distinct of the State, who may or may not be socially organized, our study of the *in vivo* policies sought to analyze

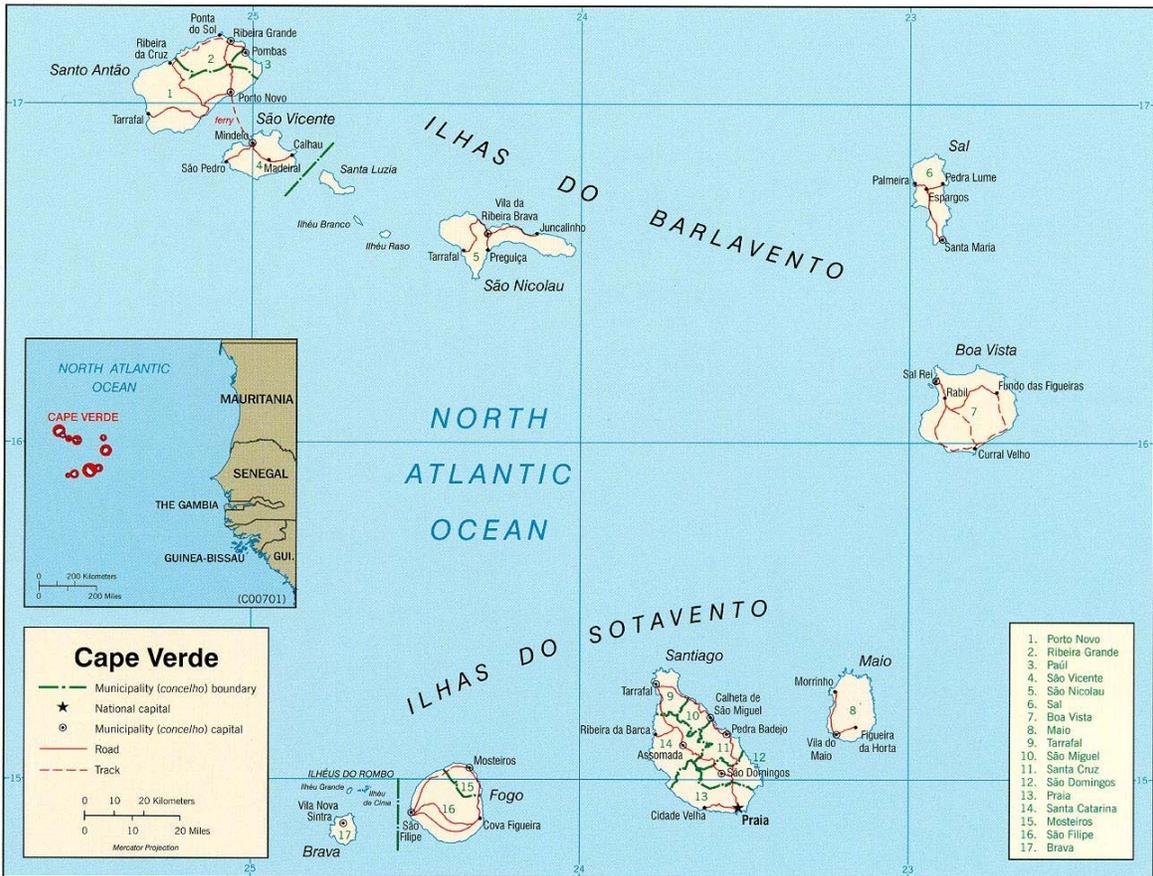
debates about the languages carried out by Capeverdean literate groups. These groups became socio-political mediators and sponsors of the Capeverdean culture, during the Colonial Period as well as after the Independence. The debate about the languages, which is inserted in the promotion of the Capeverdean identity, ascribes to the Portuguese language the function to express the modernity and the scientific contents, and to the Capeverdean language the function to maintain the cultural tradition and express the feelings of the speakers.

Key-words: Language policies – Sociolinguistics – Cape Verde - Africa

RESUME

Le but de ce travail est d'étudier les politiques linguistiques développées au Cap-Vert, l'un de pays africains dont la langue officielle est le portugais. Au Cap-Vert, la langue portugaise et la langue cap-verdienne se partagent les espaces d'interaction. La langue cap-verdienne est une langue créole et a le statut de « langue officielle en construction ». En appuyant sur les études menées par Jean Louis-Calvet (2002, 2007) et aussi sur des travaux qui analysent la société cap-verdienne dans une perspective socio-historique, nous avons analysé les politiques linguistiques implantées dans ce pays depuis la période coloniale jusqu'à l'année 2006. Nous avons organisé notre travail de façon à examiner séparément les politiques linguistiques *in vitro* et *in vivo* durant la période coloniale et après l'Indépendance. Toutefois, nous mettons les politiques *in vivo* analysées en dialogue avec les politiques *in vitro*. Pour l'analyse des politiques *in vitro*, nous prenons comme objet d'étude des documents administratifs et juridiques. Les documents de la période coloniale avaient pour but d'orienter l'administration des colonies portugaises, de déterminer les rôles de l'Église catholique (principale institution partenaire de l'État colonial) et d'établir le statut des natifs de ces colonies. Nous avons observé que les politiques coloniales *in vitro* étaient conçues en vue de la construction de la Nation-Empire portugaise, qui se fondait sur une unité nationale dans un territoire discontinu. Ayant l'éducation comme instrument, ces politiques *in vitro* se caractérisaient par l'imposition de la langue portugaise aux Cap-Verdiens et par une affirmation discursive de la supériorité de cette langue sur la langue cap-verdienne. Les documents administratifs et juridiques de la période après l'Indépendance ont montré que les politiques linguistiques *in vitro* sont liés aux débats empruntés à la période coloniale et se tiennent en dialogue avec les politiques définies par des organismes internationaux. Depuis l'Indépendance, l'État cap-verdien promeut la langue cap-verdienne comme langue traditionnelle et produit les instruments nécessaires à l'officialisation de cette langue. Nous comprenons que les débats sur les langues et sur les idéologies des langues sont des actions politiques réalisées par des acteurs sociaux différents de

l'État, qui peuvent ou non être organisés socialement. Notre étude des politiques *in vivo* a consisté à analyser des débats sur les langues suscités par des groupes de Cap-Verdiens alphabétisés. Durant la période coloniale puis après l'Indépendance, ces groupes ont été des médiateurs socio-politiques promouvant la "cap-verdianité". Le débat sur les langues qui a favorisé la promotion de l'identité cap-verdienne a attribué à la langue portugaise le rôle d'exprimer la modernité et les contenus scientifiques, et à la langue cap-verdienne le rôle de maintenir la tradition culturelle et d'exprimer les sentiments des personnes qui la parlent.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 - CONTEXTO SOCIOLINGÜÍSTICO: HISTÓRIA E SOCIEDADE CABO-VERDIANAS	
1. <i>Introdução</i>	37
1.1. <i>A organização social de Cabo Verde em perspectiva histórica</i>	39
1.2. <i>A cabo-verdianidade em construção</i>	49
1.2.1. <i>Os nativistas</i>	52
1.2.2. <i>Os claridosos</i>	57
1.2.3. <i>Os militantes</i>	60
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS <i>IN VITRO</i> NO PERÍODO COLONIAL E A NAÇÃO PORTUGUESA INTERCONTINENTAL	
2. <i>Introdução</i>	71
2.1. <i>A política lingüística colonial portuguesa sob a regulamentação do Estado e a ação da Igreja Católica</i>	81
2.2. <i>Política lingüística e legislação colonial em Cabo Verde até o início do século XX</i>	93
2.3. <i>A política lingüística colonial in vitro em Cabo Verde de 1930 a 1975</i>	101
CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DESENVOLVIDAS POR SETORES ORGANIZADOS DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA NO PERÍODO COLONIAL: O DEBATE SOBRE AS LÍNGUAS PORTUGUESA E CABOVERDIANA	
3. <i>Introdução</i>	117
3.1. <i>Língua, política lingüística e identidade nacional em Cabo Verde no período colonial</i>	120
3.1.1. <i>Os nativistas</i>	122
3.1.2. <i>Os claridosos</i>	128
3.1.3. <i>Os militantes</i>	135
3.2. <i>O PAIGC e as políticas lingüísticas nos documentos oficiais do Partido.</i>	143

CAPITULO 4	
AS POLÍTICAS LINGUISTICAS <i>IN VITRO</i> EM CABO VERDE PÓS- INDEPENDÊNCIA – A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO CABO-VERDIANA NOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVO-JURÍDICOS	
4. <i>Introdução</i>	151
4.1. <i>Primeira República (PAIGC / PAICV – 1975 a 1991)</i>	154
4.2. <i>Segunda República (MpD – 1991 a 2001)</i>	164
4.3. <i>Terceira República (PAICV – 2001-2011)</i>	173
CAPÍTULO 5	
AS POLÍTICAS LINGUISTICAS DESENVOLVIDAS POR OUTROS ATORES SOCIAIS NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA: NOVOS DEBATES SOBRE AS LÍNGUAS	
5. <i>Introdução</i>	179
5.1. <i>As políticas lingüísticas no debate sobre identidade cultural e identidade nacional</i>	181
5.2. <i>O debate sobre as línguas nos discursos dos intelectuais sobre as línguas e/ou as políticas lingüísticas</i>	188
CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	208

INTRODUÇÃO

Qualquer que seja a motivação da construção e manipulação planejada da língua e qualquer que seja o grau de transformação visualizado, o poder estatal é fundamental. (E. J. Hobsbawm, Nações e Nacionalismos)

A afirmação de Hobsbawm (2002), acima citada como epígrafe, explicita uma das interfaces da relação entre língua e poder: a interface do poder institucional, em que língua e Estado são interligados. Nosso trabalho ocupa-se dessa ligação, entendendo que a construção ou manipulação lingüística planejada pelo Estado constitui um dos aspectos das políticas lingüísticas. Partindo do conceito de “política lingüística”, à luz dos estudos desenvolvidos pelo lingüista Louis-Jean Calvet (2002, 2007), este trabalho visa a descrever e analisar políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde¹ desde o período colonial até o ano de 2006, procurando explicitar ações do Estado e de outros atores sociais na construção e implementação dessas políticas.

Segundo Calvet (2002), define-se “*política lingüística* [como] um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento lingüístico* [como] a implementação prática de uma política lingüística, em suma, a passagem ao ato” (p. 145). Para o autor, as políticas lingüísticas podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas.

As políticas lingüísticas consistem em um conjunto de propostas de um grupo de pessoas que conscientemente visa a solucionar problemas de comunicação em uma comunidade lingüística. As políticas estabelecem os lugares

¹ Cabo Verde, que integra o conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é um país africano situado a aproximadamente 455 Km da costa de Senegal. É um arquipélago formado por dois grupos de ilhas: ao Norte, o de Barlavento constituído pelas ilhas Boa Vista, Sal, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente; ao Sul, o de Sotavento, do qual fazem parte Brava, Fogo, Maio e Santiago.

e as formas de uso da(s) língua(s) na comunidade. Esses grupos podem ser supranacionais (lusofonia, francofonia) ou podem ser representantes de grupos sociais e étnicos no interior de um mesmo Estado político (catalães, flamengos, bascos, grupos étnicos latino-americanos e africanos).

Para Calvet (2002, 2007), há duas formas de gerir as políticas lingüísticas: *in vivo*, em que os problemas de comunicação são solucionados a partir das práticas sociais, e *in vitro*, que consiste na “intervenção sobre essas práticas” (2002, p. 146). O primeiro refere-se a soluções que não são determinadas por uma lei ou por decreto. Elas surgem no processo social e são produtos das práticas sociais. Calvet (2007) afirma que as políticas *in vivo* são caracterizadas pelas *escolhas espontâneas* dos sujeitos nas práticas lingüísticas orais ou escritas. O autor cita como exemplos dessa forma de gestão a formação dos Pidgins como soluções comunicativas nos contextos das sociedades colonizadas.

O segundo tipo de gestão das línguas refere-se a ações que se consolidam como ações de *poder e controle institucional*. As políticas lingüísticas *in vitro* desenvolvem-se principalmente por intermédio dos lingüistas/técnicos, que analisam e descrevem as situações lingüísticas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações e propõem formas para regular os problemas; em seguida, os políticos estudam os resultados e propostas apresentados pelos técnicos, escolhem as propostas que lhes parecem mais adequadas e aplicam-nas. As políticas *in vitro* correspondem ao *planejamento lingüístico*, que se caracteriza como a implementação efetiva das escolhas referentes aos usos lingüísticos na sociedade. Convém destacar que nem todas as ações de planejamento lingüístico envolvem lingüistas ou técnicos. Por vezes, são ações determinadas pelo Estado sem participação daqueles.

Segundo Calvet, a gestão *in vitro* e a gestão *in vivo* podem ser conflituosas entre si; por exemplo, o Estado pode implementar a oficialização de uma língua que o povo não aceita e pode coibir o uso de uma língua representativa da identidade de algum grupo. Esses conflitos podem existir porque a política lingüística implica o estabelecimento de relações entre as análises dos

técnicos e a intuição popular sobre a(s) língua(s) em questão. As políticas *in vitro* agem sobre as línguas

“(...) para intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica. Mais uma vez, a ação *in vitro* utiliza os meios da ação *in vivo*, inspira-se nela, mesmo que dela se diferencie ligeiramente. Entre a **prática espontânea** de um açougueiro norte-africano que afixa em seu estabelecimento em Paris a sua razão social em árabe, por exemplo, e a **intervenção dos poderes públicos** exigindo que essa razão social seja também indicada em francês, que ela seja então traduzida, pode-se observar aí a vontade de **manifestar uma identidade através da língua** (neste caso, uma língua escrita) e duas abordagens diferentes desta busca identitária: uma passando pelos **comportamentos espontâneos** e outra pela **intervenção da lei**.” (Calvet, 2007, p. 73) (grifos meus)

O planejamento lingüístico pode intervir sobre *a língua (corpus)* e sobre *as línguas (status)*. As ações sobre *a língua* consistem em intervenções deliberadas para a mudança lingüística que visa à modernização de uma língua, sua depuração ou sua defesa, como revisões ortográficas, intervenções sobre o léxico com a formação ou substituição de palavras e/ou a padronização de uma língua; as ações sobre *as línguas* efetuam-se sobretudo como a escolha de uma língua nacional, que pode implicar também a “recuperação” de uma língua, elevando-a da posição de dialeto à de língua.

Cumpra assinalar que as políticas lingüísticas postas em prática como *planejamento lingüístico* constituíram-se inicialmente como parte do processo de formação e consolidação do Estado-Nação. A configuração do Estado moderno demandou a adoção e oficialização de uma língua para o contato administrativo entre o povo e o poder constituído. Nesse contexto, a adoção de uma língua oficial para comunicação entre administração pública e cidadãos não implicava a extinção nem exatamente o controle da diversidade lingüística.

Enquanto essa diversidade não representou uma ameaça ao poder constituído, não houve necessidade de ações de cunho controlador. Entretanto, a língua passou a constituir um elemento fundamental dos discursos identitários de grupos sociais que podiam ameaçar o poder estatal² com a construção de novos referenciais de lealdade e pertença distintos do Estado. A partir do momento que a

²Esse processo pode ser verificado tanto nos países europeus e americanos (dentre os quais, os latino-americanos) no final do séc. XIX e início do séc. XX quanto na constituição dos recém formados/independentes Estados da África e Ásia a partir da metade do séc. XX.

língua foi associada à identidade foram desenvolvidas políticas lingüísticas para controlar os usos e as formas lingüísticas (enfim, a diversidade lingüística) no interior do Estado (Hobsbawm, 2002; Haugen, 2001). Uma vez que a escolha de uma língua ou de uma variedade lingüística poderia desencadear conflitos, o Estado reservou (e reserva) para si o *planejamento lingüístico* de modo a garantir o controle sobre as reivindicações e ações políticas lingüístico-identitárias de seus cidadãos.

O planejamento lingüístico configura-se, então, como um dos aspectos constitutivos da identidade nacional construída pelo Estado, que visa ao estabelecimento das pertenças e lealdades para a consolidação do seu poder. (Fishman, 1971, 1973; Haugen, 2001). Nesse sentido, as ações sobre *a língua* e sobre *as línguas* integram a construção discursiva da identidade nacional e precisam ser justificada para os cidadãos. Especialmente em contextos de conflitos sociais que utilizam a língua como elemento fundamental dos conflitos, o Estado recorre ao conhecimento produzidos pelos lingüistas e os utiliza como argumentos para suas ações de planejamento lingüístico.

Para Hamel (1988, 1993), a política lingüística funda um processo histórico de transformações lingüísticas e sociais com a intervenção política, pois implica transformações de formas ou de usos lingüísticos e também transformações nas relações que os indivíduos estabelecem com sua própria língua ou com outra(s). Tendo em vista a profundidade social da interferência das políticas lingüísticas, Hamel (op. cit.) assinala que o estudo para a implementação dessas políticas ou o estudo das políticas já desenvolvidas demanda uma abordagem interdisciplinar da questão, envolvendo a sociologia, a história e a lingüística.

Para o presente estudo das políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde, em acordo com Calvet (2002, 2007) e Hamel (op. cit.), recorreremos a trabalhos produzidos nesses diferentes campos de saber que abordam a organização sócio-histórica e política do país. Esses trabalhos nos auxiliaram a interpretar, contextualmente, as propostas e ações técnicas e políticas das políticas de língua *in vivo* e *in vitro*.

O estudo das políticas *in vivo* demanda que sejam analisadas as ações sobre *a língua* e sobre *as línguas* realizadas pelos falantes de forma espontânea, sem a intervenção do Estado. As ações dos sujeitos e grupos sociais podem ser dirigidas aos **usos** das línguas (orais e escritos) nas diferentes situações comunicativas e abarcam as funções atribuídas às línguas e as estruturas lingüísticas gramaticais e discursivas. (Hamel, 1988; 1993). Podem também se configurar como debates sobre as línguas em que grupos sociais organizados ocupam-se espontaneamente das discussões que orientam as reivindicações a serem apresentadas ao Estado, ao poder institucional. Os debates sobre as línguas permitem que as funções, as atitudes e os valores atribuídos às línguas sejam explicitados; por isso, os debates revelam as ideologias, os interesses e as relações de poder envolvidos nas políticas lingüísticas.

Neste trabalho, não focalizamos políticas *in vivo* construídas em situações comunicativas em que os atores sociais agem politicamente nas línguas e sobre essas. Não descrevemos nem analisamos situações de interação oral nos espaços privados ou públicos. Durante nossa pesquisa de campo, observamos diversas situações de comunicação na família, na igreja, na escola, na feira e em diferentes atividades de trabalho, mas não fizemos registros que nos permitissem transcrever as cenas de interação e analisá-las. Desse modo, restringimo-nos a um contexto de interação que se efetua pela escrita.

Embora esse contexto não nos permita observar os usos das línguas nos diversos estratos da organização social de Cabo Verde, permite-nos identificar ideologias e relações de poder presentes nas políticas lingüísticas produzidas por grupos letrados cabo-verdianos na forma de debates sobre as línguas. Nesses debates, que dialogam diretamente com as políticas *in vitro*, intelectuais (dentre os quais, lingüistas) também apresentam propostas para a gestão institucional das línguas. Tais propostas referem-se à oficialização da língua caboverdiana e à sua inserção no sistema formal de ensino.

Para o estudo das políticas *in vitro*, analisamos documentos oficiais (legislações, decretos, resoluções) produzidos pelo Estado. A gestão *in vitro* implica que as decisões técnicas e políticas sejam *impostas* aos falantes. Para

impor aos sujeitos e grupos sociais suas decisões, “o Estado dispõe essencialmente da lei”, de forma que “*não existe planejamento lingüístico sem suporte jurídico*”. (Calvet, 2007, p. 75. Grifo do autor). Constituíram nossos objetos de análise: documentos oficiais administrativo-jurídicos³ do governo colonial português voltados para determinações legislativas nos territórios ultramarinos e documentos oficiais jurídicos e administrativos do governo de Cabo Verde no período pós-independência.

Os documentos oficiais do período colonial foram selecionados dentre aqueles publicados no Boletim Geral do Ultramar⁴, “órgão oficial da acção colonial portuguesa” que tinha por objetivo fazer a *propaganda* do sistema colonial (Boletim Geral das Colónias, 1925, pag. 230). Publicado entre os anos 1925 e 1961, o Boletim é composto por textos informativos e argumentativos produzidos sob a orientação político-ideológica do Estado colonial. Os textos aí publicados procuravam divulgar o patrimônio colonial, “contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses” (Boletim Geral das Colónias, op. cit.).

O Boletim é dividido em seções (artigos, informes, relatórios) dentre as quais focalizamos a seção intitulada Legislação Colonial. Essa seção informa sobre a promulgação de leis que orientam os procedimentos administrativos das colônias. Dependendo da relevância atribuída à lei pelo governo colonial, a lei é integralmente transcrita, como o Decreto-Lei 12.583, que determina as atribuições da Igreja Católica no Império Português, transcrito no Boletim da Agência Geral das Colônias (Ano 2, Nº. 17, novembro de 1926).

A partir do levantamento do conteúdo desses boletins, selecionamos para nosso trabalho os textos cujo conteúdo referia-se à política lingüística

³ Segundo Hernandez (2005), a compreensão da dominação europeia no continente africano passa pela “identificação das estruturas administrativo-jurídicas voltadas para atender aos objetivos e às imposições próprios dos sistemas coloniais (...)” (p. 101) Entendemos que o estudo das políticas lingüísticas a partir da análise de documentos dessa estrutura administrativa pode nos auxiliar a compreender alguns dos mecanismos da dominação portuguesa colonial.

⁴ O Boletim Geral do Ultramar foi publicado inicialmente com o título de Boletim da Agência Geral das Colónias; passou a chamar-se Boletim Geral das Colónias em 1935; e, em 1951, passou a ser intitulado Boletim Geral do Ultramar.

colonial. Observamos que, de modo geral, as políticas lingüísticas coloniais em Cabo Verde estão vinculadas ao processo de construção da Nação-Império portuguesa no ultramar no âmbito da colonização.

As políticas lingüísticas desenvolvidas após a independência configuram-se como ações políticas que integraram a formação do nascente Estado-Nação. Os dirigentes cabo-verdianos precisavam conquistar a lealdade e promover o sentimento de pertença dos cidadãos e, para isso, construíram discursos e políticas de identidade para promover a unidade interna do Estado-Nação de Cabo Verde. A independência (alcançada em 1975) levou o governo cabo-verdiano a intervir sobre a situação lingüística do país. Na gestão efetuada pelo Estado, a língua portuguesa foi usada na administração e na educação desde a independência, embora até os anos 90 não houvesse texto oficial que determinasse o estatuto das línguas.

O material de análise das políticas *in vitro* do Estado cabo-verdiano, textos legislativos e administrativos do período posterior à independência do país, foi pesquisado nos arquivos da Assembléia Nacional de Cabo Verde e nos arquivos do Ministério da Educação de Cabo Verde. Alguns textos foram obtidos no site oficial do governo de Cabo Verde⁵, como os Programas de Governo.

Os textos legislativos e administrativos estudados mostram que o Estado justificou a adoção da língua portuguesa na administração com o argumento de que a língua caboverdiana – por não ter sido até então padronizada, não havendo escrita padrão nem gramáticas ou dicionários da língua – não teria condições de ser usada na administração nem como língua de educação. Além da ausência de normatização, argumentou-se que a língua caboverdiana não poderia expressar os saberes cientificamente construídos.

Retomando discursos referentes à identidade cabo-verdiana formulados antes da independência, o Estado cabo-verdiano promoveu ações relativas à cultura cabo-verdiana que viabilizassem o “retorno às origens” africanas e a constituição da identidade cultural como garantia para o estabelecimento da unidade nacional. Dentre essas ações, o governo tomou a língua caboverdiana

⁵ www.governo.cv

como um dos principais elementos constitutivos da identidade cultural caboverdiana e tem produzido os instrumentos necessários para a oficialização da língua. A principal ação governamental nesse sentido foi a criação de comissões de estudo com vistas à padronização da língua e à inserção programada do caboverdiano no sistema educacional.

Um marco nas ações das políticas lingüísticas *in vitro* foi o primeiro colóquio lingüístico para o estudo da língua caboverdiana – Colóquio sobre a problemática do estudo e da utilização do crioulo – realizado em 1979 na ilha de São Vicente. A convite do governo cabo-verdiano, participaram desse colóquio estudiosos (lingüistas, antropólogos e professores de língua) cabo-verdianos, senegaleses, guineenses e portugueses. O evento contou com o apoio e o financiamento da UNESCO, que entre os anos 60 e 70 estava bastante empenhada em promover o estudo das línguas autóctones africanas, com o objetivo de educar as populações africanas em suas línguas maternas.

Entre as ações já desenvolvidas pelo governo após o Colóquio, destacam-se a promulgação do Decreto-Lei nº. 67/98 (que aprova a título experimental o Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana (ALUPEC⁶)) e a revisão constitucional de 1999 que, no Artigo 9º, determina: “1. É língua oficial o Português. 2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna caboverdiana, em paridade com a língua portuguesa. 3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.” Dessa forma, a língua caboverdiana passa a ter o estatuto de *língua oficial em construção*.

A inserção da disciplina Língua e Cultura Cabo-verdiana no currículo do curso de formação dos professores primários, no Instituto Pedagógico, e a criação do departamento de Língua e Cultura Cabo-verdiana no Instituto Superior de

⁶ Algumas das ações empreendidas pela política lingüística *in vitro* ainda não repercutiram *in vivo*, ou seja na população. Exemplo dessas é a aprovação do ALUPEC, que, embora usado e alardeado entre os intelectuais ligados à valorização do caboverdiano, é pouco difundido entre a população e, conseqüentemente, pouco conhecido pelo povo. Mesmo entre estudantes, poucos sabem sobre ele. Aliás, poucos sabem sobre a produção literária em língua caboverdiana.

Educação⁷ (ISE) são também ações desenvolvidas pelo Estado. Ainda no âmbito das políticas lingüísticas *in vitro*, o Programa de Governo para o período de 2001 a 2005 afirma: “No domínio da língua, o Governo aprofundará a política de promoção e valorização do crioulo ou língua cabo-verdiana, tendo em vista a sua oficialização. Em concomitância, tomará, igualmente, medidas no sentido de fazer com que o país caminhe progressivamente para um bilingüismo assumido” (PAICV, 2001, p. 55).

Nosso trabalho, que se ocupa das políticas lingüísticas *in vitro* e *in vivo* empreendidas em Cabo Verde tanto no período colonial quanto no período Pós-Independência, tem como objetivo: explicitar e analisar as políticas lingüísticas efetuadas pelo Estado e as produzidas, por setores organizados da sociedade, na forma de debates acerca das línguas portuguesa e caboverdiana empreendidos em Cabo Verde desde o período colonial até o ano de 2006.

Antes de avançarmos neste trabalho, convém esclarecer que a situação lingüística de Cabo Verde chamou-me a atenção durante uma participação em um projeto piloto de educação de jovens e adultos naquele país no período de outubro de 2002 a maio de 2003. Esse projeto foi realizado em uma cooperação entre o Programa Alfabetização Solidária (PAS) – organização não-governamental brasileira - e o Ministério de Educação de Cabo Verde, representado pela Direção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA). O PAS foi representado por duas instituições superiores de ensino do Brasil: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), de Campinas/SP, e a Universidade do Vale do Acaraú (UVA), de Sobral/CE. Cada uma dessas instituições enviou dois representantes que já estavam anteriormente integrados ao PAS em ações nacionais. Tive a oportunidade de integrar o projeto participando como representante da UNICAMP.

Para o desenvolvimento desse projeto, foram realizadas três viagens à ilha de Santiago, onde está situada a capital do país, Praia. A primeira viagem foi dedicada à formação inicial dos alfabetizadores, e as duas seguintes foram dedicadas à formação continuada desses e ao acompanhamento do

⁷ O ISE se ocupa da formação dos professores do ensino secundário.

desenvolvimento do projeto. Tal acompanhamento consistia em visitas às salas de aula e reuniões com supervisores cabo-verdianos funcionários da DGAEA.

Durante a formação inicial, apesar da impressão de familiaridade lingüística por compartilhar a língua portuguesa, observei que algumas vezes os alfabetizadores não nos compreendiam. Inicialmente, atribuí a não compreensão às diferenças entre as variedades brasileira e cabo-verdiana do português. Entretanto, o decorrer do curso foi mostrando que, além dessa, havia outra motivação: os alfabetizadores comunicavam-se entre si e com os supervisores da DGAEA exclusivamente em língua caboverdiana de modo que a língua portuguesa ficava praticamente restrita à comunicação conosco (estrangeiros brasileiros). Comecei a observar, então, que o dia-a-dia em Cabo Verde é vivido em caboverdiano. A língua portuguesa nesse contexto, apesar de ser a língua oficial, é uma língua segunda.

Se essa foi uma impressão na primeira viagem, as duas seguintes trouxeram a confirmação. Nas visitas que a equipe (eu, como representante da Unicamp, e uma outra professora, como representante da UVA) fez às salas de aula, foi possível observar que a aula era ministrada principalmente em língua nacional. O texto usado para leitura e para o processo de ensino-aprendizagem da escrita estava escrito em português. O alfabetizador lia o texto em língua portuguesa e a discussão, que levava à construção de sentido do texto, dava-se em língua caboverdiana.

Além disso, quando falávamos com os alunos, especialmente aqueles de locais com mais características rurais, o alfabetizador “traduzia” nossa fala para o caboverdiano. Apenas após a “tradução”⁸, os alunos respondiam. A resposta em caboverdiano era novamente “traduzida” pelo professor para a língua portuguesa a fim de que pudéssemos entender o que os alunos haviam dito. Com frequência, nossa interação com os alunos foi mediada pela “tradução” do alfabetizador.

⁸ A opção pelo emprego do termo tradução entre aspas deve-se 1) às semelhanças entre as duas línguas, que permitiam à equipe inferir aproximadamente o que era dito pelos cabo-verdianos e 2) ao fato de nossos interlocutores estarem sensibilizados para a compreensão da LP, uma vez que essa é a língua oficial e, por isso, usada nos meios de comunicação e em diversas situações do cotidiano local. Assim, a tradução consistia especialmente em um exercício de explicitação (não deixar dúvidas) do conteúdo de nossas falas.

Diante desse quadro, as instituições envolvidas no projeto de alfabetização passaram a se preocupar com os resultados desse, pois parecia fadado ao insucesso. Ademais, os alfabetizadores passaram a pedir que apontássemos caminhos para o desenvolvimento da oralidade em língua portuguesa. Eles afirmavam (e nós mesmos também verificamos) que talvez os alunos pudessem identificar algumas palavras escritas em português, mas dificilmente teriam habilidade para iniciar e manter um diálogo nessa língua. Assim, as perguntas “o que ensinar?” e “como ensinar para construir uma competência lingüística/comunicativa em língua portuguesa?” passaram a nos inquietar.

Além disso, no decorrer desse projeto, desenvolvi, particularmente, uma profunda relação de afetividade com os cabo-verdianos. Por essa relação, as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto inquietavam-me⁹ profundamente não tanto por uma possível falha do projeto, mas por vislumbrar uma sociedade cujos acessos aos bens culturais e aos materiais mostravam-se tão desiguais.

Essas desigualdades foram sendo observadas na medida em que participava mais do cotidiano local, adentrando na vida cabo-verdiana. As visitas às salas de aula implicavam a entrada na periferia da capital e no interior da ilha e permitiam que conhecesse mais os espaços físicos e sociais de Santiago. Posteriormente, no processo da pesquisa, novas experiências e as leituras dos textos que tratam da história e da organização social cabo-verdianas têm confirmado essas observações iniciais acerca da exacerbada desigualdade social.

Esta pesquisa, então, teve origem numa relação de trabalho embebida em afetividade. O trabalho e a afetividade instigaram-me questionamentos de ordem sociolingüística: Que políticas orientam as relações lingüísticas em Cabo

⁹ Prefiro falar de minha inquietação particular porque as preocupações do PAS referiam-se quase exclusivamente ao projeto. Essa também era minha preocupação, mas entendia que os possíveis resultados negativos seriam parte de uma conjuntura maior, com a qual o PAS não tinha qualquer responsabilidade ou envolvimento. Assim, assumindo a perspectiva de uma representante do PAS, estava preocupada com os resultados do projeto; mas, assumindo uma perspectiva particular, minhas inquietações se ampliaram. Desse modo, a visão das desigualdades sociais é a real propulsora desta investigação.

Verde? Como se construíram essas políticas? Que perspectivas sociais e lingüísticas as orientam?

Organizamos nosso trabalho de forma a contemplar separadamente os períodos colonial e pós-independência em Cabo Verde. Separamos também as políticas *in vitro* e as políticas construídas por diferentes atores sociais. Salientamos que essas políticas estão voltadas para as políticas *in vitro*.

Nossa hipótese neste trabalho é que as políticas lingüísticas pós-independência em Cabo Verde estão associadas à política de construção e manutenção da identidade nacional que, ao mesmo tempo em que procura agregar os grupos internamente, possibilita a inserção do país no discurso e na política internacional. Assim, o estatuto atribuído às línguas portuguesa e caboverdiana e a valorização das línguas francesa e inglesa contribuem para a construção de características identitárias internas e externas.

Por entendermos que o estudo das políticas lingüísticas deve estar fundamentado no contexto sócio-histórico em que essas são produzidas, dedicamos o primeiro capítulo deste texto à retomada histórica da organização da sociedade cabo-verdiana e a algumas elaborações de discursos produzidos pelos intelectuais cabo-verdianos acerca da cabo-verdianidade nesse contexto social. Esses discursos sobre a identidade cabo-verdiana são fundamentais para compreendermos as ações políticas de distintos atores sociais no âmbito da sua relação com o Estado, seja na promoção política de aproximação ou de distanciamento do sistema administrativo estatal.

No segundo capítulo, analisamos documentos legislativos e históricos que nos permitiram delinear as ações de políticas lingüísticas efetuadas pelo sistema colonial português em Cabo Verde. Nessa análise, observamos que a educação constituiu um dos principais instrumentos de ação do governo colonial na determinação sobre os usos lingüísticos e na atribuição de papéis e valores às línguas caboverdiana e portuguesa.

No terceiro capítulo, focalizamos debates sobre as línguas produzidos por intelectuais cabo-verdianos na imprensa de Cabo Verde no período colonial. Verificamos que, ao debaterem sobre as línguas caboverdiana e portuguesa, os

grupos letrados elaboraram discursos distintos relativos à identidade cabo-verdiana que viabilizaram a construção, posterior à Independência, da identidade nacional e de políticas lingüísticas voltadas para a afirmação dessa identidade. Observamos que, nos debates, os intelectuais constituíram-se politicamente como mediadores entre o sistema administrativo colonial e os grupos populares cabo-verdianos.

No quarto capítulo, analisamos documentos legislativos produzidos pelo Estado cabo-verdiano (após a Independência do país) que determinaram e têm determinado as políticas lingüísticas em Cabo Verde. Observamos que as políticas *in vitro* estão vinculadas aos debates empreendidos ainda no período colonial e dialogam com as políticas lingüísticas orientadas por organismos internacionais (UNESCO).

No quinto capítulo, dedicamo-nos ao estudo de novos debates produzidos por diferentes atores sociais no contexto cabo-verdiano pós-Independência. Esses debates, que procuram caracterizar a cabo-verdianidade, apontam para a progressiva concretização das políticas *in vitro* e discutem aspectos da inserção da língua caboverdiana no ensino e da padronização ortográfica.

CAPÍTULO 1
CONTEXTO SOCIOLINGÜÍSTICO: HISTÓRIA E SOCIEDADE CABO-VERDIANAS

*Kauberdi: brinku di pedra na oredja di mar ki
 ta da forsa a puezia. Kaká Barboza*

Introdução

Neste capítulo, dividido em dois tópicos, focalizamos a formação histórica da sociedade cabo-verdiana e apontamos as bases da construção da cabo-verdianidade. No primeiro tópico, *Organização social de Cabo Verde em perspectiva histórica*, apresentamos informações históricas sobre o país e, com base em estudos do campo da sociologia, apontamos aspectos da organização da sociedade cabo-verdiana.

São fundamentais para a compreensão do percurso histórico de constituição dessa sociedade os trabalhos de Anjos (2002, 2003), Carreira (1977; 1982), Fernandes (2002, 2005), Furtado (1994) e Hernandez (1993, 2005). Esses trabalhos analisam a organização social de Cabo Verde a partir da história do país e dos discursos que contribuíram para justificar e perpetuar essa organização.

Os trabalhos de Anjos (2002, 2003) e Fernandes (2002) ocupam-se da constituição discursiva da identidade cabo-verdiana; os autores analisam os discursos produzidos pelos intelectuais locais e focalizam o lugar social que esses intelectuais ocupam, o papel que desempenham na organização sócio-histórica da sociedade cabo-verdiana e os papéis políticos que exercem. Carreira (1977) dedica-se ao estudo da organização social descrevendo e analisando aspectos da estrutura familiar, da constituição das classes sociais e o papel das migrações e os relaciona à história das ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde. Além disso, Carreira (1982) procura recuperar a história da constituição da língua caboverdiana com o intuito de prover subsídios para o estudo dessa língua. Furtado (1994) estuda a constituição da elite dirigente cabo-verdiana após a independência do país. Hernandez (1993) analisa o contexto histórico que viabilizou a constituição do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que alcançou a independência desses países. Hernandez

(2005) apresenta uma visão geral da história da África e informa sobre aspectos específicos da história de Cabo Verde.

No segundo tópico, *A cabo-verdianidade em construção*, percorremos etapas da elaboração discursiva da cabo-verdianidade promovida por grupos letrados de Cabo Verde que formaram a elite intelectual do país. À luz da crítica literária e da análise sociológica da produção dos intelectuais cabo-verdianos, dialogamos com textos jornalísticos e ensaísticos produzidos por esses grupos letrados, os quais se constituíram em setor organizado da sociedade que buscava interagir com o Estado colonial.

Não pretendemos que, em nosso trabalho, as apresentações da constituição histórica da sociedade cabo-verdiana e da formulação inicial dos discursos identitários que a caracterizam sejam exaustivas, tampouco que sejam entendidas como um fazer metodológico ou teórico dos campos da História e da Sociologia. Apoiamo-nos nesses trabalhos cientes de que optam por recortes teóricos e metodológicos próprios e não pretendemos questioná-los ou aprofundá-los.

1.1. *A organização social de Cabo Verde em perspectiva histórica*

As ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde eram desabitadas quando foram descobertas¹⁰ pelos portugueses entre 1455 (Boavista, Santiago, Maio e Sal) e 1462 (1461, Santa Luzia e S. Nicolau; 1462, Santo Antão e S. Vicente). No ano de 1462, D. Afonso, rei de Portugal, as doou ao Infante D. Fernando, que povoou algumas delas com um pequeno grupo branco, em que predominavam degredados, com escravos negros da Costa da Guiné e com escravos cativos berberes de Marrocos. O povoamento foi bastante lento, sendo

¹⁰ Lobban (1995) aponta a possibilidade de Cabo Verde ter sido visitado por fenícios, mouros, árabes e pescadores senegaleses antes da chegada dos portugueses. Segundo Lobban, as primeiras ilhas teriam sido descobertas pelo genovês Antonio da Noli, sob a proteção da Coroa portuguesa. Moniz (2007) afirma que, além da possibilidade de as ilhas terem sido visitadas “por povos do interior do continente africano e, possivelmente, viajantes gregos e árabes”, é possível que alguma das ilhas tenha sido habitada por um grupo Jalofo. Moniz assinala que há controvérsias sobre as possibilidades de as ilhas terem sido visitadas e habitadas antes da chegada dos portugueses e que há consenso entre os historiadores de que o processo de descoberta foi gradual.

que se consideravam desertas, ainda no século XVIII, as ilhas do Sal, Santa Luzia e S. Vicente.

Por Cabo Verde se constituir como um ponto de passagem (entreposto¹¹) nas viagens empreendidas pela Coroa, desde a Carta Régia de 1466, foram oferecidos aos colonos que ali se instalassem muitos privilégios não apenas em relação à concessão de terras nas ilhas mas também relativos à exploração e comércio com a costa guineense. Ao constatar que os privilégios concedidos traziam-lhe prejuízo, a Coroa (em documento de 1472) buscou limitá-los. Proibiu a exploração da costa e limitou o comércio à compra de escravos necessários ao cultivo e ao trabalho na própria ilha. Diante da necessidade de exploração agropecuária restrita ao próprio arquipélago, imposta pela Coroa, os colonos, em número bastante reduzido, passaram a utilizar a mão-de-obra escrava e, como consequência, criaram um regime baseado no trabalho escravo. A sociedade estruturou-se dividida essencialmente entre o pequeno grupo branco, que exercia o domínio sobre os negros nas relações sociais e na economia, e o grande grupo negro explorado, composto principalmente por escravos.

A estrutura social dividida entre brancos colonos e negros escravos fora nuançada, entretanto, pelas relações que se estabeleceram entre os homens brancos e as mulheres negras. Diferentemente de muitos regimes coloniais, em Cabo Verde, a mulher negra tornou-se a *companheira*/parceira do homem branco, constituindo com ele uma família e gerando aqueles que fundariam posteriormente, junto com os negros livres e forros¹², novos estratos na estrutura

¹¹ A localização geográfica de Cabo Verde favorecia a chegada dos navios, que, por serem à vela, eram facilmente levados pelos ventos. Por isso, o arquipélago caracterizava-se como um importante e acessível entreposto para os navios que viajavam em direção à África e às Índias Ocidentais e, posteriormente, às Américas. Já em 1512, “O povo de Santiago, em carta a António Carneiro, secretário do rei D. Manuel I, diz do porto da Ribeira Grande, que é ‘grande escala para as naus de navios de del-Rei e assim para os navios de S. Tomé, do Príncipe e para os que vêm dos portos de Brasil e da Mina e todas as partes da Guiné’” (Almeida, 1978, p. 94). Esse entreposto deveria fornecer água potável e alimento e deveria providenciar os consertos de eventuais avarias sofridas pelos navios durante as viagens. Durante muitos anos a economia de Cabo Verde dependeu principalmente dos serviços diretos e indiretos – agricultura, pecuária, fabricação têxtil e produção de carvão que visavam ao comércio nos portos – prestados nos portos locais aos navios que estavam de passagem.

¹² A alforria foi uma prática constante em Cabo Verde desde muito cedo. Eram alforriados os negros bem comportados ou com bons serviços prestados e os “*escravinhos* (no geral filhos dos “senhores” ou de seus filhos, sobrinhos, netos ou parentes, havidos de suas escravas ou de escravas alheias)” (Carreira, 1977, pp. 13).

social - os *Filhos da Terra*. A relação entre colonos brancos e mulheres negras criou o processo social e cultural da *crioulização*¹³.

Na primeira metade do século XVI, concomitante com o retorno de alguns colonos à Metrópole, intensificaram-se as reivindicações dos filhos mestiços (e, até então, bastardos) de reconhecimento jurídico da paternidade pelo pai branco. Os mestiços buscavam ascender socialmente por meio da conquista legal dos direitos paternos, o que lhes permitia herdar bens materiais e/ou simbólicos. Dentre esses bens, a herança principal era a cor branca do pai – um bem simbólico (Anjos, 2002; 2003) – de modo que a legitimação dos mestiços implicava a apropriação da cor paterna. Os mestiços que foram legalmente reconhecidos passaram a desfrutar dos privilégios comuns ao pai (ser proprietário de terras, comerciante e/ou funcionário do governo) e fundaram um novo grupo no estrato social dominante: os “brancos da terra”. Configurou-se a partir daí o então propulsor fundamental desse novo grupo e das pessoas que objetivavam constituí-lo: a ascensão social pelo branqueamento¹⁴.

Apesar de não se referir especificamente aos mestiços, Carreira (1977) afirma que havia litígios resultantes da busca de reconhecimento legal por filhos bastardos que visavam à herança paterna. Como eram comuns e aceitas as relações entre “homens casados” ou “homens brancos casados” e negras (livres, escravas ou forras), pode-se inferir que muitos litígios envolviam filhos mestiços. Esses litígios eram “resolvidos basicamente pelo direito costumeiro vigente nas

¹³ Fernandes (2005) afirma que o processo da *crioulização* em Cabo Verde distingue-se daqueles observados em São Tomé, nas Antilhas e no Índico, porque nesses espaços “verifica-se uma acentuada polarização étnico-racial” decorrente de “uma produção colonial em larga escala”. Nos casos antilhano e índico, a entrada massiva de escravos após uma primeira organização social mestiça/crioula alterou a relação entre crioulos nativos, negros e brancos. No caso são-tomense, a chegada de novos colonos brancos, que se colocaram acima dos crioulos nativos, reconfigurou o processo da *crioulização*. Em Cabo Verde, diferentemente desses casos, “ocorreu uma saída massiva dos colonos brancos, deixando a terra nas mãos dos “filhos da terra” crioulos”.(p. 86-87)

¹⁴ Segundo Anjos (2002), o tema do *branqueamento* esteve presente na estruturação social de Cabo Verde desde o séc. XVI até metade do séc. XX. Só foi posto de lado a partir da década de 50 com o movimento sócio-cultural desenvolvido pelos pensadores da Independência, que afirmaram sua identidade (se afirmaram) pela africanidade e, conseqüentemente, pela negritude. *O branqueamento implicava basicamente o acesso aos bens materiais e simbólicos que permitiam a mobilização social*. No mesmo sentido afirma Hernandez (2005): “é importante sublinhar que a discriminação de cor que até fins do século XVIII era transparente e até ostensiva diminuiu consideravelmente nos séculos XIX e XX, com o colapso do sistema escravocrata. Ao longo de 200 anos a miscigenação foi intensa, passando a maior parte dos cabo-verdianos a ser constituída por mulatos. Tudo indica que o critério da divisão da sociedade passou a ser predominantemente econômico e não racial.” (p. 526)

ilhas” (pp. 22-23). Mas, quando esse direito tornou-se insuficiente, foi determinada (em 1753) a distribuição da herança tanto a filhos legítimos quanto ilegítimos, garantindo que todos herdassem.

Nesse período, mesmo os filhos ilegítimos nascidos de escravas eram batizados na Igreja Católica e tinham seus nomes registrados nos livros de batismo acompanhados dos nomes dos pais. A Igreja, a partir de 1815, no entanto, passou a omitir dos livros os nomes dos pais. Tal omissão pode indicar o recrudescimento dos conflitos sociais entre senhores e escravos e uma maior restrição à legitimação dos filhos mestiços, com vistas à restrição da herança. Com a redução da legitimação dos filhos mestiços e com o aumento do número de negros livres e forros, que também almejavam a ascensão social, a aquisição/apropriação de bens materiais e/ou simbólicos independentemente¹⁵ da paternidade tornou-se um dos caminhos para a ascensão social.

A ascensão social dos não-brancos constituiu-se como um processo sobreposto ao branqueamento, fazendo com que esse se caracterizasse, sobretudo, pelo esvaziamento do conteúdo original da cor – que implicava o esvaziamento da designação e da pertença raciais. O branqueamento passou a ser veículo do reconhecimento de um *status* social, como mostra Fernandes (2002), “Doravante, são *brancos* os indivíduos que, pela ascensão socioeconômica ou cultural, partilham do universo social dos brancos, assumindo e perpetuando suas representações e *modus vivendi*.” (p. 43). Não por acaso os mestiços que ascendiam pela herança paterna eram chamados “brancos da terra”.

No bojo do processo de mobilização social, a emigração configurou-se como uma das formas de ascensão sócio-econômica. A partir de 1870 foram registradas freqüentes e grandes emigrações¹⁶. Os cabo-verdianos emigravam a

¹⁵ A desvinculação entre reconhecimento paterno e apropriação de bens intensificou-se especialmente após a abolição da escravatura, que ocorreu em 1836. As novas formas de organização do trabalho decorrentes do fim do sistema escravocrata possibilitaram maior mobilidade social.

¹⁶ A prática da emigração - por vezes atribuída a uma predisposição natural e ao espírito aventureiro do cabo-verdiano de desvendar novos mundos, por estar cercado pelo Atlântico – decorria (decorre) principalmente das condições sociais e econômicas locais. A falta de possibilidades locais de trabalho e de desenvolvimento econômico – considerando a economia basicamente agrária, a dificuldade de adquirir terras e tornar-se proprietário e produtor rural - levou (e leva) parte da população a buscar a conquista dos bens materiais fora do país. Inicialmente a emigração foi uma alternativa de ascensão; com a seca e a fome que assolaram constantemente o Arquipélago, tornou-se uma necessidade até mesmo para sobrevivência. Atualmente, é

fim de buscar melhores oportunidades econômicas no exterior. Ao conquistarem esse objetivo, os emigrantes regressavam e compravam terras e sobrados dos antigos “brancos da terra”. Esses emigrantes eram originários, sobretudo, do interior das ilhas, onde desempenhavam a função de camponeses; e, na diáspora, realizavam especialmente trabalhos manuais.

Além da ascensão pela apropriação dos bens materiais por meio da emigração associada ao trabalho manual, outra forma de ascensão foi a apropriação de bens culturais valorizados pelo grupo dominante local e pela Metrópole. A mobilização social com base na apropriação de bens culturais realizava-se pela participação do indivíduo no sistema administrativo colonial. Oriundos especialmente dos núcleos habitacionais em processo de urbanização, muitos cabo-verdianos emigraram para outras colônias portuguesas na África para desempenhar funções administrativas e foram inseridos no sistema administrativo colonial. Os cabo-verdianos que exerciam funções administrativas apropriavam-se concomitantemente do prestígio da inserção no meio letrado e de melhores salários, melhorando sua situação econômica. Em relação a essa forma de ascensão, a escola desempenhou papel fundamental.

Deve-se destacar que, assim como em outras colônias portuguesas onde a escolarização desenvolveu-se já no séc. XVI (Brasil, Macau e Índia Portuguesa), a educação em Cabo Verde esteve inicialmente a cargo da Igreja¹⁷. No Arquipélago, de início, além dos serviços religiosos, a Igreja era incumbida de instruir os colonos e de controlá-los para que não atrapalhassem os negócios da

novamente uma possibilidade e, não à toa, dois terços dos cabo-verdianos estão alocados fora do país. Estima-se que em Cabo Verde vivam 400.000 mil habitantes e que no exterior viva o dobro. Grande parte da economia é movimentada pelos emigrados que enviam dinheiro para as ilhas a fim de comprarem casas e terras e a fim de ajudar no sustento dos familiares que residem aí. A diáspora é um importante fator da organização sócio-econômica e da construção cultural cabo-verdianas. Se, por um lado, proporciona a apropriação dos bens materiais, por outro lado, permite o diálogo com outras culturas e, nesse diálogo, a reconstrução da própria cultura. Um exemplo disso é o fortalecimento da língua caboverdiana entre os emigrados: nos EUA, a educação em caboverdiano acontece desde a década de 90 e os estudos da língua têm avançado muito mais comparando-se com aqueles realizados no arquipélago. Além disso, a emigração promoveu, ainda no período colonial, o contato de cabo-verdianos com discussões políticas e culturais do Pan-africanismo que se realizavam nos Estados Unidos da América, nas Antilhas e em alguns países da Europa (Inglaterra e França). No século XIX, os ideais de pensadores pan-africanistas influenciaram grupos letrados cabo-verdianos tanto no Arquipélago como na diáspora. Abordaremos a influência do Pan-africanismo na sociedade letrada cabo-verdiana em momento oportuno de nosso texto.

¹⁷ Cabo Verde contou com escolarização desde 1533, quando foi criado o Bispado de Cabo Verde.

Coroa. A Igreja era responsável também por ladinizar os escravos: garantir a esses o batismo e a instrução lingüística ou a formação em algum ofício (carpinteiro, pedreiro, ferreiro ou outro). A instrução lingüística era considerada “acabada quando eles [escravos] se fizessem compreender através de um pidgin baseado na língua portuguesa da época” (Carreira, 1982, p. 48). A ladinização dos escravos visava à valorização desses no comércio.

Posteriormente, abandonada a ladinização dos escravos (por volta do início do séc. XIX), além da educação dos colonos que viviam nas ilhas, a Igreja responsabilizou-se pela instrução também da população local (os filhos bastardos e os reconhecidos e os negros livre e forros na colônia). Nesse contexto, para além da instrução nas primeiras letras e do ensino de rudimentos de língua portuguesa, a educação visava a inculcar os valores da cultura portuguesa a fim de “civilizar” os cabo-verdianos, aproximando-os do colonizador. Colonos e locais deviam sentir-se filhos de Portugal. Os princípios e conteúdos da educação visavam à “civilização” e assimilação dos habitantes das ilhas de Cabo Verde (como em todo o território ultramarino português).

Segundo Fernandes, a educação básica caracterizava-se como “uma progressiva dinâmica de reestruturação da sociedade a partir da cultura” (2002, p. 64). Visava, inicialmente, a minimizar os conflitos entre os colonos e a Coroa. Posteriormente, visava a aproximar os nativos ao universo cultural português. Nesse contexto, a educação representou concomitantemente um instrumento de dominação colonial, pela política cultural assimilacionista¹⁸, e um instrumento de ascensão social do dominado¹⁹, uma vez que permitiu a inserção dos locais na administração colonial.

¹⁸ “A política cultural de assimilação, defendendo os princípios tradicionais das histórias das nações colonizadoras, tinha como objetivo converter gradualmente o africano em europeu, o que significava que a organização, o direito consuetudinário e as culturas locais deveriam ser transformados. Utilizavam-se para isso do ensino da língua da metrópole, aliás, a única oficial; da religião e da moral que seriam cristãs, dos costumes, das tradições e dos modos de vida ligados à pátria europeia e não ao passado africano; e da divisão da sociedade em “civilizados, assimilados e indígenas”.” (Hernandez, 2005, p. 104)

¹⁹ Referindo-se ao Seminário-Liceu de S. Nicolau, Silva (1929) afirmou que esse seminário habilitara “padres que na província e na Guiné prestaram importantes serviços” e que formara “uma geração que, na burocracia e em outras esferas de actividade, deu provas do seu aproveitamento e muito contribuiu para que Cabo Verde se elevasse ao grau de civilização em que hoje se encontra” (p. 182)

O processo educacional fez com que a utilização da mão-de-obra cabo-verdiana nos sistemas administrativos fosse assegurada pela formação de trabalhadores ideologicamente confiáveis²⁰. Em Cabo Verde propriamente, era restrito o número de cabo-verdianos desempenhando funções administrativas, que eram quase absolutamente restritas aos portugueses. Os cabo-verdianos eram designados para desempenhá-las nas demais colônias africanas²¹ e ocupavam, sobretudo, o segundo escalão do sistema administrativo (o primeiro escalão era restrito aos portugueses).

A educação em Cabo Verde (e de modo geral no contexto colonial) comporta uma contradição: por um lado, permitiu a assimilação da cultura portuguesa por parte dos cabo-verdianos e, por outro lado, viabilizou que esses reconhecessem que eram diferentes dos portugueses. Assim, a educação proporcionava o reconhecimento de pertença pátria (fora negado o reconhecimento do pai branco, mas a pátria portuguesa, por intermédio dos professores, garantia-lhes esse reconhecimento) e concomitantemente acabava por possibilitar a construção de uma identificação própria cabo-verdiana, mesmo sendo a escolarização bastante restrita. O número de escolas era muito reduzido em relação à quantidade da população. Decorre daí que, “longe de promover o crescimento generalizado da alfabetização, [os estabelecimentos de ensino] reforçam a ruptura entre ricos e pobres, tendência que se acentua gradativamente até os anos 60 [1960]” (Hernandez, 1993, p.94).

Mas, quem eram os ricos e os pobres na sociedade cabo-verdiana? Pode-se, segundo Hernandez (1993), dividir a sociedade cabo-verdiana em dois

²⁰ Confirma esse fato a afirmação do então Ministro do Ultramar português, Adriano Moreira, em 1962, destacando o papel dos cabo-verdianos de “excelente veículo difusor da cultura nacional(...), a quem devemos serviços inestimáveis no aportuguesamento da Guiné, de Angola e de S. Tomé”. (Moreira, apud. Fernandes, 2005).

²¹ Segundo Hernandez (1993), havia algumas razões básicas para a utilização dos cabo-verdianos no sistema administrativo colonial: 1) em comparação com as demais colônias, Cabo Verde tinha poucas epidemias, o que facilitava a permanência dos portugueses no Arquipélago; 2) a falta de condições geo-econômicas (para o desenvolvimento da agropecuária expansiva) tornava o arquipélago um espaço fundamentalmente administrativo; 3) o sucesso do assimilacionismo entre os cabo-verdianos, pela ausência de diferenças étnico-culturais entre os assimilados, os quais, educados, tornavam-se mão-de-obra ideologicamente confiável para as funções administrativas de segundo escalão nas demais colônias africanas; e, acima de tudo, 4) porque os portugueses usavam a política do “dividir para dominar”: usando cabo-verdianos nas outras colônias, criavam-se entre estes e os nativos confrontos e desavenças na luta pelos postos de trabalho, dificultando a criação de alianças entre eles.

processos de organização social distintos antes da Independência: o sistema escravocrata, bastante simples, e o que lhe sucedeu, que se caracterizava pela complexificação da estrutura social. O sistema escravocrata (vigente até início do séc. XIX) caracterizava-se pela dicotomia entre senhores e escravos, respectivamente, o topo e a base da pirâmide social. Os senhores detinham a propriedade das terras e controlavam o comércio dos escravos. Durante a vigência desse sistema, a ascensão ao ápice da pirâmide estava praticamente restrita à apropriação da herança paterna, como mostramos anteriormente.

Constituíam o grupo de maior prestígio dentre os senhores, os grandes proprietários de terras, proprietários rurais mais modestos, funcionários da administração colonial, militares e religiosos. Os senhores eram “europeus de diferentes nacionalidades, uns nobres (poucos), outros plebeus, homens de ofício e degredados, todos em número bastante reduzido” (Carreira, 1977, p. 11) e muitos “brancos da terra”.

A Reforma Pombalina (1750-1777) e a abolição da escravatura (1836) concorreram grandemente para a transformação da organização social: a primeira por ter criado severas restrições às atividades comerciais das ilhas, que passaram a ser realizadas pela Companhia do Grão Pará e Maranhão. Essas restrições geraram perdas econômicas e também políticas para os colonos fixados nas ilhas e para os cabo-verdianos. A segunda, que determinou o fim do sistema escravocrata, por ter engendrado novas formas de organização e distribuição do trabalho e de apropriação dos bens materiais e culturais. Assim, a estrutura social tornou-se mais complexa: além do topo e da base da pirâmide, emergiu um estrato central.

No topo do novo sistema social pós-escravidão, permaneceram o grande proprietário de terras, os comerciantes, os militares de patente, funcionários do primeiro escalão administrativo e parte do clero. Era “um grupo constituído por escassos reinóis, por muitos “brancos da terra” e um ou outro mestiço ou preto que circunstâncias várias permitiram ascender. Detinha as melhores terras e todo o sistema econômico insular – bens patrimoniais e privilégios” (Carreira, 1977, p. 14). A presença dos mestiços (“brancos da terra”)

nesse estrato mostra que os grupos sociais eram “demarcados muito mais pelo índice de riqueza e privilégios sociais do que verdadeiramente pela cor” (idem, p. 14).

O grupo intermediário era composto por dois subgrupos, que se caracterizavam de modo unitário por serem assalariados: o primeiro subgrupo era formado por trabalhadores manuais (artesãos, salineiros, pequenos proprietários de terras e pequenos comerciantes). Compõem ainda esse subgrupo os emigrantes oriundos das zonas rurais. O segundo subgrupo era formado por trabalhadores não-manuais (indivíduos que exerciam serviços administrativos intermediários – sobretudo nas demais colônias africanas – e serviços no comércio, empregados de escritórios, profissionais liberais e estudantes).

No interior do estrato médio da estrutura social cabo-verdiana, não havia acesso igual aos bens materiais e culturais. Esse acesso diversificava-se em função dos instrumentos e postos de trabalho. Assim, no interior dessa camada social, não se pode identificar uma unidade. Havia conflitos que envolviam especialmente o acesso e controle dos bens simbólicos²², uma vez que Cabo Verde era “uma colônia com poucos recursos naturais, onde a possibilidade de mobilidade social e de obtenção do capital econômico passa também pelo capital cultural que proporciona acesso a cargos públicos melhor remunerados no contexto colonial” (Furtado, 1994, p. 114).

Os grupos populares eram formados por trabalhadores assalariados e não-assalariados, cujo consumo garantia apenas a *subsistência*. Segundo Carreira, desses grupos faziam parte 90% a 95% da população. Esse estrato social via na educação uma possibilidade de ascensão, de melhoria nas suas condições de vida.

No interior da estrutura social pós-escravidão, no entanto, a educação acabava por reforçar a distinção social. Mesmo com a posterior expansão da escolarização, no século XX, conseguiam acesso à educação básica pequenas parcelas da população: 5%, em 1934; 3,6%, em 1950; e 3,9%, em 1952. A

²² Na perspectiva sociológica, são bens simbólicos os produtos culturais (os artísticos e os veiculados pela educação formal, incluindo nesses os artísticos) do campo erudito e do campo da indústria cultural.

educação secundária, que implicava a filtragem do sistema escolar, era ainda mais restrita. Além dessa restrição, a educação acabava por reforçar as diferenças sociais porque o sistema educacional inculcava valores que levavam à manutenção do “modus vivendi” dos colonos, isto é, a manutenção do sistema de práticas e valores colonial.

De modo geral, o grupo dominante economicamente (em que estavam inseridos cabo-verdianos mestiços) e as camadas médias, em relação aos grupos populares, produziam uma estrutura social caracterizada pela assimetria e pela desigualdade, reproduzindo as práticas hierarquizadas do sistema colonial. Essa hierarquia, de certo modo, tornava-se menos expressiva apenas nos períodos de devastação causados pela seca²³, que reconfigurava a estrutura social em Cabo Verde.

O aumento abusivo dos preços dos alimentos disponíveis no período de secas generalizava o empobrecimento e a penúria entre os membros dos diferentes estratos sociais. Uma vez que a economia fundava-se sobre as grandes propriedades de terras, a seca, que impedia a produção e o comércio dos produtos agrícolas, obrigava os latifundiários a vender pedaços de suas terras para garantir sua subsistência. Normalmente, os compradores eram pequenos proprietários cabo-verdianos, muitos dos quais tinham ascendido graças às pequenas heranças deixadas pelos pais brancos ou à emigração²⁴ (especialmente os que haviam emigrado para os Estados Unidos).

Os pequenos proprietários compravam terras com o objetivo de aumentar suas propriedades e, assim, galgar posições na estrutura social. Ao passo que esses indivíduos do estrato médio tornavam-se maiores proprietários de terras e viam-se diante da possibilidade de maior ascensão social, os antigos

²³ Cabo Verde está situado numa região de influência do deserto do Sahara, denominada Sahel. Caracterizada pela aridez, essa região é uma extensa zona de transição entre o deserto e as regiões mais úmidas do continente africano. Além disso, sofreu sérios problemas de erosão do solo que agravaram ainda mais as decorrências da seca. Segundo Hernandez, “de tempos em tempos, sucedendo as secas, as fomes se repetem: de 1580 a 1583; de 1610 a 1611; de 1809 a 1811; de 1894 a 1900; de 1911 a 1918; de 1921 a 1922; de 1923 a 1924; de 1941 a 1943 e de 1947 a 1948.” (p. 28). A seca, além de empurrar para emigração um enorme contingente de cabo-verdianos, acabou por desempenhar papel ativo na mobilização social.

²⁴ O emigrante cabo-verdiano que retornava a Cabo Verde, tendo “adquirido a noção de sua elevação social”, vislumbrava a possibilidade de ocupar o alto da pirâmide social. (Carreira, 1977)

latifundiários viam-se empobrecidos e enfraquecidos por um processo que tinha origem nos longos e devastadores períodos de estiagem.

A mobilidade social, que mais se caracterizava como um abalo na hierarquia social causado pela seca, se intensificou no período de 1929 a 1933, decorrente dos problemas internos provocados pela seca nos anos anteriores e pela recessão econômica mundial (Carreira, 1977). Referindo-se a essa mobilização, Carreira afirma: “Então a camada intermediária substituiu irreversivelmente a burguesia dominante, fazendo inverter as posições do centro para o vértice da pirâmide social. E o curioso é que os novos burgueses não conseguiram superar de todo os vícios e defeitos que os substituídos lhes legaram ou que eles próprios teimaram em imitar” (Carreira, 1977, p. 18).

Os “vícios e defeitos” aos quais Carreira (1977) refere-se consistiam na perpetuação da desigualdade e da assimetria social do sistema colonial, expressas pela manutenção de práticas de discriminação e exploração do colonizador sobre o colonizado e dos grupos dominantes nativos sobre os dominados locais. Entrecruzada pelo *branqueamento social*, a ascensão social frequentemente implicava a perpetuação dos valores e práticas (modo de vida) próprias do colonizador lusitano. Parte dessa relação entre dominantes e dominados devia-se aos valores inculcados nos indivíduos pelo sistema educacional. Pode-se entender que tivessem sido mantidas as práticas discriminatórias e assimétricas daqueles que ascendiam: os assimilados viam-se diante da responsabilidade por manter o modo de vida lusitano.

As questões lingüísticas inscrevem-se nesse contexto de hierarquias sociais e o refletem: o uso da língua portuguesa, que era um dos modos de vida do colonizador, distinguia os escolarizados dos indivíduos sem escolarização, que usavam a língua caboverdiana. A distinção sócio-econômica dos sujeitos em função dos usos das línguas gerou atribuições de valores desiguais e hierárquicos a essas línguas. Esses valores foram debatidos no seio da sociedade caboverdiana no período posterior à Independência, quando se inauguram debates relativos à oficialização do caboverdiano e à sua inserção no sistema de ensino. Nossa investigação se ocupará desse debate em momento oportuno.

A manutenção do *modus vivendi* dos colonizadores fez com que os grupos letrados cabo-verdianos se tornassem porta-vozes da *assimilação*. Esses grupos, que pertenciam basicamente aos estratos sociais médios, buscaram estabelecer características próprias cabo-verdianas que permitissem aos letrados se diferenciar no sistema colonial em relação aos colonizadores e aos demais colonizados. Dentre os membros dos grupos letrados instituiu-se a intelectualidade local a partir da década de 90 do século XIX.

A formulação discursiva da peculiaridade cabo-verdiana no sistema colonial português constituiu os primeiros movimentos identitários da cabo-verdianidade. Alguns desses movimentos não implicaram o rompimento com a política assimilacionista colonial portuguesa. Ao contrário, por vezes, foram apoiados pelos colonizadores por representarem um reforço ao assimilacionismo.

Apresentamos, a seguir, alguns discursos sobre a identidade cabo-verdiana. As elaborações da(s) identidade(s) refletem os modos de viver, ser e pensar dos diferentes grupos em contato no sistema colonial (o colonizador branco, o mestiço e o negro) e pós-colonial em Cabo Verde. Ao formularem as características que distinguem os cabo-verdianos de outros grupos, os intelectuais viabilizaram (e viabilizam) construções da *identidade nacional* que estão, a nosso ver, na base das políticas lingüísticas efetuadas em Cabo Verde.

Os discursos identitários interessam-nos porque articulam as línguas às culturas e à sociedade e atribuem valores e papéis às línguas caboverdiana e portuguesa no bojo da cabo-verdianidade. Ao apresentarmos elementos constitutivos desses discursos, indicamos aspectos relativos às línguas portuguesa e caboverdiana a serem focalizados nos capítulos seguintes de nosso trabalho.

1.2. A cabo-verdianidade em construção

As diferentes elaborações do tema da identidade cabo-verdiana produzidas por distintos grupos letrados consistiram em movimentos de aproximação ou afastamento de Portugal e, conseqüentemente, afastamento ou

aproximação de África (Fernandes, 2002). Nesses movimentos, os intelectuais locais buscaram construir um espaço e um modo de ser próprio do cabo-verdiano no contexto colonial. O mote da cabo-verdianidade produziu discursos identitários regionalistas e nacionalistas, como veremos no decorrer de nosso trabalho.

Assinalamos que os grupos letrados cabo-verdianos estavam ligados principalmente à produção literária e jornalística. Disponível aos cabo-verdianos desde meados do séc. XIX (a tipografia fora introduzida em Cabo Verde em 1842), a imprensa²⁵ (jornal e revista) caracterizou-se como espaço principal da manifestação dos intelectuais locais. “Assim, já no último quartel do século XIX existia uma imprensa caboverdiana, a lutar pelos “progressos da terra” e a defender os interesses das elites locais, por vezes em linguagem vigorosa” (Pereira, 1979, p. 28).

Cabo Verde conta com uma produção literária que, segundo Ferreira (1987), data do século XIX, com poetas que publicaram textos na imprensa da então Metrópole e do Arquipélago. Parte da literatura produzida por cabo-verdianos esteve ligada a reivindicações sociais, e há também textos poéticos e em prosa que não tematizam os problemas sociais das ilhas nem se dedicam ao tema da cabo-verdianidade.

Diferentes análises foram produzidas nos campos acadêmicos (dos estudos literários e dos estudos sociológicos) sobre a produção desses autores – poetas e escritores. Assinalamos que dentre as análises sociológicas predomina a crítica à produção dos intelectuais cabo-verdianos não tanto pelo conteúdo ou forma das obras, mas pela posição que os grupos letrados estabeleceram com a população cabo-verdiana. Essas análises concluem que, ao tematizarem a cabo-verdianidade, os intelectuais constituíram-se como mediadores políticos entre diferentes instâncias de poder (administração colonial, governo português, organismos internacionais) e a população cabo-verdiana. (Anjos, 2002; 2003; 2004; Fernandes, 2002).

²⁵ “Os intelectuais constituíram a imprensa como espaço estratégico que simultaneamente cria Cabo Verde e os cabo-verdianos como o público ao qual se dirige, como objecto de apelo e por quem intercede, e define os letrados como mediadores por excelência, não mais de uma comunidade particular, mas para o conjunto das ilhas como localidade diante do império português” (Anjos, 2002, p. 60)

Entendemos que essas análises sociológicas revelam-se adequada ao contexto intelectual cabo-verdiano. Ao partilhar esse princípio, no entanto, não estamos negando a contribuição dos grupos letrados cabo-verdianos para a construção dos discursos e dos elementos caracterizadores da identidade nacional cabo-verdiana. Ao contrário, entendemos que esses discursos compõem a base dos discursos sobre a cabo-verdianidade e são fundamentais para compreendermos a sociedade cabo-verdiana e as políticas lingüísticas empreendidas no seio dessa sociedade.

Ao dividir a produção literária cabo-verdiana em *antes* e *depois* da Revista *Claridade*, Ferreira (1987) informa-nos sobre a relação entre a literatura e a elaboração da identidade nacional cabo-verdiana:

“Esta [a definição entre pátria cabo-verdiana e pátria metropolitana] é uma das dramáticas ambigüidades literárias destes poetas. Ambigüidade que irá ser resolvida, esteticamente, pela rasura, pela ausência diríamos completa do Pai, da Pátria, por parte do grupo da *Claridade* (1936). O complexo edipiano será definitivamente ultrapassado com a geração da *Certeza* (1944) e a do *Suplemento Cultural* (1958) que colaborarão no parricídio definitivo – a morte do suposto Pai: o colono – assumindo-se Cabo Verde, simultaneamente, como Mãria e Pátria, restabelecendo-se assim o equilíbrio social e cultural.” (Ferreira, 1987, p. 33).

Autores que publicaram nas revistas *Claridade*, *Certeza* e *Suplemento Cultural* tematizaram a pertença pátria do povo cabo-verdiano a partir do estabelecimento de relações entre as culturas dos nativos das ilhas e dos portugueses e a partir das relações sócio-históricas e políticas entre Cabo Verde e Portugal.

Embora concordemos com Ferreira (1987) que essas revistas estabeleceram as bases para a elaboração de discursos sobre a identidade cabo-verdiana, assinalamos que algumas idéias formuladas por autores que antecederam a Revista *Claridade* são igualmente importantes. Para reconstruirmos as elaborações sobre a cabo-verdianidade que foram produzidas antes da Independência (1975) e que viabilizaram e perpassam a construção da identidade nacional pós-Independência e os valores e papéis atribuídos às línguas na sociedade cabo-verdiana, precisamos retomar produções literárias e jornalísticas anteriores às revistas *Claridade* e *Certeza*.

1.2.1. *Os nativistas*

Os primeiros cabo-verdianos que tematizaram a “cultura cabo-verdiana” e estabeleceram a díade nós/eles, respectivamente, cabo-verdianos/portugueses, foram os *nativistas* (nos primeiros 20 anos do século XX). O nativismo é caracterizado como um movimento literário e político, cujos autores fundadores produziram textos literários (especialmente poéticos) e jornalísticos com teor reivindicatório em favor do povo cabo-verdiano.

Lima (2005), discutindo a produção de um autor nativista, afirma: “Em torno da ‘REVISTA CABO VERDE’, editado na então Metrópole, Eugénio Tavares, Luis Loff de Vasconcellos, Pedro Cardoso, entre outros, formam uma ‘Elite Cultural **Nativista**’ que bate pelo desenvolvimento e dignidade moral e material de Cabo Verde, pelo respeito da África e dos africanos, mas sempre no quadro da Mãe-Pátria [integrava Metrópole e o Império Ultramarino]” (pp. 4-5). Para além dessa revista, o grupo de nativistas foi associado ao Jornal *A Voz de Cabo Verde*, fundado em 1911, na cidade da Praia, na ilha de Santiago.

“(…) nas páginas de *A Voz*, intelectuais como Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, Corsino Lopes, Luis Loff de Vasconcellos, protagonizaram, ao longo de anos, uma polémica sobre o “nativismo” (que começara no século passado e se prolongaria até aos anos 30). **Nativismo que, no essencial, se baseava no amor à terra** (por vezes referida como “pátria caboverdiana”) **crioula, no orgulho de ser caboverdiano**, o que, para o pensamento político da época, não contradizia o facto de ser português também.

(…)

Na história da libertação caboverdiana, a geração de *A Voz* permanecerá como a dos homens que lutaram, de acordo com as condições do seu tempo, pela emancipação política, económica, e cultural de Cabo Verde no quadro republicano português. No plano literário, seria ainda necessário esperar um quarto de século pela independência face ao colonizador, e, no plano político, só com Amílcar Cabral e seus companheiros se elaboraria o discurso nacionalista, de ruptura com o colonialismo” (Pereira, 1979, p. 43) (grifos meus).

Como indica Pereira (1979), a produção nativista esteve inserida no quadro das idéias e políticas republicanas que se estabeleceram em Portugal e repercutiram na política colonial no ultramar português.

Em Cabo Verde, as primeiras inquietações políticas populares de reivindicação dos direitos à liberdade e à igualdade (em relação ao colonizador, ao metropolitano) foram influenciadas pela Revolução Liberal de 1820 e pela Independência do Brasil (1822). Associada a esses acontecimentos históricos anteriores, a instauração da República (1910) ampliou, nos habitantes dos territórios ultramarinos portugueses, a imaginação política da igualdade e da construção de uma cidadania lusitana.

Nos letrados cabo-verdianos especificamente, alimentou a esperança do fim da exploração e da desigualdade no sistema colonial e promoveu o anseio por participarem da política no sistema político português. “Era, pois, a República que simbolizava as esperanças das camadas letradas caboverdianas à igualdade de direitos com os portugueses da metrópole, à categoria de cidadãos portugueses.” (Pereira, 1979, p. 39). Entretanto, as esperanças do grupo letrado não se concretizaram.

Descontentes com as condições de trabalho em que se encontravam – uma vez que esperavam participar dos trabalhos administrativos em Cabo Verde (os quais lhes foram negados), mas eram enviados para o trabalho agrícola em São Tomé – membros do grupo letrado cabo-verdiano observavam que eram preteridos em função dos próprios portugueses e que o discurso nacionalista e republicano não se confirmava na prática. Como não-portugueses, os letrados cabo-verdianos viram-se “na condição de *outro*” e passaram a negociar novos espaços sociais e políticos que poderiam ocupar, consolidando, a partir daí, a afirmação da elite letrada local.

Para demarcar a especificidade cabo-verdiana em relação aos portugueses metropolitanos, o grupo letrado dos nativistas afirmava a presença, na cultura cabo-verdiana, de elementos culturais africanos que marcariam a distinção entre o lusitano e o cabo-verdiano. Esse grupo formulou a cabo-verdianidade a partir da mestiçagem, entendida como o entrecruzamento de características portuguesas e africanas, indicando “uma dualidade de pertença e lealdade” (Fernandes, 2002, p. 76).

No discurso dos nativistas, a demarcação da presença de elementos africanos na cultura cabo-verdiana provém especialmente da influência que as idéias pan-africanistas exerceram sobre esse grupo. Eugénio Tavares²⁶, um dos principais autores do nativismo, foi exilado nos Estados Unidos por ter feito denúncias contra o governo de Cabo Verde. No exílio, teve contato com o pan-africanismo²⁷ e inseriu em seu discurso o mote da “África para os africanos”.

Em texto que expunha sua posição contra uma possível venda das colônias portuguesas para pagamento de dívidas do governo português, Eugénio Tavares defendeu a união dos cabo-verdianos aos demais africanos que viviam sob a colonização portuguesa para a busca de autonomia política. No texto, intitulado “Autonomia”, publicado no jornal *A Alvorada*, o poeta afirmou: “*Portugueses-irmãos, sim; Portugueses-escravos, nunca. Havemos de ter nosso Monroe*²⁸: *a África para os africanos*” (n.2, agosto de 1900). (grifos meus)

A autonomia política, pretendida por Tavares, não implicava a negação da nacionalidade portuguesa; antes, procurava garantir que os territórios ultramarinos portugueses se mantivessem sob o governo português. “Sim, nós somos nativistas. Amamos mais a Portugal que a todas as nações do mundo! Amamos mais a Cabo Verde que a todas as outras terras de Portugal! Mais adoramos o nosso lar que os lares dos nossos melhores amigos” (Tavares, *A Voz de Cabo Verde*, 1912).

²⁶ Nasceu na ilha Brava, em 18 de outubro de 1867; faleceu em 1 de junho de 1930. Teve aulas de Filosofia, Língua Latina e de Teologia. Representava um setor “das elites caboverdianas (proprietários agrícolas, comerciantes, funcionários), cujos interesses económicos e políticos eram já diferentes, por um lado, das massas populares das ilhas e, por outro, da burguesia metropolitana”. (Pereira, 1987, p. 43)

²⁷ Segundo Hernandez (2005), o pan-africanismo surgiu nos Estados Unidos na virada século XIX para o XX, em paralelo com o projeto abolicionista, expressando “o descontentamento em relação à situação degradante do negro em todo o mundo” (p. 138). Ao reivindicar melhores condições para os negros, o pan-africanismo englobava a idéia de raça vigente nos meios culturais e políticos da época (ligada ao darwinismo, caracterizando o negro como inferior), mas, por outro lado, fazia com que o negro tivesse um espaço em que seria possível denunciar a violência, as injustiças e opressões sofridas. Ideologicamente, o pan-africanismo procura articular a questão do negro a uma identidade vinculada com o continente africano, recuperando a descendência africana e reivindicando a África como espaço, território da raça negra, criando o lema: A África para os africanos. Segundo Hernandez, o Pan-africanismo pode ser designado como o movimento negro de “vertente anglófona”, sendo o movimento Negritude a “vertente francófona” da luta por identidade e pela solidariedade racial.

²⁸ James Monroe foi presidente dos Estados Unidos (1817-1825). Monroe contrapôs-se à intervenção da Europa sobre os Estados Unidos e sobre os demais países da América e, promovendo os Estados Unidos a mediadores desses países, criou a sentença: “A América para os americanos”.

Eugénio Tavares, ao lado de Pedro Cardoso e Luis Loff de Vasconcellos, denunciou a falta de ação política diante da fome vivida pelo povo cabo-verdiano e a falta de instrução básica e secundária nas ilhas e se opôs à prestação de serviço pelos cabo-verdianos nos trabalhos agrícolas em São Tomé. Esses nativistas reivindicavam o progresso de Cabo Verde e colocavam-se como mediadores entre o governo colonial e os grupos populares, procurando concomitantemente reivindicar melhorias para o arquipélago e conscientizar o povo da necessidade dessas melhorias. Um trecho do texto “Ao povo caboverdeano” (1910), de Eugénio Tavares, explicita o lugar de mediação construído pelo grupo:

“A ti Lázaro, me dirijo”, assim começa o texto, “Vítima da dissolução do meio em que fadegas; pessoa civil sem valor real; força política sem consciência de direito; dizer-te vivo para o dever, é caluniar a tua incapacidade cívica e intelectual. (...) O que têm feito, por ti, esses que, com proficuidade, podem exercer benéfica acção, moral e política? Quando é que, para elevar teu nível moral ou econômico, sacrificaram elles, a mínima parcella do seu tempo ou do seu dinheiro? Quando é que deixaram de baldrocar com a tua confiança? Quando, se cançaram de abusar da tua ignorância? (...) E tu? Tu dormes. Dormes, e não há meio de te acordar; (...) dormes o somno cataléptico de que só se acorda nos humbraes da morte. E dormes porque te falta a comprehensão dos teus direitos; (...)” (Tavares, apud. Lima, 2005)

Dirigindo-se ao povo cabo-verdiano, o autor recorre à segunda pessoa do singular (tu dormes, tua, ti) para designar e aproximar-se do seu interlocutor, e utiliza a terceira pessoa do plural (eles, sacrificaram) para referir-se àqueles que detêm o poder moral e político, a administração colonial. No texto, o autor procura apresentar-se como alguém que tenta (em vão) acordar o povo do sono provocado pela falta de conhecimento dos seus direitos. O poeta aponta a educação como uma necessidade do povo na busca por melhores condições de vida: “O futuro é a instrução racional aplicada; é a educação livre, frutificando livremente; é a sciencia como o único caminho. É o bem como supremo ideal. (...) porque a Escola é a pedra angular da sociedade; e d’ella sae toda a luz que ilumina o futuro das nações, e converte os pagãos do preconceito e da mentira à santa religião da verdade e da sciencia” (idem.).

De forma retórica, Tavares dirige-se ao povo cabo-verdiano. A maior parte da população cabo-verdiana, entretanto, não poderia ler o texto por ser

analfabeta. Os leitores de Tavares são, portanto, o grupo letrado nativo ao qual o autor pertencia e os funcionários portugueses letrados da administração colonial. Tavares se posiciona assim como mediador entre os grupos populares sem escolarização e a administração colonial, que, segundo o autor, abandonou o povo cabo-verdiano ao sono da ignorância.

Tavares inclui-se no povo cabo-verdiano, mas se exclui dos grupos populares. Esses são caracterizados pela ignorância, que provém da falta de escolarização. Como o autor é escolarizado, é diferente dos grupos populares, das massas ignoras. No entanto, o autor partilha com esses grupos o fato de ser nativo da Província de Cabo Verde. Embora seja cabo-verdiano e, por isso, abandonado pela administração, conseguiu transpor algumas barreiras criadas pelo colonialismo. É essa diferença que o separa das massas e que permite ao grupo letrado incumbir-se da mediação entre sistema colonial e grupos populares.

O movimento *nativista* promoveu a mestiçagem como espaço de luta contra a exploração e opressão colonial. A reivindicação por uma identidade mestiça, distinta daquela de seu Pai (o colono), apontava para a emergência das práticas e valores populares que permaneciam na sociedade cabo-verdiana apesar dos esforços dos colonizadores em coibi-las e extingui-las. Dentre essas práticas, ressaltamos as produções culturais populares em língua caboverdiana: *morna*²⁹, *fiçaõs* e *curcutiçãs* (estilos musicais característicos de Cabo Verde).

Os nativistas pesquisaram elementos da cultura popular e produziram em língua caboverdiana: Eugénio Tavares³⁰ é reconhecido por sua produção de mornas em língua caboverdiana. Segundo Lima (2005), através das mornas Eugénio Tavares deu sua “contribuição à coesão da sociedade cabo-verdiana”. Pedro Cardoso, importante autor nativista, é reconhecido como produtor de poesias em caboverdiano e por seu trabalho etnográfico de pesquisa de produções culturais populares. Sob o título *Folclore cabo-verdiano*, Cardoso publicou, em 1933, uma compilação de músicas e poesias colhidas nas ilhas Fogo, Santiago e Brava.

²⁹ A respeito da morna, ver CANIATO, Benilde Justo. “Morna – Expressão do Lirismo Cabo-Verdiano”. In: CANIATO, Benilde Justo. **Percursos pela África e por Macau**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

³⁰ Foi publicado em 1932 o livro **Morna – Cantigas crioulas**, de Eugénio Tavares.

As primeiras manifestações de afirmação da língua caboverdiana realizadas pelos nativistas consistiram na publicação de textos poéticos escritos nessa língua, na publicação de artigos de jornal e na apresentação de conferências que defendiam o uso do caboverdiano com a finalidade de refutar o argumento (corrente na época) de que essa língua era a principal responsável pela dificuldade de os cabo-verdianos aprenderem o português.

O grupo nativista, produzindo tanto em língua portuguesa quanto em caboverdiana, promoveu a língua caboverdiana como o símbolo do encontro cultural luso-africano, da mestiçagem. Essa língua passou a configurar-se como um componente central da identidade cabo-verdiana que o grupo tentava construir. Focalizaremos, no capítulo 3 de nosso trabalho, o debate sobre as línguas empreendido pelos nativistas e as relações sócio-históricas em que esse debate se produziu, ressaltando a constituição do grupo letrado como mediador sociocultural na sociedade cabo-verdiana.

1.2.2. *Os claridosos*

Promovendo um re-arranjo político e discursivo e gerando a formação e promoção de outro grupo de intelectuais cabo-verdianos, a instauração do Estado Novo em Portugal³¹ (em 1926) provocou o fortalecimento dos princípios e práticas de dominação colonialistas e, como conseqüência, tornou a garantia de alguma permanência da intelectualidade cabo-verdiana dependente do arrefecimento das tensões com o colonizador.

Os nativistas, por serem demasiado aguerridos nas reivindicações por melhorias nas condições de vida da população cabo-verdiana para o contexto do governo ditatorial português, foram substituídos, no papel de mediadores entre governo colonial e povo cabo-verdiano, por um grupo letrado cuja produção literária, jornalística e científica caracterizou-se como uma tentativa de re-aproximação com o lusitano e de crescimento da inserção dos cabo-verdianos

³¹ O Estado Novo português foi um regime autoritário, ditatorial, que durou de 1926 a 1974.

escolarizados na máquina administrativa colonial. Os principais intelectuais ligados a esse grupo veiculavam suas idéias e produções na Revista Claridade.

Em seu primeiro número (1936), no qual publicara textos em língua caboverdiana, a Revista Claridade causou impacto porque, “embora algumas idéias fossem próximas da política oficial”, propunha o encontro com a “terra-mãe” e expunha um “vínculo afetivo do cabo-verdiano ao [seu] território” (Hernandez, 2005, p. 530). O grupo claridoso, formado pelos intelectuais Baltasar Lopes, Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Jaime Figueiredo e José Lopes, passou a ser identificado, especialmente pelos críticos literários, como o enunciador de uma espécie de pré-nacionalismo. A crítica literária assinala que, no entanto, o discurso de grupo não constituía ainda a elaboração de independência política ou nacional em relação a Portugal. (Caniato, 2005; Ferreira, 1987)

Explorando os temas da seca, das crises e das fomes, os claridosos, entre os anos 30 a 50 do séc. XX, abordaram tanto em textos literários quanto em textos jornalísticos as condições climáticas e sociais de Cabo Verde. Trataram também do tema da emigração, focalizando o conflito vivido pelo cabo-verdiano diante da necessidade de partir e do desejo de permanecer em sua terra. A abordagem literária desses temas pelos claridosos deu-se sob a influência, em grande parte, do realismo português e da literatura brasileira. Leitores de José Lins do Rego, de Jorge Amado, de Marques Rebelo e de Manuel Bandeira, os intelectuais ligados à Claridade procuraram representar, na sua produção literária, a realidade vivida pelo povo cabo-verdiano. Ao se fixarem na realidade, os claridosos se diferenciaram dos nativistas, os quais tinham uma perspectiva romântica de Cabo Verde.

O movimento literário claridoso, ao definir aspectos que caracterizavam a cabo-verdianidade, constituiu-se, segundo a crítica literária, como “uma tomada de consciência regional”; os claridosos decidiram “romper com os arquétipos europeus e orientar a sua atividade criadora para as motivações de raiz cabo-verdiana” (Ferreira, 1987, p. 42)

Tematizando a cabo-verdianidade em verso e prosa, os claridosos reforçaram o papel da língua caboverdiana na constituição da identidade cabo-

verdiana. Na produção literária em prosa, os autores de Claridade inseriram na escrita em língua portuguesa vocábulos, estruturas sintáticas e expressões em língua caboverdiana, especialmente na fala das personagens caracterizadas como dos estratos sociais mais baixos. Dessa forma, criaram o “português caboverdianizado, que na linguagem segunda da narrativa ou da lírica se enriquece pelos mais variados processos de reconstrução lingüística: convivência, hibridismo, neologismos (...)” (idem, p. 74).

A inserção da língua caboverdiana na escrita literária, quando relacionada aos textos em que autores claridosos discutem as origens ou características dessa língua, auxilia-nos a compreender em que consiste a caboverdianidade, ou a regionalização, no dizer de Ferreira (1987) e de Hernandez (2005). Descrita como um dialeto do português e equiparada aos dialetos portugueses metropolitanos, a língua caboverdiana é um símbolo da presença da cultura portuguesa em Cabo Verde, que é apresentada como predominante no processo de mestiçagem do povo cabo-verdiano. A cultura cabo-verdiana, formada no encontro de portugueses e africanos, revela a predominância e a força da civilização portuguesa, que se sobrepôs à cultura africana.

O movimento literário e político claridoso caracterizou-se, segundo Anjos (2002, 2003) e Fernandes (2002), pela “equiparação do mestiço ao europeu, levando à desqualificação ou subordinação de todas as manifestações culturais sub-regionais não coincidentes com o estatuto do assimilado ou com a nova versão da mestiçagem” (Fernandes, 2002, p. 80). A mestiçagem, na versão do grupo claridoso, caracterizava-se pelo apagamento da presença negra e o retorno e reforço da ideologia de branqueamento social pelo acesso aos bens simbólicos: a educação levaria o povo cabo-verdiano a compartilhar a cultura e as práticas sociais lusitanas, abandonando as heranças africanas.

No processo de identificação da caboverdianidade efetuado pelos claridosos, considerando que o branqueamento social implicava a separação e o isolamento daqueles que não compartilhavam os bens simbólicos mínimos exigidos para a ascensão, na medida em que as diferenças entre os grupos locais iam sendo construídas, afirmava-se como positiva a lusitanidade/ o

branqueamento e negativa a africanidade/ a negritude. Nesse sentido, ainda que se possa apontar a Revista *Claridade* como produção cultural essencialmente cabo-verdiana, não se pode negar que a identificação construída revela-se intrinsecamente ligada à política assimilacionista. Talvez por isso *Claridade* tenha sido publicada livremente, enunciando uma construção de identidade própria de Cabo Verde, mesmo quando a Metrópole impunha às colônias um acirrado controle político com o cerceamento das vozes locais.

O discurso sobre a identidade cabo-verdiana produzido pelos claridosos, em relação aos portugueses, propiciava que os intelectuais se afirmassem como partícipes de um mesmo universo cultural e científico, portanto, capazes de compor uma parceria no projeto colonizador, servindo, sobretudo, como funcionários da administração colonial na África portuguesa. Além disso, as características culturais africanas que ainda restavam ao grupo letrado claridoso garantiriam a eficiência e a eficácia na comunicação com o nativo africano das colônias portuguesas.

Em relação aos cabo-verdianos, o discurso elaborado pelos claridosos autorizava a participação desse grupo letrado na administração colonial e possibilitava que o grupo claridoso constituísse as bases para sua auto-afirmação como mediadora local entre a sociedade cabo-verdiana e os bens culturais (e materiais) disponibilizados por Portugal. No terceiro capítulo de nosso texto, focalizaremos as implicações da construção desse grupo como mediador entre sistema colonial e povo cabo-verdiano para a elaboração dos discursos sobre a língua e a política lingüística cabo-verdiana.

1.2.3. *Os militantes*

O movimento claridoso influenciou uma nova geração de letrados a formular novas expressões da cabo-verdianidade, que se caracterizaram por terem extrapolado o regionalismo proposto pelos claridosos e configurado um discurso nacionalista cabo-verdiano. “À *Claridade* sucede a geração de *Certeza* (1944). Nem sempre o conceito de geração corresponde a uma demarcação

estética ou ideológica, como nesse caso. O grupo de *Certeza* vem perfilhar o ponto de vista neo-realista. São, portanto, marxistas.” (Ferreira, 1987, p. 51).

Produzindo sob as influências do marxismo e da Segunda Guerra Mundial³², segundo Hernandez (2005), os escritores de *Certeza*, como outros grupos letrados na África, começaram a questionar o conceito de “civilização” sob o qual se auto-designavam os governos coloniais europeus. Questionando esse conceito e vendo-se submetidos à condição de explorados (tanto no que se refere à exploração dos homens como massa de manobra na guerra quanto no que se refere à exploração sócio-econômica das colônias), grupos letrados africanos passaram a reivindicar lealdade à Terra-Mãe África e o fim da dominação imperialista colonial.

Em Cabo Verde, os ecos dos discursos antiimperialistas e anticolonialistas africanos se fizeram ouvir pelos autores de *Certeza* e do *Suplemento Cultural* (1958). Esses autores, influenciados também pelo pan-africanismo, tematizaram politicamente a África e aproximaram a cabo-verdianidade da negritude e da africanidade, distanciando-se de Portugal e promovendo um discurso nacionalista. “É assim que uma nova perspectiva em relação à situação colonial surge já próximo à década de 60 e nesta se vai prolongar e aprofundar.” (Ferreira, 1987, p. 56). A militância política e o discurso reivindicatório que marcaram os textos escritos em *Certeza* e no *Suplemento Cultural* generalizaram-se nas produções dos poetas de Sèló, suplemento do jornal *Notícias de Cabo Verde*.

Em Cabo Verde, à elaboração discursiva da identidade cabo-verdiana regionalista enunciada pelos *claridosos* seguiu-se e, em larga medida, contrapôs-se a identidade formulada pelos autores de *Certeza*, *Suplemento Cultural* e *Sèló*. Essas diferentes perspectivas da cabo-verdianidade desenvolveram-se como manifestações literárias que conviveram no decorrer da década de 50. Nos anos 60, a Revista *Claridade* deixou de ser publicada e a produção poético-literária dos

³² A África tornou-se também, durante a Segunda Guerra Mundial, um espaço de confrontos militares. Os governos coloniais, especialmente o britânico e o francês, convocaram para a guerra em solo africano colonos e colonizados. Além disto, os africanos foram convocados também para a guerra em território europeu para defender os governos coloniais aos quais estavam submetidos.

militantes foi paulatinamente cedendo espaço à produção de ensaios de cunho sociológico e político. Enquanto esses autores produziam suas reivindicações em solo cabo-verdiano, jovens estudantes³³ organizavam-se em movimentos anticolonialistas na Europa.

A construção de uma identidade cabo-verdiana efetivamente descolada da imagem do colonizador, que Ferreira (1987) atribui aos autores de *Certeza* e do *Suplemento*, era produzida também, já na década de 40, na Casa do Estudante do Império (CEI), em Portugal. A CEI abrigava em Lisboa os alunos africanos dos territórios ultramarinos portugueses a quem o governo português concedia bolsas de estudo para os cursos universitários. Dentre esses estudantes, destacava-se o cabo-verdiano Amílcar Cabral. Fortemente influenciado pela leitura dos textos divulgadores do movimento político-literário da Negritude³⁴ e conhecedor da produção literária do grupo *Certeza*, Cabral passou a escrever sobre a cabo-verdianidade. Seus primeiros escritos compunham-se de textos poéticos e de ensaios que versavam sobre a literatura cabo-verdiana produzida até então, especialmente sobre o movimento literário dos *claridosos*.

Empenhado na luta contra a dominação imposta às colônias portuguesas na África, A. Cabral uniu-se a outros estudantes africanos lusófonos residentes na CEI que já vinham debatendo os problemas da África Portuguesa decorrentes do colonialismo. Formavam um grupo de jovens, oriundos da pequena burguesia urbana africana³⁵, revoltado contra o colonialismo e com a vantagem de

³³ Hernandez (2005) indica que a união entre estudantes, intelectuais e imprensa foi um dos principais propulsores do fim do colonialismo português. Embora Fernandes (2002) atribua exclusivamente ao grupo de estudantes da CEI a formulação de uma identidade descolada do colonizador, entendemos, em acordo com Hernandez (2005), que o grupo letrado que produziu em Cabo Verde também desempenhou papel fundamental na elaboração dessa nova identidade.

³⁴ A Negritude é um movimento que nasceu como manifestação literária dos estudantes africanos das colônias francesas que viviam na França na década de 30. Buscava expressar o modo de ser e viver do Negro e tentava construir uma identidade própria africana, propondo a “reafricanização dos espíritos” e o “retorno às origens”. O movimento recobriu-se de um caráter político: os estudantes passaram a utilizar seus textos para se manifestarem contra o colonialismo. Eles se engajaram na luta política pela libertação da África e denunciaram a condição de exploração e dominação sob a qual viviam os africanos.

³⁵ Cabe assinalar que os poucos africanos que chegavam aos estudos universitários eram filhos de famílias abastadas que podiam custear os estudos. No período, as poucas escolas secundárias estavam situadas nos principais centros urbanos e eram em número bastante reduzido, de modo que a maioria dos alunos provinha de famílias residentes nesses locais. Os jovens que não eram desses centros urbanos e desejavam prosseguir os estudos deviam custear sua estadia nesses centros. Em relação ao curso superior, essa situação agravava-se, pois apenas os alunos que se destacavam no ensino secundário eram indicados para o curso universitário em

possuírem instrução e cultura. Esses jovens tinham como bandeira a “reafricanização dos espíritos”, que orientou a construção de uma nova identidade.

A formulação de um novo discurso sobre a identidade cabo-verdiana desenvolveu-se num contexto de confronto cultural vivenciado pelos estudantes na Metrópole. Defrontados com a prática social discriminatória na metrópole, distinta do discurso assimilacionista propagado pela educação nas colônias, os jovens viram-se diante das diferenças culturais entre africanos e europeus, especificamente entre portugueses-africanos e portugueses-metropolitanos. Os estudantes viram-se diante da necessidade de construir novos referenciais identitários, pois experimentaram “sua mais dolorosa negritude” (Fernandes, 2002, p. 141).

Na tentativa de reconstruir sua identidade, os estudantes aproximaram-se mais dos africanos e, conseqüentemente, dos movimentos políticos anti-coloniais que se consolidavam entre os estudantes colonizados francófonos residentes na Europa. Orientados pelos projetos de reafricanização dos espíritos e de retorno às origens africanas e influenciados pelo discurso marxista antiimperialista, os estudantes lusófonos entendiam que a luta pela independência das colônias portuguesas implicaria o retorno dos estudantes a seus países de origem e sua aproximação aos grupos. Essa aproximação proporcionaria a identificação dos estudantes com a cultura popular e o retorno às origens pré-coloniais.

Acreditava-se que os elementos característicos da identidade africana só poderiam ser encontrados na cultura original anterior à influência da cultura portuguesa, de modo que a construção de novos referenciais de identidade implicava assumir a cultura popular (menos influenciada pela cultura do colonizador) como condição de superar a marginalidade sociocultural em que viviam como assimilados.

Segundo esses jovens estudantes militantes, a política assimilacionista produziu uma pequena burguesia afastada das práticas culturais populares e fez

Portugal. Além disso, apenas uma parte do ensino era custeada pelo governo português, de forma que a família deveria também custear o ensino de seus estudantes.

com que esse grupo assumisse a cultura hegemônica, a cultura escolar. A cultura popular teria sido “preservada” pelas massas populares que não tiveram acesso à escolarização, ao contato com a cultura dominante. Assim, a cultura dominante – estrangeira e escolar – estaria representada pela pequena burguesia, e a cultura popular seria representada pelos grupos populares.

Diferentemente, no entanto, dos demais africanos, os cabo-verdianos não podiam retornar a uma identidade pré-colonial porque essa não existia. O povo cabo-verdiano e a sua cultura se constituíram exatamente no sistema colonial; portanto, é difícil separar as matrizes africanas das portuguesas. Assim, o retorno a Cabo Verde não implicaria o encontro com uma cultura africana “pura”. Por essa razão, a união entre os estudantes cabo-verdianos e os africanos das demais colônias portuguesas na África na luta pela independência ocorreu menos pela identificação com uma origem comum e mais pela identificação com a condição de dominado.

Para Fernandes (2002), Cabral, que liderou a união entre cabo-verdianos e outros estudantes colonizados lusófonos, inscreve uma nova perspectiva identitária que é distinta tanto da Negritude (como retorno às origens, às tradições pré-coloniais) quanto da perspectiva dos assimilados (que negavam a cultura popular); nessa nova identidade, cultura popular e cultura dominante seriam articuladas, resultando em novos elementos culturais.

A materialização político-partidária efetiva desse embate cultural promovido pelos estudantes cabo-verdianos ocorreu com a fundação do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, por A. Cabral. Eram princípios fundamentais do partido: sua união/unidade com a luta contra a dominação da África, a necessidade de os Quadros “esclarecerem” as massas populares, a necessidade (concomitante) de retorno à cultura popular “preservada” pelas massas e a atribuição de uma importância fundamental à participação dessas na luta nacional.

Em texto do partido que visava a propagar suas idéias junto à população cabo-verdiana, foram expostos como objetivos principais do PAIGC: “CONQUISTAR A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DOS POVOS DA GUINÉ E EM

CABO VERDE” e “CONSTRUIR A PAZ, O PROGRESSO E A FELICIDADE DO POVO DA GUINÉ E CABO VERDE” (PAI/Cabral, 1960).

Esse mesmo texto afirma que, após a Independência, a construção da paz, do progresso e da felicidade demandaria: a liquidação da dominação estrangeira; a liquidação da exploração do trabalho, da sujeição humana e da exploração e desigualdade econômica; a liquidação da miséria, da ignorância, do medo e do analfabetismo; a promoção de desenvolvimento econômico; o estabelecimento de uma legislação que garanta as liberdades, o trabalho e salários justos e iguais; a promoção da cultura e o desenvolvimento de valores humanos e da civilização do povo; a promoção social e cultural das massas; o desenvolvimento do ensino secundário e a criação do ensino universitário.

O projeto político-partidário produziu o entrecruzamento da luta pela libertação, que revelava um embate entre cultura popular e cultura escolar, com a afirmação da necessidade de apropriação da cultura portuguesa. A *promoção da cultura* e o *desenvolvimento da civilização* do povo, juntamente com o desenvolvimento do ensino secundário e a criação do ensino universitário, apontam para a valorização da cultura colonial/dominante. Essa era associada à modernidade, uma vez que englobava o saber científico. A promoção da cultura popular, por sua vez, implicava a valorização da tradição. Verifica-se que os autores ligados à luta de libertação das colônias viam a cultura como um fator de hierarquização cultural. Assim, a intervenção sobre a cultura visava a garantir o fim das desigualdades sociais, econômicas e culturais que se estabeleceram no sistema colonial.

No processo de integração entre tradição e modernidade, a língua portuguesa seria o veículo do conhecimento científico e a representante dessa modernidade. A língua caboverdiana³⁶, por sua vez, representaria um dos elementos da cultura popular, constituindo parte da identidade cabo-verdiana. Entretanto, segundo Fernandes (2002), o projeto da integração não se efetivou na

³⁶ Diferentemente dos *claridosos*, os militantes reconheceram as matrizes das línguas africanas na construção do caboverdiano e afirmavam a necessidade de identificá-las e estudá-las. Tal estudo deveria criar as condições para a valorização e padronização da língua caboverdiana, visando sua inserção no sistema educacional.

prática após a Independência. Prevaleceu o projeto da modernização – a interpretação científica do mundo, cuja concretização lingüística dava-se pela língua portuguesa. Para Fernandes (op. cit.), os dirigentes do partido que assumiram o poder Pós-Independência em Cabo Verde – por terem vivido o processo de escolarização – teriam sentido dificuldade em se desvencilhar da perspectiva assimilacionista da cultura dominante.

Nessa mesma direção aponta o trabalho de Bamgbose (2000), cuja análise das políticas lingüísticas dos países do oeste africano indica que as marcas do legado cultural colonialista se expressam pela manutenção da língua do colonizador na escolha da língua a ser usada pelo Estado após a independência. Esse será um dos aspectos abordados no decorrer de nossa investigação. Por agora, apenas o apontamos como um aspecto possível da constituição das políticas lingüísticas em Cabo Verde.

Os discursos que procuraram elaborar a cabo-verdianidade indicam movimentos de convergência e divergência em relação à política assimilacionista colonial portuguesa. A primeira elaboração da identidade cabo-verdiana, produzida pelos nativistas, procurou caracterizar a cabo-verdianidade como a mestiçagem, o encontro entre o português e o africano, em que elementos das culturas portuguesa e africanas dialogariam compondo uma identidade distinta da do colonizador por manter os laços com a África. A manutenção desses laços fazia com que o cabo-verdiano se definisse como um português em território ultramarino. Como tal, não era indígena (como os nativos de outras províncias ultramarinas) nem aceitava ser tratado como indígena (marginalizado, preterido em função dos metropolitanos).

O discurso sobre a cabo-verdianidade produzido pelos claridosos – produzindo, à semelhança dos nativistas, a distinção entre cabo-verdianos, indígenas e portugueses metropolitanos – buscou minimizar as marcas africanas na mestiçagem e reforçar a aproximação entre cabo-verdianos e portugueses. Os claridosos criaram uma cabo-verdianidade regionalista e buscaram maior inserção no sistema administrativo colonial.

A elaboração da identidade cabo-verdiana realizada posteriormente pelos grupos de *Certeza*, *Suplemento Cultural* e *Sèló* procurou romper o regionalismo claridoso, que afirmava ser Cabo Verde parte da Nação-Império de Portugal, e reivindicou para o país uma identidade nacional em que a cabo-verdianidade aproximou-se da africanidade.

O discurso elaborado pelos estudantes africanos militantes na metrópole portuguesa, engajados na luta anti-colonialista e antiimperialista, acentuou o caráter africano da identidade cabo-verdiana, defendendo a auto-determinação de Cabo Verde, ou seja, a independência e a constituição da nação cabo-verdiana. O grupo dos militantes fundou o Partido de Independência de Guiné e Cabo Verde que esteve à frente das negociações que levariam à independência do país.

Cumprir indicar que esse partido afirmou-se em Cabo Verde somente após abril de 1974. Nessa data, ocorreu em Portugal a Revolução dos Cravos, que deflagrou novas práticas políticas em relação às colônias. O novo governo democrático português, apoiado pelas Forças Armadas de Portugal, deu início a negociações com os movimentos independentistas das diversas colônias africanas portuguesas para pôr fim à guerra e iniciar o processo de descolonização. Nesse contexto, o PAIGC foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização da Unidade Africana (OUA) (que faziam o acompanhamento e a intermediação do processo de descolonização em África) como único representante legítimo do povo cabo-verdiano, de modo que as negociações do governo português foram realizadas com esse partido. Essas negociações duraram pouco mais de um ano. Nesse período, o PAIGC afirmou-se em Cabo Verde e divulgou suas idéias e ideais.

O PAIGC declarou a Independência do país e assumiu o poder em 05 de julho de 1975, dando início a um período de transformações sociais, econômicas e políticas. No decorrer dos anos que o PAIGC/PAICV³⁷ governou como partido único (1975-1991), foi promovida a expansão do ensino em Cabo Verde tanto em nível primário e secundário quanto superior. Uma das principais

³⁷ Em 1980, tendo abandonado o plano de unidade e rompido com a Guiné Bissau, o partido mudou de nome e passou a chamar-se Partido Africano para a Independência de Cabo Verde.

motivações para a expansão da educação era a necessidade de formação de profissionais para o desempenho das funções administrativas. Além disso, como princípio do partido, para o desenvolvimento econômico do país, faziam-se necessários a promoção da cultura letrada e o desenvolvimento da escolarização.

Por ser Cabo Verde um país com poucas possibilidades de desenvolver a agricultura e a pecuária, o Estado tornou-se o principal propulsor econômico, tornando-se também o principal empregador nas ilhas. A inserção no quadro de funcionários demandava formação/escolarização. A necessidade de funcionários para a administração promoveu a formação de Quadros, que tinham a possibilidade de maior mobilidade social a partir da escolarização e, conseqüentemente, da apropriação dos bens simbólicos que davam acesso a melhores postos de trabalho.

As mudanças nas condições de acesso à educação e ao trabalho abriram novas perspectivas de mobilização social para os grupos populares e promoveram um relativo crescimento do estrato médio da estrutura social. Entretanto, apesar da expansão do ensino (especialmente, do ensino básico), os cursos secundários e universitários mantiveram-se ainda bastante restritos, como indicam dados do Censo do ano 2000. Desde a Independência fora promovida a ampliação do sistema educacional, mas, mesmo assim, em 2000, 17% da população ainda não tinham freqüentado a escola nenhuma vez; 55,5% da população (de quatro anos e mais) tinham concluído o ensino básico; apenas 18,6% concluíram o ensino secundário³⁸, e 1,1% concluíra o ensino superior.

No contexto das transformações sócio-econômicas deflagradas com a Independência, abriram-se debates sobre as questões lingüísticas do país. Parte desses debates envolvia a oficialização da língua caboverdiana. Esse mesmo contexto de mudanças gerou contradições entre a política lingüística efetivada (que assumiu a língua portuguesa como língua de escolarização e da administração) e os debates sobre o tema da oficialização do caboverdiano.

³⁸ Uma parte da redução do número de alunos no ensino secundário deve-se a problemas lingüísticos, pois muitos reprovam ou desistem dos estudos devido às dificuldades de aprendizagem da língua portuguesa. Essa é ensinada como língua materna desconsiderando-se o fato de a língua materna em Cabo Verde ser a caboverdiana.

Concomitante com esses debates, o processo de desenvolvimento sócio-econômico exacerbou conflitos lingüísticos latentes na sociedade cabo-verdiana que podem ser remetidos a períodos anteriores à Independência. Uma vez que a educação/escolarização, condição fundamental para a participação no trabalho administrativo, desenvolvia-se em língua portuguesa, o português foi reforçado como símbolo da ascensão social e de apropriação dos bens simbólicos que podem conduzir à apropriação dos bens materiais. Dessa forma, a educação constituiu-se em um bem simbólico a ser apropriado. Como tal, seu prestígio foi reforçado.

Essa situação permite associar a situação lingüística de Cabo Verde à noção de conflito lingüístico – como luta de classes – desenvolvida pelos sociolingüistas catalães e assumida por Hamel (1988). Uma vez que a aquisição da língua portuguesa dá-se principalmente via escolarização, que os grupos populares são compostos sobretudo pelos não-escolarizados e/ou com baixa escolaridade e que a língua do cotidiano informal é a caboverdiana, pode-se depreender que esses grupos sociais têm menos domínio da língua portuguesa e são monolíngües em caboverdiano (na sua maioria, especialmente os que vivem em locais mais afastados dos centros urbanos).

A língua portuguesa é usada principalmente em situações de trabalho que exigem maior formalidade, como em alguns setores do serviço público (primeiro e segundo escalões) e do serviço privado (advocacia, medicina, magistério, jornalismo etc.). Esses postos de trabalho são ocupados sobretudo por sujeitos escolarizados, principalmente com formação universitária. Devido à sua condição salarial, esses trabalhadores acabam por integrar os estratos médio e alto da estrutura social. A língua portuguesa é, então, usada pelos membros desses grupos sociais, que, tendo como sua língua materna o caboverdiano, são os poucos bilíngües da sociedade cabo-verdiana.

Esse quadro configura uma situação de conflito lingüístico, caracterizada pelo monolingüismo em língua caboverdiana dos estratos sociais baixos e pelo bilingüismo dos grupos médios e altos. Tal situação integra o quadro sociológico caboverdiano e deve ser entendida no interior desse, como afirmam

Hamel (1988, 1993) e Calvet (2002). Na composição desse quadro, um dos fatores de maior relevância é a constituição do Estado de Cabo Verde sob o legado do colonialismo. Ainda que os novos dirigentes tentassem buscar suas raízes na cultura popular, a herança cultural colonial – que se enraizara entre os grupos nativos dominantes devido à política assimilacionista difundida via educação escolar – parece ter se mantido e se reforçado no decorrer do tempo.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS *IN VITRO* NO PERÍODO COLONIAL E A NAÇÃO PORTUGUESA INTERCONTINENTAL

De qualquer modo, não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, status, política e ideologia.
(Hobsbawm, *Nações e Nacionalismos*)

“Essa comunicação dirigida [política lingüística que insiste no uso da língua dominante no ensino] é chamativamente isomorfa da economia “dirigida” instaurada pelo colonialismo”
(Calvet, *Lingüística y Colonialismo*).

2. Introdução

Calvet (2005), no livro *Lingüística y Colonialismo*, discute as relações entre língua, estudos lingüísticos e dominação lingüística e social. Um dos principais objetivos do autor nesse texto é mostrar que os estudos sobre linguagem³⁹ produzidos no decorrer dos séculos XVI a XX auxiliaram na construção da dominação, do colonialismo. Entendendo que os estudos sobre linguagem não podem ser dissociados da visão social e política que é dominante na sociedade, Calvet ocupa-se principalmente dos mecanismos de dominação de uma língua sobre outra(s) como instrumentos de dominação entre povos, grupos sociais.

Segundo Calvet, o processo de dominação lingüística tem os seguintes componentes: 1. Componente econômico: as origens dos conflitos lingüísticos podem ser encontradas nos conflitos econômicos e sociais, no modo de produção “resumindo, no colonialismo como fenômeno econômico e político”. 2. Componente jurídico: Uma vez que uma comunidade está sob a governação/o aparato técnico-administrativo de um Estado, o colonialismo implica a emanção

³⁹ Não nos ocuparemos, neste trabalho, especificamente dos estudos sobre linguagem, pois nosso enfoque está sobre as políticas lingüísticas e, conforme a necessidade da análise, sobre os usos lingüísticos. Interessamos, portanto, a discussão que o autor desenvolve sobre os mecanismos de dominação social e lingüística.

de sua legislação e de seus modos de reprodução. 3. Componente ideológico: há dispositivos do pensamento colonial que confluem para a formação de uma visão de mundo que assegura a dominação. Em Cabo Verde, por exemplo, a justificativa da inferioridade dos locais, especialmente a partir do século XX, fundamentou-se no uso de argumentos dos estudos em antropologia física, usados como instrumento ou dispositivo a serviço da colonização.

O processo de resistência lingüística lida com esses mesmos componentes econômicos, jurídicos e ideológicos. Para promover a resistência não basta, no entanto, que se redefinam os estatutos das línguas nos documentos jurídicos. É necessário que se mude a perspectiva ideológica sobre a qual se afirma a inferioridade lingüística. Essa mudança demanda o conhecimento dos discursos que veiculam a ideologia dominante e a desmobilização desses discursos.

Com base nessa perspectiva enunciada por Calvet (2005), explicitamos e analisamos a política lingüística *in vitro* em Cabo Verde no período colonial levando em consideração esses três elementos que compõem o colonialismo e a dominação lingüística: a conjuntura econômica, a construção e a utilização do aparato jurídico e as posturas ideológicas do colonialismo português.

Nossos principais objetos de análise são produzidos no campo administrativo-jurídico, pois a regulação do Estado sobre seu povo e seu território é que determina a necessidade de produzir políticas lingüísticas (políticas *in vitro*, conforme Calvet, 2002; 2007). A lei é, em si mesma, uma realidade que se refere ao modo como grupos dominantes representam a ordem social (Thomaz, 2001) e um espaço de veiculação da ideologia dominante. O aparato jurídico está, portanto, a serviço do Estado e dos grupos dominantes a ele ligados, construindo representações da realidade social e delineando-a em função dos seus interesses.

Os documentos analisados (Quadro 1), selecionados dentre os volumes publicados do Boletim Geral do Ultramar, compõem parte das determinações legais que orientaram o ensino nas colônias portuguesas e parte da legislação sobre os estatutos jurídicos e sociais dos povos nativos nascidos nas colônias.

Selecionamos textos legais e ensaios de teor sociológico ou histórico que fazem referências à língua portuguesa ou a línguas africanas.

Texto	Fonte	Data de produção
Decreto nº. 12.583 – Estatuto orgânico das missões católicas	Boletim Geral das Colónias	13/09/26
Decreto nº. 12.583 – Estatuto do Indígenas	Boletim Geral das Colónias	23/09/26
A instrução pública em Cabo Verde	Boletim Geral das Colónias	Mar.1929
Decreto nº. 18.570 – Acto Colonial	http://pt.wikisource.org/wiki/Acto_Colonial#Decreto - Lei_n..C2.B0_22_465.2C_de_11_de_Abril_de_1933	11/04/33
Acordo Missionário	http://www.campchabad.com/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_segst_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html	Jul. 1940
Decreto nº. 31.207 – Estatuto Missionário		
Decreto nº. 39.666 – Estatuto dos Indígenas	http://group.xiconhoca.com/2008/12/19/moc-hist-estatuto-dos-indigenas-portugueses-decreto-lei-39666-20-maio-1954/	20/05/54
Decreto-Lei nº. 203/74		15/05/74

Quadro 1: Textos analisados

Apresentamos abaixo uma relação de números do Boletim em que foram publicados textos que se referiam direta ou indiretamente à questão lingüística. Dentre os diversos textos publicados, selecionamos textos paradigmáticos das políticas lingüísticas desenvolvidas pelo Estado colonial em Cabo Verde. Os números dos boletins de onde extraímos os textos analisados neste trabalho estão assinalados.

Tema do texto	Nº.	Página	Data
Instrução em Cabo Verde	3	177	Setembro de 1925
Estatuto das missões católicas	17	132	Novembro de 1926
Estatuto político, civil e criminal	17	150	Novembro de

			1926
Ensino nas línguas indígenas	17	207	Novembro de 1926
Bases orgânicas da administração colonial	42	171	Dezembro de 1928
Instrução em Cabo Verde	45	172	Março de 1929
Instrução em Cabo Verde	45	196	Março de 1929
Instrução em Cabo Verde	45	246	Março de 1929
Estatuto político, civil e criminal	46	77	Abril de 1929
Instrução em Cabo Verde	62-63	142	Agosto de 1930
Instrução em Cabo Verde	64	124	Setembro de 1930
Instrução em Cabo Verde	79	97	Janeiro de 1932
Instrução em Cabo Verde	83	104	Maio de 1932
Língua Portuguesa – Expansão da LP	93	170	Março de 1933
Instrução em Cabo Verde	97	208	Julho de 1933
Crioulos de Cabo Verde	106	139	Abril de 1934
Expansão da LP no mundo	106	172	Abril de 1934
Expansão da LP no mundo	115	159	Janeiro de 1935
Expansão da LP no mundo	127	170	Janeiro de 1936
Expansão da LP no Oriente	138	160	Dezembro de 1936
Expansão da LP no Oriente	149	175	Novembro de 1937
A LP em Angola	164	133	Fevereiro de 1939
Defesa da LP nas colônias – Lei exigindo escrita em LP nas placas e letreiros e proibindo uso de estrangeirismo em Moçambique	184	107	Outubro de 1940
Defesa da LP nas colônias	192	141	Junho de 1941
Defesa da LP nas colônias	197	90	Novembro de

			1941
Defesa da LP nas colônias	198	118	Dezembro de 1941
(dialeto) Português de Malaca	203	9	Maio de 1942
(dialeto) Português de Malaca	208	3	Outubro de 1942
Ensino da LP na Rodésia	215	125	Maio de 1943
Ensino nas colônias	230-231	103	Agt. - set. de 1944
Literatura cabo-verdiana	240	306	Junho de 1945
Sobre o Estatuto do Indigenato	268	25	Outubro de 1947
A LP no Oriente	270	96	Dezembro de 1947
Estatuto dos Indígenas	351	212	Setembro de 1954
Estatuto das populações	417	101	Março de 1960
Ensino de adaptação	431	226	Maio de 1961
Política de integração	434-435	3	Agt. - set. de 1961

Quadro 2: Textos pertinentes ao estudo das políticas lingüísticas em Cabo Verde publicados no Boletim Geral do Ultramar.

Neste capítulo de nosso texto, analisamos também documentos relativos à educação⁴⁰ nas colônias portuguesas, especialmente Cabo Verde. Salientamos, entretanto, que não nos ocupamos das discussões específicas da educação. Os documentos voltados para a educação são analisados como um dos espaços em que se configuram *ações sobre as línguas* nas políticas lingüísticas *in vitro* (Calvet, 2002; 2007).

A configuração das políticas lingüísticas do período colonial em Cabo Verde é produto da política colonial portuguesa, que se caracterizava como uma *política de assimilação*. O Estado, para justificar as políticas implementadas, expunha objetivos “civilizadores”: primeiro, os africanos seriam civilizados pela

⁴⁰ Como mostra Calvet (2005), a empresa colonial age sobre as línguas mediante decretos, decisões políticas, planejamento escolar. Os documentos relativos à educação caracterizam-se, portanto, como instrumentos das políticas lingüísticas coloniais.

religião; depois, pela adequação aos modos civilizados (tecnologias) ocidentais. No processo civilizatório empreendido pelo governo colonial, a língua portuguesa caracterizou-se como um dos principais instrumentos da política colonial.

O projeto colonial de aporuguesamento dos africanos, que primava pela expansão da língua portuguesa, estava inserido numa política portuguesa internacional: Portugal apresentava-se às outras nações, em relação às colônias, como anti-racista e multirracial, de modo a garantir a possibilidade de *uma Nação* administrativamente dividida em províncias *em diferentes continentes*.

A construção da nação-império intercontinental portuguesa passou a ser expressa e consolidada especialmente após a Conferência de Berlim, de 1884-1885 – conhecida como a “Partilha da África”⁴¹. Nos séculos XV a XVII, ainda não se verificava a implementação de uma política lingüística deliberada com vista à construção da **nação**, no sentido de Estado-Nação que se forjou a partir dos séculos XVIII e XIX.

A construção do nacionalismo em Portugal ressoa *parcialmente* a constituição do nacionalismo europeu e caracteriza a política lingüística colonial portuguesa. Entendemos que cada Estado-Nação tem uma constituição própria e com características distintas, mas essa constituição se faz num contexto sócio-histórico mais amplo, que permite e promove aproximações no estudo da constituição do nacionalismo de diferentes Estados. O estudo do nacionalismo português foge ao escopo de nosso estudo, de modo que, ao apresentarmos algumas características constitutivas desse nacionalismo, o fazemos com vistas a compreender a inserção do critério lingüístico como critério de nacionalidade e com vistas a focar as políticas lingüísticas coloniais portuguesas no âmbito da construção e consolidação da idéia de nação portuguesa.

O século XIX, que viu o reforço das conquistas políticas de soberania dos Estados e de cidadania do século XVIII, e o início do XX foram marcados por grandes mudanças no cenário europeu e mundial: as independências das colônias americanas (de 1776, com a independência dos Estados Unidos, a 1822, com a

⁴¹ A esse respeito, ver BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. 2 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

independência do Brasil), as reconfigurações⁴² do mapa da Europa e a conseqüente exacerbação das políticas coloniais (a partir da Conferência de Berlim – 1885). Segundo Lara (2000), que historia o colonialismo português, no século XIX o liberalismo, a expansão capitalista e o espírito nacionalista geraram rivalidades entre as potências européias que tiveram repercussões no estabelecimento dos impérios coloniais.

Segundo Hobsbawm (2002), o desenvolvimento desse espírito nacionalista, em que a língua e a etnia tornaram-se centrais, deu-se no século XIX, quando os principais movimentos nacionalistas não-estatais (nomeadamente o alemão e o italiano), promovidos por comunidades de letrados, utilizaram o critério etnolingüístico como argumento para a construção da nação. A Europa fora tomada por uma “paixão romântica” pela redescoberta do folclore, entendido como cultura popular, que acabou por fomentar o critério étnico do nacionalismo. Além disso, a democratização crescente dos Estados e sua característica moderna administrativa, que demandava a participação dos cidadãos e os influenciava, fomentaram o nacionalismo.

Esse cenário de mudanças políticas e sociais fez com que três fatos fossem socialmente relevantes para a *imaginação da comunidade nacional*: “a resistência de grupos tradicionais ameaçados pelo rápido progresso da modernidade, as novas classes e estratos, não tradicionais, que rapidamente cresciam nas sociedades urbanizadas dos países desenvolvidos e as imigrações sem precedentes que distribuíram uma diáspora múltipla de povos através do planeta, cada um estranho tanto aos nativos quanto aos outros grupos migrantes⁴³ e, nenhum ainda, com os hábitos e convenções de coexistência.” (Hobsbawm, 2002, pp. 132-133).

Fishman (1971; 1975) aponta no mesmo sentido de Hobsbawm (op. cit.) ao mostrar que as condições básicas que permitiram o nacionalismo foram: as mudanças sociais (desenvolvimento econômico e democratização da política), a consciência de classe dos cidadãos e a urbanização. Fishman (op. cit.) indica

⁴² Podemos indicar dois grandes momentos de reconfiguração da Europa: o primeiro, quando se estabelecem e desenvolvem os Estados territoriais; o segundo, quando ocorrem as unificações da Alemanha e da Itália, o traçado “definitivo” da França e a Primeira Guerra Mundial, com a reconfiguração dos Bálcãs.

⁴³ Nesse sentido, Safran (2002), referindo-se aos grandes grupos de imigrantes que chegavam à França, aponta que eles precisavam ser integrados à sociedade e à economia o mais rápido possível. Para tanto, a língua francesa impunha-se como meio de assimilação desses imigrantes.

ainda que a elite letrada desempenhou papel fundamental na construção do nacionalismo, pois, na medida em que retomou a cultura popular, ajudou a construir a história, os símbolos, mitos e heróis, necessários à unidade e à autenticidade do grupo nacional. Paralelamente, a elite contribuiu para a formulação de políticas lingüísticas, que depois passaram a ser utilizadas pelo Estado na consolidação das línguas-de-poder e do nacionalismo.

Enquanto a administração estatal não precisou dirigir-se diretamente à população, restringindo-se à relação administrativa com os grupos dominantes, a língua não representava ainda um critério de nacionalidade; caracterizava-se como um instrumento de centralização do Estado. Na Europa e com matizes próprias em Portugal, na medida em que o governo precisou estabelecer modos de interligar os cidadãos ao Estado por meio de um aparato técnico-administrativo, a questão lingüística tornou-se uma preocupação do Estado, entendido como mecanismo político que dominava sobre um povo em um território separado de outros territórios por fronteiras e limites claramente estabelecidos. (Hobsbawm, 2002)

A escolha lingüística realizada pelo Estado estava a serviço do estabelecimento desse aparato, que implicava a escrita e demandava uma política de educação, pois não poderia haver intermediários entre os cidadãos e o Estado centralizado, como líderes, governos provinciais, igrejas, minorias étnicas e outras línguas (Safran, 1999). O modo como o Estado falava e fala aos cidadãos explicita-se, dentre outros, nas produções lingüísticas (textuais) das instituições ministeriais, judiciárias, fiscais, escolares, militares e políticas. Essa produção prevê a regularização de formas lingüísticas (gêneros do discurso com suas escolhas voltadas para a estrutura lingüística padronizada).

Para viabilizar a comunicação entre Estado e cidadãos, foram desenvolvidas atividades de planejamento lingüístico que visavam à construção de uma autenticidade lingüística (construção de uma historicidade de uso da língua, especialmente fixada pela escrita), à modernização (a língua deveria ser capaz de responder às demandas administrativas, da ciência e das artes) e à unificação da

língua (em todo o território deveria haver uma língua comum). Nesse sentido, Fishman (1971) afirma:

“Here we are dealing with more highly pressured situations in which language planning is of high priority not only because of ideological considerations but also because without it the new elites can neither communicate with each other about specialized elitist concerns while remaining within the limits of authenticity nor move the masses towards greater unification, authentication, and mobilization” (Fishman, 1971, p. 11).

Embrião do nacionalismo lingüístico/cultural, o proto-nacionalismo revela-se como um sentimento de pertença e lealdade a uma comunidade política. Nesse período embrionário, do ponto de vista dos cidadãos, língua, etnicidade, religião e sentimento de pertença eram critérios de pertencimento e lealdade intercambiáveis. Do ponto de vista do governo, a democracia demandava a criação de uma lealdade única ao Estado e de novas formas de legitimação do governo. Essas mudanças políticas e sociais decorrentes da democratização geraram transformações na perspectiva do nacionalismo lingüístico-cultural e fomentaram esse nacionalismo.

O proto-nacionalismo poderia constituir-se como uma ameaça ao poder/controlado do Estado pelo risco de os cidadãos se ligarem a grupos políticos distintos (como às classes dominantes). Mas, usado pelo Estado, poderia tornar-se um instrumento político poderoso se esse conseguisse tornar o nacionalismo lingüístico/cultural popular um componente emocional central na relação do Estado com os cidadãos. Para não ser abatido por movimentos de pertença/nacionalismos que se opunham ao Estado (patriotismo estatal), esse assumiu o nacionalismo⁴⁴ (língua, etnicidade, cultura).

A seleção de uma língua oficial passou a constituir também uma estratégia política de manipulação de uma nacionalidade pelo governo/Estado. Assim, “para os ideólogos do nacionalismo, tal como ele evoluiu depois de 1830 e se transformou no final do século, a ‘língua nacional’ poderia ser tudo menos pragmática e tranqüila. Para eles, a língua era a alma da nação e (...) o critério crucial da nacionalidade” (Hobsbawm, 2002, pp. 115-116).

⁴⁴ Hobsbawm (2002) mostra que os principais movimentos nacionalistas não-estatais da primeira metade do século XIX utilizaram o critério etnolingüístico.

Esse movimento nacionalista estatal implicou a associação entre princípios gerais (direitos do homem, direitos políticos do povo) e princípios particulares (uma língua, uma etnia e um conjunto de crenças e valores específicos), o que poderia gerar movimentos contranacionalistas por parte daqueles que se recusassem a estabelecer sua lealdade para o Estado. Manipuladas pelo Estado na busca pela lealdade dos cidadãos, a língua, a literatura e a cultura recobrem-se de um caráter político-ideológico. “De fato, a língua tornou-se um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real, como testemunham os vários movimentos para “nativizá-la” ou tornar seu vocabulário mais verdadeiramente nacional.” (Idem, p. 135)

A convivência das diferentes práticas lingüísticas e dos diferentes grupos lingüísticos em um mesmo território exigiu que o Estado produzisse uma categoria social, um artefato político-cultural: a língua materna. “A noção de língua materna nos remete, intuitivamente, à identidade lingüística do falante que a invoca e à comunidade lingüística cujos membros têm esta identidade em comum” (Wald, 1989, p. 89).

A construção de *uma língua materna* como traço unificador do Estado demandou a nativização da língua. Ao criar o mito da língua nativa comum ao grupo de falantes que ocupava um território e configurava uma nação, o Estado pretendia garantir que os falantes identificassem essa língua como unidade de comunicação interna ao grupo e, ao mesmo tempo, como fronteira simbólica que delimitava os falantes externos. “Em sua origem, a força do mito de uma língua materna provém, sem dúvida alguma, da ambivalência do mitema que permite resolver a oposição entre a idéia de uma língua materna única e o fato de que as práticas lingüísticas são múltiplas.” (Decrosse, 1989, p. 19). A língua materna tornou-se um símbolo do pertencimento a uma determinada realidade social: o Estado-Nação.

Tanto a utilização de uma língua pelo Estado que suprisse as necessidades administrativas quanto a construção de uma unidade simbólica ligada por essa língua exigiram o refinamento da padronização lingüística:

normatização, escrita, produção de textos literários, produção de dicionários. A imprensa e a escolarização exerceram papéis fundamentais no processo da padronização, pois asseguravam a divulgação dos padrões lingüísticos adotados. Essa escolarização pretendia-se universalista, uma vez que era concedido a todos os cidadãos o mesmo direito de competição e participação em relação ao Estado. Por outro lado, havia a necessidade de a elite manter-se. A manutenção da elite esteve constantemente ligada ao domínio tanto da “língua materna estatal” quanto da escrita e à restrição da escolarização.

Nesse contexto, com tonalidades próprias, Portugal também procedeu à construção da língua materna, que se opunha aos espanholismos, ao galego e aos provincianismos, fossem esses do Norte, do Sudeste ou do Centro-Sul, e às línguas do antigo reino de Leão, dentre as quais se destaca o mirandês. A língua materna assumida é a língua portuguesa que refletia o eixo do poder em Portugal (Lisboa-Coimbra).

2.1. *A política lingüística colonial portuguesa sob a regulamentação do Estado e a ação da Igreja Católica*

As transformações políticas, culturais e sociais que se processavam em grande parte da Europa (que se vai reconhecer como *Europa*⁴⁵ especialmente a partir da diferenciação com os indígenas do Novo Mundo) – as reformas religiosas (séc. XVI) e as revoluções (Rev. Francesa – séc. XVIII; Rev. Industrial – séc. XIX), a minimização da influência da Igreja Católica sobre o Estado – foram vivenciadas também por Portugal, mas esse país manteve o vínculo do Estado com a Igreja⁴⁶, tanto na metrópole quanto nas colônias.

⁴⁵ Europa entendida como unidade interna, como a união dos seus Estados-Nações, que se opõe às Américas e à África.

⁴⁶ Dessa ligação entre Igreja e Estado derivou a presença do ensino da língua latina. O material didático usado na escolarização parecia mais voltado para o catecismo que para a alfabetização, como mostra Mattos e Silva: Comparando-se, sinteticamente, a *Cartilha* bilingüe e anônima tamul/português e a *Cartinha* de João de Barros, salta logo à vista a maior elaboração lingüístico-pedagógica desta, além da qualidade gráfica e, por que não dizer, a imaginação didática do erudito quinhentista que foi João de Barros. Também se apresentam mais elaborados o que chamarei de princípios de iniciação à doutrina cristã. *Ambas, contudo, dão mais peso ao catecismo que à alfabetização. Parece-me.* (ver página) (grifos meus)

Embora grande parte das justificativas do colonialismo se fundamentasse na tentativa de cristianização e civilização dos povos, dentre as principais causas da empresa colonial portuguesa destacam-se: 1. as crises sócio-econômicas vivenciadas por Portugal com a decadência do modelo feudal; 2. a queda dos preços dos produtos agrícolas; 3. o crescimento dos centros urbanos; 4. o desenvolvimento do comércio como atividade econômica mais rentável; e 5. uma crise política (no final do século XIV), que levou D. João I ao poder, centralizando-o no eixo Coimbra-Lisboa. (Lara, 2000, pp. 58-59)

Os motivos econômicos que levaram Portugal aos descobrimentos foram associados aos interesses da Igreja Católica, que consentia e apoiava o expansionismo português em nome da ampliação do domínio cristão⁴⁷. “Eram diversos os sinais que indicavam a crescente importância do comércio transportada pelas estruturas de uma luta religiosa. Em outras palavras, não há como negar que o desejo de dominação era justificado como uma nobre missão religiosa.” (Hernandez, 2005, pp. 503-504) O entrelaçamento da Igreja Católica e da política expansionista e comercial portuguesa caracterizou a política colonial portuguesa em Portugal e no seu “império ultramarino”.

Mesmo com a Reforma Pombalina⁴⁸, esse vínculo não foi completamente rompido. Influenciado pelas idéias iluministas, o Marquês de Pombal procurou minimizar o controle religioso na administração da educação tanto em Portugal quanto nas colônias. Dessa forma, garantiu que fosse formada uma elite letrada leiga e, concomitantemente, que os grupos alfabetizados pudessem ser incorporados à administração, assegurando a governabilidade do Estado. (Cavalcante, 2008; Almeida, 2002)

⁴⁷ Algumas Bulas Papais explicitam o apoio da Igreja ao empreendimento das conquistas portuguesas, como as Bulas do Papa Nicolau V – que ratificava as conquistas portuguesas do Norte da África à Costa da Guiné e que autorizava os portugueses a invadirem e conquistarem “terras dos infiéis e dos pagãos” – e a Bula do Papa Leão X, que confirmava a concessão a Portugal das terras que conquistasse. Em relação ao Norte da África, o apoio da Igreja Católica a Portugal, já no século XIII, se fazia pelo patrocínio, com “generosas indulgências”, para a Reconquista desse território à Santa Fé, tirando-o das mãos do Islamismo.

⁴⁸ A Reforma Pombalina (no século XVIII) expulsou os jesuítas das colônias portuguesas, impulsionou o ensino básico e o uso da língua portuguesa e estabeleceu rígidas restrições às línguas locais. Nesse sentido, em Cabo Verde, restringiu os espaços de uso da língua caboverdiana, proibindo seu emprego nos espaços educacionais e administrativos.

A Reforma Pombalina (meados do séc. XVIII), que primeiro ocupou-se de assuntos comerciais e militares, focalizou a escolarização, tanto no que se referia às primeiras letras quanto ao ensino superior. Enquanto que a reforma na Universidade de Coimbra (1772) caracterizou-se pela introdução do ensino das ciências exatas e biológicas, a reforma no ensino das primeiras letras foi marcada pela estatização das escolas de ler, escrever e contar, que fez com que crescesse o número de alfabetizados.

Como se observa na Reforma Pombalina, o Iluminismo português por vezes foi marcado por um caráter católico: a Reforma manteve o ensino religioso e mesmo uma certa dimensão religiosa na educação, com a permanência de textos para leitura e escrita ligados a matérias da Igreja e com a formação moral das crianças revestida de um caráter religioso. (Cavalcante, 2008)

Portugal, no século XIX, formulou e concretizou algumas de suas principais políticas coloniais. No cerne dessas políticas estão as políticas lingüísticas do sistema colonial português, cuja implementação conjugou as forças do Estado e da Igreja. Fundamentado em uma política assimilacionista, o sistema colonial passou a incentivar ainda mais o que se caracterizava como o rompimento com os modos tradicionais africanos e a adoção da **língua** e da cultura portuguesa. Ao se tornarem portugueses “através da Igreja Católica, da *língua* e da tecnologia portuguesa” (Lara, 2000, p. 40) (grifo meu), aos colonizados era concedido o direito à cidadania, podendo votar e ocupar cargos administrativos e tornando-se “iguais” aos portugueses.

O direito à cidadania lusitana para os africanos foi instituído pelo Estatuto do Indigenato⁴⁹, estabelecido pelo decreto nº. 12.583, de 23 de outubro de 1926⁵⁰, que aprovava o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de*

⁴⁹ Para que um colonizado fosse considerado cidadão português, a política portuguesa colonial exigia que ele falasse português e tivesse concluído a escolarização mínima. Embora esse Estatuto nunca tenha sido aplicado em Cabo Verde - uma vez que havia o pressuposto de que os habitantes do Arquipélago eram mais assimilados que os indígenas de Moçambique, Angola ou Guiné Bissau - a ideologia do civilizado como aquele que adota os padrões socioculturais lusitanos foi difundido por todo domínio colonial português. (Graça, 1997, p. 66) GRAÇA, Pedro Borges. “Fundamentos culturais dos países africanos lusófonos. O legado colonial.” IN: AFRICANA, Porto, 1997)

⁵⁰ Nesse mesmo ano (1926), são estabelecidos outros decretos relativos aos indígenas: O Decreto nº 11.994 estabeleceu culturas forçadas para os indígenas. Os Decretos ns. 12.485 e 12.886 legislavam sobre o auxílio financeiro às missões católicas e determinavam a presença exclusiva da Igreja Católica na *evangelização e*

Angola e Moçambique. Esse Estatuto determinava a especificidade civilizacional e as responsabilidades históricas do Estado e Nação, dentre as quais se destaca a garantia da unidade nacional pela assimilação dos indígenas.

A tentativa portuguesa de afirmação dessa unidade nacional, que garantiria uma *nação intercontinental*, respondia às novas necessidades desencadeadas no contexto internacional⁵¹ a partir do século XIX. A abolição da escravatura, a expansão do capitalismo e a Conferência de Berlim (1885) reconfiguraram o cenário político do século XIX. No novo cenário internacional, em que predominava a postura contrária ao comércio de escravos, Portugal promulgou a abolição da escravatura em 1836, em Decreto de 10 de dezembro desse ano, excetuando a manutenção do sistema esclavagista apenas em Angola e no Brasil.

Como parte desse cenário internacional, o desenvolvimento econômico das potências européias fez com que essas demonstrassem renovado interesse pelas colônias africanas. Movidas principalmente pelas necessidades de matéria-prima para seus produtos e de consumidores para expansão de seu mercado, as potências européias e a emergente potência norte-americana – EUA – realizaram a Conferência de Berlim (1885). A partir dessa Conferência, as questões coloniais deixaram de ser assuntos restritos dos colonizadores e passaram ao foro internacional. Dentre as decisões firmadas nessa Conferência, destacamos: 1. *a determinação de proteção aos indígenas em nível de educação e bem-estar*; 2. a liberdade de missões religiosas e dos cultos; e 3. a efetiva ocupação dos territórios.

Em meio à negociação dos territórios colonizados, a determinação de *educação* e o *bem-estar* para as comunidades autóctones pode remeter-nos ao projeto humanista. Entretanto, embora seja possível vislumbrar a extensão dos ideais de cidadania aos povos africanos, o conceito de bem-estar definia-se pelo

civilização das populações indígenas não-assimiladas, interrompendo-se o modelo laicista. Também são instituídas as Bases Orgânicas da Administração Colonial, pelo Decreto nº 12.421.

⁵¹ Não pretendemos, neste trabalho, retomar pormenorizadamente ou aprofundar as discussões históricas a esse respeito. Nossa abordagem (superficial) de alguns aspectos históricos visa tão somente à contextualização histórica das políticas coloniais emergentes nesse período. Para quem deseja aprofundar a discussão, sugerimos a leitura do artigo “A idéia colonial em Portugal (1875-1914)”, de Maria Manuela Lucas, publicado na *Revista História das Idéias*, vol. 14 (1992)

padrão europeu, que implicava o consumo dos bens industrializados e do modo de vida social, econômico e cultural europeu. A educação, por sua vez, caracterizava-se como o espaço privilegiado de inculcação desse modo de vida, bem como de formação de mão-de-obra local.

A determinação de liberdade de missões e cultos visava não apenas à difusão religiosa mas também pretendia garantir a presença política de grupos não católicos, como a Inglaterra protestante, nos territórios colonizados pela França, Bélgica e Portugal. As colônias portuguesas, mais ligadas à Igreja Católica, viram crescer a presença de missionários protestantes em seus territórios e, concomitantemente, viram a difusão de outras línguas européias que não a portuguesa. Ademais, essa presença missionária poderia ser utilizada para informar sobre a “ocupação efetiva do território”.

A consolidação da “Partilha da África” deu-se na Conferência de Bruxelas, em 1889, que confirmou o caráter econômico da nova empreitada colonialista. Destacam-se os seguintes acordos: 1. adoção de medidas eficazes para eliminação do comércio de escravos; 2. *obrigação de promover econômica e socialmente os povos africanos*; e 3. a ocupação efetiva do território deveria garantir a criação de uma rede administrativa, judicial, religiosa, militar e de comunicação e transportes.

A efetivação desses acordos pelo governo colonial português, no entanto, era dificultada pela crise econômica que se instalara na metrópole com o fim do comércio de escravos, que era a base até então da economia portuguesa, e por uma crise política de disputas entre republicanos e monarquistas. Em meio às crises internas, a política colonial portuguesa respondia às demandas internacionais, mas o fazia sempre com algum retardo. Assim, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875 – que se tornaria nos anos seguintes “o fulcro do renascimento colonial português e o lugar onde se traçavam, de acordo com o Governo, os futuros planos de actuação nos domínios ultramarinos” – procurava responder às investidas inglesas, alemãs e francesas de “conhecer” e ocupar os territórios que Portugal defendia como seus. (Lucas, 1992, p. 300). O discurso proferido na fundação da Sociedade explicitava também seu “carácter

expansionista e utilitário, ao evidenciar ‘os grandes interesses económicos e políticos de além-mar’ e o cunho ‘vital’ da questão africana, já que dela parecia depender a própria sobrevivência da Pátria” (Idem, p. 301).

No final do século XIX, Portugal passou a revisar sua política colonial com o objetivo de solucionar problemas políticos e sociais no ultramar e de elaborar um regulamento para o trabalho dos indígenas. Tais reformulações visavam a responder aos interesses da nova burguesia colonial e às demandas decorrentes do crescimento da população branca nos territórios ultramarinos. Essa revisão da política colonial consistiu basicamente no arrefecimento do projeto assimilacionista e na instauração do Regulamento do Trabalho Indígena (1899), que promovia o *trabalho compelido*, designação do trabalho com baixa (ou nenhuma) remuneração que pretendia burlar o controle internacional contra a servidão e/ou escravidão.

Esse Regulamento de certo modo esteve ligado ao “Estatuto do Indigenato”, que, por um lado, afirmava a possibilidade de cidadania aos africanos e, por outro, impunha requisitos dificilmente exeqüíveis. O Regulamento e o Estatuto refletem a ambigüidade da política colonial: Portugal precisava responder às orientações internacionais de desenvolvimento dos povos africanos e deveria manter assegurada a exploração da mão-de-obra e das riquezas locais. A “missão civilizadora” e, conseqüentemente, a política lingüística caracterizaram-se por essa ambigüidade, especialmente a partir do século XX.

Em função da adoção do modelo político republicano, em Decreto de 22 de outubro de 1910, o governo português extinguiu o ensino da doutrina cristã nas escolas e restringiu os espaços políticos da Igreja na Educação, laicizando o ensino e, especialmente, promovendo a separação entre o Estado e a Igreja. Durante um curto espaço de tempo, a Igreja Católica esteve à margem do processo colonial nos territórios portugueses. Entretanto, a falta de recursos econômicos e humanos para ampliação (e mesmo manutenção) da rede de instrução pública nas colônias, o enfraquecimento de Portugal no cenário político europeu e a presença de missionários de outras instituições religiosas e, especialmente, de outras nacionalidades nas colônias fizeram com que o Estado

retomasse a parceria com a Igreja Católica no processo de escolarização e assimilação das colônias.

O governo colonial devolveu a responsabilidade da educação nas colônias à Igreja Católica através do Decreto nº. 12.485, de 13 de outubro de 1926 que estabelecia o “Estatuto orgânico das missões católicas portuguesas da África e Timor”. O Artigo 21º desse decreto define que “o programa geral das missões nacionais é *sustentar os interesses do império colonial português* e desenvolver o seu progresso moral, intelectual e material, em toda a possível extensão do seu significado, conforme o permitirem as circunstâncias de cada missão” (Decreto nº 12.485, Boletim Geral das Colônias, p. 145)(grifo meu).

O referido decreto e o “Estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique”, Decreto nº. 12.583, de 23 de outubro de 1926, foram integralmente publicados no *Boletim Geral das Colônias*, sob a rubrica da “Legislação Colonial”, e compõem uma orientação geral para as administrações provinciais das colônias. Esses documentos explicitam a ambigüidade da política colonial portuguesa no início do século XX.

Ao definir o novo estatuto das missões católicas em relação à política colonial, o Decreto nº 12.485/26 nos informa que a principal tarefa do Estado consistia em garantir que os indígenas fossem nacionalizados e civilizados.

“Entre as nossas maiores *necessidades políticas, morais e económicas* de potência colonial sobressai a de se *nacionalizarem e civilizarem esses milhões de seres humanos*, em relação aos quais os nossos deveres de soberania não ficam em plano inferior aos dos nossos direitos. É absolutamente preciso. É absolutamente preciso *chamá-las da barbaria e da selvageria* em que se encontram em grande parte para um estado social progressivo em que elas tenham cada vez mais as vantagens morais e materiais da família bem constituída, da vida municipal e nacional, da agricultura, da indústria e do comércio evolutivos de um verdadeiro organismo económico.” (Preâmbulo do Decreto nº. 12.485/26, p. 132) (grifos meus).

O texto aponta para a visão ainda predominante em relação aos indígenas: eram bárbaros e selvagens⁵² e, como tais, precisavam ser civilizados.

⁵² Analisando as relações entre os estudos lingüísticos e o colonialismo, Calvet (2005) afirma: “Ya se percibe a través del vocabulário como se presenta el etnocentrismo que sustenta ese abordaje de la historia de las lenguas: hay *salvajes* y civilizados, *lenguas* y *jergas*; término, esse último, con fuertes connotaciones de carácter peyorativo (...)” (p. 41)

Civilizá-los significava inseri-los na organização política, moral e econômica vigente em Portugal; organização essa que fez do país uma *potência colonial* e o caracterizava como “*um verdadeiro organismo económico*”. Enfim, civilizá-los era também nacionalizá-los. Ao se autodenominar “potência colonial”, o Estado português estabelece seu dever – tirar os indígenas da barbárie – e seus direitos de exploração econômica sobre esses povos e suas terras. Assim, ao mesmo tempo em que afirmava sua inserção nas direções internacionais de promoção econômica e social dos povos africanos, o Estado garantia internamente a exploração desses.

Segundo o Preâmbulo do Decreto nº. 12.485, por falta de recursos, o empreendimento da assimilação não poderia ser feito por ocupação militar, ampliação da instrução ou por ampliação da infra-estrutura de transportes. Ainda que houvesse esses recursos, segundo “o pensamento unânime dos estados” daquela época, um dos modos mais importantes e eficazes de alcançar os resultados civilizatórios pretendidos era “a missão religiosa”.

Ao explicitar a escassez de recursos, o documento justifica suas debilidades na aplicação do critério internacional da “ocupação efetiva do território” para manutenção da colônia – que determinava a criação de infra-estrutura judicial, militar, administrativa e de comunicação e transporte – e atribui ao “consenso dos Estados” a retomada de sua aliança com a Igreja.

Caberia aos missionários empregar “além de muitos outros meios de natureza exclusivamente civil, a influência de princípios religiosos, que atacam na sua própria essência aqueles males existentes [poligamia, feitiçaria e submissão ao despotismo dos líderes tribais] e os substituem por *condições fundamentalmente análogas às das nossas sociedades adiantadas*” (Preâmbulo do Decreto nº 12.485, p. 133).

Uma vez que, na visão colonial, tinham um “espírito simples e virgem”, os indígenas deixavam-se facilmente influenciar pelas mensagens religiosas. Como instrumentos de civilização e nacionalização do sistema colonial, a Igreja deveria empregar seus esforços para levá-los a um “estado familiar, doméstico, social e económico inspirado pelo espírito da civilização europeia”. (Preâmbulo do

Decreto nº 12.485, p. 133) (grifo meu). Assim, *meios* civis e religiosos são associados para garantir que os “bárbaros” e “selvagens” sejam conduzidos às condições familiar, social e econômica das “sociedades adiantadas”, como eram as condições da “civilização européia”. Dessa forma, o documento explicita o caráter da assimilação que a Igreja deveria ajudar a realizar.

Além disso, a “missão civilizadora” decorrente da aliança entre o Estado português e a Igreja Católica deveria ainda assegurar o domínio português nas suas colônias contra os esforços empreendidos por missões religiosas ultramarinas não portuguesas. O documento informa que missões religiosas subsidiadas pela Europa e pela América instalavam-se nas colônias portuguesas. Embora assinale que as conferências de Berlim e de Bruxelas e o Pacto das Nações garantiram a liberdade religiosa, o texto ressalta que essas missões, “promovidas e estabelecidas fora de todo o espírito das nossas tradições nacionais e religiosas e de todas as relações com o povo, o Governo e a economia de Portugal, estão infinitamente longe de ser, por si mesmas, padrões do nosso domínio, *centros de radiação da nossa língua*, das nossas idéias, dos nossos usos e costumes e pontos de apoio dos nossos emigrantes e colonos.” (Preâmbulo do Decreto nº 12.485, p. 133) (grifo meu).

O texto mostra que, embora o Estado colonial determinasse a necessidade de os colonizados assimilarem os modos das sociedades avançadas, da civilização européia, o Estado não desejava que os modos “europeus” encobrissem ou se contrapusessem ao modo de ser português. Observamos, assim, a perspectiva do nacionalismo lusitano, com sua língua e sua cultura delimitando internamente e externamente o seu grupo. Como indicamos anteriormente, a construção desse nacionalismo responde a demandas internas e externas (internacionais) do “império português”.

É para a consolidação desse nacionalismo que “Portugal tem assim de acentuar o esforço de desenvolver nos seus domínios as missões religiosas portuguesas, para exercer direitos, cumprir obrigações, dominar estrangeirismos cavilosos e continuar na África e no Oriente, com a plenitude dos meios de acção expansiva, a obra da sua *soberania ultramarina e da civilização portuguesa*”

(Preâmbulo do Decreto nº 12.485, p. 134). A soberania e a civilização são consolidadas na língua e pela língua. Sob esse prisma, quaisquer missionários não-portugueses e não-católicos que desejassem atuar nessas colônias deveriam estudar a língua portuguesa e usá-la em seu trabalho.

As missões católicas – apoiadas, protegidas e admitidas pelo Governo da República de Portugal – são incumbidas da tarefa de civilizar os povos africanos, de consolidar o domínio português, de assimilar o indígena e expandir a língua, o gênio e a glória portugueses. Como parte desse programa das missões, o decreto determina:

“A educação e a instrução do nativo português, homem e mulher, dentro ou fora da colônia, procurando aperfeiçoá-lo pela morigeração dos costumes, pelo abandono de suas superstições e selvajarias, pela elevação moral e social da mulher e pela dignificação do trabalho. *O ensino da língua portuguesa, coadjuvado, provisoriamente, pela língua indígena, com exclusão absoluta de qualquer outra será obrigatório em todas as escolas indígenas, e nelas, com o ensino da moral e das letras, se devem dar lições das grandezas e glórias de Portugal;*” (Artigo 21, Decreto 12.485) (grifos meus).

Ao legislar sobre a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, o documento permite-nos entender que essa língua não era utilizada cotidianamente pela população indígena nas colônias. Nesse sentido, a promoção do ensino de português visa a garantir a expansão da língua em meio à população local. No entanto, não apenas se deseja expandir seu uso; a língua é um instrumento que se associa ao ensino da moral e das letras no “aperfeiçoamento” dos africanos. Além disso, em língua portuguesa, que pode ser “auxiliada” pela língua indígena, o africano aprenderá sobre as grandezas e glórias de Portugal e aperfeiçoará seu modo de ser e de pensar com o objetivo de adaptar-se aos padrões portugueses, cuja afirmação fundamenta-se em um passado e um presente gloriosos.

O documento mostra que o governo admitia que as línguas indígenas estivessem presentes no contexto da escolarização indígena, mas descarta a possibilidade de qualquer outra língua européia fazer-se representar. Dessa forma, o Estado português se posiciona perante as missões religiosas que não falavam a língua portuguesa e, conseqüentemente, perante os Estados de onde procedem as missões e que as subsidia. A língua, nesse contexto, mapeia os

espaços a serem ocupados por portugueses e não-portugueses nas colônias, configurando-se como um instrumento de explicitação da soberania portuguesa em seus territórios.

Para além da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, o documento determina que as missões católicas promovam a educação e a instrução gerais, o ensino agrícola, o da pecuária e o profissional. São ainda tarefas das missões preparar a mulher indígena para a tarefa doméstica, prestar assistência sanitária ao indígena e coletar informações que permitam ao governo a construção de instrumentos voltados para a prestação desses serviços.

A civilização e a nacionalização dos indígenas implicam, portanto, a assimilação do modelo de civilização de Portugal (língua, costumes, práticas) e a aplicação do indígena ao trabalho. Esse trabalho, por sua vez, é revertido em mão-de-obra para o governo. Corrobora essa determinação jurídico-administrativa o “Estatuto do Indigenato”, que legisla sobre a condição civil, política e criminal dos indígenas (de Angola e Moçambique) – Decreto nº. 12.583/26.

Como apontamos anteriormente, as necessidades econômicas de Portugal promoveram um retrocesso no tratamento da questão dos indígenas. O projeto assimilacionista anunciado até então, que promovia a igualdade entre dominados e dominadores, é diluído. O teor racista e discriminatório do Estatuto do Indigenato aponta para a construção da superioridade dos portugueses, que têm a “tutela” dos indígenas, considerados, portanto, incapazes de se autodeterminar.

O “ideal progressivo” de civilizar e inserir “fraternalmente” a população indígena “no organismo político, social e económico da Nação portuguesa” é efetivado com a promoção de “uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos”. O estatuto, que afirma a garantia da igualdade de direitos e deveres estipulada pelas Constituições de 1882 e 1911, estabelece padrões jurídicos específicos para os indígenas, levando em consideração sua “barbárie”, sua “selvajaria” e suas limitações mentais.

O texto do Preâmbulo do Estatuto determina que a legislação que define a condição civil e política dos indígenas não deve ser aplicada aos “naturais da

colônia que adoptem os *usos e costumes públicos dos europeus*” (Preâmbulo do Decreto 12.583, p. 152). Para os assimilados, assim como para os portugueses, está garantido o uso pleno e amplo de todos os direitos civis e políticos.

A adoção dos usos e costumes prevista pelo decreto consistia em os nativos do ultramar falarem português⁵³, se orientarem pelos valores portugueses, consumirem e produzirem como os portugueses. Os indígenas que adotassem esses usos e costumes tornavam-se assimilados e não tinham cerceados seus direitos políticos nem civis. Esses podiam votar e ser votados; podiam requerer seus direitos expressos nas leis e podiam se servir do sistema judicial “europeu”.

“Os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, não se distingam do comum daquela raça” (Artigo 3º do Decreto 12.583), por sua vez, têm seus direitos orientados pelos costumes de seus grupos (Art. 4º) e não podem exercer “direitos políticos em relação a instituições de caráter europeu” (Art. 9º). Assim, na medida em que protege os usos e costumes dos africanos, o governo colonial português os exclui do sistema político e jurídico que garante a igualdade de condições de participação no Estado.

Nesse sentido, novamente observa-se a ambigüidade e a contradição da política colonial que, por um lado, afirma garantir aos indígenas o “direito à protecção, assistência, educação e instrução por parte do Estado” (Art. 7º), conforme determinavam as conferências de Berlim e de Bruxelas, e, por outro lado, os exclui do sistema democrático e os impede de reivindicar espaços na luta sócio-econômica.

O Decreto nº. 12.583 (13 de outubro de 1926) e o Decreto nº. 12.485 (23 de outubro de 1926) explicitam algumas linhas gerais da política colonial no início do século XX: manutenção dos indígenas nos espaços circunscritos de sua organização sociocultural, limitação do acesso dos africanos aos direitos de cidadania, preparação e exploração dos indígenas para o trabalho (formação de

⁵³ A língua portuguesa, nesse contexto, é um instrumento que possibilita identificar e incluir os cidadãos e excluir os não-cidadãos. A língua, associada à cultura, é critério de nacionalidade, de modo que os que não a usam não são cidadãos da Nação portuguesa. Confirma essa perspectiva a regulamentação que determina a nacionalização dos indígenas e o ensino obrigatório da língua portuguesa.

mão-de-obra), exploração das riquezas dos territórios e demarcação da soberania e da exclusividade portuguesa na exploração das colônias.

Esses decretos foram revistos pela política colonial com a publicação do “Acto Colonial” de 1930 e após essa publicação. O Decreto 12.583 foi substituído pelo “Acordo Missionário”, em 1940; e o decreto 12.485 foi substituído pelo “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” (Decreto-Lei nº. 39.666, de 20 de maio de 1954).

Antes de avançarmos na leitura desses documentos, parece-nos fundamental – a partir do texto “A instrução pública em Cabo Verde”, de Adriano Duarte Silva (1929), então reitor do Liceu Infante D. Henrique (Mindelo, São Vicente) – recuperar o percurso da educação em Cabo Verde, relacionando-o com o contexto sócio-histórico apresentado até aqui. Interessam-nos apenas aquelas informações referentes às línguas e à política lingüística, de modo que a seleção das informações responderá exclusivamente a esse critério.

2.2. Política lingüística e legislação colonial em Cabo Verde até o início do século XX

Solicitando mais atenção das autoridades administrativas em relação à “instrução pública na colônia”, o texto apresenta todo o percurso da educação em Cabo Verde e compõe um painel das leis que orientaram suprimentos e dispensas de professores, aberturas e fechamentos de escolas e definições dos tipos de instrução ofertados.

Segundo Silva (1929), o primeiro registro de instrução a cargo da administração colonial data de 1555⁵⁴. Foram criadas, “*por alvará de 12 de Março*, as cadeiras de moral e *gramática latina*” (Boletim Geral das Colônias, 1929, p. 172). A educação na colônia, como na metrópole, estava a cargo de grupos religiosos, de forma que o ensino da língua consistia no ensino da língua

⁵⁴ Indicamos anteriormente que a educação em Cabo Verde teve início em 1533 com a criação da Diocese de Cabo Verde. Cabe então explicitar que a educação ministrada até 1555 restringia-se à catequização e ao ensino de língua portuguesa a cargo exclusivamente de grupos religiosos sem regulamentação da administração.

latina. Além do fato de estar a cargo da Igreja, o ensino do latim devia-se ao fato de esta ser a língua da cultura na Europa. Era a língua do Estado, dos nobres, dos educados.

O papel desempenhado pelo ensino da gramática latina em Cabo Verde pode assumir tonalidades distintas do ensino dessa língua na metrópole, reforçando as diferenças entre colonizador e colonizado, entre senhor e escravo⁵⁵, pois, como indica Calvet (2005), a hierarquia das línguas no contexto colonial reflete a hierarquia/organização social. Sob esse enfoque, a presença da gramática latina na educação colonial, para além de indicar o caráter religioso do ensino, pode ser vista como instrumento utilizado na construção da superioridade da língua do colonizador sobre a língua do colonizado.

Segundo Silva (1929), pelo fato de o ensino estar à margem nos interesses das administrações coloniais, a instrução em Cabo Verde conviveu com constantes lacunas na execução das determinações administrativas. Em 12 de janeiro de 1570, por uma carta régia, fora determinada a construção de um Seminário, mas não havia sido cumprida a disposição legal até 1596, quando “*em carta de 6 de Maio*, encomendou El-Rei Felipe II aos governadores do reino que tratassem de obter religiosos que quisessem ir fundar um colégio em S. Tiago”. Em 25 de Novembro de 1624, não tendo ainda sido cumprida sua determinação, “mandou El-Rei que sem demora se desse execução ao Colégio” (Silva, 1929, p. 174). (grifos meus) Esse colégio deveria servir “*para evitar danos ao serviço e ao espiritual das almas*” (idem.) (grifos do autor).

Silva assinala que não havia, por parte da Coroa, interesse em difundir a instrução, mas somente em fazer propaganda da fé cristã. Essa orientação predominantemente religiosa permaneceu por mais meio século, e, “por decreto de 18 de Julho de 1647 foram mandados para Cabo Verde 6 jesuítas” (Silva, op. cit.). O envio dos religiosos era respaldado por um pagamento anual, que pretendia ser a garantia de que os jesuítas permaneceriam nas ilhas. A tentativa

⁵⁵ Lembremos que no século XVI o modelo social configurava-se pela estrutura simplificada do sistema escravocrata, cuja pirâmide social compunha-se pela base, basicamente escravos e alguns negros livres e forros, e o topo, poucos brancos senhores de terras.

de assegurar essa permanência decorreu do fato de outros religiosos, que criaram um seminário em Cabo Verde, terem abandonado o trabalho.

Convém assinalarmos que o ensino jesuítico primava pela catequese, pela conversão dos indígenas. Nas colônias africanas, diferentemente da metrópole, onde os jesuítas ocupavam-se principalmente do ensino secundário, esse grupo religioso, ocupava-se da instrução básica. Para além da catequese, nas colônias, os jesuítas contribuíram para a difusão da língua portuguesa, uma vez que o material didático usado nas instruções religiosas e das primeiras letras era escrito em português.

Em 1677, o bispo de Cabo Verde solicitou que, de cada uma das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista e Maio, enviassem dois rapazes à sede do bispado para que ele lhes ensinasse *gramática* e os educasse para auxiliar nas tarefas religiosas. Em 20 de outubro de 1721, por determinação legal foram criados lugares de *mestre de latim* e mestre de moral para ensinarem as crianças que poderiam ser eleitas párocos na região. Como declara Silva, “até, pois, os meados do século XVIII a instrução era muito restrita, não só quanto às matérias que compreendia, como também em relação às pessoas a quem aproveitava: limitava-se ao ensino de *gramática latina* e da moral, e destinava-se apenas à preparação de clérigos” (Silva, 1929, pp. 174-175).

Além do caráter predominantemente religioso da educação ministrada em Cabo Verde, o autor, repetidas vezes, aponta para a dificuldade de concretização das deliberações governamentais. Outro exemplo disso é que, por alvará de 12 de janeiro de 1740, foi nomeado para Santiago um *mestre de gramática*. Em 1773, o governador solicitou que fosse nomeado um *mestre de leitura e de escrita e de latim*. E em 9 de setembro desse mesmo ano, já no contexto da Reforma Pombalina⁵⁶, o Conselho Ultramarino determinou que fossem abertas nas ilhas escolas públicas. Entretanto, afirma Silva: “Nada disso, porém, se fez por falta de recursos”. (p. 175)

⁵⁶ A Reforma Pombalina, que estatizou a educação, criou, em 1772, as escolas régias de ler, escrever e contar e introduziu o ensino da língua portuguesa na instrução primária.

Em 06 de março de 1803, a pedido do bispo, foram oficializadas as cadeiras de teologia moral e *gramática latina*, que já eram ministradas na Ilha de São Nicolau. Em 1816, é criada a cadeira de *primeiras letras* em Praia, Santiago. O ensino dessas primeiras letras fez-se já no contexto da necessidade de formar usuários da língua capazes de se relacionar com o poder constituído. A Reforma Pombalina procurou responder à demanda de formação desses usuários, pois setores diretivos diziam-se em dificuldades para administrar o vasto Império Português pela falta de gente com condições de ler e escrever.

A necessidade de incorporar a população do ultramar decorria da necessidade de governabilidade da Coroa nos espaços mais longínquos do Império. A Coroa passou a construir mecanismos que garantissem a governação, integrando os civilizados ao Estado de modo a atender aos interesses da Coroa. Para isso, a Reforma empenhara-se na difusão da língua portuguesa, garantindo o ensino dessa língua e reforçando seu estatuto de língua oficial do Império. As primeiras letras passaram, então, a reforçar o ensino da língua e a capacitar os nativos a usá-la em função do Estado.

Nesse mesmo contexto, por decreto de 14 de agosto de 1845, foi organizada a instrução primária nas províncias ultramarinas. “Nessas escolas se ensinaria a *lêr, escrever* e contar, princípios gerais de moral, doutrina cristã, *exercícios gramaticais*, princípios de geografia, história sagrada e história de Portugal” (Silva, 1929, p. 178). O mesmo documento determinava que nas províncias houvesse uma “Escola Principal de Instrução Primária, onde, além das matérias já indicadas, se ensinasse *gramática portuguesa*, desenho linear, noções de geometria prática (...)” (idem).

Em relação à questão lingüística, vale destacar que a cadeira de gramática da língua portuguesa, que se ocupava da padronização dessa língua, restringia-se à formação dos professores, que era objeto da Escola Principal. Os exercícios de gramática referidos anteriormente concentravam-se na gramática latina. Podemos entender, assim, que cabia aos professores de instrução primária conhecer a normatização e padronização da língua, com vistas a utilizar esse conhecimento no ensino das primeiras letras.

Em 1860, com a portaria nº. 313-A, de 15 de dezembro, foi criado um liceu na Praia com as seguintes cadeiras: *instrução primária, latim*, filosofia racional e moral, teologia, *francês, inglês*, desenho, matemática e rudimentos de náutica. Ressaltamos que, nesse contexto educacional, a língua portuguesa convivia com o latim, o francês e o inglês. A manutenção do latim, parece-nos, decorre da crença (difundida na época) de que ensinando essa língua seria facilitado o ensino da língua portuguesa, do fato de ser a língua de cultura e do fato de a educação colonial portuguesa estar ligada à Igreja Católica.

O ensino do francês e do inglês, por outro lado, remete-nos à reconfiguração dos papéis políticos dos Estados na Europa. A França, como modelo de cultura, e a Inglaterra, na expansão econômica, desempenhavam os papéis principais na engrenagem política europeia e principalmente colonial. A inserção efetiva da nação portuguesa no jogo político demandava que seus cidadãos conhecessem também as línguas desses importantes países.

Em decreto de 3 de setembro de 1866, foi criado o Seminário de São Nicolau, onde se formaram padres para Cabo Verde e Guiné e formou-se uma geração para a burocracia e outras atividades. A respeito desse Seminário, José dos Reis Borges (1929) informa que, junto com o liceu da Praia, constituíam os únicos estabelecimentos de ensino secundário em Cabo Verde. O professor do Liceu Infante D. Henrique indica que havia escolas de primeiras letras, que faziam parte do ensino primário oficial, mas essas escolas tinham dificuldade de concretizar o trabalho que era devido. Esse Seminário, que formava padres, preparava-os também para “a par da doutrina cristã, ministrar os primórdios de instrução primária” (Borges, 1929, p. 198), de modo que auxiliavam na difusão da instrução primária nas ilhas. Para esse autor, o Seminário elevava o grau de civilização de Cabo Verde.

Como indicamos anteriormente, após a Proclamação da República em Portugal (5/10/1910) e em função da adesão aos ideais liberais e republicanos, o governo português promoveu a laicização da educação, o que fez com que as instituições responsáveis pela formação religiosa fossem fechadas. Assim, pela

Lei 701, de 13 de junho de 1917, o Seminário foi extinto, e foi criado um liceu na Ilha de S. Vicente, o Liceu Nacional de Cabo Verde (Liceu Gil Eanes).

Nesse contexto, “forma-se um grupo social especializado para a mediação em relação à administração colonial, com origens no comércio e na propriedade agrícola, sem títulos de equivalência oficial com os da metrópole, mas com formação escolar e que almeja os principais cargos públicos da província.” (Anjos, 2002, p. 52)

O texto de Silva (1929), que tomamos por base na recolha dessas informações e análises, informa ainda sobre aberturas e fechamentos de estabelecimentos de ensino, especialmente referindo-se ao ensino secundário. O autor faz reivindicações relativas à nomeação de professores engajados, ao aumento de número de escolas para o ensino primário e secundário e à implementação do ensino profissionalizante, com ênfase no ensino industrial e comercial para as ilhas.

Ao solicitar empenho da administração colonial para o desenvolvimento da educação em Cabo Verde, Silva argumenta que essas ações administrativas garantiriam que os estrangeiros que ali passavam ficassem “sabendo quanto vale o génio colonizador português”. Uma vez que o texto não faz quaisquer outras indicações referentes às questões lingüísticas, optamos por não tratar pormenorizadamente dessas outras questões concernentes ao ensino em Cabo Verde apresentadas por Silva.

Retomamos, assim, o documento que serviu de base à educação colonial a partir de 1926, o Decreto 12.485, que legisla sobre o programa das missões católicas na África e no Timor. As determinações do Governo às missões englobavam a política lingüística da política colonial, como vimos anteriormente. Assim, em Cabo Verde, como nas demais colônias, as questões lingüísticas são convertidas em insumo para a consolidação da nação portuguesa, especialmente para a nacionalização dos nativos das colônias. Como apontamos na análise desse decreto, a língua portuguesa desempenha dupla função: *nacionalizar* os africanos, tornando-os cidadãos portugueses, e delimitar a posse e a soberania do governo português em seus territórios ultramarinos.

A política lingüística colonial em Cabo Verde até o início do século XX permite-nos apontar desdobramentos da situação lingüística portuguesa, que, por sua vez, remetem-nos ao contexto europeu. Não estamos com isso dizendo que a política lingüística em Cabo Verde caracteriza-se como uma transposição ou uma conseqüência das questões lingüísticas de Portugal ou de outros países da Europa. Já indicamos que em Portugal essas questões assumem tonalidades distintas das de outros Estados europeus⁵⁷.

Ademais, aspectos da construção e consolidação da língua portuguesa na metrópole repercutiam de modos distintos nas colônias. Em Cabo Verde, considerando as especificidades do seu povoamento⁵⁸, a política lingüística caracterizou-se como uma ação deliberada do Estado (planejamento lingüístico, política *in vitro*) e, concomitantemente, como a ação dos falantes na resolução dos seus problemas lingüísticos, com a formação de um Pidgin (política *in vivo*). (Calvet, 2002, 2007)

Em relação às ações do Estado, essas incidiram tanto sobre a língua portuguesa quanto sobre as línguas latina e portuguesa. Destacamos inicialmente o ensino do latim. Como já apresentado, esse ensino prosseguiu até final do século XIX em Cabo Verde. O ensino da língua/gramática latina pode ser atribuído ao caráter religioso da educação aí ministrada; deve-se também ao fato de o latim ser a língua da cultura na Europa; e pode ser visto como instrumento de reforço da superioridade da língua portuguesa.

As ações sobre a língua portuguesa consistiram na padronização, escrita, criação de dicionários e gramáticas, produção literária e produção de materiais didáticos. Corrobora nossa análise o texto de Anjos (2002), para quem “toda uma série de reestruturações administrativas se dão em fins do século XIX,

⁵⁷ Um exemplo da singularidade da política colonial portuguesa em relação às de outros governos coloniais pode ser observado na política lingüística colonial britânica. A política inglesa caracterizava-se pelo *ensino nas línguas maternas dos grupos colonizados*. Segundo Pennycook (2002), a valorização das línguas maternas na política colonial inglesa desempenhava duas funções: produzir uma geração de sujeitos coloniais capazes de participar do sistema econômico colonial e construir e preservar a imagem de inferioridade do colonizado.

⁵⁸ Convém lembrarmos que as ilhas eram desabitadas quando da chegada dos portugueses, que a povoaram com poucos europeus e com africanos oriundos de grupos étnicos distintos.

levando a burocracia governamental para dentro das comunidades e trazendo aos camponeses a necessidade de documentos oficiais (...)" (p. 44)

Essas ações estão inseridas no contexto da oficialização da língua de Estado, como aparato técnico-administrativo e como língua-de-poder, a qual se sobrepõe em relação à diversidade lingüística do território. No caso da oficialização da língua portuguesa, que implicou posteriormente a construção do mito da língua materna dos cidadãos portugueses, opunha-se tanto à diversidade lingüística na metrópole quanto nas colônias.

Na medida em que se estabeleceu como língua de um grupo social, a língua caboverdiana passou a enfrentar as mesmas coerções do colonialismo vividas pelas línguas locais de Angola, Guiné Bissau e Moçambique. O Estado colonial passou a agir sobre essa língua; restringiu seus usos e espaços e determinou que a escolarização fosse realizada exclusivamente em língua portuguesa. Em relação à educação promovida pela parceria entre Estado e Igreja, a língua caboverdiana, como as línguas locais das demais colônias, viu-se restringida aos espaços do ensino da catequese a partir do Decreto nº. 12.583/26.

A dominação lingüística no período colonial se fez presente nas avaliações e nos valores que foram (e ainda são) atribuídos à língua caboverdiana. Em 1784, um anônimo dizia que essa língua era “uma corruptela ridícula” do português. Carreira (1982) cita algumas referências feitas à língua caboverdiana no século, mostrando que essa era uma língua diferente do português e que alguns a menosprezavam, como se vê pela atribuição dos seguintes valores à língua: *corrupta, ridícula, perversa, imperfeita, desfigurada, algaravia mestiça*.

Embora tenha sido ridicularizada a partir do século XVIII, a língua caboverdiana foi caracterizada nos discursos de grupos letrados cabo-verdianos como o símbolo da identidade caboverdiana. Como indicamos anteriormente (1.2.1.), no início do século XX, um grupo de jovens cabo-verdianos formado no Seminário de S. Nicolau reivindicava a cabo-verdianidade, que se caracterizava pela mestiçagem, cuja língua era o produto e o símbolo mais apropriado. Esse grupo, que deflagrou o movimento *nativista*, apresentava a língua caboverdiana –

mestiça, formada do encontro luso-africano – como a expressão principal da identidade própria cabo-verdiana. A possibilidade de surgimento desse grupo estava ligada à necessidade de pessoal nas províncias que pudesse fazer a mediação entre a administração colonial e os “nativos”.

Com a instauração da política ditatorial em Portugal, o Estado Novo de Portugal, o imperialismo colonialista passou a exacerbar a política de exploração das colônias e do racismo em relação aos colonizados. O fortalecimento do discurso nacionalista português caracterizou-se pela associação entre a idéia de nação e a de império, para a qual os territórios africanos representavam a máquina propulsora da economia portuguesa.

2.3. A política lingüística colonial *in vitro* em Cabo Verde de 1930 a 1975

Uma perspectiva de política conservadora de direita e imperialista passou a dominar o cenário político português, a partir de 1926, pondo à margem e silenciando quaisquer posturas político-ideológicas que lhe fossem contrárias. O governo português parecia não aceitar a crescente democracia que se instalava na Europa e preferia pensar “a Península como um baluarte dos ‘verdadeiros’ valores ocidentais”; os dirigentes do Estado “recusam a democratização” (Telo, 1994, p. 351). Os primeiros anos dessa ditadura ficaram conhecidos como “Estado Novo”.

Instalou-se em Portugal um regime ditatorial, cuja política relativa às colônias caracterizou-se pela dominação centralizadora e autoritária. Foram reforçadas as disposições legais que definiam a política colonial – como o Decreto nº. 12.241⁵⁹, de 24 de março de 1928 – e revigorado o Estatuto dos Indígenas de 1926 (Decreto 12.583), com os Decretos 16.473⁶⁰ e 16.474⁶¹, de 6 de fevereiro de 1929.

O primeiro documento jurídico-administrativo do Estado Novo Português foi o “Acto Colonial”, promulgado em 8 de Julho de 1930, pelo Decreto n.º 18.570.

⁵⁹ Estabelece as bases orgânicas da administração colonial.

⁶⁰ Promulga o estatuto político, civil e criminal dos indígenas, aplicável às colônias de Angola, Guiné e Moçambique.

⁶¹ Estabelece o diploma orgânico das relações de direito privado entre indígenas e não indígenas.

Esse documento estabelecia uma nova política para as colônias, marcada pela intenção de explorá-las. O documento, composto por 47 artigos, é repartido em quatro títulos: I) “das garantias gerais”, II) “dos indígenas”, III) “do regime político” e IV) “das garantias econômicas e financeiras”. O teor racista desse documento foi transferido posteriormente para a nova Constituição da República de Portugal, promulgada em abril de 1933. As determinações desse documento, como dos que lhe seguem, são aplicáveis a todas as colônias, incluindo Cabo Verde⁶².

Segundo o Acto Colonial, o objetivo do ensino para os africanos era conduzi-los de um estado “primitivo” a uma condição “civilizada”, tornando-os portugueses e úteis ao sistema português. Esse documento, que foi influenciado pelos estudos portugueses de antropologia⁶³ (sobretudo antropologia física), aponta o *trabalho físico* como o principal instrumento de civilização do indígena/africano/colonizado.

O Acto Colonial reitera as concepções de indígenas (como selvagens, primitivos) e de civilização (ensinar a língua, a cultura e a moral portuguesas) presentes em documentos anteriores, como nos decretos de 1926. E reforça uma perspectiva discriminatória e racista, que nos remete à análise que Calvet (2005) realiza do colonialismo francês, sobre o qual indica que, durante o século XVIII, o preconceito do colonizador em relação aos povos (e línguas) colonizados conservava ainda algum traço de humanismo: entendia que o colonizador (e sua língua) estava em um estágio do processo de evolução cultural, social, mental, moral e biológica mais avançado que os colonizados. O colonizador francês concebia o desenvolvimento dos indígenas para chegar ao grau alcançado pelos colonizadores. Entretanto, a partir do século XIX, esse humanismo fora extinto, eliminando qualquer possibilidade de desenvolvimento dos colonizados.

⁶² Fernandes (2007) e Correia e Silva (ver ano) indicam que o colonialismo se fez sentir pelos cabo-verdianos a partir da Reforma Pombalina, mas se intensificou em função das reformas empreendidas pelo governo ditatorial. Até a Reforma executada por Pombal, cuja principal repercussão em Cabo Verde foi a sensível restrição de suas atividades comerciais/econômicas, os colonos e assimilados cabo-verdianos gozavam de uma situação de liberdade em relação às restrições impostas pelo colonialismo que lhes aproximava do colonizador. As reformas do Estado Novo confirmaram o caráter de colonizado dos naturais das ilhas, expondo o lugar marginal que ocupavam em relação ao colonizador e à metrópole.

⁶³ A esse respeito, ver: BARBOSA, Pablo. “Saberes antropológicos e práticas coloniais em Portugal entre 1933 e 1974”. *Revista História em Reflexão*: vol. 2, n. 4. Dourados: UFGD, jul/dez 2008. e THOMAZ, Omar R. “‘O bom povo português’: usos e costumes d’aquem e d’alem-mar”. *Mana* 7 (1): 55-87, 2001.

“Entonces, se pasará de la oposición entre hombres y pré-hombres a la que enfrenta a hombres y no-hombres” (Calvet, 2005, p. 43). Levando-se em consideração as diferenças entre o colonialismo francês e o português, podemos indicar que o Acto Colonial corresponde ao apagamento das marcas do humanismo que parecia permear a política colonialista até então.

A política colonialista portuguesa reformulou seu acordo com a Igreja Católica⁶⁴ com vistas a reorganizar os princípios orientadores da educação. Essa reformulação foi concretizada pelo “Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa”, Concordata assinada em julho de 1940. Posteriormente, o Acordo foi oficializado pelo Decreto nº. 31.207, em 1941, denominado “Estatuto Missionário”.

O Acordo Missionário estabeleceu o papel da Igreja Católica junto aos europeus, às colônias e aos indígenas no interior da política colonial portuguesa; papel que se destaca pela incumbência de tarefas que visavam à manutenção do poder colonizador imperialista português no ultramar.

O Artigo 15º do referido Acordo determinava que as missões católicas portuguesas poderiam expandir-se livremente, a fim de “exercerem as formas de actividade que lhe são próprias e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos (...)”, indicando que, na perspectiva governamental, um dos principais papéis a ser desempenhado pela Igreja é a execução do ensino.

Considerando a relação entre Estado e Igreja e o papel fundamental no sistema colonial da educação ministrada por esta, destacamos o Artigo 16º: “Nas escolas indígenas é obrigatório o ensino da *língua portuguesa*, ficando plenamente livre, em harmonia com os princípios da Igreja, o uso da língua indígena no ensino da religião católica.” Esse artigo indica que a Igreja é agente responsável pela execução de uma política lingüística colonial que impõe aos indígenas a língua portuguesa. No espaço da educação destinada aos indígenas, suas línguas são rejeitadas.

⁶⁴ Sendo uma instituição de caráter corporativo, a Igreja Católica tornou-se um organismo natural da política ditatorial na medida em que esta se afirmava como um nacionalismo corporativo.

O texto do Acordo Missionário expõe a distinção, efetuada pelo Estado e pela Igreja, no tratamento dispensado aos indígenas em relação aos europeus que já havia sido delineada pelos documentos publicados logo após o golpe de Estado de 1926 (Decretos 12.485 e 12.583). Essa distinção é reforçada pelo “Estatuto Missionário”, cujo artigo 66º determina: “o ensino especial destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares”⁶⁵. O ensino diferenciado para os indígenas amplia e explicita o distanciamento entre portugueses e africanos e o racismo daqueles em relação a estes.

Esse ensino distinguia-se pela estrutura e pelo conteúdo, como aponta Ferreira (1977): “O sistema educacional para europeus e africanos assimilados era idêntico ao sistema de Portugal metropolitano. Para as grandes massas de africanos existiam apenas as escolas das missões, que ministravam o ensino rudimentar que após 1956 se passou a chamar de ensino de adaptação. (...) incluía a *língua* e a cultura portuguesa” (pp. 73-74).

No Estatuto Missionário, o “aportuguesamento dos nativos” determina a política lingüística, detalhada da seguinte forma: “Nas escolas é *obrigatório o ensino e o uso da língua portuguesa. Fora das escolas os missionários e os auxiliares usarão também a língua portuguesa*. No ensino da religião pode, porém, ser livremente usada a língua indígena.” (Art. 69º).

Segundo Calvet (2005), o uso das línguas africanas pode apontar para a religião como o único reduto onde a língua dominada se mantém, por exemplo, com a tradução da Bíblia, configurando a Igreja em auxiliadora na manutenção da língua dominada. Entretanto, essa “ajuda” prestada pela igreja não impede em nada que o Estado promova o sistema administrativo e judicial na língua do colonizador; redação dos textos oficiais na língua dominante, a escola e a regulamentação dos interesses econômicos na língua do colonizador. Nesse sentido, o uso de línguas dominadas restrito à religião, por outro lado, pode ser entendido como um modo de sepultá-las, pois “la oposición lengua dominada/lengua dominante se ve convertida em oposición entre antiguo y nuevo” (Calvet, 2005, p. 95). Assim, a restrição do uso das línguas indígenas (dominadas)

⁶⁵ Apud. Ferreira (1977).

ao espaço religioso pode ser vista como um mecanismo do Estado para enclausurar as línguas indígenas nos espaços tradicionais e firmar sua língua nos espaços associados ao novo, ao civilizado.

A permissão do uso das línguas indígenas na religião pode apontar para a “preservação” dessas línguas e, conseqüentemente, culturas, mas pode também ser entendida como um recurso que reforça a superioridade do colonizador, associando sua língua ao moderno/civilizado e corroborando a imagem de inferior e incapaz do colonizado: incapaz de aprender e compreender a língua do colonizador. Como aponta Calvet (2005), “cuando se “respeta” la tradición local, es porque em el fondo se considera que los indígenas son demasiado atrasados para gozar de nuestra [européica] civilización” (p. 145), que se mantém como paradigma de uma civilização histórica, que tem “cultura”. Essa concepção de cultura é formulada na oposição entre os usos e costumes dos colonizadores (dentre os quais se destacam os padrões morais e as tecnologias, principalmente, a escrita) e os do não-europeus. À “cultura” opõe-se a “selvageria” indígena, de modo que as idéias de cultura e civilização são entrecruzadas.

O Estatuto Missionário, no mesmo artigo 69, que legisla sobre o uso das línguas indígenas nos espaços da Escola e da Igreja, determina a ampliação do uso da língua portuguesa para fora dos espaços escolares. Associado aos usos administrativos, jurídicos, técnicos e escolares, esse uso obrigatório da língua portuguesa restringe as línguas locais aos espaços da religião e aos espaços cotidianos dos povos colonizados não-assimilados. Essa determinação legal sobre os lugares de usos das línguas portuguesa e indígenas configura-se como um mecanismo da política lingüística colonial para além da escolarização.

Reforçada pelo Diploma Legislativo nº. 238, de 17 de maio de 1930, a política lingüística colonial caracteriza a língua como instrumento de civilização e **nacionalização** do indígena. Esse Diploma, que justificava a separação da educação para indígenas e para os cidadãos portugueses, em seu Artigo 1º determina: “O ensino indígena tem por fim conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe *a consciência de cidadão*

português e prepará-lo para a luta da vida *tornando-se mais útil à sociedade* e a si próprios”. (grifo meu)

O modo de civilizar o indígena e de formar a consciência da cidadania foi estabelecido pelo Artigo 7º do referido Diploma: “O ensino primário rudimentar destina-se a *civilizar e nacionalizar* os indígenas das colônias, *difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses*”. (grifo meu) Esse procedimento civilizatório foi confirmado em uma reformulação do ensino, tornada pública pela Portaria nº. 2.456, de 27 de março de 1935, cujo Artigo 1º determina: “O ensino primário rudimentar destina-se a colocar a criança indígena em condições de aprender a nossa civilização *por meio do conhecimento da língua portuguesa*, educação rudimentar das suas faculdades e adoção dos costumes civilizados”.

Embora o Acordo Missionário, o Estatuto Missionário e o Diploma Legislativo nº. 238 apontem a tentativa, por parte do sistema colonial, de proporcionar aos indígenas a educação e bem-estar aos modos europeus, a tarefa de civilizar os indígenas passa a ser decorrente do trabalho e, portanto, da exploração do trabalho indígena. Dessa forma, em relação ao processo assimilacionista anterior ao Estado Novo, cabe destacar que envolvia um movimento duplo: por parte do indígena, cabia-lhe a aquisição da língua portuguesa, da cultura e da cristianização; por parte do governo, esse abria a possibilidade de os indígenas se tornarem cidadãos portugueses. Nesse sentido, os requisitos básicos de cidadania eram a cultura e a língua, que relacionamos anteriormente ao nacionalismo que se desenvolveu na Europa, e com tonalidades próprias em Portugal, a partir do fim do século XIX.

Uma vez que o processo civilizatório passou a ter como principal instrumento o trabalho dos indígenas, utilizando como recurso persuasivo a pregação da submissão cristã, a Igreja poderia levar os indígenas a se submeterem às exigências de trabalho das autoridades coloniais: eclesiástica e/ou estatal. De modo distinto do processo de assimilação empregado até o século XIX, a política colonial dos anos 30 e 40 do séc. XX volta-se para a exploração do trabalho indígena, que deve gerar produção para a metrópole, e volta-se mais concretamente para a exploração econômica das colônias. O Artigo 68º do

Estatuto Missionário reforça a política colonial de imposição do trabalho ao indígena:

“O ensino indígena obedecerá à orientação doutrinária estabelecida pela Constituição Política (...). Aqueles planos e programas terão em vista a perfeita *nacionalização* e *moralização* dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais”.

No âmbito dessa nova política colonial, a nacionalização, que implica a aquisição da língua e da cultura portuguesa e a formação de uma consciência de cidadania portuguesa, é posta ao lado da moralização, que se faz via abandono do ócio e empenho no trabalho, e é equiparada à necessidade de os indígenas tornarem-se mais úteis à sociedade. Assinalamos que o ensino da língua portuguesa restringia-se à instrução rudimentar, que se completava num período de três anos, ao passo que o trabalho permaneceria como permanente instrumento civilizatório/moralizador. Embora em linhas gerais a política de exploração dos indígenas já se fizesse perceber nos documentos de 1926, a partir do regime salazarista (1933-1974), será alimentada internamente em Portugal, especialmente com argumentos “científicos” e justificada nas esferas reguladoras internacionais.

A política lingüística, que se caracteriza pela obrigatoriedade de uso da língua portuguesa nos espaços escolares e nos demais espaços sociais onde havia a presença dos missionários, emerge como parte da política colonial nacionalista, cujos efeitos podem ser observados em um documento escrito pelo Padre Alves Correia – “Missões Religiosas Portuguesas”, texto publicado nos Cadernos Coloniais, em 1936.

Correia (1936) refere-se à “obra da civilização” que a Igreja desempenhou com as escolas para ensinar a “lêr e contar e com oficinas e campos agrícolas, para ensinar a trabalhar” (p. 3) e indica que o empreendimento de civilizar os indígenas passava pelo trabalho e pela escolarização, que deveria garantir alguns conhecimentos da “cultura” portuguesa associada à ciência, à modernidade (um certo domínio da escrita e do cálculo). Ao relatar a execução

das orientações quanto à educação dos indígenas regulamentadas no Acordo Missionário e no Estatuto Missionário, o autor assinala que os religiosos se empenhavam em concretizar e reforçar os regulamentos oficiais:

“Mas todos os missionários e todas as missões entendem que não basta ensinar aos indígenas fórmulas teológicas ou catequéticas de doutrinas e preceitos morais, mas que é preciso *educá-los no trabalho* que os torne capazes de prover à sustentação de famílias que hão de constituir, e elevá-los a um nível intelectual em que possam preservar o fruto dos estudos que fizeram nas aulas de leitura, *falar com os europeus* e manter entre si próprios intercâmbio de idéias e sentimentos, *que os guardem de recair na vida selvagem*, grosseiramente animal e puerilmente supersticiosa.

É por virtude do *ensino de português na escola e da educação no trabalho da oficina e do campo* que o Governo Português, o da Monarquia, como o da República democrática, como o do Estado Novo, tem tomado com tanto carinho a seu cargo a protecção financeira das Missões Católicas.” (Correia, 1936, p. 34) (grifos meus).

O texto de Correia mostra a adesão dos missionários às determinações do Governo e da Igreja, especialmente no que concerne à civilização pelo trabalho. A aprendizagem da língua portuguesa deve garantir que os valores inculcados na escolarização e pelo trabalho sejam reforçados na interação com europeus e entre indígenas.

O documento explicita que o investimento financeiro que o Estado faz na Igreja não se deve à quantidade das almas cristianizadas, mas à difusão da língua portuguesa e da educação no trabalho. Pode-se depreender do texto que a referência feita ao ensino da língua, por um lado, reflete a concepção de a língua ser um instrumento da manutenção do império português e, por outro lado, indica que os indígenas apreenderam o conteúdo cultural português.

A utilização da língua como instrumento político de dominação é expressa também na oposição entre as missões portuguesas e as protestantes ou na exortação que Correia faz em relação a essas últimas: no território ultramar, com ou sem a colaboração do Estado, as missões devem se submeter à lei do país colonizador. No caso do governo colonial português, a lei determina que “a escola se faz em português” (Correia, 1936, p. 38). Os frutos da escolarização desenvolvida pela colaboração entre Estado e Igreja deveriam ser a civilização dos povos e a consolidação do Império.

Como indicamos anteriormente, essa política colonial encerra uma tensão: precisa garantir oficialmente o desenvolvimento dos colonizados, mas precisa explorar as colônias, como principal recurso para sustentar sua economia e soberania. A seguinte afirmação de Telo (1994) nos dá conta da tensão entre as forças internas e externas sob as quais o governo colonial desenvolvia sua política:

“Podemos igualmente constatar que, em cada época, o factor fundamental para manter o império não foi a relação de forças “interna”, ou seja, os meios de assegurar a aceitação da ligação imperial pelas populações locais; o factor fundamental em cada época foi a relação de forças “externas”, ou seja, os meios de fazer a comunidade internacional aceitar o império português” (p. 348)

A partir de 1935, com a demanda crescente pela necessidade de afirmação do domínio das colônias, o governo ditatorial procurou assegurar sua posição dominadora, de superioridade e soberania interna, com a produção de trabalhos científicos sobre seus territórios. Nesse período, o governo passou a editar os Cadernos Coloniais, em que eram veiculados discursos proferidos em assembleias da Sociedade de Geografia de Lisboa ou trabalhos de investigação sobre as colônias. Os textos aí publicados contribuíram para sedimentar a construção de uma nação intercontinental ou nação-império portuguesa, como mostra o discurso de Manuel de Brito Camacho (1936). Analisando a política colonial e sugerindo reformulações, o ex-Ministro do Fomento afirma:

“Somos uma nação que tem dois milhões e meio de quilômetros quadrados de superfície e quinze milhões de habitantes, e a nossa língua é falada por mais de quarenta milhões de pessoas nos vários continentes. Não temos unidade geográfica, é certo; mas desta falta de unidade resultam incalculáveis vantagens, sobrelevando a todas a de possuímos os mais variados climas em terras das mais variadas aptidões culturais.” (p. 5)

Atribui-se à nação portuguesa uma unidade territorial e *lingüística*, que se concretiza na descontinuidade territorial. Essa descontinuidade, no entanto, não apresenta qualquer problema; ao contrário, dela resultam os benefícios da variedade de climas e culturas. Parece-nos interessante observar que a unidade lingüística e a variedade cultural não se apresentam como contraditórias. Essa diversidade é positiva porque remete à capacidade lusitana de partilhar de e

conviver com a diversidade. Ademais, sobre a diversidade cultural opera um instrumento unificador: a língua.

O discurso de Camacho indica que a língua portuguesa deveria compor o repertório lingüístico daqueles que já tivessem sido assimilados ou estivessem em processo crescente de assimilação. Nesse contexto, a língua caboverdiana, outrora menosprezada ou ridicularizada, passa a ser descrita como um dialeto da língua portuguesa e afirma-se que em sua estrutura pouco resta dos dialetos africanos. “Mas do português de quinhentos, do que vive nas crônicas, - a cada passo o ouvido atento colhe, na fala crioula, restos e bem guardadas jóias” (Casimiro, 1935, p.25). O sucesso de assimilacionismo pode ser, portanto, constatado na língua.

Sob o prisma do assimilacionismo, a língua portuguesa sobrepõe-se às línguas indígenas, permitindo que se aponte a eficiência da colonização, do empreendimento civilizatório português. Consequentemente, a língua é apresentada como símbolo e instrumento de unidade, sobre a qual se fundamenta a nação lusitana. O nacionalismo lingüístico, que atinge seu apogeu entre os anos 1918 e 1950 na Europa (Hobsbawm, 2002), deixa suas marcas na construção do nacionalismo português, permitindo-nos apontar para a tríade nação/língua/império.

A essa tríade, por sua vez, corresponde a tríade língua/civilização/cultura, que aponta a “missão civilizadora” como o principal instrumento da ação política portuguesa nas colônias. Ao mesmo tempo em que se anuncia a civilização, portanto, o desenvolvimento dos indígenas, é assegurada em relação ao exterior a soberania lusitana sobre suas colônias no âmbito internacional.

A relação com o “externo”/internacional, entretanto, tornou-se mais conflituosa a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a ONU garantiu a todos os grupos nacionais a possibilidade de autodeterminação. Diante do quadro que se instaura em relação às colônias africanas, que sucessivamente organizam-se para conquistar sua independência, Portugal vê-se diante da necessidade de reformular as deliberações jurídicas que orientavam sua

relação com as colônias. Com esse intuito, reforça-se a perspectiva de uma nação-império heterogênea constituída pela diversidade humana, cultural:

“Vinte milhões de portugueses compõem essa multidão em que tamanha diversidade não impede uma unidade essencial de aspirações e interesses, uma solidariedade fraterna, a *existência dum ampla e perfeita comunidade nacional*, baseada simultaneamente na história, na política, num sentimento profundo de simpatia e compreensão universalista. (Mendes Corrêa, 1945, apud. Thomaz, 2001) (grifos meus)

“Nós somos um povo de coesão indestrutível, justamente porque ela não se assenta em bases de negócio, sempre falível. A comunidade portuguesa não é feita de riqueza, é uma comunidade de fé, de espírito, de ideal, de valores morais, enfim.” (Sarmiento Rodrigues, 1953, p. 11)

“(...) fomos grandes no passado e continuamos a sê-lo no presente, porque, disperso por continentes e mares, temos um valioso patrimônio, material, moral, e histórico que nos cumpre preservar, defender e fazer progredir. É naturalmente diferente dos demais povos o nosso problema ultramarino, porque a *Nação é indestrutivelmente uma*.” (Amaral, 1953, p. 18)⁶⁶ (grifos meus)

Para além da diversidade cultural, os autores acima citados indicam que a nação se fundamenta sobre um construto ideológico: a partilha de valores, ideais e fé, que viabilizaram a edificação de um patrimônio que, não sendo restritivamente econômico, é material, moral e histórico. Esse patrimônio partilhado funda-se como a ligação de uma nação cuja diversidade a torna indestrutível. À luz dessas considerações, Sarmiento Rodrigues e M. M. Abrantes Amaral retomam e rebatem as críticas que grupos externos vinham fazendo ao modo de governação portuguesa e apontam que a legitimidade da Nação é expressa pela aceitação e aprovação do povo.

Convém destacar que nesses textos não se recorre à língua como instrumento ou símbolo nacional, embora se possa pensar a língua portuguesa como um dos bens desse patrimônio cultural. A unidade lingüística é envolvida pela construção de uma homogeneidade de interesses e crenças, pela partilha de interesses comuns. A “imaginação” da nação-império precisou recorrer a outros critérios que garantissem a unidade interna do grupo. Nesse sentido, a unidade se

⁶⁶ Os dois últimos excertos citados fazem parte dos discursos proferidos pelo Ministro do Ultramar, Comandante Sarmiento Rodrigues, e pelo então empossado governador de Cabo Verde, Sr. Dr. Manuel Marques Abrantes Amaral, quando da posse do referido governador da província de Cabo Verde.

produziu pela diversidade, na medida em que o Estado passou a afirmar sua base na solidariedade e pela partilha de outros elementos unificadores da Nação.

Embora respondesse às demandas externas, a proclamação da diversidade étnico-cultural não assegurava a igualdade entre colonizados e colonizadores e/ou entre ultramarinos e metropolitanos. Ao contrário, essa perspectiva foi usada para legitimar por mais algum tempo a dominação e consagrar o *nacionalismo* colonialista português. Para legitimação da Nação-Império portuguesa, é reformulado o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, que altera alguns aspectos dos decretos 16.473 e 16.474, de 6 de fevereiro de 1929. Entretanto, mantém-se a distinção entre indígena e português e mantém-se a separação política e jurídica daqueles em relação às instituições européias.

O novo Estatuto dos Indígenas publicado sob a forma de Decreto-Lei (nº. 39.666, de 20 de maio de 1954) destina ao ensino a tarefa de difundir a língua portuguesa; entretanto, diferentemente do Estatuto Missionário (1930), não se estabelece obrigatoriedade do uso da língua nos espaços extra-escolares tampouco nos espaços da escola. O §1º do Artigo 6 determina: “O ensino a que este artigo se refere *procurará sempre difundir a língua portuguesa*, mas, como instrumento dele, *poderá ser autorizado o emprego de idiomas nativos*.”. (grifos meus)

Observa-se uma mudança em relação à política lingüística: em lugar de retomar a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa na escola presente em documentos anteriores, o Decreto-Lei 39.666 determina que a escola tem como objetivo a difusão da língua. Em lugar de restringir o uso das línguas indígenas aos espaços religiosos, permite-se a utilização dessas como medidoras no ensino. Essa nova postura em relação às línguas pode apontar tanto para um diálogo do governo português com as orientações internacionais referentes à presença das línguas locais no ensino quanto para o estabelecimento de limites à extensão dos grupos assimilados.

Convém destacar que, desde a década de 1920, devido à utilização das línguas maternas dos grupos colonizados pelo governo britânico no ensino em

suas colônias, se fez difundir na África a valorização do ensino nas línguas locais bem como a necessidade e possibilidade de descrição dessas línguas. Já em 1927, o Boletim da Agência Geral das Colônias (vol. II, nº. 17) traduziu um artigo publicado originalmente em francês, na revista *Les Annales Coloniales*, de Paris, intitulado “Ensino nas línguas indígenas”. Esse texto apontava as vantagens do ensino nas línguas indígenas preceder ao ensino na língua do colonizador. Segundo o autor do texto, esse ensino, contudo, só poderia ser empregue com povos “cujo lealismo não possa duvidar”. Nesse sentido, o ensino das línguas estava associado à possibilidade de as línguas constituírem mecanismos de lealdade.

Em 1930, o Instituto Internacional de Línguas e Culturas Africanas, com sede em Londres, publicou o primeiro documento em que propôs uma padronização ortográfica para algumas línguas africanas. Na década de 60, a UNESCO passou a apoiar e promover programas de planejamento lingüístico e de alfabetização nas línguas africanas.

Para além das políticas lingüísticas internacionais, parece-nos que a mudança em relação à instrumentalização da língua portuguesa como constitutiva da missão civilizatória ou da nacionalização dos africanos pode indicar uma mudança de postura em relação à educação dos povos colonizados. Na medida em que se expandia o ensino entre esses, o domínio da língua portuguesa configurava-se menos como símbolo do sucesso do processo de assimilação que como um risco à possibilidade de ascensão e mobilização dos grupos colonizados escolarizados⁶⁷. Por conseqüência, assegura-se a manutenção da língua portuguesa, que não deixa de ser um instrumento de delimitação externa e interna dos grupos portugueses, mas o Estado já não se utiliza desse critério como central à nacionalidade nem à sustentação dos interesses do Império.

A noção de que o nacionalismo passa a configurar-se como uma partilha de interesses pode ser reforçada pelo discurso de Adriano Moreira (então Ministro do Ultramar) proferido em agosto de 1961, referente à construção de uma

⁶⁷ Convém lembrar que nesse período já se ensaiam as primeiras manifestações dos estudantes das colônias na metrópole. Embora esse fosse um grupo restrito, começava a marcar sua presença no movimento das independências dos países africanos.

“Política de Integração”, sob a qual se revoga o Estatuto dos Indígenas e são estabelecidas novas relações entre o Estado e as Províncias Ultramarinas e entre o Estado e os cidadãos do ultramar.

Referindo-se às críticas internacionais feitas ao referido Estatuto, Moreira afirma: “Nenhum resultado tem produzido demonstrar com verdade que são exatamente as vantagens do Estatuto que explicam o desinteresse de uma grande massa em optar pela assimilação.”. A assimilação passa, assim, a ser apresentada como uma opção voluntária dos povos colonizados. O caráter optativo ou voluntarista da nova política colonial é reforçado pelo autor: “Indo mesmo mais longe, a todos os portugueses está lícito optar voluntária e irrevogavelmente pela lei escrita de direito privado, prestando mais uma vez homenagem ao princípio da voluntariedade” (Moreira, 1961, pp. 12-13).

As circunstâncias históricas passam a restringir continuamente as intenções de Portugal afirmar-se como Nação-Império: na década de 1960 muitas ex-colônias já haviam conquistado suas independências; a Comissão de Descolonização da Organização das Nações Unidas volta suas atenções para a administração portuguesa; e, diante da confirmação da ONU à autodeterminação dos povos estabelecida na Declaração Anticolonialista e ampliação do apoio às novas Nações-Estados, o governo português é mais pressionado por essa Organização.

Além das pressões internacionais isoladamente que motivaram Portugal a rever sua política colonial, a perda dos apoios de países que tradicionalmente estiveram ao lado de Portugal no empreendimento colonial (como Inglaterra, Bélgica e os EUA) fez o país sentir a proximidade das independências de suas colônias. São somados à perda dos apoios internacionais, a dificuldade de Portugal manter as tropas militares nas colônias por falta de recursos, o agravamento de problemas sócio-políticos internos no país, cujo destaque era a descrença das Forças Armadas com a guerra colonial e o fortalecimento de grupos opositores ao governo. Esses fatos foram decisivos para a queda do grupo político que estava no poder.

A Revolução dos Cravos, de 1974, abriu espaço para a negociação das independências, como se observa no Decreto-Lei nº. 203/74, de 15 de maio. O governo provisório afirma que a solução das guerras no Ultramar não passa pela força militar, mas demanda uma saída essencialmente política, que deve ser completamente explorada. Dentre outros encaminhamentos relativos à Política ultramarina, destacamos as propostas de “7. b) (...) consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios, para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação” e de “7. d) Apoio a um acelerado desenvolvimento cultural, social e econômico das populações e territórios ultramarinos, com vistas à sua participação activa, social e política de todas as raças e etnias na responsabilidade da gestão pública e de outros aspectos da vida coletiva” (Preâmbulo do Decreto-Lei 203/74) A partir da instauração desse novo regime político, abrem-se as negociações que conduzirão à independência das colônias.

Em Portugal, esse governo mantém o princípio de unidade nacional que passa pela inculcação de valores via educação: “8. b) Desenvolvimento da reforma educativa, tendo em conta o papel da educação na criação de uma consciência nacional genuinamente democrática (...)”. E, contido o desejo de uma nação-império intercontinental com o domínio de territórios ultramarinos, Portugal vê-se ainda diante da necessidade de expansão de sua língua e cultura, projetando como política educacional e cultural a “8. i) Difusão da língua e cultura portuguesas no Mundo⁶⁸” (Ibidem).

A política lingüística colonial⁶⁹ baseou-se na construção de uma nação intercontinental, cujo governo tinha legalmente direitos de exploração dos territórios e povos ultramarinos, mas tinha também o dever de civilizar esses povos. Essa ambigüidade caracterizou a política colonial principalmente a partir do final do século XIX e prolongou-se até a Revolução de 1974. A língua portuguesa

⁶⁸ Em relação às políticas portuguesas de difusão de sua língua e sua cultura, ver SILVA, Jaime F. da & GUNNEWIEK, Lisanne K. “Portuguese and Brazilian efforts to spread Portuguese”. In: *International Journal of the Sociology of Language*. N. 95, 1992. pp. 71-92.

⁶⁹ Essa política lingüística, embora seja uma política *in vitro*, posto que construída pelo Estado e imposta aos cidadãos, não pode ser atribuída a uma manipulação efetuada por lingüistas. Essa política foi formulada, sobretudo, por políticos, estadistas.

apresentava-se, nesse contexto ambíguo, como instrumento e símbolo da civilização/dominação portuguesa: uma língua superior às dos africanos, posto que era a língua capaz de expressar o civilizado, o novo, o moderno e o científico. A difusão dessa língua era feita pelo ensino, que se estabeleceu sobre as ações religiosas e expandiu-se por meio de um Estado laico, mas intimamente ligado à Igreja Católica, a quem conferiu sua “missão civilizadora”.

Entretanto, como mostra Ferreira, essa missão visava a “mascarar interesses económicos e políticos; nunca se permitiu que a educação fosse além de um nível mínimo muito baixo, isto para não pôr em perigo os privilégios conquistados; uma elite africana muito reduzida era educada com um único fim: apoiar a hegemonia portuguesa e servir de intermediária para a administração colonial e a população africana”. (Ferreira, 1977, p. 59)

A língua dominante foi progressivamente imposta aos colonizados de modo que produziu e configurou estruturas sociais. Como indica Calvet (2005), esse processo começa primeiro nas classes dirigentes; depois, chega às populações das cidades; e, por fim, nas populações do meio rural. (p. 100). Esse parece ter sido o percurso da língua dominante em Cabo Verde e também o percurso de expansão da educação.

O principal meio de resistência no processo de imposição colonialista de uma língua é, para Calvet (1995), a consciência nacional do grupo dominado. Diferentemente da lealdade e da pertença a um Estado, o nacionalismo que permitirá o fim da dominação e a construção da Nação-Estado caracteriza-se pela consciência de classe, que envolve a classe social e a consciência de unidade (ou diferença) cultural.

No caso de Cabo Verde, como apontamos anteriormente, a consciência de classe está associada à consciência da diferença em relação ao colonizador. Diferença que se fez sentir pelo envio de grupos letrados cabo-verdianos para o trabalho braçal em São Tomé, pela preferência dada ao português no desempenho de atividades na administração colonial e pela marginalização dos estudantes africanos em Portugal.

CAPÍTULO 3
POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DESENVOLVIDAS POR SETORES ORGANIZADOS
DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA NO PERÍODO COLONIAL: O DEBATE
SOBRE AS LÍNGUAS PORTUGUESA E CABOVERDIANA

*O debate sobre as ideologias da
 língua define ou redefine estas ideologias
 (sempre através de representações conflituosas)
 do mesmo modo que o debate sobre as línguas
 define ou redefine estas línguas. (Jan Blommaert,
 The Debate is open)*

3. Introdução

No capítulo anterior, observamos que as políticas lingüísticas coloniais estavam ligadas à construção da Nação-Império portuguesa, a qual se funda sobre uma unidade nacional em um território descontínuo. A construção dessa nação estava voltada tanto, internamente, para os colonizados quanto, externamente, para os organismos internacionais que se foram estabelecendo como reguladores da política mundial⁷⁰.

O desenvolvimento do nacionalismo português promoveu a idéia de uma unidade nacional não apenas territorialmente descontínua mas também culturalmente diversa. A diversidade cultural teria, inicialmente, como um dos elementos unificadores a língua portuguesa, dominante em relação às demais. A superioridade do português sobre as línguas africanas baseava-se no argumento de que apenas a língua portuguesa teria capacidade de expressar o civilizado, o moderno e o científico.

No entanto, num contexto internacional que passou a valorizar as línguas dominadas/africanas (especialmente em relação ao ensino), a língua portuguesa foi secundarizada como critério de nacionalismo e cedeu seu espaço de aglutinadora ou unificadora nacional ao critério da *opção*, pelo qual os

⁷⁰ Não focalizamos no nosso trabalho a construção do nacionalismo interno no território lusitano. As poucas observações a esse respeito referiram-se à oficialização e padronização da língua portuguesa em Portugal como instrumento do Estado na interação com seus cidadãos. Nosso interesse na política nacionalista colonial localiza-se na compreensão de que essa viabilizou a imposição da língua portuguesa nos territórios dominados.

indivíduos africanos poderiam optar por pertencer a um mesmo Estado regulador e submeter-se a um mesmo conjunto de leis que os portugueses.

Nossa análise – que focalizou a inter-relação entre nacionalismo, língua e política lingüística – fundamentou-se sobre alguns pressupostos gerais em relação ao conceito de nacionalismo: 1. O nacionalismo é uma construção sócio-histórica e, principalmente, política. 2. O nacionalismo demanda a interação do Estado (Estado moderno – leis, política, economia) com diferentes grupos sócio-culturais no interior do próprio Estado e entre Estados (intra- ou internacionais). 3. O nacionalismo compreende uma construção discursiva enunciada e mobilizada com finalidades políticas, sociais e econômicas. 4. Na medida em que o nacionalismo é um construto, esse pode ser produzido de modos e com características diferentes em e por distintos grupos sócio-políticos e culturais, mobilizando conteúdos sociais, culturais e políticos conforme as necessidades políticas e as contingências sócio-históricas.

Entendemos que as línguas podem ser um dos conteúdos envolvidos nessa construção, e elas podem ser associadas a um grupo étnico e cultural específico ou podem ter uma representação política que transcende um grupo mais restrito e engloba grupos maiores politicamente articulados. A utilização da língua como critério para a promoção da unidade de grupos sociais, uma vez que a construção do nacionalismo pode ser feita por grupos diferentes, pode ser efetuada em favor de, contra o ou pelo próprio Estado e sempre envolve um componente cultural, porque (entendemos que) língua e cultura são indissociáveis.

As políticas lingüísticas estão inseridas na construção do nacionalismo porque essas políticas referem-se a ações sobre as línguas que perpassam o cotidiano das comunidades tanto quando produzidas por atuações dos falantes quanto nas ações engendradas sobre as línguas pelo Estado. (Calvet, 2002; 2007; e Hamel, 1988) Os estudos em políticas lingüísticas desenvolveram-se, sobretudo, nos anos 60 e 70, quando emergiam novos Estados na Europa, na Ásia e na África. Nesse contexto, os estudos focalizaram as ações que os Estados efetuavam para utilizar politicamente as línguas a seu favor, na construção ou gestão da governabilidade. Um novo período de intensa produção nessa área da

Sociolingüística desenvolveu-se quando novos movimentos sociais na África e na Europa mobilizaram politicamente a questão lingüística. Nesse contexto, grupos não-estatais que tentavam promover sentimentos de pertencas e lealdades que não ao Estado e procuravam legitimidade no interior de um mesmo Estado passaram a agir sobre as línguas. (Blommaert, 1996; 2008)

O recorte teórico-metodológico que fundamenta nossas análises implica, portanto, o entrecruzamento de posicionamentos teórico-metodológicos oriundos de campos diferentes que construíram saberes sobre o nacionalismo e sobre as políticas lingüísticas. Dessa forma, convém assinalarmos que nossa perspectiva de política lingüística transcende as ações estatais/governamentais referentes à normatização das línguas (padronização, produção de dicionários e gramáticas e incentivos a produções culturais) assim como nossa perspectiva de nacionalismo transcende a aplicação de modelos estáticos. Cada grupo social, com suas particularidades históricas, sociais, políticas e econômicas, pode gerar movimentos e políticas nacionalistas peculiares.

Em Cabo Verde, circulam diferentes discursos nacionalistas: o discurso oficial, produzido pelo Estado, e discursos formulados por diferentes atores sociais que reivindicam espaços de ação política. Esses diferentes discursos procuram captar/conquistar a lealdade dos indivíduos e grupos e promovem o sentimento de pertença ao grupo que elabora o discurso. No âmbito do nacionalismo, a lealdade e a pertença integram a(s) identidade(s) dos cidadãos.

Fernandes (2005) indica que não há possibilidade de se falar em nacionalismo em Cabo Verde se, ao analisar o processo de constituição e afirmação do Estado e suas formas de construir lealdades ou legitimidade, o estudioso considerá-lo como uma simples transposição de algum modelo europeu. Por sua vez, Anjos (2004) indica que o nacionalismo em Cabo Verde constituiu-se pela importação de modelos feita por uma elite clientelista local. Essa importação, no entanto, demandou adaptações e reconfigurações desses modelos à situação política e sócio-econômica local.

Embora fundamentados em perspectivas teórico-metodológicas distintas, ambos os autores concordam que o nacionalismo em Cabo Verde

configura-se de modo particular, dentre outras razões pela peculiaridade de sua organização sócio-cultural e de suas relações com o sistema colonial e com o sistema internacional. Ambos os autores concordam que a construção de uma identidade cabo-verdiana (ou várias), que mobiliza os cidadãos a estabelecer lealdades e pertenças, está inserida no contexto internacional/global e dialoga com esse contexto. Tendo em vista as peculiaridades dos nacionalismos e das identidades nacionais em Cabo Verde, procuraremos focalizar as políticas lingüísticas no interior das ações de um Estado que busca legitimação interna e externa.

A análise das políticas lingüísticas em Cabo Verde demanda que retornemos brevemente à construção de identidades nacionais que antecederam a Independência do país. Indicamos, no primeiro capítulo, que nessas construções identitárias a língua caboverdiana constituiu-se como símbolo de pertenças e instrumento de ação política. Assim, baseados no conceito de políticas lingüísticas *in vivo*, que são produzidas pelos falantes, focalizaremos o debate sobre o caboverdiano em dois momentos centrais da produção de identidades locais efetuadas por grupos de intelectuais cabo-verdianos que repercutem atualmente nas políticas lingüísticas desenvolvidas pelo Estado.

Entendemos que o debate relativo à língua configura-se como uma ação política dos envolvidos, como declara Blommaert (1999):

“O processo político desenvolve-se através de uma série de trocas envolvendo uma variedade de atores sociais: os próprios políticos e os agentes das políticas, especialistas acadêmicos e não-acadêmicos, membros do público interessados, a mídia. Debates são, político-ideologicamente, o ponto de entrada da sociedade civil na produção política: eles são (vistos como) o momento histórico durante o qual comunidades politicamente organizadas são envolvidas na construção das políticas.” (p. 8)

3.1. *Língua, política lingüística e identidade nacional em Cabo Verde no período colonial.*

Considerando que uma das formas de manifestação do nacionalismo configura-se como a produção discursiva da partilha (por um determinado grupo) de características culturais comuns e que essa construção pode ser efetuada por

um grupo no interior de um Estado, pode-se entender que o nacionalismo em Cabo Verde começou a ser forjado por grupos locais que ora se afirmaram pertencentes à nação-império lusitana, ora se afirmaram em oposição a essa nação. Essa produção foi viabilizada pela ambigüidade presente no discurso sobre a Nação-Império portuguesa, explicitada por nós no capítulo anterior. Em acordo com Fernandes (2005),

“Em nosso entender, a nação cabo-verdiana dificilmente seria pensável sem a explicitação desse descompasso entre a nação e o império colonial portugueses e sem um subsequente socialização, levada a cabo pela elite local do último decênio o século XIX aos primeiros do século XX. Efetivamente, foi nesse ambiente, e *vis-à-vis* sua preterição e tendencial exclusão, pelo braço colonial, de uma nação de que se consideravam aliados e membros, que os chamados filhos da terra se vêem perante a necessidade de reinventar sua emancipação, lançando mão de um variado leque de recursos, que (...) vão de político-discursivo ao sócio-econômico, passando pelos simbólicos de representação e de interação.” (p. 112)

No capítulo primeiro de nosso trabalho, apresentamos, em linhas gerais⁷¹, os grupos responsáveis pela produção de um conjunto de saberes e práticas que viabilizaram posteriormente a construção do nacionalismo cabo-verdiano – os nativistas, os claridosos e os militantes. Interessa-nos agora verificar como esses grupos pensavam as línguas portuguesa e caboverdiana e verificar a relação entre suas idéias e a política lingüística colonial.

As diversas perspectivas construídas a respeito das línguas pelos grupos letrados em Cabo Verde estão inseridas no processo de produção das políticas do Estado (especialmente o colonial) e dialogam com essa produção. No bojo das ações políticas empreendidas pelos diferentes atores sociais, os debates são percebidos como parte das ações dos falantes (especialistas ou não) e se constituem como elementos do nacionalismo cabo-verdiano na medida em que viabilizaram a produção de saberes e a atribuição de valores e atitudes sobre a língua caboverdiana. Esses diálogos são concretizados, sobretudo, entre o grupo escolarizado (a elite) cabo-verdiano e as políticas oficiais do Estado, sejam essas

⁷¹ Não é nosso objetivo neste trabalho explicitar a construção discursiva da identidade nacional cabo-verdiana. Interessa-nos, em relação a essa construção, tão somente o debate em torno das línguas portuguesa e caboverdiana. Para aprofundamento da discussão relativa à identidade nacional, sugerimos a leitura de Anjos (2002; 2003; 2004) e de Fernandes (2002; 2005).

diretamente relativas às línguas, sejam relativas à educação ou à administração colonial.

3.1.1. *Os nativistas*

Os nativistas, grupo que manifestou os primeiros indícios de uma construção identitária cabo-verdiana, vivenciaram a intensificação das restrições às línguas locais nas políticas lingüísticas coloniais da virada do século XIX para o XX e no início desse século, apresentadas no capítulo anterior. Nesse contexto, caracterizaram-se pela elaboração de uma nacionalidade na qual o indivíduo cabo-verdiano constituía-se como cidadão português, apto a requerer os direitos enunciados na Constituição e reivindicar os ideais republicanos liberais, com particularidades étnico-culturais em relação aos portugueses da metrópole. Sob esse ângulo, o pequeno grupo letrado, que se afirmava pelo conhecimento da realidade cabo-verdiana e pelo domínio dos códigos burocráticos e administrativos, poderia servir como mediador entre os locais e a administração.

Sendo cidadãos portugueses, eram-no com uma peculiaridade: eram mestiços. Compartilhavam da herança étnico-racial portuguesa, o que os diferenciava dos indígenas africanos, e da herança africana, o que os diferenciava em relação a outros cidadãos portugueses. O símbolo dessa mestiçagem era a língua, reconhecida, nesse período, como um dialeto da língua portuguesa. Era a “língua portuguesa mal sabida e mal ensinada pelos mestres, e mal aprendida e mal falada pelos discípulos” (P. Cardoso apud. Fernandes, 2005, p. 148). Em um artigo intitulado “Língua de Pretos”, Eugênio Tavares, no mesmo sentido de Pedro Cardoso, afirma que o “dialecto” local deveria ser concebido como a língua portuguesa mal ensinada aos escravos. (E. Tavares, *Jornal O Manduco*, nº. 11, 1924)

Resultando de um ensino deficiente aos “pretos” e de uma mestiçagem “pelo contacto de duas raças”, o “dialecto cabo-verdiano constitui documento glotológico de uma das mais interessantes transformações da língua portuguesa.” A transformação pela qual havia passado essa língua consistia em ter assumido

“vícios prosódicos” e “fonalidades bárbaras de muitos vocábulos sonoros” decorrentes de influências exercidas “em longas gerações de colonos, por multidões de escravos”. Essas influências eram vistas pelo autor como “imorredoura herança, as reminiscências bárbaras que eivaram a própria língua dos senhores” e eram tão explícitas “que, num gráfico em que tentássemos descrever a distância em que, pelas ilhas, os respectivos dialectos correm a par do português, veríamos, por exemplo, que em Santiago, onde viviam compactas multidões de escravos rodeando um pequeno número de senhores, essa distância se alarga, ao passo que, na Brava, onde era diminuta a população africana, ela se estreita.”.

Partindo da idéia de que “o dialecto cabo-verdiano” era um dialeto da língua portuguesa que se havia formado pelo contato com línguas africanas, as quais haviam deixado marcas na língua portuguesa, o autor, em diálogo com outros discursos que circulavam⁷² pela sociedade cabo-verdiana, afirma: “a chamá-lo língua de pretos, melhor seria dizê-lo língua de brancos mal ensinada a pretos”. Além de seu indicar que a língua caboverdiana estava sendo chamada de “língua de pretos”, o autor aponta que havia quem risse da possibilidade de essa língua ser escrita (“(...) nunca me ri dos que afirmam que o dialecto cabo-verdiano deve ser grafado (...) porque me pareceu sempre que o riso com ares superiores podia ser sintoma de inferioridade”) e quem negasse essa possibilidade (“Aligeirando razões, permita-se-me a seguinte conclusão: o dialecto cabo-verdiano pode falar-se e grafar-se (...).”) Diante do debate social sobre a língua caboverdiana, Tavares responde que “o crioulo é um derivado” da língua portuguesa depois de sofridas transformações, as quais deveriam ser estudadas pela glotologia. Tavares reitera que os estudiosos das línguas deveriam dedicar-se ao estudo do “dialecto crioulo”: “E deve ser certo que o interesse filológico que leva ao estudo da língua em que nos chegaram as “Saudades” de Bernardim, não seja maior que o interesse glotológico que recomenda o estudo do dialecto em que as deliciosas crioulas gorjeiam os seus amores.”

Ao enfatizar a viabilidade e a necessidade de estudo do “crioulo”, o autor procura valorizar a língua que expressa a identidade mestiça do povo cabo-

⁷² Eugênio Tavares deixa, em seu texto, marcas de que estaria respondendo a alguns discursos presentes na sociedade cabo-verdiana:

verdiano. Além disso, a mestiçagem lingüística é expressa como a manutenção da língua portuguesa: as transformações (no tempo e por influência do meio – o longo encontro entre africanos e portugueses) na língua portuguesa que levaram ao “crioulo” “documentam a história da nossa colonização”. A língua caboverdiana se caracterizaria, para esse grupo letrado, como o símbolo da mestiçagem, do encontro lingüístico-cultural, e da colonização portuguesa. Devia-se às condições da colonização em Cabo Verde o fato de ser o “crioulo” uma língua mal falada pelos portugueses e mal ensinada aos africanos.

Fernandes (2005) indica que, ao afirmar que a língua portuguesa era mal falada e mal ensinada pelos portugueses, Pedro Cardoso estaria depreciando o colonizador e, conseqüentemente, estaria historicizando “a épica civilizatória portuguesa e, na prática, a desconstrói. No estrito campo lingüístico, ele [Pedro Cardoso⁷³] desmistifica a ascendência e herança lusitanas no arquipélago, realçando que “a língua em que os colonos europeus, gente cativa e ousada mas inculta, se faziam entender dos escravos providos do resgate da Costa Africana, não podia ser outra senão a usada pela plebe donde tais colonos procediam na sua quase totalidade (idem, p. 13)”. (2005, p. 148)

Dessa forma, os poetas nativistas Pedro Cardoso e Eugênio Tavares estariam problematizando as bases do grupo dominante. Uma vez que os colonizadores (em Cabo Verde) eram caracterizados como um grupo inábil dentre os dominantes e na medida em que a língua indicava o grau de civilização, não haveria possibilidade de o dominador realizar a contento sua empreitada civilizatória no que se referia à língua portuguesa como língua civilizada. Prova disso é que o dominador ensinou mal a língua. Assim, se em Cabo Verde havia um “dialeto” do português, era por responsabilidade dos próprios portugueses. Desse modo, segundo Fernandes, Cardoso estaria desconstruindo um dos argumentos de superioridade do colonizador (a língua), de modo a aproximar-se dele.

⁷³ Pedro Cardoso é um dos principais nomes do movimento nativista e, junto com Eugênio Tavares, é considerado um dos primeiros produtores de texto escrito em caboverdiano.

Embora concordemos com Fernandes (2005) que o discurso de Pedro Cardoso e de Eugênio Tavares pode gerar a desconstrução da superioridade lingüística do grupo português que primeiro povoou o arquipélago, parece-nos que o posicionamento de ambos os poetas nativistas em relação à língua caboverdiana revela, no seu discurso, a predominância das atitudes e valores do dominador em relação à língua do dominado: eles concordariam com a idéia de que o caboverdiano era uma língua desqualificada, era uma variedade menor da língua portuguesa. Uma consequência possível desse juízo emitido sobre a língua caboverdiana é que a cultura veiculada nessa língua pode, distinguindo um grupo no interior de uma unidade nacional, também ter menor valor que a cultura “civilizada”. Ao distinguir grupos no interior de uma unidade nacional, a atribuição de valores de inferioridade a uma língua e uma cultura pode provocar a discriminação/inferiorização do grupo ao qual a língua e a cultura desprestigiadas estão relacionadas. Embora a atribuição à língua caboverdiana de uma certa desqualificação não possa ser negada no discurso dos poetas, havia por parte deles o desejo de valorizar o “crioulo”, prova disso é que Eugênio Tavares fala da necessidade de estudo desse “dialecto”.

A posição de “defesa” da língua caboverdiana no contexto do recrudescimento da política colonial (inclusive da política lingüística, que implicou a proibição do uso do “crioulo” na escola e nos espaços administrativos) pode ser relacionada à construção de um espaço de mediação entre governo colonial e grupos populares. A mediação, já mencionada no capítulo primeiro de nosso trabalho, pode ser observada ainda no texto “Província de Cabo Verde: o Projecto da Carta Orgânica”, de E. Tavares, publicado no jornal *A Voz de Cabo Verde* em 1915, em que o autor apresenta comentários a respeito do “Projecto da Carta Orgânica da Província de Cabo Verde”, que deveria conter as normas para o exercício do governo no arquipélago enviado de Portugal. O Projeto da Carta Orgânica procura atribuir aos cabo-verdianos o mesmo estatuto de “indígena” dos africanos dos territórios portugueses. Contra essa classificação, Tavares afirma: “Neste parágrafo [do Artigo 28º da Carta Orgânica] único encontra-se um termo de uma impropriedade lastimável em Cabo Verde: Indígena!”, revelando sua

indignação. E declara: “Em Cabo Verde não há semelhante diferença de nível nos direitos que a lei reconhece aos cidadãos. Não há. Não deve haver.”, colocando-se em defesa dos grupos letrados e da elite intelectual mas também em defesa dos grupos populares.

Como produtores de textos em caboverdiano, os poetas estariam apresentando-se aos locais como membros da sociedade cabo-verdiana capazes de transitar entre a cultura colonial e a cultura local de sua comunidade, que é também sua pátria. Por outro lado, o domínio da língua portuguesa, como capital cultural de maior valor, justificaria a presença desse grupo cabo-verdiano como intermediário entre o colonizador e o colonizado. Ainda carentes do capital cultural, os grupos populares deveriam ser instruídos⁷⁴ pelos civilizados/assimilados locais, que conheciam as características e limitações dos ainda não-civilizados.

Na constituição de uma política lingüística que se forja como debate em torno da questão lingüística, esse grupo mantém o prestígio e o lugar de dominação política e étnico-cultural da língua portuguesa e a desqualificação e o lugar de subjugado da língua caboverdiana, embora se registrem os esforços do grupo na valorização dessa língua. Sob essa perspectiva, a inviabilidade de construção de uma identidade nacional cabo-verdiana própria – portanto, de uma efetiva ação política contra o Estado português – não se restringe à ambigüidade de pertença pátria e lealdade nacional (concomitantemente lusitanos e cabo-verdianos), como indicado por Fernandes (2005). Parece-nos que o problema reside no fato de que o argumento que legitimaria a língua e a cultura cabo-verdianas como critérios de pertença, na realidade, as deslegitima diante da língua e da cultura do colonizador.

Pode corroborar essa análise o fato de, posteriormente, os próprios portugueses terem usado esses argumentos para explicar o surgimento do caboverdiano, como fez Rodrigo de Sá Nogueira (1984, original de 1957), ao indicar que o crioulo seria uma metamorfose, uma simplificação, do português na boca dos negros, que não tiveram disciplina escolar para o estudo da língua

⁷⁴ Essa ambigüidade apontaria para o papel de mediador a que Anjos (2002, 2004) refere-se.

portuguesa. A ausência dessa disciplina seria oriunda da falta de interesse das “pessoas incultas” e dos brancos “de pouca cultura e sem preocupações culturais” que povoaram as ilhas. Somava-se a essa ausência a incapacidade de o negro se adaptar à estrutura (complexa) da língua portuguesa. Os colonizadores escolarizados e cultos do século XX, diferentes daqueles que povoaram o arquipélago nos séculos XV e XVI, afirmavam que “o dialeto crioulo” resultara do encontro lingüístico entre brancos incultos e negros incapazes. O encontro lingüístico-cultural que havia deixado heranças dos grupos em contato, que poderia particularizar e alçar o caboverdiano a uma situação de dialeto da língua portuguesa, portanto, símbolo da proximidade e da equiparação entre caboverdianos e metropolitanos, é justamente o que o desqualifica e o rebaixa, impossibilitando que se construa, a partir da língua, um movimento nacionalista autêntico cabo-verdiano.

A construção do discurso sobre a identidade na imprensa cabo-verdiana e na diáspora foi decorrente da apropriação, via escolarização, da língua portuguesa pelo grupo nativista. A escolarização, que implicava a aprendizagem da língua portuguesa, formou um pequeno grupo letrado, com vistas a suprir a necessidade de mediadores entre a administração colonial e os habitantes da ilha. A formação desse grupo mediador gerou a disputa pelos cargos públicos em que concorriam “(...) o pessoal nomeado e enviado da Metrópole com as velhas elites brancas locais que não puderam reproduzir-se na posição dominante por meio da escolarização” (Anjos, 2002, p. 52). Delimitando espaços de ação, os grupos letrados locais procuraram elaborar a especificidade cabo-verdiana em relação ao metropolitano e aos demais africanos.

Apoiados sob a tensão entre a particularidade cabo-verdiana e a pertença nacional portuguesa, os nativistas⁷⁵ mantiveram-se como membros da nação portuguesa, ora recorrendo à condição legal jurídico-administrativa, que lhes afirmava a cidadania lusitana, ora recorrendo ao capital que assegurava essa

⁷⁵ Concordamos com Fernandes (2005) em relação à idéia de que esse grupo construiu saberes que posteriormente seriam utilizados na construção da identidade nacional cabo-verdiana. No que se refere à língua, compreendemos que esse grupo contribuiu para afirmar a possibilidade de escrita do caboverdiano. Entretanto, parece-nos que a postura predominantemente discriminatória em relação a essa língua postergou o desenvolvimento do nacionalismo lingüístico cabo-verdiano.

cidadania, o capital lingüístico-cultural, reforçando a política lingüística do Estado português e marginalizando os que não possuíam tal capital.

3.1.2. *Os claridosos*

Outro grupo que contribuiu para a produção de saberes sobre a cultura/língua caboverdiana que possibilitaram, posteriormente, a construção de uma identidade nacional foi o dos escritores/intelectuais ligados à Revista *Clareza*, cujo projeto geral de identidade cabo-verdiana apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim como os nativistas, um dos enfoques centrais do grupo claridoso estava na elaboração de um discurso que lhes permitisse assumir o espaço de mediação entre a administração colonial e os cabo-verdianos bem como entre essa administração e os africanos dos territórios portugueses na África. No interior desse processo, a língua caboverdiana configurava-se como um argumento da descendência lusitana dos cabo-verdianos.

Um dos principais expoentes da visão claridosa em relação à língua é Baltasar Lopes da Silva, escritor, poeta e lingüista cabo-verdiano. Dentre outras produções sobre a língua caboverdiana, destaca-se o livro *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, publicado, em 1957, pela Imprensa Nacional, em Lisboa. O autor escreveu vários artigos a respeito da questão lingüística, mas pode-se dizer que sua perspectiva está concentrada no referido livro. O teor central das análises de Baltasar Lopes em relação ao caboverdiano é a concepção de que essa língua é um dialeto do português metropolitano, não havendo provas lingüísticas suficientes que comprovem o substrato de línguas africanas.

Segundo o autor, é discutível a hipótese de que haja alguma influência do grupo lingüístico mandinga na língua caboverdiana; afinal, os escravos que teriam composto parte da cultura das ilhas seriam oriundos de regiões em que predominava esse grupo lingüístico. A possibilidade de comprovar essa hipótese decorreria da necessidade de estudos antropológicos que focalizassem os

resíduos das culturas africanas como substratos da cultura cabo-verdiana. Afirma Lopes (1984): “No campo puramente lingüístico, o crioulo cabo-verdiano pouco informa a respeito [do substrato africano]. (...) desde já me parece que apenas o léxico poderá trazer uma contribuição eficaz, apesar da pobreza do vocabulário possivelmente de origem africana quando confrontado com a percentagem do *tesouro lexical* em que a proveniência portuguesa não deixa dúvidas a ninguém.” (pp. 32-33) (grifos meus)

Um dos esforços do autor na descrição da língua caboverdiana consistiu, portanto, em mostrar que a escassez do vocabulário de origem africana dificultava a afirmação conclusiva de que havia um substrato africano nessa língua. Parecia-lhe inegável, por outro lado, a presença do léxico de língua portuguesa, apresentado como “tesouro lexical”, e as marcas fonéticas e morfológicas dessa língua. A essência da argumentação do autor pode ser observada no seguinte trecho da introdução de seu trabalho:

“Limito-me ao crioulo de Cabo Verde, estudado neste trabalho. Na fonética, como digo atrás e se poderá ver no lugar respectivo, nada há, a meu ver, que se não enquadre perfeitamente nas tendências gerais do português reinol; o sistema morfológico cabo-verdiano assenta integralmente no sistema português, simplificado, sem dúvida, mas essa simplificação não oferece nada de especial, se atendermos a que o mesmo se verificou no português em relação ao latim: haja vista o aconteceu em romance à declinação latina; na sintaxe também não me parece que se possa falar categoricamente em acção do substrato a propósito de uma ou outra construção, que ou é a sobrevida de tipos sintácticos do período arcaico e médio da Língua, ou representa o expediente que o indivíduo falante chamou em seu auxílio e que teria, provavelmente, a mesma expressão, se o substrato fosse, por exemplo, europeu.” (Lopes da Silva, 1984, p. 41)

Boa parte da argumentação de Baltasar Lopes focaliza a desconstrução da idéia de que as línguas crioulas seriam formadas pelo encontro de línguas européias e africanas, as quais forneceria o substrato dos crioulos. Se assim fosse, a estrutura (“a ossatura dos crioulos”) seria compatível com a das línguas africanas, ficando a presença das línguas européias restrita ao vocabulário. Contrapondo-se à perspectiva do substrato africano, o autor argumenta que “a atribuição do selo românico a crioulos como o de Cabo Verde” e a designação de “dialectos das línguas européias de civilização” demonstram a predominância da

língua portuguesa⁷⁶. Além disso, o autor defende que não haveria a possibilidade de a gramática crioula ter sido formada em sua base com a estrutura de línguas africanas em se considerando que em lugares distintos do Ultramar português (Cabo Verde, Brasil, Ásia e Malásia) verificavam-se “estreitas afinidades” lingüísticas. Ademais, ainda que houvesse algum substrato africano, a língua portuguesa teria prevalecido, afirmação que o autor enfatiza declarando: “Não me parece, assim, repito, que se imponha o recurso forçoso à raiz africana, ameríndia ou asiática para explicar fenômenos, aspectos e tendências dos dialectos românicos ultramarinos que afinal coincidem com tratamentos e fenômenos do romance” (idem, p. 42)

Lopes argumenta que, assim como o português brasileiro havia guardado a nobreza do português metropolitano, o crioulo cabo-verdiano viveria “um impulso generalizado de aristocratização fonética (...) e no vocabulário há uma importação tal de termos que o vocabulário comum, de origem portuguesa, do homem das ilhas me não parece inferior ao vocabulário do homem comum da Metrópole.” (idem pp. 43-44).

Baltasar Lopes desconstrói, em seu trabalho, a perspectiva do substrato africano para comprovar o caráter eminentemente português do crioulo cabo-verdiano, habilitando a língua local a se aproximar da língua da metrópole. Entretanto, o autor estabelece uma distinção entre os falantes do crioulo: “Aliás, estas tendências que acabo de mencionar [a nobilitação do crioulo] *circunscrevem-se* àquela camada da população de *contacto mais assíduo com o português metropolitano, principalmente por via da leitura.*” (ibidem.) (grifos meus). Dessa forma, a “habilitação” que o autor atribui à língua refere-se também à cultura local: haveria uma tendência predominante de os ilhéus alcançarem a nobreza própria da metrópole. Entretanto, nem todos vivenciavam esse quadro nobilizante. Havia falantes que ainda estavam mais ligados ao tradicional, uma vez que nem todos poderiam se apropriar da leitura, distanciando-se dos

⁷⁶ Parece-nos que os estudos de Baltasar Lopes sobre o caboverdiano são influenciados pelos trabalhos sobre crioulo produzidos por Adolfo Coelho. Como referência sobre a perspectiva de estudos lingüísticos desse autor, remetemos o leitor ao texto de Tarallo & Alkmim (1987) e ao livro *Os Dialectos românicos ou Neolatinos na Africa, Asia e America*, de Adolfo Coelho, Lisboa - 1881 - Sociedade de Geographia de Lisboa.

metropolitanos. “O fenómeno determina, na linguagem comum do arquipélago, a coexistência de dois tipos de crioulo: o chamado “crioulo fundo”, isto é, o crioulo mais fiel ao tipo tradicional, e um *sermo politus*, de uso generalizado entre as pessoas ilustradas.”(ibidem)

A delimitação feita pelo autor em relação às pessoas ilustradas e não-ilustradas remete-nos a observações feitas previamente: a língua constitui-se como um instrumento e um símbolo, permitindo que esse grupo letrado possa agir como mediador entre a administração colonial e os cabo-verdianos e entre a administração e os africanos. Como indicamos no capítulo primeiro de nosso trabalho, o autor recorre ao capital simbólico, adquirido via escolarização, para constituir um espaço privilegiado para os letrados cabo-verdianos perante governo e compatriotas. Esse espaço é viabilizado pela posse do capital cultural e pela aproximação entre colonizados “ilustrados” e metropolitanos. Esses colonizados, por sua vez, demonstravam o sucesso do colonizador ao alcançar o objetivo de ter um grupo assimilado em uma colônia ultramarina.

Vivenciando o período em que as políticas coloniais (dentre as quais as lingüísticas) davam sinais dos ressentimentos, da resignação e da cessão de Portugal diante das pressões internacionais, os claridosos, representados no debate lingüístico por Baltasar Lopes, ampliavam seu espaço de ação e de participação em relação ao governo. Comprova essa perspectiva o fato de o preâmbulo do livro de B. Lopes ter sido escrito pelo estudioso Rodrigo de Sá Nogueira, professor e estudioso da língua portuguesa em Lisboa, a pedido de Adriano Moreira, então diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais e um dos responsáveis por forjar mudanças (eufemismos) no teor discriminatório da política colonial.

Ao introduzir seu texto, Sá Nogueira informa que o estudo de Baltasar Lopes deveria ser inserido dentre as produções científicas portuguesas, pois Lopes teria empregue criteriosamente o método científico no seu trabalho, sendo autorizado pelo fato de ter o “espírito lúcido e cultivado, pois é formado em Filologia Românica e em Direito pela Universidade de Lisboa” (Sá Nogueira, 1984, p. 24). Ademais, essa empreitada científica estava abalizada pelo “Centro de

Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar [que] tem por objectivo estudar, entre outros, o problema da unidade da cultura portuguesa nos quatro continentes onde a Nação Portuguesa cresceu e se desenvolveu.” (idem, p. 7)

Segundo o autor, dentre os elementos da cultura, a língua configura-se como documento da ação humana através dos tempos e espaços e, especialmente, como “um dos mais importantes fundamentos político-social” (ibidem.) dos povos. Nesse sentido, a compreensão dos resultados da política portuguesa nas colônias demandaria o estudo das línguas nesses territórios. Embora fossem línguas de “povos atrasados”, seu estudo permitiria ao pesquisador observar o *grau* e a *natureza* da influência das línguas européias sobre as línguas indígenas.

Sá Nogueira afirma ainda que, assim como os povos mais fortes e mais civilizados exerceram maior influência sobre outros com os quais conviveram durante longo período, as línguas desses povos (mais fortes e mais civilizados) se impuseram sobre as línguas dos povos mais fracos e menos civilizados e moldaram-nas segundo as tendências da superioridade dos povos civilizados.

Os crioulos das ilhas de Cabo Verde – que metamorfosearam o português, tornando-o quase irreconhecível, “cheio de lesões profundas” e “coberto de cicatrizes” – comprovariam, entretanto, que os crioulos “nada mais são, na essência, que o português profundamente alterado na boca dos Negros, quer na fonética, quer na morfologia, quer na semântica, quer na sintaxe” (p. 12). E, embora fossem “uma adulteração do português da Metrópole”, “tecnicamente falando, são *línguas* como outras quaisquer” (p. 15). Assim, na medida em que o estudo das línguas africanas proporcionaria a observação da influência da língua portuguesa e da política nacionalista no Ultramar, o estudo dos crioulos cabo-verdianos permitiria compreender a importância da presença portuguesa em relação aos africanos no arquipélago, os quais teriam se submetido à influência dos portugueses, em menor número, mas superiores em civilização.

Nos anos 50, a política colonial fez uso dos estudos da língua (lingüística) e da cultura (antropologia) na construção de argumentos científicos

para justificar suas ações. No âmbito da utilização da ciência como argumento de e do poder, podemos destacar que, no mesmo ano em que é publicado o trabalho de Baltasar Lopes, foi publicado também o livro *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde* (Lessa & Ruffié, 1957), que mostra a elaboração de uma especificidade do cabo-verdiano, a mestiçagem, em relação aos demais colonizados, a partir do tipo sanguíneo e das medidas do crânio, portanto, de uma antropologia física. O livro registra o debate efetuado entre intelectuais metropolitanos e cabo-verdianos, no qual esses últimos procuravam habilitar a mestiçagem como encontro do africano e do português em que se sobressaíram os traços lusitanos. Um dos aspectos discutidos é a capacidade (ou não) de a língua mestiça, o crioulo, ser um útil instrumento de comunicação e, igualmente, ser capaz de “realizações intelectuais”.

O grupo letrado local – a começar por Baltasar Lopes, que comenta seus estudos feitos e a possibilidade de sua publicação – advoga que o crioulo tem passado por uma aristocratização fonética e vocabular. Enfatiza que não há mais que “3%, se tanto” de vocábulos de origem não portuguesa e que o uso do crioulo pelos alunos do liceu em discussões sobre exercícios de matemática e filosofia indica sua possibilidade de dizer os conteúdos civilizados, escolarizados. Entretanto, o filólogo afirma que, mesmo com todas as suas possibilidades, o crioulo “não é uma língua de civilização, é uma língua regional (...)” (p. 140)

Assim como Baltasar Lopes construiu a predominância do português na constituição da língua caboverdiana, os letrados locais procuravam afirmar a preponderância da cultura lusitana sobre a local, como revelam as falas de Baltasar Lopes e Júlio Monteiro:

“No entanto, quanto à civilização cabo-verdiana, entendendo civilização pelo conceito dado pelo Sr. Dr. Almerindo Lessa⁷⁷, conceito que, de certo modo, se confunde com o conceito de Cultura, isto é: o conjunto daqueles valores morais e materiais que definem um determinado povo, eu não vejo oportunidade nem razão para se falar numa civilização cabo-verdiana, e, justamente, por um ponto de vista que é meu e de muita gente: porque não temos uma civilização específica, temos traços regionais. Nós estamos muito mais aproximados do tipo português de cultura do que talvez suponhamos. (...) Temos caracteres regionais, como acontece com o minhoto,

⁷⁷ Metropolitano, chefe da missão de Seroantropologia.

com qualquer provinciano da Metrópole.” (Baltasar Lopes, In: Lessa & Ruffié, 1957, p. 117)

“Quer dizer: o paradigma da nossa evolução foi a própria Metrópole. Nós temos vindo evoluindo exactamente no sentido de obter uma identificação, tanto quanto possível, com o europeu. Essa identificação já se fez no ponto de vista espiritual, moral, étnico. (...) Somos um elemento localmente diferente dentro duma unidade étnica e política. (...) Enfim, concluo pela inexistência de uma civilização cabo-verdiana própria, mas entendo que no progresso da nossa aristocratização têm havido efectivamente suspensões e que uma das causas mais fortes têm sido as fomes.” (Júlio Monteiro, In: Lessa & Ruffié, 1957, p. 119)

Observa-se um esforço por parte dos intelectuais ilhéus na construção da cabo-verdianidade, caracterizada pela preponderância da cultura portuguesa sobre escassos vestígios africanos. Nessa empreitada afirmativa, a utilização de argumentos científicos e a constante citação de textos científicos e autores estrangeiros por parte dos letrados locais indicaria sua igualdade em relação aos da metrópole e sua maior autoridade em relação aos saberes acerca da cultura e da língua cabo-verdianas, posto que efetivamente conhecedores da realidade local. O empenho dos locais intelectuais cabo-verdianos em afirmar a descendência lusitana da língua e da cultura cabo-verdiana, por sua vez, está associado à tentativa de o governo da Nação-Império lusitana comprovar a existência de uma unidade nacional viabilizada pela unidade da cultura. Ao afirmar que a cabo-verdianidade caracterizava-se por uma mestiçagem com predomínio das heranças deixadas pelo colonizador, os claridosos marcavam as peculiaridades cabo-verdianas, que, segundo esses intelectuais, em nada se distinguiam das particularidades das culturas no interior do território lusitano europeu, de uma cultura metropolitana.

A essa perspectiva de Baltasar Lopes sobre a língua e à dos intelectuais locais podemos relacionar a política lingüístico-cultural colonial até o século XX, que se caracterizou pela apresentação da superioridade rácica, étnica e lingüística portuguesa em relação aos indígenas. Na medida em que não se poderia observar essa superioridade em relação aos cabo-verdianos, esses deveriam ser considerados iguais aos da metrópole. Sob esse prisma, não haveria necessidade de negar a língua local, pois essa seria apenas mais

elemento da particularidade cabo-verdiana no interior da unidade política e cultural da nação portuguesa. Embora a língua pudesse parecer distinta, na realidade era um dialeto da língua portuguesa, compondo com essa um bloco lingüístico homogêneo.

A utilização política da elaboração da identidade cabo-verdiana, no entanto, não viabilizou a emergência de um nacionalismo no sentido de oposto ao nacionalismo explicitado pelo governo português. Ao contrário, a aproximação entre cabo-verdianos e metropolitanos visava a assegurar o pertencimento dos cabo-verdianos à nação portuguesa. Assim, fazia-se necessário negar que a cultura e a língua de Cabo Verde constituíssem uma outra civilização, um outro grupo nacional.

Entendemos que, apesar da impossibilidade de rompimento imediato com o colonizador, os claridosos contribuíram para a construção posterior da afirmação de que o caboverdiano é uma *língua*, com vitalidade literária e com potencial de expressar o científico, o civilizado; embora o grupo letrado não a considerasse uma língua de civilização, classificava-na como uma *língua* regional. A apropriação política dessa perspectiva em debates posteriores possibilitou que outros atores engajados na construção da identidade nacional após a independência do país afirmassem o caboverdiano como a língua de uma cultura nacional específica.

3.1.3. *Os militantes*

Ainda no período colonial, outros agentes sociais debateram sobre a questão lingüística e a política colonial, dentre os quais destacamos aquele que foi considerado o principal mentor da Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral. O teor da construção do nacionalismo desse militante pode ser aproximado da análise que Hobsbawm (2002) apresenta de alguns movimentos nacionalistas africanos marcados pela influência marxista e pelo apoio de países de esquerda: o nacionalismo não emergia apenas como um embate entre grupos nacionais no interior do Estado, mas também se

caracterizava como luta de classes. O autor indica que os movimentos nacionalistas passaram a ser designados “como “libertação nacional” ou, para os marxistas, como “libertação nacional e social””. (2002, p. 165)⁷⁸

Segundo Hobsbawm (2002), as lutas de libertação desses países não se alimentavam apenas da defesa pela autodeterminação, mas principalmente nutriam-se do ressentimento dos colonizados em relação aos dominadores (colonizadores, exploradores). Os movimentos independentistas configuravam uma luta antiimperialista, que não se efetuava como busca de libertação em que diferentes grupos oprimidos que compartilhavam o mesmo território e estavam submetidos à mesma legislação reivindicavam nações distintas, mas se firmava na união de diferentes grupos étnicos contra um mesmo colonizador. Nesse sentido, não eram lutas nacionais, mas supranacionais, especialmente porque dialogavam constantemente com o contexto internacional, polarizado pela Guerra Fria.

No contexto da libertação de Cabo Verde, uma dimensão supranacional podia ser observada também na articulação entre diferentes movimentos independentistas contra o governo colonial português, como já apontado. Some-se a esse aspecto o fato de grande parte das reivindicações feitas por Amílcar Cabral terem sido dirigidas a organismos internacionais, como a ONU. Ademais, as pressões sofridas por Portugal em relação às independências de suas colônias eram agravadas pela dependência econômica desse país em relação a outras nações. Dessa forma, o embate internacional na Guerra Fria demandava posicionamentos políticos estratégicos para que Portugal não perdesse alianças e apoios fundamentais para o país. Os movimentos de libertação souberam utilizar (e foram utilizados por) esse embate na efetivação de parcerias estratégicas. Assim, a identidade nacional forjada pelo grupo militante revela esse diálogo com o contexto internacional e com os interesses internos em Cabo Verde.

⁷⁸ Uma afirmação de A. Cabral revela essa concepção: “a principal finalidade do movimento de libertação ultrapassa a conquista da independência política para se situar no plano superior da libertação total das forças produtivas e da construção do progresso econômico, social e cultural do povo, mais evidente se torna a necessidade de proceder a uma análise selectiva dos valores da cultura no âmbito da luta.” (Cabral, 1978, p. 231)

A produção do nacionalismo militante implicou o rompimento com os modos de pensar lusitanos, requerendo a descolonização das mentes e a re-africanização dos cabo-verdianos, como indicamos anteriormente. A descolonização das mentes implicaria, segundo Amílcar Cabral, selecionar os aspectos positivos e rejeitar os negativos daquilo que o estrangeiro apresenta como cultura. “Devemos ser capazes de fazer críticas.” Desenvolvendo essa capacidade, pode-se aplicar “o princípio da assimilação crítica, quer dizer, aproveitar dos outros, mas criticando aquilo que pode servir para a nossa terra e aquilo que não pode servir. Acumular experiência e criar.” (Cabral, 1975, p. 105).

No âmbito de uma discussão mais ampla acerca da “Resistência Cultural”, o autor desenvolve essas reflexões sobre a criticidade na apreensão do que é externo: a resistência implicaria uma articulação entre a cultura dominante (escolar e escolarizada) e a cultura popular, possibilitando aos engajados não apenas assimilar o que lhes é apresentado pela escolarização mas também recobrir esses saberes e práticas culturais de um caráter político e/ou econômico para lutar contra a dominação. Para Cabral, a dominação de um povo sobre outro só se efetivava quando havia dominação cultural⁷⁹; a resistência contra a dominação, portanto, deveria ser também cultural.

A cultura, pensada por Cabral sob uma perspectiva marxista, manifestaria as relações de produção, pois sua base material estaria nas relações que se estabelecem no sistema de produção, de modo que desse se alimenta e, concomitantemente o reflete. Sob esse prisma, povos com diferentes condições econômicas e materiais teriam níveis diferentes de cultura, cujo valor e “pertinência” revolucionária variavam. Dessa forma, assim como se deveria proceder à seleção dos aspectos positivos da cultura estrangeira, também deveria ser feita uma triagem nos aspectos positivos e negativos da cultura popular.

Ciente do encontro de grupos letrados e grupos não-letrados no contexto da luta armada, Cabral indica que a cultura tanto poderia servir como combustível quanto como obstáculo para os movimentos de libertação. Para os

⁷⁹ Interessante observar que Cabral compartilha da mesma perspectiva do império português: a assimilação/dominação cultural caracteriza-se como o principal instrumento de controle sobre os colonizados.

dirigentes, provenientes predominantemente da pequena burguesia (os letrados), o contato com as massas populares poderia proporcionar-lhes o conhecimento das riquezas dos “valores culturais” e a consciência da realidade econômica do país, dos problemas e sofrimentos do povo.

Para as massas, o contato com os dirigentes poderia permitir que essas se aproximassem de outros conhecimentos, úteis para o trabalho, para a luta e para o desenvolvimento do país. A apreensão desses conhecimentos as levaria à integração progressiva com o país e com o mundo. O avanço cultural desse grupo envolveria a “liquidação progressiva dos restos de mentalidade tribal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos contrários ao desenvolvimento da luta (gerontocracia, nepotismo, inferioridade social da mulher, ritos e práticas incompatíveis com o caráter racional e nacional da luta, etc.)” e, no lugar desses, seriam inseridas a “prática da democracia, da crítica e da autocrítica, (...) a alfabetização, a criação de escolas e de assistência sanitária, a formação de quadros originários dos meios rurais e operários (...)”. (Cabral, 1978, p. 232)

No processo de articulação entre a cultura popular e a cultura escolar, está inserida a questão lingüística, que, sendo um elemento cultural, demanda a seleção de aspectos negativos e positivos. Essa questão, na totalidade cultural vivenciada pelo grupo revolucionário, envolvia não apenas a língua portuguesa e a cabo-verdiana, mas especialmente as línguas africanas guineenses. Vale lembrar que a luta pela libertação de Cabo Verde reuniu cabo-verdianos e guineenses na luta armada em Guiné Bissau, com o qual, após a independência, o arquipélago constituiria uma unidade política.

Uma vez que a luta armada demandava a mobilização das massas populares guineenses das áreas rurais e que a maior parte dos dirigentes era oriunda dos meios urbanos, a diferença entre esses grupos demandava uma adaptação e uma articulação que passava necessariamente pela língua. O grupo dirigente, além de ser predominantemente do meio urbano, era também de origem cabo-verdiana, portanto, desconhecia a realidade e as línguas africanas do continente. Embora apagando ou camuflando as diferenças entre os grupos étnicos e lingüísticos que partilhavam o mesmo solo territorialmente dominado

pelos portugueses em Guiné Bissau, a principal diferença se fazia notar entre o grupo escolarizado e as massas, tanto quando membros daquele estavam na posição de dirigente como quando estavam na de dirigidos.

Assim, pode-se indicar que muitas propostas de Cabral em relação à resistência cultural estavam relacionadas a necessidades imediatas de mobilização e engajamento de grupos distintos sob uma mesma direção com vistas a alcançar um mesmo objetivo⁸⁰. Ainda que fosse um projeto cultural mais amplo, as contingências levavam-no a enfatizar emergencialmente a inter-relação entre as culturas, sobretudo, escolar e popular.

Nesse contexto, Cabral revela-se constituído pela visão do colonizador: “Mas o mundo avançou muito, nós não avançamos muito, tanto como o mundo, a nossa língua ficou ao nível daquele mundo a que chegámos que nós vivemos, enquanto o tuga, embora colonialista, vivendo na Europa, a sua língua avançou bastante mais do que a nossa, podendo exprimir verdades concretas, relativas, por exemplo, à ciência” (1975, p. 102). Segundo o autor, em decorrência do avanço do mundo e da característica tradicional das línguas dos povos que ainda não haviam vivenciado essa evolução (portanto, não haviam adquirido a tecnologia da escrita), essas línguas não serviam para a ciência.

Assim, no entrecruzamento de aspectos positivos da cultura escolar e da popular, destacar-se-ia a língua portuguesa, pois era a única capaz de dizer o científico, o moderno; era um dos principais aspectos positivos da cultura do colonizador: “*O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram*, porque a língua, não é prova de nada mais, senão um *instrumento* para os homens se relacionarem uns com os outros, é um *instrumento*, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo.” (idem, p. 101) (grifos meus) E enfatiza essa idéia no decorrer de seu texto: “E isso [usar a língua portuguesa] é uma honra. É a única coisa que podemos agradecer ao tuga, ao facto de ele nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto na nossa terra.” (idem., p. 103)

⁸⁰ Sob esse prisma, uma vez que procurava abrigar sob uma mesma orientação nacional grupos étnicos, religiosos e lingüísticos distintos, pode-se falar em um movimento supranacional, mais que nacional.

Em oposição ao legado lingüístico positivo dos portugueses, estavam as línguas étnicas. Citando as línguas balanta e crioula, o autor aponta a necessidade de serem desenvolvidos estudos que criassem as condições para a escrita dessas línguas. Enquanto essas não fossem criadas, fazia-se necessário o uso da língua portuguesa: “Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, a nossa língua tem que ser o português.” (idem, p. 103)

Em relação ao crioulo, uma vez que esse estava sendo utilizado pelo partido (PAIGC) como a língua franca em Guiné Bissau durante a luta armada, alguns integrantes do partido estariam difundindo a idéia de que deveriam promovê-la a língua da identidade nacional. A essa perspectiva Cabral responde afirmando: “Não somos mais filhos da nossa terra se falarmos crioulo, isso não é verdade. Mais filho da nossa terra é aquele que cumpre as leis do Partido, as ordens do Partido, para servir bem o nosso povo.”(idem, p. 101). Dessa forma, o autor procura desvincular língua da luta e unidade nacional. Além disso, Cabral indica que o crioulo seria responsável pela dificuldade de os alunos aprenderem português na escola e incita os professores a explicitarem as relações que existem entre as línguas portuguesa e africanas na formação do crioulo, de modo a facilitar e apressar a aprendizagem do português.

Embora atribuindo um caráter de neutralidade e utilitarismo (ou funcionalidade) à língua e assinalando a perspectiva de um futuro desenvolvimento das línguas locais, Cabral acabou por acentuar os valores já atribuídos à língua portuguesa pela política lingüística colonial. Ademais, afirmou a desvalorização já atribuída ao crioulo e às línguas africanas, reforçando a concepção de que seriam incapazes de expressar os conteúdos ligados à modernidade, à ciência e à cultura universal. As idéias centrais do pensador da identidade nacional cabo-verdiana que mais ressonância tiveram no período revolucionário apontam para o encontro e a preponderância das atitudes e dos valores coloniais em relação à questão lingüística. Essa predominância ocorria mesmo enquanto se desenvolviam, no cenário internacional, políticas lingüísticas

que visavam à valorização das línguas africanas, à sistematização dessas e a sua introdução no sistema escolar.

Se, por um lado, a identidade nacional era construída como uma identidade supranacional, que envolveria grupos étnicos distintos como forças centrífugas da unidade identitária nacional, por outro lado, as forças centrípetas caracterizavam-se como a fidelidade ao partido, aos objetivos do partido. Sendo um desses objetivos o desenvolvimento econômico e social dos povos, a diversidade étnica deveria ser submetida aos instrumentos de promoção do desenvolvimento, dentre os quais se destaca a língua capaz de expressar os saberes e práticas valorizados nas sociedades industrializadas.

A opção político-partidária pelo desenvolvimento econômico e social permite-nos identificar marcas do cosmopolitismo⁸¹ proposto pelos marxistas como viabilização de universalidade e unidade das classes trabalhadoras para a revolução do proletariado. Entretanto, igualmente, essa opção aponta para a manutenção dos preconceitos e discriminações coloniais, se pensada em relação aos colonizados, e para a utilização da língua como instrumento da negociação entre a elite letrada local e o governo, se pensada em relação aos colonizadores. A diversidade cultural e lingüística deve ser submetida a interesses políticos mais amplos, os interesses do partido, que demandavam a inserção das (ex-)colônias nas lutas independentistas africanas e nas políticas internacionais. A independência das colônias implicaria sua coligação com blocos políticos internacionais, especialmente no caso de Cabo Verde, cuja precariedade agropecuária e industrial apontava para a inevitável dependência internacional. Considerando o caráter internacional da luta de libertação, esse grupo se apresentava como mediador de uma relação triangular entre os organismos internacionais, os povos (pretensamente) unidos contra a dominação portuguesa e o governo colonial.

⁸¹ Hobsbawm (2002) indica que a proposta da revolução proletária marxista demandaria a expansão internacional do capitalismo, de modo a assegurar que as classes trabalhadoras de diferentes nações se unissem contra o capital e as elites também internacionais. Essa expansão criaria uma relação cosmopolita entre as classes sociais dos diferentes países. Fernandes (2005) explora essa idéia do cosmopolitismo na construção do discurso revolucionário em Cabo Verde, mas a relaciona a novas possibilidades político-econômicas que não a revolução do proletariado. Para esse autor, o cosmopolitismo construído por A. Cabral poderia ser relacionado à inserção de Cabo Verde na Comunidade Européia.

A diversidade lingüística – que poderia, aliada ao critério étnico, gerar conflitos e sentimentos de pertença e lealdade distintos do grupo dirigente do movimento revolucionário – precisava ser controlada com vistas à promoção de uma unidade política orientada para a extinção da dominação colonial e social e para a inserção nacional no sistema político e econômico internacional. Essa perspectiva se vai fazer presente no decorrer das políticas lingüísticas implementadas em Cabo Verde após a independência.

Em todo o percurso de tentativa de construção de uma identidade nacional em Cabo Verde pré-independência, de certa forma, a língua caboverdiana era posta numa posição de inferioridade em relação à língua portuguesa. Para os nativistas, o caboverdiano comprovaria o encontro lingüístico entre o português e os africanos e seria o resultado da desqualificação (incompetência) do colonizador na sua tarefa de civilizar o colonizado, que manteria no caboverdiano marcas das línguas indígenas e das culturas africanas.

Para os claridosos, a língua caboverdiana comprovaria esse mesmo encontro, mas não guardaria traços das línguas dos “menos civilizados”. Durante o período inicial do contato lingüístico, o colonizador, embora com pouca propensão para o domínio da variedade prestigiada do português, teria se sobressaído em relação aos colonizados até mesmo apagando suas marcas lingüísticas e culturais. Prevaleceria, em relação ao caboverdiano, uma tendência aristocratizante ou nobilizante, aproximando-o cada vez mais da língua portuguesa.

Para os militantes, o caboverdiano se caracterizaria como uma língua atrasada, carente de evolução, como seus próprios falantes. Embora identificada como a língua da integração das massas de Guiné Bissau e Cabo Verde para a luta armada, era desprestigiada; uma língua sem possibilidade (momentânea, vale dizer) de inserir-se no mundo desenvolvido, moderno e científico. Em contrapartida, a língua portuguesa permitira o acesso a esse mundo, posto que, sendo uma língua européia, seria habilitada para expressar a produção cultural e científica promovida pelos europeus (fazendo lembrar a visão do colonizador, de

que a civilização europeia era mais avançada que as demais, especialmente que as africanas).

O debate político empreendido pelos envolvidos na produção e difusão dessas perspectivas sobre as línguas caboverdiana e portuguesa revela que essas línguas, mais que “instrumentos de comunicação”, configuraram-se e se configuraram como espaço de ação política e como instrumento político para inserção e/ou exclusão dos interlocutores em grupos dominantes. Enquanto que a língua portuguesa promovia a inserção dos falantes nas esferas mais ligadas ao poder do Estado e nos estratos mais altos da estrutura social, a caboverdiana informa a posição de dominado dos seus falantes, configurando o conflito lingüístico, entendido como a luta de classes, que se dá nos usos e valores lingüísticos.

3.2. *O PAIGC e as políticas lingüísticas nos documentos oficiais do Partido*⁸²

O debate acerca das línguas em Cabo Verde, efetuado tanto pelos nativistas e claridosos quanto pelos militantes, aponta para a valorização da língua portuguesa em detrimento da língua caboverdiana. O teor desse debate fez-se presente nas políticas lingüísticas desenvolvidas pelo grupo militante na mobilização das massas e nas ações dos dirigentes na luta de libertação. Essas políticas foram explicitadas em documentos oficiais do Partido, tanto naqueles dirigidos a organismos internacionais quanto naqueles que orientavam as ações políticas dos envolvidos na construção da independência nacional.

Como indicado, a luta armada desenvolveu-se, sob a condução do PAIGC, no espaço “guineense”, reservando para Cabo Verde um embate político-ideológico mais no campo das idéias. A presença mais marcante desse partido no arquipélago foi sentida apenas após a Revolução de 1974 em Portugal. A partir do

⁸² Os documentos oficiais que apresentaremos neste capítulo foram extraídos de uma coletânea denominada *Emerging Nationalism in Portuguese África: Documents*, organizada por Ronald Chilcote e publicada pelo Hoover Institutions Press Satanfor University, da Califórnia (EUA). Assim, informamos que os documentos oficiais foram inicialmente traduzidos para a língua inglesa e, para nosso trabalho, posteriormente, foram traduzidos para o português.

Decreto-Lei nº. 203/74⁸³, de 15 de maio, que orientou a transição política em Portugal, pudemos observar que as independências dos territórios portugueses na África resultaram de negociações políticas, mais que da luta armada.

A negociação da independência de Cabo Verde foi feita com o PAIGC que, então, mostrara-se mais habilitado a orientar politicamente a empreitada do estabelecimento de uma nova Nação e de um novo Estado. A construção dessa legitimação deu-se na interação com organismos internacionais, através de denúncias da exploração no âmbito do colonialismo português e da apresentação de propostas de condução política para o pós-independência no decorrer da luta de libertação. No contexto dessa luta, a interação oficial entre o Partido e instituições internacionais deu-se pela produção de documentos, dentre os quais destacamos o texto “A luta nacional pela libertação”, dirigido à ONU.

Esse texto, originalmente intitulado “Le peuple de la Guiné “Portuguesa” devant l’organisation des Nations Unies”, escrito por A. Cabral, apresenta as “vitórias” obtidas pelo movimento de libertação até meados de 1962. Algumas dessas vitórias dizem respeito à questão étnica e lingüística na medida em que se referem às políticas culturais empreendidas pelos dirigentes do movimento. Esses aspectos culturais podem ser associados à discussão empreendida por Amílcar Cabral⁸⁴ nos textos analisados anteriormente. O documento afirma que:

- a) Tem crescido a consciência política entre as massas africanas, a quem nunca foi permitido o exercício daquelas funções essenciais do homem: opinião e ação política.
- b) Tem se intensificado o sentimento de unidade entre todos os africanos sem distinção e continua se intensificando no sentido de ampliar-se sempre mais para o cotidiano. Nesta conexão, dois fatores são especialmente dignos de nota. Primeiro, a luta tem dissipado as diferenças, muitas das quais são cuidadosamente cultivadas pelo colonialismo, entre certos grupos étnicos na Guiné “Portuguesa”, os quais estão agora unidos na busca da libertação nacional e do progresso. Segundo, tem sido destruída uma importante arma na qual os portugueses têm confiado seus esforços para manter oprimido o desejo de liberdade por parte do povo da Guiné “Portuguesa”: o conflito, sempre superficial e sempre baseado em condições materiais, que foi fomentado entre a minoria de assimilados de Cabo Verde, a quem os colonialistas deliberadamente

⁸³ Esse documento, por sua vez, aponta para um empenho do governo português em promover as independências tendo em vista uma posterior participação na construção das nascentes nações.

⁸⁴ Amílcar Cabral esteve à frente do PAIGC até 1973, quando foi morto em Guiné Bissau. Por essa razão, muitos documentos do Partido corroboram pontos de vista e argumentos de Cabral.

favoreceram nos serviços públicos, e a maioria nativa. Hoje, o povo da Guiné e o povo de Cabo Verde, ainda que presos por paredes ou escondidos na mata, têm crescentemente fortalecido sua unidade, partilhando um ideal comum, e agindo juntos pela causa da libertação nacional e pelo progresso.

- c) Tem se desenvolvido e fortalecido a consciência nacional de uma liberdade e irmandade pelas quais todos os grupos étnicos, todas as comunidades religiosas, todo homem, toda mulher estão lutando.

Considerando que essas são as primeiras conquistas apresentadas no documento, entendemos que a promoção da unidade entre os diferentes atores envolvidos no projeto de independência configura-se como um dos principais aspectos da luta de libertação. O projeto da unidade acima apresentado leva-nos a retomar a idéia de que a unidade nacional adviria da apropriação crítica e do entrecruzamento dos aspectos positivos da cultura escolar e da cultura popular. Sobretudo, a unidade seria garantida por objetivos comuns: a libertação nacional e o progresso⁸⁵, que são também os alvos do Partido.

Parece-nos que a construção da unidade entre cabo-verdianos e guineenses e entre os grupos étnicos e religiosos precisa ser apontada à ONU como a possibilidade de se construir uma Nação independente, que envolva os povos e territórios de Guiné Bissau e Cabo Verde. Essa unidade se fundamenta sobre a consciência política e nacionalista desses povos, que é promovida e gerida pelo Partido. Dessa forma, constrói-se a habilitação e, posteriormente, a legitimação do PAIGC no exercício do poder à frente da nascente nação. Nessa legitimação partidária, a questão lingüística emerge na medida em que a unidade é apresentada como uma construção pacífica, para a qual os embates referidos anteriormente em torno das línguas são camuflados pela natureza nacionalista das relações sociais e da liberdade comum que se almeja alcançar (para a qual todos se unem e pela qual todos lutam conjuntamente).

O projeto da unidade nacional parece apontar para um modelo de Estado que precisa engendrar mecanismos que mantenham afastadas as

⁸⁵ Ambos os objetivos remetem-nos à cultura escolar e à industrialização, pois o desenvolvimento/progresso que se desejava promover para os povos libertados do regime colonial português revelava-se como a inserção desses no contexto internacional de desenvolvimento industrial, para o qual havia necessidade de preparação de trabalhadores; portanto, havia necessidade de escolarização.

possibilidades de os grupos construir relações de pertença outras que não com o Estado. No caso específico, o Partido, antes da independência, ensaia o papel do Estado (que se deseja estabelecer) na produção de lealdades e pertenças, delimitando uma unidade interna e um objetivo que permite homogeneizar os distintos grupos. Nesse contexto, as diferenças étnico-lingüísticas são temporariamente silenciadas em prol da libertação nacional e social.

Entretanto, as diferenças internas à unidade que é forjada são persistentes e demandam um posicionamento do Partido. Uma primeira ação política visando a minimizar ou controlar as diferenças consistiu na proposta de uma nova produção cultural, resultante do encontro da cultura escolar com a cultura popular. Nessa nova configuração cultural, a língua portuguesa exerceria o papel de língua moderna e científica para a escolarização, enquanto que as línguas crioula e africanas, ainda atrasadas, manteriam seu espaço de língua da cultura popular (língua da tradição, das origens nacionais) e seriam “desenvolvidas” para alcançar sua inserção na escolarização.

A manutenção das diferenças foi abordada no documento do “Programa Maior do PAIGC”. O partido estabelece as políticas que devem ser adotadas tanto em relação ao grande projeto de Independência – “Soberania nacional e internacional da Guiné “Portuguesa” e de Cabo Verde. Independência econômica, política, diplomática, militar e cultural.” – quanto em relação ao projeto da unidade nacional –

“1. Igualdade de direitos e deveres, união sólida e colaboração fraternal entre os cidadãos, quer considerados individualmente, quer como classe social ou como grupo étnico. Proibição e exterminação de toda tentativa de dividir os povos. 2. Unidade econômica, política, social e cultural. Na Guiné “Portuguesa” esta unidade levará em consideração as características sociais e culturais dos diversos grupos étnicos, qualquer que seja sua população. Nas ilhas de Cabo Verde, cada ilha ou grupo de ilhas semelhantes serão capazes de desenvolver sua autonomia administrativa, sempre dentro dos princípios da unidade e solidariedade nacional.” (Programa Maior do PAIGC, segunda parte)

A unidade nacional não apaga a diversidade interna, mas essa não pode estar acima da nação, e qualquer tentativa de dividir os povos deve ser proibida e eliminada. A diversidade, na Guiné, é focalizada sob o aspecto étnico; em Cabo Verde, sob o aspecto geográfico e administrativo. Embora as diferenças

locais sejam levadas em consideração, essas não constituem fator de diferenciação de grupos, pois a política partidária pretende a igualdade social na unidade nacional. As orientações do Partido no que se referem à justiça e ao progresso apontam para a construção dessa igualdade entre as classes sociais.

No intuito de promover esse progresso, é estabelecido um programa político para a educação e a cultura. Essa política educacional e cultural consiste na estatização de centros educacionais e institutos técnicos e na promoção de reformas educacionais, dentre as quais a criação de universidades e de institutos técnicos e científicos. Pretende que se elimine rapidamente o analfabetismo e determina que sejam utilizados “todos os ganhos e descobertas de valor desenvolvidos pela cultura humana para o progresso dos povos de Guiné e de Cabo Verde.”

A política lingüística está inserida nesse eixo educacional-cultural: “4. Na Guiné “Portuguesa”, *estímulo* ao uso das línguas nativas e do dialeto crioulo; *criação de escrita* para estas línguas. Em Cabo Verde, *estímulo e escrita para o dialeto crioulo. Desenvolvimento da cultura* dos vários grupos étnicos e do povo de Cabo Verde. *Proteção e desenvolvimento* de literatura e arte nacional.” (Idem, sétima parte, ponto B).

Essa política cultural expressa no Programa do partido remete-nos aos objetivos da resistência cultural apresentados por Cabral:

“(...) no quadro da conquista da independência nacional e na perspectiva da construção do progresso econômico e social do povo, esses objectivos podem ser, pelo menos, os seguintes:

- desenvolvimento de uma *cultura popular* e de todos os valores culturais positivos, autóctones;
- desenvolvimento de uma *cultura nacional* baseada na história e nas conquistas da própria luta;
- elevação constante da *consciência política e moral* do povo (de todas as categorias sociais) e do *patriotismo*, espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência, da justiça e do progresso;
- desenvolvimento de uma *cultura científica*, técnica e tecnológica, compatível com as exigências do progresso;
- desenvolvimento, com base numa assimilação crítica das conquistas da humanidade nos domínios da arte, da ciência, da literatura, etc., de uma *cultura universal* tendente a uma progressiva integração no mundo actual e nas perspectivas de sua evolução;

- elevação constante e generalizada dos sentimentos de humanismo, solidariedade, respeito e dedicação desinteressada à pessoa humana.” (Cabral, 1978, pp. 232-233)

Entendendo que esse eixo da política do Partido objetiva o *progresso* e que esse está ligado à ciência, à tecnologia e à escolarização, parece-nos que a promoção das línguas africanas e crioula na Guiné e da caboverdiana em Cabo Verde revela uma política cultural, mais que educacional. Como Cabral indicara nos seus textos, a língua da escola deveria ser a língua portuguesa, posto que seria a única capaz de dizer os conhecimentos científicos e os avanços tecnológicos. As línguas crioula e africanas, atreladas à tradição, deveriam ser promovidas como línguas de cultura, especialmente da cultura popular. Ademais, assim como a cultura popular se desenvolveria no encontro com a cultura escolar, as línguas poderiam ser aparelhadas para expressar esse desenvolvimento. Um desses instrumentos consistiria na elaboração da escrita dessas línguas, que promoveria a literatura nacional.

A política de estímulo ao uso das línguas crioula e africanas, que se insere nesse quadro cultural, indica que a diversidade lingüística se mantém dentro da unidade nacional, especialmente porque se acredita que essa unidade provém da partilha de outros objetivos comuns. Além disso, de certa forma, aponta para a tentativa de conciliar a cultura popular e a cultura escolar, de modo a garantir alguma unidade na produção da cultura nacional.

Embora explicita a valorização das línguas étnicas e da língua caboverdiana, a política do partido manteve a hierarquia entre essas e a língua portuguesa, bem como entre as culturas populares e a cultura escolar, já presente nos textos de Amílcar Cabral, cuja orientação política encaminhara os passos do partido. Podemos, assim, observar que os valores atribuídos às línguas no interior da política lingüística colonial repercutiram nas políticas após a independência.

As ressonâncias da política lingüística colonial, no entanto, não podem ser estendidas a toda a política lingüística, cultural e social do movimento militante. Se os valores e atitudes em relação às línguas e à cultura popular de alguma forma se mantêm, a proposta de expansão da escolarização e de inserção

dos grupos sociais no “progresso” internacional (econômico, científico e tecnológico) não pode ser posta em pé de igualdade com o discurso assimilacionista colonial.

O assimilacionismo visava à manutenção dos povos “selvagens” e “bárbaros” sob o domínio colonial com objetivos de exploração dos seus territórios e de sua mão-de-obra. A proposta de inserção no sistema econômico internacional, apresentada por A. Cabral e pelo Partido, fundamentava-se numa perspectiva marxista de libertação social. Essa diferença de ponto de partida, embora não apague a hierarquização das línguas e culturas, remete-nos a projetos nacionalistas distintos.

Diferentemente das políticas lingüísticas coloniais, propõe-se a escrita de e o estímulo às línguas africanas e caboverdiana, indicando uma interlocução com as políticas lingüísticas internacionais não como uma resposta tardia a essas, mas como a partilha de uma crença comum das nascentes nações saídas da dominação portuguesa e francesa⁸⁶: o domínio da língua do ex-colonizador poderia promover ganhos políticos outros, como o apoio econômico e político dos ex-colonizadores. (O governo de transição em Portugal indicou posteriormente essa possibilidade.)

Observamos, assim, que o entrecruzamento de interesses políticos e econômicos conduziu (e conduz) as políticas lingüísticas de diversos países (estejam elas inseridas [ou não] em políticas educacionais ou culturais) e diferentes atores sociais. As políticas lingüísticas desenvolvidas em Cabo Verde refletem essa conjunção. Portanto, a explicitação e análise dessas políticas requerem que esses interesses sejam especificados. Assim sendo, antes de apresentarmos as ações políticas do Estado cabo-verdiano em relação às línguas, parece-nos pertinente enfatizar algumas observações feitas até aqui:

1. A política lingüística colonial foi forjada a partir da concepção de um nacionalismo português que se fundamentava sobre a idéia de Império. Essa idéia implicava, por um lado, um saudosismo histórico de um passado de glória (mais mítico que real) e, por outro lado, a necessidade de promover

⁸⁶ Nesse sentido, o principal exemplo dessa política vem de Leopold Sedar Senghor, mentor da francofonia.

uma unidade nacional intercontinental. Visando a essa construção, as políticas revelavam-se tanto como respostas a organismos internacionais na tentativa de justificar a manutenção do colonialismo quanto como mecanismo legal de controle do Estado sobre as populações ultramarinas.

2. Os valores e atitudes relativos às línguas caboverdiana e africanas mantiveram-se nas diferentes tentativas de construção identitária caboverdiana: essas línguas são atrasadas, incapazes de expressar a civilização e incapazes de veicular saberes científicos. Mesmo que se lhes atribuísse essa capacidade, demandaria esforço e estudos para conseguir fazê-lo.
3. A desqualificação das línguas caboverdiana e africanas resulta de uma construção política de um saber sobre essas línguas. Como afirma Calvet (2005), os estudos lingüísticos viabilizaram o processo de desqualificação dessas línguas.
4. A questão lingüística é usada politicamente tanto pelo Estado quanto por movimentos nacionalistas intra-, supra- e internacionais. A língua torna-se um interesse do Estado na medida em que demanda ações no sentido de criar lealdades e legitimar suas ações. De igual modo, é usada por diferentes grupos sociais nas negociações dessas lealdades e legitimações. Em Cabo Verde, a elite letrada fez usos políticos das línguas (construindo políticas lingüísticas *in vivo*) que visavam à construção e à delimitação de espaços administrativos e políticos no interior do sistema colonial/ nação portuguesa ou contra ele(a).

CAPITULO 4 AS POLÍTICAS LINGUISTICAS *IN VITRO* EM CABO VERDE PÓS- INDEPENDÊNCIA – A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO CABO-VERDIANA NOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVO-JURÍDICOS

A língua só adquiriu importância política a partir do momento em que se tornou significativa nos três componentes institucionais da nacionalidade moderna: a lei, a política e a economia. (John Breuilly, Abordagens do nacionalismo)

4. Introdução

Neste capítulo, explicitamos algumas das políticas lingüísticas desenvolvidas pelo Estado de Cabo Verde. Apresentamos as principais ações do Estado e analisamos documentos paradigmáticos das políticas lingüísticas *in vitro* no período pós-Independência: textos produzidos no Primeiro Colóquio sobre a Problemática do Estudo e da Utilização do Crioulo (1979), texto do Decreto-Lei nº. 67/98, texto da Resolução nº. 48/2005 e os textos dos planos de Governo de 2001-2005 e de 2006-2010.

O governo de Estado independente e soberano em Cabo Verde pode ser historicamente, e a grosso modo, dividido entre o monopartidarismo, sob o governo do PAIGC/PAICV (de 1975 a 1991), e o pluripartidarismo, inicialmente sob o governo do MpD (de 1991 a 2001) e posteriormente sob o governo do PAICV (de 2001 a 2011). Considerando a longa permanência e a alternância desses partidos no governo, aos períodos de governo de cada partido, tem-se usado a denominação de República, ficando, portanto, assim organizado: 1ª República (PAIGC/PAICV – 1975 a 1991), 2ª República (MpD – 1991 a 2001) e 3ª República (PAICV – 2001 a 2011).

A independência do país, negociada para se concretizar como uma unidade com Guiné Bissau e Cabo Verde, manteve essa configuração até 1980, quando o grupo cabo-verdiano rompeu com o guineense. No interior do Estado tanto antes quanto depois de 1980, assumiram o poder os grupos ligados à luta armada, relegando para segundo plano os grupos do Partido que lutaram na

clandestinidade, que se constituíram como os quadros da administração. Posteriormente, a disputa de espaços no cenário político levaria esses e os novos quadros formados após a independência a fundar o MpD⁸⁷, de modo que grande parte dos membros desse partido constituía-se por ex-membros do PAICV⁸⁸.

A criação do Estado gerou a necessidade de serem elaborados os aparatos técnico-administrativos, cujo estabelecimento deu-se em língua portuguesa, de modo que essa língua ocupou, desde a criação do Estado e Nação de Cabo Verde, os espaços ligados à educação, à justiça e à administração pública, configurando-se como a língua do Estado. Nesse sentido, a elaboração do aparato do Estado aponta tanto para a concretização das políticas que vinham sendo anunciadas pelo Partido desde as formulações políticas de A. Cabral como para o aproveitamento do aparato existente no período colonial. Esses dois aspectos complementam-se, pois a independência nacional configuraria um novo Estado cujo principal mote político era a independência social, a promoção de uma mudança no sistema sócio-econômico. O propulsor dessa mudança seria o progresso, caracterizado como a expansão da escolarização, a inserção da tecnologia e a entrada da industrialização no país. Uma vez que o Estado colonial, de certa forma, já dispunha de grande parte desses instrumentos e, principalmente, da língua que viabilizaria o acesso a esses, o novo Estado poderia apropriar-se não apenas da língua mas também da estrutura estatal.

Sob o argumento de que a língua caboverdiana não era escrita e era insuficiente para veiculação dos conteúdos próprios do progresso, carecendo de estudos que a “elevassem” à mesma condição da língua portuguesa, e aproveitando o sistema administrativo deixado pelo ex-colonizador, a língua

⁸⁷ Movimento para a Democracia.

⁸⁸ Furtado (1994) mostra que o grupo dos combatentes e o dos quadros disputavam o poder no partido e também na estrutura política de Cabo Verde, porque as hierarquias da estrutura do sistema burocrático-político reproduziam a hierarquia interna do partido. O grupo dos combatentes reivindicava “legitimidade histórica”, enquanto que o dos militantes clandestinos reivindicava o poder pelo argumento da “legitimidade do saber”, utilizando-se do capital cultural para ocupar espaços políticos. Os militantes clandestinos, entretanto, ocuparam o quadro intermediário da administração pública, juntamente com antigos funcionários públicos do sistema colonial. Esses últimos tinham o conhecimento necessário para fazer funcionar o sistema burocrático, uma vez que havia poucas pessoas com a qualificação e a experiência necessárias para tanto. Assim, as esferas mais altas do poder foram ocupadas pelos combatentes e as intermediárias foram divididas entre os militantes clandestinos e os antigos funcionários do sistema colonial.

portuguesa foi adotada como a língua do Estado. Anjos (2002) destaca esse mesmo procedimento, referindo-se não apenas a Cabo Verde, mas às nascentes nações africanas:

“Na medida em que o nacionalismo africano apostou mais na busca de autonomia política do que numa revolução cultural efectiva, a cultura do colonizador (língua, códigos burocráticos, políticos e administrativos) continuou sendo uma referência exterior à maioria da população, qualquer que fosse sua origem étnica. Nessas circunstâncias o Estado é sempre uma instituição alheia à maioria da população.” (Anjos, 2002, p. 228)

Assim, se, por um lado, o Estado burocrático visa a abarcar a totalidade da população, por outro lado, a adoção de uma língua desconhecida pela população afasta burocracia e povo. Esse afastamento, por sua vez, cria as condições para a ascensão de mediadores via escolarização e, igualmente, cria a necessidade de expansão da alfabetização. A generalização da alfabetização entre os grupos populares era uma das medidas políticas que o PAIGC havia se proposto a realizar, considerando como língua de escolarização a portuguesa, ainda no período colonial.

Uma das políticas também anunciadas pelo Programa do Partido consistia no estímulo do uso e na produção da escrita das línguas crioula e africanas em Guiné e da língua caboverdiana em Cabo Verde. Além de ser parte das propostas do Partido, a negociação da independência do país fora tutorada por organismos internacionais, os quais promoviam políticas de valorização e a introdução de línguas africanas nos sistemas político-educacionais de outros países africanos. Assim, premido por demandas internas e externas acerca da questão lingüística nacional, o Estado executou políticas lingüísticas *in vitro*, para além da adoção da língua portuguesa.

Em relação às demandas internas, podemos citar a necessidade de o Estado gerir a diversidade lingüística dos grupos étnicos em Guiné, de modo a garantir que a língua não fosse utilizada como critério de produção de lealdades a outros grupos. Essa gestão tornava-se mais delicada na medida em que pulsava o

desconforto⁸⁹ de grupos cabo-verdianos em relação à unidade com Guiné-Bissau, e igualmente de guineenses em relação a Cabo Verde, desde os tempos iniciais da luta de libertação. Por parte dos guineenses, o descontentamento fora historicamente construído pela presença de cabo-verdianos em Guiné Bissau a serviço da administração colonial, a qual se justificava por uma hierarquização baseada na posse e na negociação do capital simbólico. Por parte dos cabo-verdianos, a julgar pela histórica tentativa de construção de uma identidade que os distinguisse dos demais africanos, a qual ainda se fazia presente tanto pela presença em vida dos ideólogos dessas identidades quanto pela sua fixação no imaginário coletivo, pode-se inferir que havia um desconforto na formação da unidade nacional⁹⁰ com Guiné. O conflito entre os grupos cabo-verdianos e guineenses demandava a gestão da diversidade lingüística dos grupos.

Além da gestão dessa diversidade, outro fator interno que demandou políticas lingüísticas foi o fato de parte da legitimidade do grupo que assumira o poder se fundamentava no argumento de que esse seria responsável por conduzir as massas populares, que deveriam ser orientadas para o desenvolvimento de sua cultura e de uma cultura universal, baseado na escolarização e na inserção no sistema econômico, tecnológico e científico internacional (como vimos acima), o que requeria o uso da língua portuguesa/língua da modernidade. Esse grupo que deveria conduzir as massas apresentava-se como mediador entre esse desenvolvimento internacional e a população; portanto, mediador entre a língua portuguesa e a língua caboverdiana. O Estado precisava, portanto, gerir a manutenção dos grupos letrados na posição de mediação, mantendo a língua portuguesa, sem negar a diversidade lingüística constitutiva da unidade Cabo Verde e Guiné-Bissau.

4.1. Primeira República (PAIGC / PAICV – 1975 a 1991)

⁸⁹ No capítulo anterior, citamos parte de um documento do Partido, escrito por Cabral, dirigido à ONU, em que o militante apresentava como um ganho das políticas empreendidas pelo Partido a unidade entre guineenses e cabo-verdianos.

⁹⁰ O conflito entre os grupos tinha também origem na disputa pela direção do movimento de libertação. Esse conflito entre cabo-verdianos e guineenses havia se acirrado após a morte de Amílcar Cabral. (A esse respeito, ver Hernandez (1993) e Fernandes (2005)).

Essas demandas políticas se imbricavam e requeriam um posicionamento do Estado, por um lado, como promotor da unidade nacional e, por outro lado, como dependente dessa unidade. Ademais, precisava atender às orientações internacionais relativas à normatização das línguas africanas e à inserção dessas línguas no sistema educacional. Visando a responder a essas demandas, uma das ações políticas lingüísticas empreendidas pelo Estado foi a realização do Primeiro Colóquio Lingüístico sobre “A problemática do estudo e da utilização do crioulo”, em abril de 1979, ainda no período vigente da unidade com Guiné Bissau.

O discurso de abertura, proferido pelo então Ministro da Educação e Cultura, (Cda.) Carlos Reis, faz emergir o caráter eminentemente político do evento. Seus cumprimentos iniciais dirigiram-se a membros do primeiro escalão do partido, a representantes da Guiné-Bissau, a representantes da UNESCO⁹¹, a representantes do Centro de Lingüística Aplicada da Universidade de Dakar⁹² e do Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa. A presença desses representantes permite-nos apontar para a inter-relação entre diferentes atores sociais constitutiva das políticas lingüísticas *in vitro* – Estado, políticos e lingüistas. Dessa forma, podemos entender que o I Colóquio configura-se como a primeira ação política *in vitro* efetuada pelo Estado em Cabo Verde. O discurso de abertura permite-nos apreender ainda que essa ação constitui uma política que visa à configuração do nacionalismo lingüístico-cultural no país.

No discurso do ministro, a discussão sobre a língua caboverdiana é inserida em e circunscrita ao acontecimento cultural. Embora se fizesse destacar que a língua estava ligada ao ensino e se considerasse que a discussão sobre a *problemática* do caboverdiano resultaria em melhorias para o ensino, o foco do discurso estava na interdependência entre língua e cultura. A língua é apresentada como veículo e expressão da cultura, como pólo catalisador da

⁹¹ Cabo Verde juntara-se à UNESCO em fevereiro de 1978.

⁹² Cabo Verde está sob a direção da UNESCO a partir do Escritório Regional de Educação em África, em Dakar. O Instituto de Lingüística Aplicada da Universidade de Dakar estava ligado a esse organismo, participando de estudos e implementações de políticas lingüísticas na África.

consciência nacional, o que explicava sua utilização na mobilização das populações e nas reuniões de trabalho do Partido. Também sob a orientação do Partido, o caboverdiano – cujo surgimento é citado e apresentado como a interpenetração das culturas e, por isso, tornou-se um *fator da identidade cultural e nacional* – constituíra-se como um *reduto de resistência* ao ex-colonizador. Segundo Reis, uma vez que a identidade cultural ocupava o primeiro plano da reconstrução nacional, o enfoque sobre a língua seria decorrente da tentativa de recuperar a herança cultural aí presente. Essa herança consistia no valor estético e literário da língua e na expressão lingüística das vivências íntimas. Dentre a herança cultural presente no caboverdiano, o ministro citou as adivinhas, os provérbios, as anedotas e os contos populares.

No que se refere à relação entre língua e ensino, o ministro apontou para vantagens culturais e pedagógicas da introdução do caboverdiano no ensino: integração da escola no contexto da comunidade e maior facilidade para a aprendizagem da língua portuguesa, indicando que o governo tinha consciência de que o português era (e é) uma língua segunda no contexto cabo-verdiano. Essa consciência associava-se à idéia de que, para o Estado, diferentemente do que diria o senso comum, o ensino em língua caboverdiana proporcionaria a facilitação e não retrocessos ou prejuízos para a aprendizagem da segunda língua.

Levando em consideração as propostas iniciais do partido em relação à elaboração da escrita da língua caboverdiana, Reis informa que o 3º Congresso do Partido⁹³, realizado em novembro de 1977, determinara a “fixação e transcrição, o ensino e o desenvolvimento das Línguas Nacionais; o desenvolvimento da investigação científica permanente, a criação de centros de pesquisa no domínio da ação cultural”. O ministro cita também a realização em Bissau, em 1978, de um seminário sobre o crioulo, voltado para a concretização das políticas lingüísticas propostas pelo Partido.

⁹³ Na medida em que o Estado adota um modelo político-partidário de monopartidarismo, como já indicamos, o Estado frequentemente confunde-se com ou torna-se o prolongamento do Partido.

Para além das demandas internas, o discurso de abertura aponta para respostas a solicitações mais amplas da política internacional, o governo explicitava seu empenho no desenvolvimento de políticas lingüísticas. O ministro menciona no seu discurso a decisão resultante de um Encontro de Ministros e Quadros da Educação dos países africanos de que seria enfatizado o fortalecimento das identidades culturais, para o qual se destacava a importância das línguas nacionais. Ademais, a UNESCO recomendava e apoiava a promoção e utilização dessas línguas pelos Estados africanos.

Articulando as demandas internas e externas para a execução de uma política lingüística que oficializasse a língua caboverdiana, o discurso proferido por Carlos Reis apresenta a consciência da necessidade de empreender políticas lingüísticas: a consciência da necessidade de elaborar um aparato técnico – formação de “estudiosos”/lingüistas e de educadores/professores da língua – e tecnológico – fixação e transcrição da língua, produção de gramáticas e dicionários e de material pedagógico; consciência da necessidade de promover instrumentos tecnológicos de comunicação (comunicação entre as ilhas e programas radiofônicos) para a circulação/difusão da língua, visando a uma posterior elaboração e definição do “crioulo padrão”; consciência da necessidade de promover a criação literária em língua materna⁹⁴ e a *valorização patriótica da língua nacional*.

Ciente dessas necessidades, o Estado, assim como já prenunciavam as discussões sobre a língua no Partido antes da Independência, mostra-se empenhado na criação das condições para que o caboverdiano vá constituindo-se como o espaço de preservação da cultura e como o veículo desta, principalmente da cultura popular. A cultura, por sua vez, é nacional: expõe a configuração da Nação, que é diversa, mas unida. Retomando a relação entre língua e cultura, o discurso do ministro indica que, assim como na perspectiva de A. Cabral, a língua caboverdiana é associada à *cultura popular* e ao *cotidiano*. As propostas de serem recuperadas as práticas culturais reprimidas pelo ex-colonizador e de fazer

⁹⁴ Durante o discurso, o ministro Carlos Reis constantemente usa como sinônimos as expressões “língua materna” e “língua nacional”.

dialogar a cultura escolar e a popular, que estavam na base da luta de libertação e se apresentavam como uma resistência cultural crítica, constituem então um dos instrumentos do Estado na construção da unidade nacional. Essa unidade, que se fazia concretizável pela partilha de objetivos comuns antes da independência, precisava configurar-se como elemento cultural unificador de todos os grupos no interior da nação. Não por acaso, as primeiras ações de política lingüística voltam-se para o crioulo, falado tanto em Cabo Verde como em Guiné-Bissau, que formavam ainda uma unidade político-administrativa. A construção do crioulo como instrumento ou espaço da unidade nacional remete-nos à organização social interna, em que os grupos populares eram monolíngües em caboverdiano (em Cabo Verde) ou plurilíngües nas línguas locais e crioulo (em Guiné-Bissau) e os estratos médios e as elites eram bilíngües em caboverdiano e português. Essas diferenças sociais poderiam, assim, ocultadas pela criação da partilha de um arcabouço cultural comum, em que a língua era o elemento central comum a todos.

O discurso de abertura do I Colóquio sintetiza os principais aspectos a serem discutidos no evento. O mote da língua caboverdiana como lugar da manifestação cultural de um grupo, como espaço da resistência contra o dominador assimilacionista, como símbolo da unidade cultural e nacional presentes na fala de Carlos Reis permeou a maioria das falas proferidas por lingüístas, filólogos, escritores e professores no Seminário. Esse mote permanece ainda hoje como propulsor de ações de políticas lingüísticas.

O Colóquio foi organizado nos seguintes eixos temáticos: 1. Do Pidgin ao Crioulo e deste a língua Cabo-verdiana; 2. Estatuto sociolingüístico do crioulo; 3. Papel alienador da escola colonial, vantagens e problemática da utilização da língua materna no ensino e na alfabetização; 4. Introdução do crioulo no ensino e problemas sócio-pedagógicos; 5. Instrumentalização gráfica do crioulo; e 6. Comparação entre o crioulo de Cabo Verde e as línguas africanas. Cada um desses eixos era desenvolvido na forma de diferentes palestras.

Como resultado do Colóquio⁹⁵, posteriormente foram elaborados relatórios de comissões, dentre os quais focalizaremos o apresentado pela comissão de ensino, uma vez que apresentam as propostas finais dos grupos de trabalho e configuram-se como orientações de ações sobre **as** línguas caboverdiana e portuguesa e sobre **a** língua caboverdiana. Além dos relatórios de comissões, o documento que recupera as discussões e as propostas desenvolvidas no Colóquio apresenta também quatro moções (produzidas no último dia), que expõem reivindicações, pareceres e propostas dos participantes do evento. Algumas dessas moções reforçam encaminhamentos feitos pela comissão de ensino e enfatizam os objetivos políticos expostos no discurso de abertura do Colóquio.

O Relatório da 2ª Comissão – Ensino e aprendizagem do crioulo como língua materna – constitui uma dessas orientações referentes às línguas. O texto menciona que, por um lado, o país vivencia problemas por ter como língua da administração e da escolarização a língua portuguesa, língua não materna, por outro lado, ainda deve percorrer etapas visando à promoção do crioulo como língua oficial. Dentre os problemas, o texto explicita que a utilização do português no ensino e na administração gera 1. “traumatismo psicológico” nos alunos, tendo dificultada sua aprendizagem, 2. um “fosso” entre as crianças e a escola, 3. um “divórcio” entre os pais e a escola, 4. inviabilização do diálogo entre a escola e os trabalhadores rurais, 5. dificuldade de as populações tratarem de assuntos de caráter administrativo.

Diante desses problemas, a comissão propõe que fatores de ordem política, técnica e financeira sejam desenvolvidos.

“Do ponto de vista *político*, será necessário:

- *tomar decisões* no sentido de precisar a finalidade do ensino na língua nacional
 - . *introduzir* o crioulo na vida política econômica e cultural
 - *determinar* o lugar que ocupará o português, como língua segunda, e o crioulo, como língua materna.
 - *sensibilizar* as massas e informá-las através de todos os meios possíveis.

⁹⁵ Realizado entre os dias 9 a 14 de abril de 1979.

- *encorajar* os professores primários, especialmente os estagiários deste I Seminário, para fazerem pesquisas, devendo ser essa atividade integrada nos seus horários de trabalho.

Do ponto de vista *técnico*, há que proceder à:

- *escolha de uma grafia* susceptível de sofrer possíveis alterações.
- *pesquisas de carácter sócio-linguístico*, com vistas ao enriquecimento da variante dialectal adoptada como língua de base.
- . *recolha da tradição oral*, para recuperação de palavras que caíram em desuso nos meios urbanos.
- *formação de investigadores*, através de bolsas de estudo, estágios, encontros.
- *elaboração* de um dicionário e de uma gramática do crioulo, e ainda de manuais em crioulo para as diferentes matérias de ensino. (1979, pp. 172-173) (grifos meus)

As ações atribuídas ao campo político, referem-se principalmente, aos lugares e funções de uso da língua caboverdiana, indicando que os envolvidos na produção desse texto compreendam que a delimitação dos lugares e funções deve ser feita politicamente, não sendo incumbência de técnicos. Sob esse prisma, a introdução da língua caboverdiana nos espaços políticos, econômicos e culturais é vista como ação eminentemente política. A promoção do incentivo à pesquisa também é entendida como ação política, inter-relacionado política e finanças do Estado.

Essas propostas são reforçadas por pareceres e reivindicações de algumas moções⁹⁶. As moções 3 e 2, respectivamente, reivindicam: “a) que a todos os níveis se atribuam às duas línguas as funções que realmente devem desempenhar; c) que se definam as situações em que o Português continuará a ser usado enquanto língua oficial” e “o acesso do Crioulo ao estatuto da língua oficial e a definição política do seu papel face ao estatuto e ao papel da língua portuguesa no país”. Essas reivindicações apontam para a necessidade política de definição dos espaços das línguas, mas, principalmente, para um movimento político dos cidadãos em relação à inserção da língua caboverdiana no sistema oficial, requerendo um estatuto político e jurídico que garanta sua oficialização. O documento expressa a intenção de descartar a língua portuguesa, mas propõe mudança da posição política reservada até então à língua caboverdiana.

⁹⁶ Embora textualmente as moções apresentem propostas, considerando o carácter político e reivindicatório da moção, podemos compreendê-las como reivindicações políticas.

No relatório e nas moções, a apresentação de algumas dessas *ações a serem desenvolvidas* permite-nos compreender que os espaços políticos, econômicos e culturais eram ocupados apenas (ou principalmente) pela língua portuguesa. A possibilidade dessa interpretação viabiliza também entender que há uma contradição entre os períodos anterior e posterior à independência: inicialmente, a mobilização das populações era feita em língua caboverdiana; após a independência, as discussões, deliberações e decisões internas eram feitas em língua portuguesa. Além disso, sendo a língua oficial, esta estaria presente também nos meios de comunicação e nas atividades estatais dirigidas à população, fazendo com que a relação entre governo e cidadãos se efetuassem basicamente em português, não mais em caboverdiano.

O delineamento de outras ações aponta para valores e atitudes já arraigados em relação ao caboverdiano, pois, na medida em que as populações precisam ser *sensibilizadas* para sua oficialização, emergem as concepções de que essa língua não conseguiria cumprir determinadas funções sociais nem seria capaz de colocar-se em situação de igualdade com a língua portuguesa no ensino e na administração.

A “sensibilização das massas” é proposta também na Moção 2 como medida a ser tomada “a curto prazo”. Diferentemente do relatório da comissão, especifica-se que as massas sejam sensibilizadas quanto aos problemas de a língua portuguesa ser usada no ensino e na administração. Associada a essa sensibilização, o documento propõe que a língua caboverdiana seja utilizada nos meios de comunicação e nas reuniões que interessam à comunidade, articulando os problemas provocados pelo uso do português à promoção e valorização social do caboverdiano como língua administrativa e da cultura escolarizada. Essa promoção da língua caboverdiana também é expressa pela Moção 3, que propõe “que se dê ao Crioulo um lugar privilegiado como meio de comunicação social”.

As moções 2 e 3 apontam ausências ou carências em relação aos fatores políticos (demandando a inserção da língua caboverdiana nos espaços econômico, político e cultural) e permitem-nos entrever que as decisões políticas podem encerrar pressões formais ou informais e contradições entre os interesses

e as visões dos grupos que estão no poder e os grupos sobre quem o poder é exercido. O uso ou não da língua caboverdiana, por exemplo, nos espaços acima mencionados, pode explicitar o conflito entre a necessidade e os interesses de o Estado apresentar-se como mediador entre a população e as instâncias internacionais e os conhecimentos científicos e tecnológicos, porque, enquanto a língua portuguesa é usada como capital cultural de maior valor, a partir das decisões políticas que tomar, o Estado pode colocar em risco esse capital.

Nesse mesmo sentido apontam algumas propostas apresentadas nas moções. A Moção 2, além de reivindicar que a língua caboverdiana esteja presente nas reuniões administrativas e na mídia, propõe também que seja emitida “uma nota administrativa reconhecendo ao público o direito de se dirigir em Crioulo a um funcionário e o direito de exigir uma resposta em Crioulo.” Essas propostas configuram-se como ações políticas dos envolvidos com vistas a minimizar a distância entre administração e meios de comunicação e a população. Implicam, portanto, um posicionamento político mais alinhado com as massas em que não se pretende apenas aproximar instituições e grupos sociais, mas visa a restringir o poder do capital ligado à língua portuguesa. Corrobora essa perspectiva a proposta de que, “a longo prazo”, seja feita “a introdução do Crioulo na vida administrativa, econômica, social e política do país”.

As ações técnicas, por sua vez, remetem-nos às pesquisas e aos trabalhos que se desenvolviam no campo das políticas lingüísticas: codificação e elaboração (que compreendem a elaboração de sistemas de escrita [escolha de uma grafia] e de gramáticas e dicionários), implementação e avaliação (mais voltados para a inserção da língua materna no sistema educacional) e pesquisas sobre o léxico (estudo sobre lexicologia e terminologia). Outras tarefas atribuídas aos técnicos são a produção de pesquisas sociolingüísticas e a formação de investigadores.

A abordagem desses aspectos técnicos nas moções permite-nos compreender que os participantes do Colóquio, alguns dos quais especialistas nos estudos da linguagem, entendiam que as orientações técnicas só poderiam ser revertidas em ações quando fossem executadas pelo Estado. Assim, um

movimento político desses participantes caracteriza-se como o reforço dos encaminhamentos técnicos e a reivindicação de que sejam efetivamente postos em prática ou levados a cabo pelo Estado.

Dentre as direções técnicas apontadas no Colóquio e enfatizadas pelas moções, destacamos, na Moção 1: execução de inquéritos que visem aprofundar aspectos fonológicos do alfabeto apresentado; formação de lingüistas, psicolingüistas, sociolingüistas e educadores; elaboração de uma gramática e de um dicionário. Na Moção 2, destacamos: formação de investigadores; pesquisas nos domínios do léxico, da gramática e da metalinguagem, possibilitando a elaboração de silabários, gramáticas, material didático e manuais das diversas disciplinas; generalização da introdução do caboverdiano no ciclos primário e secundário. Destacamos, na Moção 3, a ênfase dada ao ensino da língua portuguesa como L2 e, conseqüentemente, à preparação do Ministério de Educação e dos professores para selecionar e adotar uma metodologia de ensino de L2 adequada à situação sociolingüística local.

A articulação política dos participantes do Seminário leva-nos a acentuar o caráter político do evento: não apenas o Estado age politicamente respondendo às demandas internas e externas mas também os cidadãos desenvolvem ações políticas como as orientações apresentadas nas moções. Nesse sentido, a política e os saberes são entrelaçados e mobilizados em instâncias interdependentes do Estado, requerendo tomadas de decisões políticas governamentais. Como explicita a Moção 2, a implementação das propostas e reivindicações apresentadas no evento requer “o apoio desta aplicação *por meio de decisões políticas*, seguidas e controladas na base da finalidade de introdução do Crioulo no ensino (...)”. (grifo meu)

Além disso, a política, a economia e o saber técnico-científico se entrelaçam nas esferas de poder institucionalizadas para a produção de políticas *in vitro*: cabe aos políticos a determinação dos lugares de uso das línguas, mas cabe ao técnico a descrição dos usos aí feitos, assim como cabe ao Estado o encorajamento e o financiamento das pesquisas, mas cabe aos técnicos a

elaboração dos instrumentos tecnológicos (escrita, gramáticas, dicionários, materiais didáticos) e a formação dos novos técnicos.

A produção das ações políticas do Estado, como já indicado, explicita a construção da unidade nacional. Essa mesma construção é mobilizada pelos cidadãos, por um lado, acenando com a possibilidade de construção de outras lealdades⁹⁷, e, por outro lado, reforçando a lealdade ao e a legitimidade do Estado, inserindo-se na unidade nacional e requerendo-a.

Esse reforço pode ser identificado em alguns trechos das moções a seguir: “o facto do Crioulo ser a única *língua nacional* de Cabo Verde, *expressão da cultura própria do seu povo*.” (Moção 2); “Tendo em conta que o Crioulo é a língua que consubstancia a *identidade cultural* do Povo Cabo-verdiano” (Moção 3); “Considerando que um dos traços mais característico da personalidade insular africana do povo caboverdiano é a sua língua materna – o CRIOULO” (Moção 4). (grifos meus)

4.2. Segunda República (MpD – 1991 a 2001)

As articulações entre Estado e sociedade, Estado e especialistas, Estado e UNESCO levaram as propostas, os encaminhamentos e as reivindicações elaborados no Colóquio a se tornarem as diretrizes básicas e as linhas mestras das políticas lingüísticas empreendidas pelo Estado desde então. Documentos (oficiais ou não) e debates acerca das línguas em Cabo Verde produzidos posteriormente citam, retomam e cobram essas diretrizes, especialmente no que se refere à introdução do caboverdiano no ensino. Um documento que parte das orientações apresentadas no I Colóquio é o Programa do Governo para o Qüinqüênio 96/2001, na publicado na forma de Resolução

⁹⁷ Como se observa na Moção 3 – “Considerando que, com o acesso à Independência, se verificou uma inversão de valores, passando o Crioulo a ser reivindicado pelas massas como língua nacional” – a independência promoveu a consciência política das massas, que poderiam agora reivindicar uma identidade nacional própria, centrada na língua. O Estado precisava, então, para garantir a lealdade das massas, reforçar a língua caboverdiana como elemento da unidade/ identidade nacional. Essa possibilidade se fazia eminente se considerarmos que a unidade nacional implicava também a unidade política com Guiné-Bissau. Embora o Colóquio se ocupasse principalmente da questão lingüística em Cabo Verde, não se atendo aprofundadamente à questão lingüística guineense, as línguas africanas, além da crioula, poderiam ser mobilizadas em associação com a etnicidade numa reivindicação política em Guiné-Bissau.

nº8/96 (BO, nº. 12, de 31 de Abril) em que o governo (cujo partido eleito foi o MpD) declara:

“O Governo pretende nesse domínio [da língua nacional], com base em estudos científicos que vêm sendo desenvolvidos e orientados por técnicos competentes na matéria, fixar metas e determinar etapas, para a oficialização do crioulo como língua nacional, ao lado do português. Refira-se que a aprovação, a título experimental, do alfabeto é uma das primeiras metas. Incentivos serão estabelecidos com vista à promoção de obras, estudos e trabalhos sobre o crioulo e em crioulo.”

Considerando que um dos principais objetivos daquele Colóquio era o estabelecimento de um alfabeto, a padronização de uma escrita, para a língua caboverdiana, e que o Governo, no período de 96/2001, tomou para si a responsabilidade de implementar o alfabeto, os primeiros resultados oficiais obtidos nesse sentido foram apresentados em 1998, quando o governo publicou o Decreto-Lei nº. 67/98, cujo Preâmbulo afirma:

“Sendo o crioulo a *língua do quotidiano* em Cabo Verde e elemento essencial da *identidade nacional*, o desenvolvimento harmonioso do País passa necessariamente pelo desenvolvimento e valorização da *língua materna*. Porém, esse desenvolvimento e valorização não serão possíveis sem a standardização da escrita do Crioulo ou seja da Língua Cabo-verdiana. Ora a standardização do alfabeto constitui o primeiro passo para a standardização da escrita.”

A orientação sob a qual o Decreto-lei é produzido remete-nos a alguns aspectos já apontados neste trabalho: a língua como símbolo da identidade nacional, que propicia o desenvolvimento e a harmonia no país; a valorização e o desenvolvimento da língua materna, que estão ligados a orientações internacionais especialmente em relação à inserção dessa no ensino, considerada como fator determinante do sucesso da aprendizagem e do desenvolvimento sócio-econômico; a inserção no ensino e a necessidade de produção e a padronização da escrita.

Esses aspectos indicam, por sua vez, que a standardização da escrita do caboverdiano, como ação política *in vitro* sobre a língua, constitui concomitantemente um elemento da construção e consolidação da identidade/unidade nacional e uma resposta política a demandas internas e externas, mencionadas anteriormente. Corrobora essa análise a Resolução nº. 48/2005, de

14 de novembro, que, além de citar a mesma parte do texto acima apresentado, afirma:

“(...) a língua caboverdiana é um dos elementos mais importantes da nossa *identidade*, da nossa *diferença* e do nosso estar no mundo; o caboverdiano é, pois, a *língua da Nação e da unidade* em Cabo Verde; ela é o resto, o *suporte* e o principal *veículo das nossas tradições*, da nossa música, do nosso imaginário e de *uma grande parte da nossa cultura*; nela e através dela sentimos, sonhamos, vivemos e criamos, da maneira mais específica e peculiar, o nosso mundo, a nossa antropologia vivencial.”

A resolução, cujo objetivo é reforçar e delinear as políticas lingüísticas de promoção da língua caboverdiana, reafirma a língua como símbolo e instrumento da unidade e da identidade nacional. Ademais, pode-se observar que os novos discursos teóricos ou acadêmicos sobre identidade perpassam a construção do documento. A associação entre *identidade* e *diferença*⁹⁸ remete-nos a discursos produzidos no âmbito dos Estudos Culturais, dos Estudos Lingüísticos, da Educação e da Sociologia, marcados por uma perspectiva pós-estruturalista, situando e inserindo o documento nesse novo contexto de reflexão sobre a identidade.

Esse documento, no entanto, encerra uma contradição constitutiva das identidades nacionais, que são “imaginadas”. Aponta para a compreensão de que a língua caboverdiana continua exercendo seu papel delimitador do grupo interna e externamente: por um lado a língua diz o que é ser cabo-verdiano, por outro diz quem não está inserido nessa cabo-verdianidade. Além disso, a língua é relacionada às tradições, as quais, como indicam Hobsbawm (2002) e Anderson (1998), são mobilizadas pelo Estado juntamente com o nacionalismo lingüístico para construir uma antiguidade comum, uma unidade histórica.

⁹⁸ Não constitui nosso objetivo neste trabalho apresentar ou discutir trabalhos voltados para essa reflexão. Cabe apenas assinalar que essa visão pós-estruturalista é uma das que procura rever o conceito tradicional de cultura, cuja principal característica é a homogeneidade cultural da Nação. Concebida no período em que se estabeleciam os primeiros movimentos nacionalistas na Europa, a visão tradicional procurava assegurar a existência e a relevância de uma cultura nacional. Atualmente, quando movimentos identitários têm crescido no interior dos Estados/das nações e se ligam a movimentos em outros Estados, configurando movimentos identitários supra-nacionais (como o GLS, o feminismo, os negros) tem-se revisto o conceito tradicional de cultura. Assim, entendendo que os estudos científicos não podem ser desarticulados das suas condições de produção, pode-se indicar que a globalização promoveu revisões conceituais nos diferentes campos do saber. Sobre a discussão acerca da visão tradicional de cultura, ver Janzen (2005). Sobre os estudos acerca da identidade e da diferença, ver Signorini (1998) e Santos (1993; 2000; 2002).

Concomitantemente, por outro lado, o texto relaciona a idéia de que a língua é o *resto* dessa tradição e *uma grande parte da cultura*. Sob esse prisma, observa-se que as tradições estão sendo transformadas ou abandonadas e a cultura não pode ser unicamente constituída por tradições. Há uma *outra* parte da cultura que não é expressa em língua caboverdiana. Essa outra parte, provavelmente, refere-se à cultura universal (que é veiculada em inglês, em francês, em português) e à cultura escolar (que se estabelece no espaço cabo-verdiano em língua portuguesa). As mudanças ocorridas no mundo, entretanto, não modificariam a essência da cultura tradicional e o elemento unificador do povo cabo-verdiano; esse continua sentindo, sonhando, vivendo e criando seu mundo com suas peculiaridades em língua caboverdiana.

Essa unidade nacional cabo-verdiana, forjada (em grande parte) a partir da unidade lingüística, do ponto de vista do Estado, precisa ser legal e politicamente assegurada. Uma das formas de o Estado, política e legalmente, garanti-la é desenvolvendo políticas que visem à padronização da língua: o Decreto-Lei nº. 67/98 e a Resolução nº. 48/2005 respondem a essas demandas.

O primeiro determina, a título experimental, a aprovação do Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana, definido como “um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme de cada som da língua caboverdiana”, consistindo na “harmonização de dois modelos de alfabeto, o de base etimológica e o de base fonológica”.

O documento, que pode ser dividido em partes, é composto pelas determinações legais e pela exposição das justificativas, fundamentações teórico-metodológicas e descrições lingüísticas. Tal apresentação é intitulada “Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano”, provavelmente produzida por especialistas. Na elaboração da justificativa, o texto informa que parte da história da escrita em Cabo Verde – a qual remonta ao período colonial ainda no século XIX, em que se intensificam as políticas lingüísticas coloniais no sentido de coibir o uso das línguas africanas – e de aspectos sociolingüísticos da comunidade – que focaliza as variedades lingüísticas das ilhas – orientaram a produção do texto a proposta de padronização da escrita do caboverdiano.

Quanto à perspectiva teórico-metodológica, observa-se que são manipulados saberes construídos pela sociolingüística, especialmente no campo das políticas lingüísticas, e pela fonética/fonologia, ou, melhor dizendo, pelo uso que os trabalhos em política lingüística fazem dos saberes produzidos pelos estudos fonéticos/fonológicos.

Para além do enfoque sobre os aspectos lingüísticos e sociolingüísticos, o documento explicita, nas Bases do ALUPEC, as ações a serem desenvolvidas como “Política Lingüística”, indicando as tarefas a serem executadas pelo Estado. A ação política do Estado deveria consistir em: conceber “uma política lingüística que permita ao Crioulo partilhar com o Português o estatuto de língua oficial. Para tal, uma estrutura científica, vocacionada, fundamentalmente, para a pesquisa e divulgação do Crioulo, deverá ser criada e dotada de meios para o desenvolvimento da sua acção.”

Assim como foi orientação do Colóquio, o texto atribui ao Estado e requer a concretização da responsabilidade de determinar a posição política e os domínios das línguas e de criar as condições institucionais para o estudo do caboverdiano, delimitando, em seguida, que a tarefa de conceber a padronização e o desenvolvimento da escrita será da competência dos especialistas. Esses, no entanto, precisam ser formados com o apoio (completo) do Estado, que deve depois enquadrá-los no sistema administrativo.

Quanto à política de implantação da língua caboverdiana no ensino, o texto orienta o Estado quanto às ações que devem ser realizadas: “(...) deverá implementar uma estratégia de ensino do Crioulo (...). A nível superior, deverão ser tomadas medidas com vista à introdução do Crioulo como objecto de Estudo”. Essas direções encarregam o Estado de agir não apenas nos níveis administrativos do sistema básico de ensino mas também nas estruturas do ensino superior, indicando que a relação entre língua e ensino não se restringe à garantia da presença do caboverdiano tanto nas salas de aula dos níveis básico e

secundário como “objeto de estudo⁹⁹” no nível superior, mas demanda pesquisas, que deverão ser efetuadas nos espaços da educação superior.

O empenho do governo na produção do ALUPEC, por meio da ação dos especialistas, e da realização ou concretização das orientações apontadas proporcionaria o desenvolvimento, a consolidação e a transformação do “Crioulo” “num instrumento de comunicação e num veículo de cultura afinados”. A “afinação” entre a comunicação e a cultura pode ser entendida como o processo de aproximação entre aquilo que é positivo na cultura escolar e na cultura popular, como sugerido em textos do movimento revolucionário. Assim, o equilíbrio adviria da evolução do caboverdiano, capacitando-o a entrar nos espaços destinados ao português – a comunicação social, a ciência, a administração e os espaços jurídicos.

A viabilidade dessa compreensão decorre do fato de a língua caboverdiana ser a língua da interação/comunicação predominante em Cabo Verde; os domínios que lhe são limitados (como a aula, as reuniões administrativas de executivos ou do alto escalão do governo, as convenções e seminários, os noticiários de TV e rádio) o são por serem considerados espaços de conteúdos que só poderiam ou deveriam ser expressos em língua portuguesa. Nesse contexto, o caboverdiano estaria “fora do tom” da cultura dominante, ligada predominantemente à escolarização e ao português, da qual poderia se aproximar pela tecnologia da escrita.

A interpretação de que o equilíbrio entre cultura popular e dominante como a inserção do caboverdiano nos espaços da língua portuguesa, no entanto, não pode ser produzida a partir da Resolução 48/2005¹⁰⁰, pois esse documento (parece-nos) aponta para uma outra perspectiva em relação a essas línguas e culturas, como se pode observar pela defesa de um “Bilingüismo assumido”,

⁹⁹ A inserção do caboverdiano como objeto de estudo no nível superior permitiria ao Estado promover simultaneamente a pesquisa e a “formação de quadros”, requerida no documento.

¹⁰⁰ O Preâmbulo desse documento informa-nos sobre outras deliberações legislativas e ações do governo de Cabo Verde no que concerne à política lingüística. Entretanto, não nos ocuparemos destas: Resolução n° 8/98, que trata da inserção do caboverdiano no ensino; Fórum de Alfabetização Bilíngüe, realizado em 1989; Comissão de Padronização, de 1994; Consulta às populações do País e da Diáspora em relação à questão lingüística.

colocando lado a lado as línguas portuguesa e caboverdiana. A mudança fundamental de perspectiva dos documentos do Colóquio sobre a Problemática do Crioulo e do Decreto-Lei nº. 67/98 para o texto da Resolução consiste basicamente na reformulação da visão relativa à língua portuguesa, que deixa de ser a língua do dominador, a língua da opressão, para ser a língua com igual “valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental da vivência antropológica” em relação ao caboverdiano.

Essa mudança nos documentos faz ressoar uma mudança mais profunda na sociedade e, especialmente, na elite cabo-verdianas, cuja compreensão requer que retomemos brevemente alguns fatos sócio-históricos recentes. Como aludimos no início desse sub-tópico, no período que vai da Independência ao início dos anos 90, quando o pluripartidarismo foi instituído em Cabo Verde, o governo do PAICV caracterizou-se como governo de partido-único. Como também já mencionamos, esse governo caracterizava-se pelo posicionamento ou alinhamento junto aos países de esquerda, como Cuba, China e a ex-União Soviética, pautando-se principalmente pelos ideais socialistas¹⁰¹, mais que comunistas. Conduzindo o Estado como prolongamento do Partido, o PAICV preencheu a hierarquia administrativa de acordo com a hierarquia partidária, de modo que aqueles que se viram à margem tanto no Partido como no Estado, sendo que esses formavam basicamente os quadros (funcionários técnicos e especializados), quando da abertura para o pluripartidarismo, fundaram o partido Movimento para a Democracia¹⁰². Entre 1991 e 2001, o MpD governou o país, implementando reformas políticas e econômicas. Dentre as reformas econômicas, o partido abriu o país para uma economia de mercado, baseada no setor privado.

O partido realizou também duas revisões constitucionais (1992 e 1999), sendo a última importante para o estudo das políticas lingüísticas no país

¹⁰¹ Segundo Bogdan (2000), “entretanto, deve-se observar que Cabo Verde nunca foi verdadeiramente um país socialista do tipo soviético com planejamento dominante centralizado e uma economia estatal própria.” (p. 87)

¹⁰² Esse é atualmente o segundo partido em representação em Cabo Verde. São partidos cabo-verdianos também: Partido da Convergência Democrática, Partido da Renovação Democrática, Partido Socialista Democrata, Partido do Trabalho e da Solidariedade, União Cabo-verdiana Independente e Democrática

porquanto determinou explicitamente o estatuto das línguas caboverdiana e portuguesa: “1. É língua oficial o Português. 2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna caboverdiana, em paridade com a língua portuguesa. 3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.” (Constituição da República de Cabo Verde, Artigo 9º)

Convém destacar que o novo grupo no poder, que procedeu a reforma constitucional, não estava diretamente ligado à luta armada do movimento de libertação, de modo que o capital simbólico nas principais negociações sociais já não era a legitimidade histórica, mas o capital cultural. Esse capital já vinha sendo mais valorizado ainda no período do PAICV no poder, pois a separação política de Guiné-Bissau promoveu uma retomada da construção identitária mestiça, cuja formulação mais específica era a produzida pelos claridosos. Nesse sentido, Anjos afirma:

“A rapidez com que a identidade mestiça se reconstituiu enquanto posição hegemônica entre as formulações sobre a identidade nacional em Cabo Verde, após a independência, de certo modo traduz a trajetória de parte dos membros cabo-verdianos do PAIGC pela “escola” da *Claridade*. A afirmação da especificidade cabo-verdiana era uma tomada de posição latente que só não foi explicitada ao longo das duas primeiras décadas de existência do partido devido à pressão que se exercia contra a possibilidade de tomadas de posições divergentes.” (Anjos, 2002, p. 224)

Concordamos com Anjos, exceção feita à visão de que o partido não havia explicitado sua “formação” claridosa antes: como indicamos na análise dos textos de A. Cabral, as concepções de que a língua cabo-verdiana era incapaz de dizer a modernidade e precisava ser “desenvolvida” e de que a língua portuguesa era o veículo privilegiado do progresso filiavam-se tanto às atitudes e aos valores atribuídos pelo colonizador como davam prosseguimento às atribuições formuladas pelos próprios cabo-verdianos. Sob esse ângulo, parece-nos que, em relação às concepções lingüísticas, o partido permitia emergir sua ligação com os intelectuais de *Claridade*.

Associada à retomada da mestiçagem luso-africana, a crescente importância dos quadros promovida pela posse de um saber valorizado e

requerido internacionalmente inflacionou o mercado social e fez subir a cotação do domínio da língua portuguesa. Em acordo com Anjos (2002) e com Furtado (1994),

“Na medida em que a língua oficial, o português, funciona como passaporte para o acesso aos meios oficiais, ela constitui-se, para a maior parte da população, como uma barreira ao exercício dos direitos garantidos pelo Estado. No campo cultural, assim como na intimidade, a utilização do crioulo apresenta-se como ruptura (simbólica) com a oficialidade, símbolo de comunhão (do intelectual com o povo). No momento do restabelecimento das distâncias sociais e das relações de autoridade o português é o instrumento lingüístico por excelência.” (Anjos, 2002, p. 253)

“O recurso ao discurso do saber e aos títulos escolares como capital político é feito tanto pelos que, a nível do PAICV, lutam por posições dominantes, como por aqueles que, na oposição, contestam o **status quo**. Aliás, o slogan **Mudança, Competência e Desenvolvimento**, do MpD demonstra claramente o recurso ao discurso do saber como instrumento de luta política.” (p. 298) (grifos do autor)

Como se dá a negociação do capital lingüístico no mercado simbólico, o uso do caboverdiano ou do português era feito em função dos interesses políticos e sociais que estavam em jogo. A delimitação entre a elite letrada bilíngüe e a população monolíngüe mobiliza esse capital e molda as relações sociopolíticas, de modo que o estabelecimento das políticas lingüísticas é perpassado por essa negociação.

Assim, convém observar que o Colóquio realizado em 1979, em grande parte, reforçou o teor identitário unificador e libertador do caboverdiano, exacerbando nos seminários e palestras o papel de dominação da língua portuguesa, num período em que se visava, para além das relações internas em Cabo Verde, à política com Guiné-Bissau. O Decreto-Lei 67/98, por sua vez, foi produzido no período de governo do MpD, em que a construção da identidade e unidade nacional constituía um dos mecanismos de ocultação das desigualdades que se estabeleciam, especialmente pelo domínio da língua, do capital escolar.

Nesse contexto, além da negociação da aproximação e do distanciamento/exclusão via língua, a expansão da escolarização parecia propiciar a escalada social a um grupo maior. Os grupos dominantes oscilavam entre o discurso sobre a valorização do caboverdiano (que visava a promover a intensificação de seu uso e a desconstrução da desqualificação da língua

produzida pelo ex-colonizador) e, por outro lado, a manutenção da língua portuguesa no sistema de ensino (que poderia servir como processo seletivo natural na escolarização). Anjos (2002) indica que a valorização do caboverdiano, nessa manipulação política, poderia ser vista como uma política nacionalista e populista¹⁰³. Sob esse prisma, pode-se entender que as políticas lingüísticas empreendidas, embora se afirmassem como promoção da equidade dos valores e funções atribuídos às línguas, funcionavam como instrumento da manutenção da desigualdade, sobre a qual se valorizava ainda mais a língua portuguesa.

4.3. Terceira República (PAICV – 2001-2011)

No processo contínuo de valorização do português se insere a Resolução 48/2005, em que se relaciona a língua caboverdiana à tradição e a parte da cultura e, igualmente, o português é apontado como a outra parte da cultura – a universal, a de maior prestígio. Essa determinação legal foi produzida num contexto em que afirmara o modelo de economia do mercado¹⁰⁴ e a nação precisava inserir-se no plano globalizado da economia e da política. Orientando-se para a inserção no mundo e no mercado globalizado, o Plano de Governo de 2001-2005 afirma que se procurará dirigir o país, focalizando a educação como o espaço em que se deve investir para assegurar também a formação profissional. “A Educação é, assim, uma outra área social de grande impacto no desenvolvimento econômico”, constituindo-se assim como “um grande *desígnio nacional*”. (p. 10).(grifo meu). Simultaneamente,

“O Governo dispensará toda a atenção à Cultura, tendo em conta a sua superior importância para a *comunidade nacional* e para o *desenvolvimento global* do país. Entende, por conseguinte, contribuir firmemente para a *afirmação da Nação* e do Estado cabo-verdianos, nos mais diversos quadrantes, promovendo uma política cultural na perspectiva, a *um*

¹⁰³ Pensada como uma política populista, pode-se compreender a ênfase dada à valorização e à escrita do caboverdiano pela aprovação do ALUPEC, no governo de MpD, em 1998. Essa política caracterizar-se-ia pela exacerbação do nacionalismo que vinha sendo forjado pelo PAICV.

¹⁰⁴ Juará (2003), analisando a abertura política ou a transição para o modelo democrático pluripartidário, na África lusófona, constata: “A década de 90 teve início com a proclamação da irreversibilidade da hegemonia da economia do mercado e o predomínio do Estado mínimo sob a supervisão do principal “gendarme” da nova ordem mundial, os EUA.” (p. 46)

tempo, do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade” (p. 7)
(grifos meus)

A globalização, econômica e cultural, requer que o governo posicione-se no sentido de garantir que a educação promova a formação profissional e universal, sendo um “desígnio nacional” o ingresso de Cabo Verde na modernidade e na competição do mercado. Por outro lado, “nesta época, marcada pela globalização, já é quase senso comum que a preservação das identidades culturais dos povos e das comunidades poderá contribuir para salvaguardar a identidade dos mesmos, sobretudo, os menos avançados e com menor peso no concerto das nações.” (2005, p. 54).

Dessa forma, a promoção da cultura nacional procura promover a unidade interna, salvaguardando a identidade, e volta-se para o diálogo com a modernidade, com outras culturas, como contribuição “à aldeia global”. Sob esse prisma, a Resolução aponta a língua como marca da identidade, a qual precisa ser preservada, e da diferença, que se estabelece em relação às outras culturas. Nesse sentido, a política a ser empreendida pelo governo, inclusive no que refere à “defesa nacional”, que procura garantir a democracia, deve:

“(...) traduzir e representar as aspirações e os interesses mais profundos dos cabo-verdianos, para além de constituírem um ponto de convergência e um *factor de coesão e união* na mobilização da vontade dos cidadãos para a sua defesa. Assentam-se em valores morais, culturais e materiais superiores que dão vida à Nação e constituem o património comum que une e identifica os cabo-verdianos na procura do bem-estar e da felicidade.” (p. 30)

Assim como outrora se buscou a unidade dos grupos sociais em Cabo Verde em função de um objetivo maior, que era a libertação nacional e social, o povo cabo-verdiano precisa ser mobilizado e unido diante da “aldeia global”. No texto “Metáforas da Globalização”, Ianni (1997) mostra que as metáforas “aldeia global”, “nave espacial” e “nova babel”, que são tentativas de explicar o fenómeno da globalização, referem-se aos aspectos culturais desse fenómeno e estão fundamentadas na sociedade de comunicação, da informação, do conhecido versus o incógnito, das diversidades sociais, culturais, lingüísticas, históricas, científicas e artísticas. Assim sendo, o Estado recorre mais uma vez à cultura

como um dos elementos que, associado aos perigos externos da globalização, pode engajar os diferentes grupos sócio-econômicos em uma mesma empreitada: o estabelecimento e a proteção de Cabo Verde na economia e na cultura global.

Nessa direção também está orientado o Plano de Governo de 2006-2011, como se pode observar pelos trechos a seguir:

“Para vencer os *desafios da globalização*, as empresas cabo-verdianas terão de conseguir situar-se nos elos mais elevados da cadeia de valor, priorizando a inovação, a diferenciação e, sobretudo, a qualidade. Consciente da importância crescente da qualidade, numa altura em que Cabo Verde adere à OMC e se confronta com a necessidade de exportar produtos e serviços “made in Cabo Verde”, o Governo, para desenvolver uma base produtiva sólida e competitiva, irá apostar no desenvolvimento de uma *Política de Inovação, assente nas novas tecnologias de informação, na da Propriedade Intelectual e na Gestão da Qualidade*, bem como na criação de normas e padrões para os produtos e serviços de origem cabo-verdiana”. (p. 11)

“A visão do Governo é de que a *cultura é o elemento identitário, construtor da unidade e da coesão nacionais, é factor da inovação tecnológica e da sustentabilidade da Nação, tanto no aspecto social como no económico*, pelo que, para os próximos tempos, a mesma assenta em dois pilares:

Projectão Nacional e Internacional, em que a promoção da cultura cabo-verdiana no mercado da globalização deverá ter como conceito estratégico a diversidade cultural do país, integrado ao programa de promoção e marketing como destino turístico e de investimento.

(...) Iguamente, importa que Cabo Verde tenha uma participação mais efectiva e activa nas organizações e actividades internacionais em prol da cultura, designadamente no contexto da CPLP (IILP e Reuniões dos Ministros da Cultura), da CEDEAO, da UNESCO etc.” (p. 36)

A unidade e coesão nacional, produzida pela cultura, volta-se também para os desafios da globalização, que demanda que a cultura nacional seja inserida no mercado globalizado da cultura, na “aldeia global”. Sob esse enfoque, a cultura é mercantilizada e negociada segundo os interesses políticos e económicos dos grupos envolvidos, ressaltando a associação entre o capital simbólico da cultura e o capital financeiro.

Nesse contexto globalizado da política cabo-verdiana, a língua também é mobilizada como instrumento e como capital simbólico, entretanto, não mais apenas as línguas caboverdiana e portuguesa mas também as línguas internacionais. Um dos espaços dessa reconfiguração do mercado lingüístico é a educação: “Considera-se que (...) se deve privilegiar a aquisição de técnicas de aprendizagem (aprender a aprender) aliada a uma sólida base *em línguas*, nas

tecnologias e nas ciências, tendo em vista uma educação geral de qualidade e com um padrão curricular comum.” (2006, p.43) Essa orientação quanto ao ensino reforça a idéia de que a educação deve estar voltada para a inserção do país no sistema econômico global.

Por outro lado, como se pode observar nos documentos citados, a globalização apresenta-se como um risco à unidade nacional, o que exige que o governo execute políticas que visem assegurar a unidade. Sendo um dos espaços privilegiados da construção da unidade nacional, a cultura contribui para salvaguardar os conteúdos não materiais que dão uniformidade ao povo caboverdiano. É nessa direção que a Resolução 48/2005 e os Planos de Governo (2001-225 e 2006-2011) apontam para a língua caboverdiana; “suporte e veículo das tradições” (2005, p.1), delineando a partir dessa concepção a política de

“Afirmação da Língua Nacional: A construção de um real bilinguismo¹⁰⁵ em Cabo Verde é uma exigência do valor histórico, social, cultural, patrimonial e sentimental das duas principais línguas da nossa vivência antropológica: a Cabo-verdiana e a Portuguesa. Assim, o Governo, com base na Resolução nº. 48/2005, de 14 de Novembro, e na esteira do anterior Programa do Governo, continuará a «aprofundar a política de promoção e valorização da língua cabo-verdiana tendo em vista a sua oficialização. Em concomitância, tomará, igualmente, medidas no sentido de fazer com que o País caminhe, progressivamente, para um bilinguismo assumido».

O Governo, antes do fim da Legislatura e tendo construído um consenso alargado para a revisão constitucional, deverá apresentar à Assembleia Nacional a proposta da Oficialização da Língua Cabo-verdiana”. (2006, p. 38)

Partindo desses documentos, podemos compreender que a política lingüística empreendida consiste, por um lado, na promoção e na valorização da língua caboverdiana entendendo-a como espaço da cultura tradicional, e, como tal, configura parte da diversidade étnica das ilhas e pode servir à produção de uma cultura comercializável. Por outro lado, a língua portuguesa é o espaço da cultura de teor mais universalista, concebida como a cultura escolar, que também

¹⁰⁵ A construção do bilinguismo objetiva reverter o quadro da diglossia, na perspectiva de Ferguson (1979), reiteradamente denunciado pelos lingüistas cabo-verdianos (Manuel Veiga e Dulce Almada Duarte). Entretanto, em momento algum discute-se a diglossia como conflito (Hamel, 1988), que faz silenciar politicamente aqueles que não usam a língua dominante.

pode confirmar a diversidade étnica e cultural das ilhas, de forma também pode ser posta no mercado globalizado, especialmente no espaço lusófono da CPLP.

As línguas são equiparadas pelo valor cultural, mas expressariam aspectos distintos da cultura cabo-verdiana, como também expressavam o regionalismo claridoso. O retorno à mestiçagem é mobilizado politicamente em função das demandas internas e externas e faz emergir diferenças entre essas demandas e negociações no novo contexto internacional e nacional. Nesse novo contexto, as políticas lingüísticas, para além de determinarem os domínios, os valores e atitudes em relação às línguas caboverdiana e portuguesa, passam a fazer interagir essas línguas com o francês e o inglês.

Nesse sentido, as políticas lingüísticas atuais fazem-nos retornar aos debates sobre as línguas caboverdiana e portuguesa produzidos desde os primeiros ensaios de construção de identidade nacional, às mobilizações do capital lingüístico em função da produção e manutenção política dos espaços de mediadores da elite (agora não apenas bilíngüe, mas plurilíngüe). Visando a se afirmar como promotores do nacionalismo, tanto as elites quanto o Estado (especialmente compreendendo que esse ainda é um dos principais mecanismos de determinação da posição social em Cabo Verde) reforçam o a visão de que as tradições bem como as peculiaridades e o universalismo da cultura e da língua local caracterizam a cabo-verdianidade.

CAPÍTULO 5

AS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DESENVOLVIDAS POR OUTROS ATORES SOCIAIS NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA: NOVOS DEBATES SOBRE AS LÍNGUAS

Quanto a nós, pensamos que a questão lingüística pressupõe uma outra questão subterrânea, raramente explícita, que é a questão da Identidade Caboverdiana que, por sua vez, implica uma outra questão, também raramente explícita, que é uma questão política ligada às grandes linhas de conduta e orientação gerais deste país [Cabo Verde]. (Mário Fonseca, "Padronização do Alfabeto: sua importância".)

5. Introdução

Os debates sobre as línguas no período colonial (abordados no capítulo 3 de nosso trabalho), que expuseram algumas das ideologias sobre as línguas e veicularam valores e papéis atribuídos às línguas portuguesa e caboverdiana, foram empreendidos no contexto da dominação colonial e, por isso, os atores envolvidos procuravam estabelecer espaços de ação política que a um só tempo lhes permitiam agir em relação ao sistema administrativo colonial, em relação aos cabo-verdianos e em relação aos africanos das demais colônias portuguesas na África. A configuração desses espaços permitiu que se criasse em Cabo Verde uma elite intelectual que se apresentava como mediadora entre o sistema colonial e os grupos populares em Cabo Verde e entre o sistema colonial e outras colônias da Nação-Império portuguesa no ultramar.

Após a independência de Cabo Verde, muitos atores que debateram sobre a questão lingüística no período colonial continuaram na cena política e permaneceram debatendo sobre os valores e papéis das línguas na sociedade cabo-verdiana. Entretanto, já não agiam politicamente em relação ao sistema colonial, mas em relação a uma configuração de poder interna de autodeterminação, em que estavam em jogo posições políticas no interior da

sociedade local (com a permanência da disputa pelos espaços de mediação com a política internacional¹⁰⁶).

A mudança na estrutura política do país após a independência, com a instalação do Estado cabo-verdiano (o que implicou a constituição de aparatos administrativo-jurídicos próprios e de agentes locais no controle desse aparato), promoveu a reconfiguração das disputas políticas em Cabo Verde. Como apontamos anteriormente (nos capítulos 1, 3 e 4), em função da construção do papel de mediação efetuado pelo PAIGC e das negociações realizadas com o governo interino português pós-Revolução dos Cravos (1974) e com organismos internacionais para a independência do país, o PAIGC assumiu o poder e constituiu-se como governo em Cabo Verde (1975). Ao assumir o poder do Estado, como um regime de partido único, o PAIGC/PAICV reproduziu no governo a estrutura interna do partido, de modo que Partido e Estado se confundiam, se interpenetravam. As políticas empreendidas pelo Estado eram, portanto, as políticas formuladas pelo Partido. Dentre essas políticas, como explicitado no capítulo anterior de nosso estudo, foram realizadas as políticas lingüísticas *in vitro*.

No âmbito do diálogo com a formulação e execução dessas políticas *in vitro*, diferentes atores sociais agiram na construção de políticas *in vivo* por meio do debate sobre as línguas e sobre as políticas lingüísticas. O debate que se efetivou na sociedade cabo-verdiana revelava o jogo de interesses desses atores e do Estado/Partido. Posteriormente, com o pluripartidarismo, o debate expôs o embate político e os interesses entre atores políticos engajados nos diferentes partidos e o Estado e, também, entre atores sociais que postulavam posições políticas (e, por vezes, partidárias) distintas.

¹⁰⁶ A mediação entre a sociedade cabo-verdiana e os atores da política internacional distinguia-se daquela formulada no período colonial pelo fato de, após a independência, o país já ter conquistado sua auto-governança. Não estava mais em jogo, portanto, o controle administrativo-jurídico de Cabo Verde, como estava no período colonial, quando o governo tinha sua sede em Portugal e governava por intermédio de cidadãos portugueses metropolitanos que eram designados para se mudarem para o arquipélago e governar segundo as determinações de Portugal. Os intelectuais já não disputavam espaços políticos e administrativos com agentes externos após a Independência, mas disputavam os espaços de poder internamente. Uma vez que Cabo Verde constituía-se como Estado soberano, as disputas que passaram a ocorrer entre os grupos letrados em relação às instâncias de poder exteriores ao arquipélago foram reconfiguradas pela própria reconfiguração das relações entre o país e estas instâncias de poder internacionais (ONU, OUA), que já não poderiam ditar as ações governativas, mas poderiam apenas influenciá-las.

O debate sobre as línguas portuguesa e caboverdiana no período pós-independência reflete, ainda, as políticas lingüísticas *em vitro* no sentido de ter como argumento central a identidade nacional, a cabo-verdianidade. Formuladas por atores que assumem diferentes posições sócio-culturais e políticas, há elaborações discursivas que engendram especificidades em relação à(s) identidade(s) nacional(is), refletindo o embate sócio-político travado na sociedade cabo-verdiana. A configuração dos debates como projeção dos embates sócio-políticos e culturais de uma sociedade não é uma especificidade de Cabo Verde, mas é uma característica geral dos debates sobre as línguas. No debate caboverdiano, como em outros países, estão em jogo também elaborações de discursos sobre a identidade nacional e posições políticas de governação (quem são os atores mais habilitados, que melhor conhecem a realidade cabo-verdiana, para governar). (Blommaert, 1999).

5.1. As políticas lingüísticas no debate sobre identidade cultural e identidade nacional

Para analisarmos o debate sobre as línguas no período pós-Independência, selecionamos textos publicados na *Revista Cultura*¹⁰⁷, no mesmo período em que foram empreendidas importantes ações de políticas lingüísticas *in vitro* em Cabo Verde: a promulgação do Decreto-Lei nº. 67/98 (que aprovou a título experimental o Alfabeto unificado para a Escrita da Língua Cabo-Verdiana – ALUPEC), a reformulação da Constituição da República (1999) (que determinou que o caboverdiano fosse uma língua oficial em construção) e a exposição dos objetivos relativos à questão lingüística no Programa do Governo (exercício de 2001/ 2005).

À publicação de *Cultura* antecedem as publicações de *Raízes e Ponto & Vírgula*, revistas que se dedicaram à cultura cabo-verdiana, com publicação de textos literários, ensaios de cunho histórico, sociológico e do campo da

¹⁰⁷ Assim como no terceiro capítulo de nosso estudo, não analisaremos textos literários (poéticos ou em prosa), mas focalizaremos apenas artigos e ensaios produzidos pelos intelectuais cabo-verdianos.

antropologia, crítica literária e estudos lingüísticos. A *Revista Raízes* (1977) teve a colaboração de intelectuais com tendências socioculturais e políticas distintas e, por vezes, divergentes, que já haviam publicado nas revistas *Claridade*, *Certeza*, *Suplemento Cultural* e *Séló*. Ao contribuírem com textos para a revista *Raízes*, esses intelectuais estavam “unidos pelo ideal comum que da revista é signo: uma condição cabo-verdiana, africana e de cidadania do Mundo; uma autenticidade nascida da liberdade dessa condição; uma independência assente nas comuns RAÍZES” (França, apud. Ferreira, 1987, p. 86).

Segundo Ferreira (1987), eram temas constantes dos textos publicados na revista *Raízes* a revolução e a reconstrução nacional. Esses temas integraram as condições para a revista desempenhar a função à qual se havia proposto: “A sua (da revista) função tem sido¹⁰⁸ a de aprofundamento da *cabo-verdianidade* nas múltiplas e mais diversas vias: não só na ficção e na poesia como também na história social e econômica, na investigação e na crítica literária, onde (...) aportam os nomes de Dulce de Almada para os problemas do ensino e da problemática da integração das línguas nacionais; (...)” (p. 87).

O cenário cultural de Cabo Verde contou, na década de 80, não apenas com a publicação de *Raízes*; em Mindelo (Ilha de São Vicente, onde se produziram também as revistas *Claridade* e *Certeza*), era publicada também a *Revista Ponto & Vírgula*, que também veiculava poesia, ficção e artigos sobre a história, a situação sócio-econômica, a língua e a cultura de Cabo Verde. Essa revista, segundo Ferreira, alimentava-se de “vários dotes: vivacidade, variedade, humor crítico, satírico, a um tempo a seriedade e a alegria dentro da vida” (idem., p. 88). Tanto em *Raízes* quanto em *Ponto & Vírgula* foram publicados textos sobre a língua caboverdiana, promovendo entre os intelectuais do novo Estado de Cabo Verde o debate sobre as línguas portuguesa e caboverdiana. Esse debate teve espaço também no *Jornal Voz di Povo*, que era produzido sob a guarda do Estado. No ano de 1986, vários artigos do jornal dedicaram-se a esse debate, com escritores favoráveis e contrários à oficialização da língua caboverdiana, expondo seus pontos de vista e seus argumentos.

¹⁰⁸ Quando Ferreira escreveu o texto, a Revista *Raízes* ainda estava em circulação e, no quinto ano de existência, havia publicado 20 números.

Por haver publicações de outros textos que constituem o debate acerca das línguas em Cabo Verde após a independência, convém assinalarmos que a escolha do debate produzido na revista *Cultura* deveu-se ao período de sua publicação (concomitância com políticas *in vitro*) e ao fato de ser uma “Revista de Investigação Cultural e de Pensamento”, do Ministério da Cultura, portanto, ligada à esfera de produção das políticas *in vitro*. O editorial do primeiro número da revista afirma que a proposta de *Cultura* é tratar de “diversas questões de índole sócio-cultural que enformam, configuram e desafiam o Homem, neste caso, o Cabo-Verdiano e que demarcam a sua vivência a um tempo de ilhéu e do mundo”. Abordando também a configuração no homem cabo-verdiano, o primeiro artigo, intitulado “Cabo Verde – Povo, Cultura, Identidade Cultural”, escrito pela historiadora Elisa Andrade, indica aos leitores que a identidade cabo-verdiana será um dos temas recorrentes a serem discutidos pelos colaboradores da revista.

O artigo de E.Andrade aponta para a necessidade de questionamento dos discursos formulados sobre a identidade cabo-verdiana e de elaboração de novos discursos que consigam apreender a cabo-verdianidade que se forjava a partir da independência. A autora posiciona-se perante um debate instaurado na sociedade e, especialmente, dentre os intelectuais cabo-verdianos:

“Contrariamente ao que muitos estudiosos da cultura cabo-verdiana vêm afirmando, estamos ainda, vinte e dois anos após a ascensão do nosso país à soberania nacional, confrontamo-nos com problemas relativos à identidade cabo-verdiana: somos ou não somos africanos? Não somos nem europeus; nem africanos? Negros de alma branca ou de “pele negra máscara branca” (para os negros cabo-verdianos)? Ou simplesmente mutantes, seres caracterizados por um *hibridismo de conduta* que, como disse Baltazar Lopes da Silva, pode revelar não sermos *nem peixe nem carne...*?”(Andrade, 1997, *Cultura*, nº. 1, p. 7)

E. Andrade retoma os discursos de diferentes atores sociais (especialmente os veiculados pela revista *Clareza*) sobre a identidade cabo-verdiana, colocando-os em questão e propondo a abertura do debate sobre essa identidade. A africanidade, que caracterizara o movimento de libertação de Cabo Verde, parece não ser consenso entre aqueles que definem a cabo-verdianidade. Tampouco é consenso que essa identidade se defina pela negação das heranças africanas e européias ou pelo cruzamento das duas. Partindo do questionamento

desses diferentes discursos, E. Andrade procura responder às perguntas que apresenta definindo os conceitos de “povo, identidade, identidade cultural, identidade nacional, espaço territorial...” (Andrade, op. cit.).

Antes, porém, de dedicar-se à construção de seus argumentos à moda da academia, E. Andrade expõe seu pressuposto básico, sua “profunda certeza”: “sou negra, sou africana”! Com essa afirmação, a autora indica a linha argumentativa que a orienta: a cabo-verdianidade pressupõe a africanidade. A negação que alguns intelectuais têm insistido em apresentar dessa “certeza” é, segundo a historiadora, fruto da política assimilacionista e da dominação colonial: “Efectivamente a assunção da africanidade não é ainda uma realidade no nosso país. O problema põe-se, tanto ao nível da elite como de uma significativa fracção da população cabo-verdiana que não conseguiu escapar-se aos efeitos nefastos da ideologia colonial portuguesa” (Andrade, 1997, p. 16).

No bojo de uma cabo-verdianidade africana, a língua caboverdiana é o elemento unificador, que “apesar da diversidade de pronúncia de cada ilha e da maior ou menor predominância do léxico de origem portuguesa, constitui um idioma comum a todas as ilhas e a quase todas as classes ou camadas sociais” (Andrade, 1997, p. 14). O discurso de E. Andrade indica que a língua caboverdiana une as ilhas e os grupos sociais. Essa união resulta do fato de “o colonizador não ter conseguido impor a sua língua no seu relacionamento com o escravo”; decorre, portanto, de uma ação contra a dominação portuguesa, que pode ser aproximada da luta de libertação nacional.

A aproximação entre a língua caboverdiana e a luta de libertação (que é uma interpretação nossa do texto de E. Andrade) deve-se à argumentação final da autora, de que a adesão à África representa um *desenvolvimento* “inequívoco do pensamento e acção de muitos cabo-verdianos (...) em particular, Amílcar Cabral, que colocou a problemática da identidade cultural cabo-verdiana não só como um caso de afirmação de especificidade africana, mas ainda como fundamento mesmo da luta de libertação nacional” (Andrade, 1997, p. 17). A cabo-verdianidade é, para a historiadora, marcada pela manutenção da herança

africana, a qual viabilizou e fundamentou a constituição da soberania nacional de Cabo Verde.

As heranças africanas, presentes na língua e na cultura cabo-verdianas, representam a resistência contra a dominação cultural “(...) apesar da política de assimilação praticada pelas autoridades coloniais, no sentido de manter a supremacia portuguesa, a despeito da repressão sistemática das manifestações culturais africanas, consideradas primitivas e pagãs (...)”. A língua caboverdiana, como espaço de resistência e manutenção da herança africana, “tornou-se, não só um instrumento através do qual se exprime o pensamento discursivo do povo cabo-verdiano, mas também uma *oralitura*, sobretudo no que se refere às formas poéticas e musicais de Santiago” (Andrade, 1997, p. 14).

Ao afirmar que a língua cabo-verdiana não pode ser vista apenas como “instrumento da expressão do pensamento”, E. Andrade aponta no seu texto para um diálogo com Amílcar Cabral e nega o discurso sobre as línguas elaborado por esse autor: enquanto que para o militante a língua é um instrumento neutro da comunicação, para a historiadora a língua é um espaço de resistência e, como tal, um elemento da identidade cultural cabo-verdiana “como manifestação de uma regionalidade africana”. (Andrade, 1997, p. 17).

O texto de E. Andrade indica que a construção da identidade cabo-verdiana pós-Independência, retomando a elaboração da identidade cultural forjada pelos militantes, volta-se para criação de um espaço político em que é empreendido o embate contra a dominação colonial (e social) e um espaço de demarcação da diferença em relação ao outro/ex-dominador. No discurso militante ainda no período colonial, esse embate se dá pela apropriação crítica da herança cultural deixada tanto pelo colonizador (cultura escolar, dominante) quanto pela herança africana, a qual pode ser apreendida na cultura popular (menos influenciada pela cultura escolar). A língua caboverdiana, como elemento da cultura popular, deve ser instrumentalizada para, posteriormente, ser posta em uso nas mesmas situações que a língua portuguesa (a única herança positiva deixada pelos portugueses), que deve ser a língua da educação, do desenvolvimento social, do progresso, da ciência.

O discurso de E. Andrade reformula o papel da língua caboverdiana na constituição da identidade cabo-verdiana. A identidade pós-Independência mantém o caráter combativo contra a dominação, mas a língua caboverdiana deixa de ser associada à cultura popular no sentido de tradicional, não apta ao progresso, para ser valorizada como o espaço da resistência cultural. A construção do discurso a respeito da língua caboverdiana como espaço de resistência à dominação cultural colonial pode ser remetida ao I Colóquio sobre a Problemática do Crioulo, em que foi atribuído a essa língua o papel de “reduto da resistência¹⁰⁹”. Nesse sentido, o discurso sobre identidade de E. Andrade no âmbito dos debates sobre as línguas no período pós-Independência agrega um novo valor à língua caboverdiana – a língua emerge como lugar da herança cultural africana que não pôde ser dominado e que revela a resistência africana contra a assimilação e a dominação colonial na identidade caboverdiana.

Dulce Almada Duarte, lingüista e militante na luta de libertação de Cabo Verde, analisando a relação entre literatura e identidade, aponta no sentido de que a identidade cabo-verdiana, que deve ser expressa pelos literatos como indicação da sintonia entre esses e os grupos populares, caracteriza-se pelo encontro de heranças culturais europeias e africanas. Segundo Duarte, no texto intitulado “Literatura e Identidade: Uma Abordagem Sociocultural”, publicado no segundo número da revista *Cultura*, as heranças europeias foram reconhecidas e valorizadas pelos movimentos literários nativista e claridoso, que ajudaram a construir a identidade cabo-verdiana no período colonial. Entretanto, as heranças africanas foram assumidas apenas quando integraram o projeto da independência de Cabo Verde. Assim como E. Andrade, Duarte atribui a dificuldade de reconhecer e assumir essas heranças à política assimilacionista colonial portuguesa e relaciona o reconhecimento das heranças africanas à luta de libertação.

“Na medida em que a assimilação representava a rejeição da herança cultural africana – a única que era posta em causa pela potência colonial -, para que o homem cabo-verdiano, culturalmente herdeiro da África e da Europa, pudesse assumir integralmente as duas componentes da sua cultura, teria de começar pela descolonização dos fundamentos históricos da

¹⁰⁹ Discurso proferido pelo então Ministro da Educação e da Cultura (em 1979), Carlos Reis.

sua identidade. Daí o “retorno às fontes” de que fala Amílcar Cabral (...). A assunção de tal cabo-verdianidade constituiu, por si só, a subscrição de um projeto político de luta pela independência.” (Duarte, 1998, *Cultura*, N.º. 2, p. 15)

Duarte, diferentemente de E.Andrade, não atribui às heranças africanas o espaço da resistência à dominação colonial, mas indica que “a consciência de uma identidade própria, distinta da do colonizador” teve essas heranças como “objecto da distinção” reconhecido apenas na geração da luta de libertação. A geração, denominada em nosso trabalho de “militante” (capítulo 3), rejeitou a aculturação colonial e construiu, a partir da consciência política face à dominação, o discurso acerca da identidade nacional cabo-verdiana.

Segundo Duarte, embora a africanidade tenha sido usada na composição da identidade cabo-verdiana apenas no período da luta de resistência colonial em função da consciência nacional dos militantes, os elementos constitutivos da identidade cabo-verdiana teriam sido identificados já no movimento literário da revista *Claridade*. “Assim, ao darem um passo decisivo para a passagem da identidade individual à identidade nacional, os escritores da “Claridade” rasgaram o caminho que conduziria em Cabo Verde à contestação colonial”.(Duarte, 1998, p. 14). O passo a que se refere Duarte consistiu em os claridosos afirmarem uma pertença a uma nação¹¹⁰, por meio da valorização do “crioulo cabo-verdiano” como língua nacional, o que, segundo a lingüista, apontaria para o carácter nacionalista do movimento claridoso.

“Tudo leva a crer, com efeito, que a idéia de nação tenha estado subjacente a toda a reflexão dos escritores da década de 30 sobre a realidade cabo-verdiana e tenha presidido, portanto, à concepção desse projecto literário feito manifesto que foi “Claridade”. Além do acento posto na cabo-verdianidade

¹¹⁰ A interpretação do movimento claridoso feito por Dulce Almada Duarte distingue daquela realizada por Anjos (2002) e Fernandes (2002, 2005), pois, para esses sociólogos, a filiação nacional do grupo claridoso estava na Nação-Império portuguesa e não na nação cabo-verdiana. Duarte indica que a lealdade e a pertença nacional dos claridosos estavam voltados para a nação cabo-verdiana. Parece-nos que a análise de Duarte não leva em consideração o fato de que a valorização do folclore e da língua, que caracterizaria uma ação do nacionalismo do grupo, não implicou o rompimento com a nação portuguesa, mas a especificidade regionalista da cabo-verdianidade no contexto daquela nação. Assim, entendemos que a perspectiva da lingüista de que os claridosos tenham formulado uma identidade nacional propriamente cabo-verdiana fundamenta-se em um engano no seu pressuposto de análise, sendo mais apropriadas as análises de Anjos (op. cit.) e Fernandes (op. cit.). Além disso, como indicamos no capítulo 3 de nosso trabalho, a afirmação da língua caboverdiana realizada pelos claridosos baseava-se na perspectiva de que essa língua refletira uma descendência portuguesa da língua e o carácter português da cultura dos ilhéus.

e da preocupação com a recolha do folclore, bastará, para o demonstrar, atentar na valorização da língua nacional – o crioulo cabo-verdiano –, promovida, na revista, desde seu primeiro número. (...) A ênfase dada à língua não é casual. É sabido que a língua é um dos factores essenciais da identidade de um povo, talvez o mais importante entre eles. Prova disso é que (...) a língua (...) se tornou, “ipso facto” o meio privilegiado de exprimir a identidade, isto é, de interpretar o espírito da nação.” (Duarte, 1998, pp. 13-14)

A valorização da língua é compreendida por Duarte como uma ação nacionalista, porque a língua consiste em expressão da “visão de mundo” de um povo. Nesse sentido, a língua seria o espaço privilegiado de identificação entre elite letrada e povo cabo-verdiano, de modo que, ao valorizar o “crioulo”, os claridosos estivessem expressando sua identificação com a visão de mundo do povo cabo-verdiano. A perspectiva de Duarte, em diálogo com a perspectiva de Amílcar Cabral sobre a língua, aponta para a discordância da lingüista de que a língua seria apenas instrumento de comunicação. Mais que a possibilidade de comunicação entre falantes, para Duarte, a língua é o lugar da impressão/fixação e veiculação da cultura de um povo. Assim sendo, a língua não poderia ser concebida como um instrumento neutro (como proposto por A. Cabral). Entendemos que Duarte, assim como a historiadora E. Andrade, ao propor uma perspectiva de língua distinta daquela enunciada por Cabral, promove uma reformulação dos papéis atribuídos à língua caboverdiana na constituição da identidade nacional no período pós-Independência.

5.2. O debate sobre as línguas nos discursos dos intelectuais sobre as línguas e/ou as políticas lingüísticas

Além dos debates sobre as línguas empreendidos no bojo de discussões sobre a identidade cabo-verdiana, como as que observamos nos textos de Elisa Andrade e Dulce Almada Duarte, diferentes atores sociais debateram sobre as línguas caboverdiana e portuguesa em textos nos quais o foco recaía sobre as línguas ou sobre as políticas lingüísticas *in vitro* efetuadas no período pós-independência.

No número primeiro da revista *Cultura*, além do texto de E. Andrade sobre a identidade cabo-verdiana, o debate sobre as línguas é construído no texto de Manuel Veiga, lingüista cabo-verdiano e um dos principais atores no desenvolvimento das políticas lingüísticas em Cabo Verde. No texto intitulado “A construção do bilingüismo”, Veiga apresenta uma proposta de plano para execução de uma política lingüística voltada para o bilingüismo. A construção de uma sociedade bilíngüe em Cabo Verde, segundo o lingüista, consistiria em as línguas portuguesa e caboverdiana terem igual estatuto oficial e os mesmos usos e funções, assim “(...) a política lingüística, sem descurar o ensino de *línguas importantes para o concerto das nações, como é o caso do inglês e do francês*, deve apostar seriamente na *transformação do português*, que já é língua oficial, em *língua nacional em construção*, e na *transformação progressiva do crioulo em língua oficial*”. (Veiga, 1997, *Cultura*, nº. 1, p. 62). (grifos meus)

Argumentando em favor da atribuição de igual estatuto às duas línguas, o autor afirma que a sociedade cabo-verdiana vive uma situação de diglossia, em que a língua portuguesa (como língua de prestígio) está presente nos espaços da administração, da justiça, da educação e da mídia, e a língua caboverdiana fica excluída desses espaços (com “estatuto pouco prestigiante”, embora sendo a “língua do quotidiano informal, língua nacional e materna” (Veiga, 1997, p. 62)). Veiga aponta que a diglossia em Cabo Verde revela-se pela seguinte situação sociolingüística: a língua portuguesa é a língua de uma pequena elite, e a caboverdiana é a língua das “massas, da comunidade, da família, do amor, da afetividade, da tradição, da simbologia ambiental, do quotidiano comunitário”. (Idem, p. 60)

O estatuto pouco prestigiante da língua caboverdiana decorre, para Veiga, da falta de normatização dessa língua, a qual “não possui ainda nem alfabeto nem escrita oficialmente reconhecida; não é ensinado de forma sistemática nem tão-pouco constitui língua literária, suficientemente representativa” (Veiga, 1997, p. 58). Visando a reverter esse quadro, algumas das propostas de ações que o autor apresenta para serem efetuadas pelo governo referem-se à elaboração e experimentação do alfabeto (ALUPEC, que foi instituído

oficialmente, a título experimental, no ano seguinte, 1998) e à standardização da língua. Nas propostas de Veiga, essa standardização recobriria as variedades regionais da língua caboverdiana, de modo que seriam padronizadas em separado as variedades do Norte, com referência na variedade falada em São Vicente, e do Sul, com referência na fala de Santiago. A língua caboverdiana, devidamente aparelhada, poderia então ser oficializada.

Além da instrumentalização da língua com o alfabeto e a standardização (que implicaria na confecção de gramáticas e dicionários), Veiga propõe como ações da política lingüística¹¹¹: promover o uso da língua e a sua valorização; “estimular a criatividade literária; (...) permitir o uso escrito do crioulo na administração; (...) promover a formação de professores; (...) dinamizar a preparação de material didático para o núcleo Norte e para o núcleo Sul” (Veiga, 1997, p. 64).

As políticas lingüísticas relativas à língua caboverdiana, segundo recomendações do autor, deveriam ser realizadas em etapas num período de 10 anos (1997-2007): 1. formação de técnicos (lingüistas) e elaboração da padronização; 2. oficialização, a título experimental, do alfabeto ALUPEC; 3. preparação de material didático e ensino (piloto) da língua; 5. balanço do ensino piloto; 6. “oficialização definitiva do crioulo (prevista para 2007)”. (Veiga, 1997, p. 65).

Em relação à língua portuguesa, as políticas lingüísticas consistiriam em: 1. implementar o ensino de português com metodologia de ensino de segunda língua; 2. democratizar o ensino e “valorizar o estatuto do professorado”; e 3. “finalmente, se um dia ele [o português] chegar a conquistar o estatuto de língua de língua nacional e materna” (Veiga, 1997, p. 64), introduzir a metodologia de ensino de língua primeira.

A execução das ações recomendadas pelo lingüista Manuel Veiga promoveria a construção do bilingüismo efetivo em Cabo Verde, de modo a reverter o quadro diglósico que caracteriza essa sociedade. A necessidade de

¹¹¹ A maior parte das ações propostas por Manuel Veiga recupera os encaminhamentos sugeridos como resultado do I Colóquio sobre a Problemática do Crioulo nos textos das moções, citadas no capítulo anterior de nosso trabalho.

transformação da situação sociolingüística de diglossia vivida pelo país deve-se, segundo o autor, ao fato de a sociedade cabo-verdiana não poder prescindir dessas línguas, pois o português, oficial, desempenha a função de língua internacional e garante a integração “cultural, económica, social e tecnológica” de Cabo Verde no mundo; a língua caboverdiana, nacional, por sua vez, desempenha a função da integração nacional. Veiga ressalta os papéis atribuídos às línguas caracterizados pela díade nacional/internacional, respectivamente, caboverdiano/português, e defende que a política lingüística vise a construir o bilingüismo em Cabo Verde:

“Pela importância do crioulo, como suporte identitário e instrumento insubstituível para a integração no todo nacional; pela importância do português como suporte de uma parte da visão de mundo que temos e como instrumento eficaz quer para o diálogo intercultural, quer para a integração de Cabo Verde na comunidade internacional, a situação lingüística que melhor servirá ao país será aquela onde o bilingüismo é um dado real e não uma simples miragem.” (Veiga, 1997, p. 62)

O lingüista Veiga recorre a essa mesma linha argumentativa em outro texto, intitulado “Implementação do ALUPEC”, publicado no segundo número da revista *Cultura*: “Se é certo que o português é parte importante do nosso patrimônio e através dele lemos o mundo e realizamos a nossa *integração internacional*, o crioulo, por sua vez, não só é elemento e suporte fundamental da nossa mundividência, como ainda é sobretudo através dele que realizamos a nossa *integração nacional*.” (Veiga, 1998, *Cultura*, Nº. 2, p. 95) (grifos meus)

Se no texto publicado no primeiro número da revista o autor apresenta uma proposta voltada para a construção do bilingüismo detalhando as etapas e as ações a serem executadas, no texto publicado no segundo número o autor ocupa-se do detalhamento de uma das propostas apresentadas no texto anterior: a aprovação e implementação a título experimental do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano (ALUPEC).

Por ser uma das ações da política *in vitro* para a construção do bilingüismo, a implementação do ALUPEC, segundo Veiga, é “uma das primeiras condições para a oficialização do crioulo”, a qual visa a “elevar o crioulo, progressivamente, ao estatuto oficial, conferindo-lhe, desse modo, a faculdade de

poder desempenhar dentro do país todas as funções de comunicação formal: na administração, na escrita, no ensino, na justiça, na saúde, na literatura, no mass-média...”. (Veiga, 1998, p. 95)

Em seu texto, o lingüista apresenta considerações técnicas sobre o alfabeto proposto e explica as possibilidades de serem organizadas escritas/alfabetos de base etimológica, fonológica e fonêmica. O autor explicita que o ALUPEC é um alfabeto fonológico na função e etimológico na representação de algumas letras, de modo que “cada letra ou dígrafo só tem uma única função, ou seja, um único som.” (Veiga, 1998, p. 96). Veiga argumenta que essa escolha “não só torna a escrita funcional e econômica como também evita erros de ortografia.” (idem, p. 97).

Além dos fatores técnicos envolvidos na implementação do ALUPEC, o autor explicita o papel sócio-político desempenhado pelo alfabeto: “passa a ser uma espécie de *símbolo nacional*, devendo ser respeitado e utilizado por todos”. (Veiga, 1998, p. 97). Ao atribuir ao alfabeto a função de simbolização da nação, o autor leva-nos a recuperar a diáde nacional/internacional sob a qual fundamenta suas propostas de políticas lingüística: a língua é associada ao seu papel de integração nacional e, concomitantemente, o alfabeto é associado tanto à nacionalização – viabilizando a escrita, a padronização e, conseqüentemente, a oficialização da língua de integração nacional – quanto à internacionalização, distinguindo as nações entre si pelo sistema alfabético adotado.

Para finalizar seu texto, Veiga explicita ao governo os objetivos do grupo letrado que representa, argumentando que a reivindicação do grupo coincide com os objetivos do governo:

- “(…) o que se pretende, na linha, aliás, do Plano do Governo¹¹², é o seguinte:
- Determinar, por diploma legal, de suficiente dignidade constitucional, o uso experimental do ALUPEC, por período de cinco anos, e em conformidade com a “Proposta de Base do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano”;
 - Criar uma Comissão de Divulgação, de Seguimento e de Avaliação, ou revitalizar a “Comissão de Padronização” para esse mesmo efeito;

¹¹² No texto “A construção do Bilingüismo”, Veiga afirma que o Programa de Governo para o Quinquênio 96/2001 propõe como objetivos do Estado no que se referem às políticas lingüísticas: “a oficialização de um alfabeto a título experimental como ainda a oficialização do crioulo como uma meta a tingir”. (Veiga, 1997, Cultura, Nº 1, p. 62)

- Analisar, no termo dos cinco anos de experiência, a avaliação da Comissão e respectiva proposta;
- No seguimento da análise feita e das ilações tiradas, agir em consequência: instruir, mandar aperfeiçoar ou substituir.” (Veiga, 1998, p. 97).

As propostas apresentadas pelo lingüista nos textos publicados na revista *Cultura* remetem-nos a algumas das ações *in vitro* apresentadas no capítulo anterior de nosso trabalho, indicando a atuação política desse ator social em relação ao Estado como agente habilitado a apresentar propostas e mediar as ações do Estado na concretização das políticas lingüísticas: o I Colóquio sobre a Problemática do Crioulo apontara a necessidade de instrumentar a língua caboverdiana, provendo-lhe de um sistema de escrita e de gramáticas e dicionários; o Decreto-Lei nº. 67/98 determinou a aprovação e implementação do ALUPEC a título experimental e definiu as ações a serem empreendidas na política lingüística *in vitro*. Pode-se observar que alguns dos encaminhamentos propostos pelo I Colóquio (do qual Veiga participara já na condição de lingüista formado, portanto como técnico habilitado a propor e direcionar ações de políticas lingüísticas) e delineados exclusivamente pelo lingüista Veiga nos textos publicados na revista *Cultura* estão enunciados no referido decreto-lei.

O papel de mediação entre lingüista/Estado/sociedade é observável por meio de outro aspecto: a utilização da revista *Cultura* como espaço de negociação entre Estado e outros atores sociais. Considerando que essa revista é produzida com o apoio do Ministério da Cultura, portanto, apoiada por um dos órgãos envolvidos na elaboração e implementação de políticas lingüísticas, os textos publicados na revista compõem uma rede de discursos oficiais e não-oficiais que se entrecruzam, e faz emergir as questões que estão em debate entre Estados e cidadãos. No âmbito dessa rede discursiva, pode-se inferir que o conhecimento lingüístico confere ao lingüista, no espaço da revista, autoridade para desempenhar o papel de mediador entre Estado e sociedade na apresentação de propostas e na construção de argumentos relativas às políticas *in vitro* a serem empreendidas pelo Estado. O papel do lingüista no empreendimento de políticas visa a estabelecer a mediação tanto em relação às necessidades sociais e as

reivindicações em favor da sociedade feitas ao Estado quanto em relação às demandas do Estado no processo de conquista da adesão dos cidadãos às políticas efetuadas. A revista pode ser concebida como esse espaço de debate e, ao mesmo tempo, de mediação se tivermos em perspectiva o fato de as elites letradas cabo-verdianas se afirmarem, em grande parte, como mediadoras entre as instâncias de poder (estatal e/ou econômico) e a sociedade.

Como arena de debate (e embate) entre Estado e diferentes atores sociais, a revista configura-se como espaço em que são publicados textos cuja posição política aproxima-se ou distancia-se daquela visão assumida pelo Estado. O artigo de Mario Fonseca, intitulado “Padronização do Alfabeto: sua importância (Defesa da Língua Caboverdiana, do Bilingüismo e do Multilingüismo)”, publicado no segundo número de *Cultura*, reflete o caráter de arena de debate da revista. Propondo-se responder à pergunta “por que não dispomos nós até hoje de um alfabeto oficial do Crioulo?”, Fonseca desenvolve seu texto de modo a afirmar que a definição de um alfabeto está ligada à identidade nacional, a qual, por sua vez, está relacionada às diretrizes políticas que orientam a governação. (ver trecho do texto citado na forma de epígrafe no presente capítulo de nosso trabalho.). O autor define o lugar de onde fala ao construir seu texto:

“A resposta a essa complexa pergunta, e a que vamos tentar dar é apenas a nossa opinião de não-especialista e de cidadão empenhado na procura de uma adequada e justa solução à confusa, ridícula e insustentável situação lingüística que prevalece neste país que quisemos soberano porque culturalmente apto a afirmar-se como comunidade autônoma no seio das comunidades humanas.” (Fonseca, 1998, *Cultura*, N^o. 2, p. 100)

A delimitação de sua condição e lugar social na elaboração do texto (de discursos sobre as línguas) estabelece uma distinção entre o autor (não-especialista) e o lingüista (especialista), cujo texto “Implementação do ALUPEC” precede o texto de Fonseca. Ao delimitar a diferença, esse autor coloca-se na situação de quem reivindica ao Estado um posicionamento em relação à implementação do alfabeto e em relação à situação lingüística da sociedade (mais que mediação, seu texto pretende expor reivindicação). O autor atribui autoridade ao seu discurso a partir da retomada de sua história: ao afirmar “quisemos soberanos”, Fonseca traz para o debate sua história à frente de um dos partidos

(UPICV) que disputava com o PAIGC a condição de mediador internacional na negociação da independência de Cabo Verde e a condição de grupo social habilitado a governar o país no pós-independência. Dessa forma, o autor também delimita sua posição em relação ao governo do Estado e aponta o teor de suas críticas ao governo: mais que reivindicações por políticas lingüísticas, o autor está questionando a capacidade política de o governo manter a soberania de Cabo Verde. Interligando língua, identidade e política, Fonseca constrói sua argumentação em favor do ALUPEC e da soberania nacional de Cabo Verde.

“O questionamento político aberto ou sub-reptício da nossa soberania tem encontrado sustento numa situação de *confusão lingüística, cultural e política* que autoriza todas as audácias por parte daqueles que não hesitariam em trocar a nossa independência relativa mas real por um “prato de lentilhas”¹¹³. (p. 103) (...) “Dentro deste contexto, a importância do Crioulo não pode, de modo algum, ser subestimado. *Daí a necessidade absoluta da fixação, estabelecimento e adopção quanto antes de um alfabeto padronizado.* A questão do alfabeto e da sua padronização, que é afinal uma questão *global e política*, que poderia ser intitulada “a questão lingüística”, não pode ser encarada sem se ter em conta a totalidade do nosso dever e do nosso “background” sócio-económico e histórico-cultural” (Fonseca, 1998, pp. 103-104)(grifos meus)

Referindo-se ao grupo no poder do Estado, Fonseca indica que a soberania do país está sendo negociada em troca da ajuda financeira, que se caracteriza, na realidade, como dependência econômica. Essa dependência, associada à falta de identidade nacional e à falta de direção política, ameaça a soberania de Cabo Verde. Nesse contexto de fragilidade política do país, a padronização do alfabeto viabilizaria a afirmação da identidade nacional, pois lançaria luzes sobre a história (a dominação colonial e o encontro cultural de europeus e africanos) e sobre o futuro (afirmação da soberania nacional) do país, de modo a afastar uma certa tendência da sociedade e da liderança política à aceitação da posição de dominado. A subserviência cabo-verdiana teria suas origens no passado colonial.

¹¹³ O autor faz referência à narrativa bíblica dos irmãos Esaú e Jacó, em que Esaú (o primogênito) troca a bênção do pai e o direito de receber maior parte na herança paterna, ou seja, o direito de primogenitura, por um prato de lentilhas a lhe ser dado pelo irmão caçula, Abel, porque tinha muita fome. O autor compara a dependência econômica e sua contraparte, a subserviência política, à entrega da herança para suprir necessidades mais imediatas. “A dependência econômica (...) não cria as bases para a plena afirmação da personalidade nacional caboverdiana (...)” (p. 105)

O autor indica que a política assimilacionista portuguesa fez com que muitos cabo-verdianos minimizassem a língua caboverdiana e supervalorizassem a portuguesa, como forma de tentar branquear e europeizar a cultura caboverdiana “em detrimento das suas facetas de origem africana e até a questionar a pertinência do nosso estatuto de país soberano.” (p. 101). A negação das facetas africanas implica em negar a cultura nacional e a língua que a representa, que teria elementos da cultura europeia e da africana. Essa negação, por sua vez, consistiria na negação da própria condição de país soberano, independente. Nesse sentido, afirma Fonseca:

“Se admitirmos que a única base real que justifique a existência de um estado soberano em Cabo Verde é a existência de uma Cultura Nacional, se admitirmos ainda que um dos suportes principais dessa cultura é o Crioulo, torna-se evidente que mantê-lo na situação em que se encontra é um “non sense”, tanto do ponto de vista cultural/educacional como do ponto de vista político.(...)” (Fonseca, 1998, p. 101)

Apontando como “non sense” o menosprezo atribuído à língua caboverdiana, o autor indica que há necessidade de oficialização dessa língua tanto com o objetivo de reverter essa situação quanto com o intuito de criar um quadro sociolingüístico de bilingüismo e multilingüismo em Cabo Verde, de modo a reverter a situação de diglossia que caracteriza, segundo o autor, a sociedade caboverdiana. Com vistas ao bilingüismo e ao multilingüismo, Fonseca apresenta sua proposta de política lingüística:

“A normatização lingüística, neste país, passa pela liquidação a prazo da actual situação de diglossia, *pela utilização gradual do Crioulo no ensino, pela sua utilização imediata nos meios de comunicação escritos e áudio-visuais, por uma progressiva interiorização da Língua Portuguesa* (que também faz parte da nossa herança cultural, ao fim e ao cabo) pelas massas Caboverdianas, o que só acontecerá, cremos nós, quando o Crioulo ocupar o lugar que é o seu na nossa sociedade, e pela efectivação de um bilingüismo e/ou multilingüismo são porque descomplexados e exercendo-se num contexto político de clara afirmação e confirmação na nossa soberania que vá de par com uma abertura igualmente descomplexada mas crítica em direção às culturas e aos povos de todos os quadrantes.” (Fonseca, 1998, p. 102) (grifos meus)

A proposta apresentada por Fonseca aponta para a promoção imediata da língua caboverdiana nos meios de comunicação social. Tal promoção rearranjaria os lugares de usos das línguas portuguesa e caboverdiana e garantiria a

esta os efetivos usos sociais. A promoção da escrita da língua caboverdiana sairia dos espaços em que circulam predominantemente as elites locais e entraria na vida da sociedade. Dessa forma, estaria garantida a afirmação da cultura nacional. Essa cultura, se presente nos espaços de comunicação social, permitiria que o alfabeto se configurasse concomitantemente, em relação aos caboverdianos, como símbolo da unidade nacional e, em relação ao Outro (internacional), como símbolo da soberania nacional, revertendo não apenas a situação de diglossia mas também a situação de submissão aos organismos internacionais. Para que o alfabeto desempenhe essa função, o autor afirma que se deve adotar um alfabeto distinto daquele usado pela língua portuguesa.

“Para muitos nacionais que, no fundo, se contentariam de um estatuto de vassalagem política para Cabo Verde, um alfabeto do Crioulo que não seja uma cópia decalcómana do alfabeto português é pura aberração tecnocrática e uma ruptura com a “nossa” tradição. Ora, é sabido que na relação Crioulo/Português é o primeiro que se deve (dado o parentesco) defender para não perecer. Isso significa que o alfabeto a ser adoptado deve permitir uma DIFERENCIAÇÃO VISUAL imediata, não podendo pois por essa razão e por diversas outras que têm a ver com a estrutura profunda do Crioulo, ser a cópia do alfabeto da Língua Portuguesa.” (Fonseca, 1998, p. 102)

A diferenciação visual do alfabeto proposta pelo autor visa a assegurar a soberania nacional, demarcando interna e externamente a língua e, conseqüentemente, a cultura e a nação. O discurso de Fonseca remete-nos, assim, para a inter-relação entre língua/cultura/nação que está na base do nacionalismo popular e que, usado contra o Estado, poderia promover reconfigurações de lealdades e sentimentos de pertença. O debate sobre as línguas configura-se, assim, como espaço em que ideologias emergem e competem por influência social, sendo a ideologia da língua entrecruzada por ideologias sociais, culturais e políticas e sendo um instrumento dessas outras ideologias. No caso do debate sobre a língua em Cabo Verde, uma das ideologias que sempre se faz presente é a do nacionalismo. Observamos, portanto, que o debate sobre as línguas incide sobre o foco das políticas lingüísticas *in vitro* propostas e implementadas pelo Estado.

CONCLUSÃO

Ao explicitarmos as políticas lingüísticas empreendidas em Cabo Verde, procuramos verificar a construção sócio-histórica de relações entre as línguas e, conseqüentemente, entre os falantes, a sociedade. Dessa forma, nosso trabalho foi elaborado em função de um eixo histórico e focalizou ações e textos paradigmáticos das políticas lingüísticas produzidos em determinados momentos históricos.

Observamos que, desde as políticas coloniais, à língua portuguesa tem sido atribuído o prestígio de ser a língua da modernidade e do acesso aos bens culturais valorizados nos estratos mais altos da sociedade. A língua caboverdiana, por sua vez, tem sido menosprezada, ora como uma “corruptela” da língua portuguesa, ora como dialeto inferior dessa língua, ora como língua das tradições incapaz de dizer os conteúdos da modernidade e do desenvolvimento. As heranças dessas ideologias sobre as línguas deixadas no período colonial ressoam ainda hoje na sociedade cabo-verdiana, de modo que sua valorização tem sido recorrentemente associada à necessidade de reverter as influências da política assimilacionista colonial.

No período pós-Independência, os discursos assimilacionista e militante confrontam-se na construção da identidade nacional; e o debate sobre as línguas – compreendidos como ações políticas dos atores sociais, que configuram políticas lingüísticas *in vivo* – e as políticas lingüísticas *in vitro* refletem esses discursos e dialogam com eles. Para além das respostas aos discursos e às demandas internos, as políticas lingüísticas *in vivo* e *in vitro* visam a responder demandas externas, como a adequação a orientações da UNESCO em relação ao ensino em língua materna. Tanto nas relações com o exterior quanto com o interior, essas políticas fundamentam-se no nacionalismo, na unidade e identidade nacional.

As políticas *in vitro* no período pós-Independência têm se voltado para a unidade e para a identidade nacional. Essas políticas constituíram a língua caboverdiana como o instrumento e símbolo da unidade e a relacionaram à

tradição e a parte da identidade. Também constituíram a língua portuguesa como parte da identidade nacional e a associaram à modernidade e ao desenvolvimento. Nesse sentido, a língua caboverdiana é a língua nacional, e a portuguesa é a internacional. As políticas mais recentes têm procurado introduzir as línguas inglesa e francesa, visando à globalização. Nosso trabalho não explorou as relações entre as línguas da globalização e as línguas da unidade e identidade nacional. Entendemos que este estudo, ainda a ser feito, pode lançar luzes sobre as relações local/global em Cabo Verde.

As políticas *in vivo* no período pós-Independência constituem-se como ações de atores sociais que se posicionam como mediadores entre Estado e sociedade, reafirmando a identidade e unidade nacional e, também, reivindicando transformações políticas. Esses atores se estabelecem como agentes de transformação em relação à ideologia das línguas pela promoção do debate que procura dissociar a língua caboverdiana da visão de atraso e retardo e colocá-la como condição de desenvolvimento e da soberania nacional. A língua portuguesa permanece, nas propostas desses atores, como parte constitutiva da história e da identidade cabo-verdianas, mas com igual status que a língua nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre. Um ideal monolíngüe. (Trad. de Tânia de Alkmin). In: VERMES, G. & BOUTET, J. **Multilingüismo**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.
- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Poder ilustrado e elite letrada no império ultramarino português: interesses compartilhados. In: **X Encontro Regional de História** – ANPUH-RJ. História e Biografias – UERJ, 2002.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de. **História do colonialismo português em África: cronologia séc. XV – séc. XVIII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- AMARAL, Manuel Marques Abrantes. Discurso de S. Exa. o Ministro do Ultramar. In: **Boletim Geral do Ultramar**, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, v. XXIX, n. 340, 1953.
- ANDERSON. Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. (Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira). São Paulo: Ática, 1989 [1983].
- ANDRADE, Elisa. Cabo Verde: povo, cultura, identidade cultural. In: **Revista Cultura**, Cabo Verde, ano 1, n. 1, 1997.
- ANJOS, José C. Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional**. Porto Alegre (Brasil): UFRGS/IFCH: Praia (Cabo Verde): INIPC, 2002.
- _____. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, nº 3, p. 579-606, 2003.
- _____. “A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional”. In: **Etnográfica - Revista do Centro de Estudo de Antropologia Social**, Lisboa, Vol. VIII (2), 2004, pp. 273-295.
- BAKER, Colin. **Fundamentos de educación bilingüe y bilingüismo**. (Trad. de Ángel Alonso-Cortés). Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.
- BAMGBOSE, Ayo. Language planning in West Africa. In: **International Journal of the Sociology of Language**, Berlin/ New York/ Amsterdam, v. 141, p. 101-117, 2000.

BARBOSA, Pablo. Saberes Antropológicos e práticas coloniais em Portugal entre 1933 e 1974. In: **Revista História em Reflexão**: Vol. 2, n. 4, Dourados: UFGD, jul/dez, 2008.

BLOMMAERT, Jan. The debate is open. In: BLOMMAERT, Jan. (Ed.) **Language Ideological Debates**. Berlin – New York: Mouton de Gruyter, 1999.

_____. Language Planning as a Discourse on Language and Society: The Linguistic Ideology of a Scholarly Tradition. In: **Language Problems and Language Planning**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, Amsterdam Vol. 20, n. 3, Fall 1996.

BOGDAN, Michael. The law of the Republic of Cape Verde after 25 years of independence. In: **Journal of African Law**, London, Published by Oxford University Press for The School of Oriental and African Studies, 44, 2000.

BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS. Vol. I, Nº 2, Lisboa, 1925. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt>

BORGES, José dos Reis. O Seminário-Liceu da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde. In: Boletim Geral das Colónias, Lisboa, Nº. 45, Março, 1929.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª Ed. (Trad. de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. (Trad. de Sergio Miceli et al.). São Paulo: Perspectiva, 2004.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta I: A Arma da Teoria**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2002 [1993].

_____. **Lingüística y colonialismo: Breve tratado de glotofagia**. (Trad. de Luciano Padilla López). Buenos aires: Fondo de Cultura Económica, 2005 [1974].

_____. **As políticas linguísticas**. (Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno). São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAMACHO, Brito. Política colonial. In: **Cadernos Coloniais**, Lisboa, n. 26, 1936.

CANIATO, Benilde Justo. **Percursos pela África e por Macau**. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2005

CARREIRA, António. **Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações**. Lisboa, Ulmeiro, 1977.

_____. **O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

CASEMIRO, Augusto. **Ilhas Crioulas**. Lisboa: Ed. Cosmos, 1935. Cadernos Coloniais.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Estado Absoluto e ensino nas Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794), na Tese de Áurea Adão (1997). In: **História da Educação**, ASPH/FaE/Upel, Pleotas, v. 12, n. 25, pp. 209-234, Maio/Ago, 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

CHILCOTE, Ronald H. **Emerging Nationalism in Portuguese Africa Documents**. Stanford: California: Hoover Institution Press, s/d.

CORREA, Alves. Missões religiosas portuguesas. In: **Cadernos Coloniais**, Lisboa: Editorial Cosmos, n. 31, 1936.

DECROSSE, Anne. Um mito histórico, a língua materna. (Trad. de Tânia Alkmin). In: VERMES, G. & BOUTET, J. **Multilingüismo**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.

DIAS, Juliana Braz. "Modelos crioulos de organização familiar em Cabo Verde" *Papia*/11. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DUARTE, Dulce Almada. Literatura e identidade: uma abordagem sociocultural. In: **Revista Cultura**, Cabo Verde, ano 2, n. 2, 1998.

FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo, Parábola Editorial, 2001.

FERGUSON, Charles A. Diglossia. In: FONSECA, Maria S. V. da & NEVES, Moema F. (Orgs.). **Sociolingüística**. Ed. Eldorado, 1973.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

_____. **Cabo Verde: Formações discursivas (trans)nacionalistas de uma sociedade crioula politicamente sitiada**. Florianópolis: UFSC, 2005. (Tese de Doutorado)

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **O fim de uma era: o colonialismo português em África**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1977.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A aventura crioula ou Cabo Verde: uma síntese étnica e cultural**. Lisboa : Editora Ulisseia, [1967]

FISHMAN, Joshua. **Sociología del lenguaje**. 4^a Ed. (Trad. de Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno). Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

_____. The relationship between Micro- and Macro-Sociolinguistics in the Study of Who Speaks What Language to Whom and When. In: PRIDE, J. B. & HOLMES, Janet (eds.). **Sociolinguistics: Selected Readings**. Middx: Penguin Books, 1979 (2 Ed.)

_____. **Language and Nationalism: Two Integrative Essays**. Rowley, Massachusetts: Newbury House Publishers, 1975.

_____. Sociologia da linguagem. (Trad. de Álvaro Cabral). In: FONSECA, Maria Stella Vieira e NEVES, Moema Facure (org.). **Sociolingüística**. São Paulo: Eldorado, 1974.

_____. The impact of nationalism on language planning. In: RUBIN, Joan & JERNUDD, Björn H. (Ed.). **Can language be planned? Sociolinguistic theory and practice for developing nations**. Honolulu: University Press of Hawaii, 1971.

FONSECA, Mário. Padronização do alfabeto: sua importância. (A defesa da língua cabo-verdiana, do bilingüismo e do multilingüismo). In: **Revista Cultura**, Cabo Verde, ano 2, n. 2, 1998.

FURTADO, Claudio Alves. **Gênes e (Re)Produção das Classes Dirigentes em Cabo Verde: Uma Contribuição para o seu estudo**. São Paulo, 1994. 315 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FUSTER, Emili B. & MORENO, F. X. V. **Sociolingüística de la lengua catalana**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

GRAÇA, Pedro Borges. Fundamentos culturais dos países africanos lusófonos. O legado colonial. In: **Africana**, Porto: Univ. Portucalense, 1997.

HAMEL, Rainer Enrique. El conflicto lingüístico en una siutación de diglosia.. In: CRUZ, Héctor Muñoz (Ed.). **Funciones sociales y conciencia del language: Estudios sociolingüísticos en México**. Xalapa (México): Univerdidad Veracruzana, 1987. pp. 13-44

- _____. La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, Eni P. **Política Lingüística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988. pp. 41-73
- _____. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. In: **Revista Iztapalapa**, Ano 13, nº 29, (Enero-Junio, 1993) pp. 5-39
- HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos. **Norma Lingüística**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade**. 3^a Ed. (Trad. De Maria Celia e Anna Maria Quirino). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1990].
- HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. **Os filhos da terra do sol**. São Paulo, 1993. 244f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais (Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.
- IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JANZEN, Henrique Evaldo. **O Ateneu e Jakob von Gunten: um diálogo intercultural possível**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Língua e literatura alemã). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- JAUARÁ, Manuel. **Análise do processo de transição democrática na África Lusófona: o caso de Guiné-Bissau**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- KREMnitz, Georg. Du “bilinguisme” au “conflit linguistique” – cheminement de termes et de concepts. In: **Languages**. 61 (mars 1981), pp. 53-63.
- LARA, António de Sousa. **Colonização moderna e descolonização – sumários para o estudo da sua história**. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.
- LIMA, Antonio Germano. “Eugénio Tavares: contribuição para a investigação histórico-cultural da sociedade cabo-verdiana.” (Texto apresentado em uma comunicação no Instituto superior de Educação, de Cabo Verde, em 27 de outubro de 2005.) Disponível em: <http://transcv.blogspot.com/2006/12/eugnio-tavares-contribuio-para.html>

- LOBBAN, Richard A. **Cape Verde: Crioulo Colony to Independent Nation**. Westview Press, 1995.
- LOPES, Baltazar. Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdinao. In: **Estudos, Ensaios e Documentos**, n. 32, s/d.
- LUCAS, Maria Manuela. A idéia de colonial em Portugal (1875-1914). In: **Revista de História das Idéias**, Coimbra, Faculdade de Letras, v. 14, 1992.
- MARIANO, Gabriel. **Cultura caboverdeana – ensaios**. Lisboa: Vega, 1991.
- MATTELART, Armand & NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A língua e a fé: origens da escolarização em língua portuguesa no império luso. In: **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo: Humanitas, n. 6, 2004.
- MONIZ, Elias Alfama. **Africanidades e eurocentrismos em pelejas culturais e educacionais no fazer-se histórico do Cabo Verde**. São Paulo: PUC-SP, 2007. (Tese de Doutorado).
- MONTEIRO, Felix. (org.) **Eugénio Tavares pelos jornais...** Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1997.
- MONTEIRO, Júlio. Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdinao. In: **Estudos, Ensaios e Documentos**, n. 32, s/d.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. Prólogo. In: SILVA, Baltazar Lopes. **O dialecto crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.
- PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA/ CABRAL, Amílcar. **O que quer nosso partido?** Disponível em: http://www.fmsoares.pt/arquivo_biblioteca/Dossier01/documentos/4518.037/1.jpg Acessado em: 16/06/05
- PEREIRA, Carlos Lopes. “A Voz de Cabo Verde”. In: **África : Literatura. Arte. Cultura** / dir. Manuel Ferreira. - Lisboa : África Editora, Lda. - n. 14 (1979), pp. 27-44.
- PENNYCOOK, Alastair. Mother tongues, governmentality, and protectionism. In: **International Journal of the Sociology of Language**, Germany, 154, 2002.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil & LOPES DA SILVA, Fábio (orgs.). **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- RODRIGUES, Sarmiento. Discurso de S. Exa. o Ministro do Ultramar. In: **Boletim Geral do Ultramar**, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, v. XXIX, n. 340, 1953.
- ROMAINE, Suzanne. **Bilingualism**. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- SAFRAN, William. "Politics and language in contemporary France: facing supranational and infranational challenges". In: **International Journal of the Sociology of Language**, Germany, 137 (1999), pp 39-66.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Between prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism, and inter-identity. In: **Luso-Brazilian Review**, University of Wisconsin, 39/2, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In. **Tempo Social - Revista de Sociologia**, USP, São Paulo, 5 (1-2), 1993.
- SEALEY, Alison & CARTER, Bob. Social Categories and sociolinguistics: applying a realist approach. In: **International Journal of Sociology of Language**. 152 (2001), pp 1-19.
- SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da argumentação lingüística. In: BAGNO, Marcos. (org.). **Lingüística da norma**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- SILVA, Adriano Duarte. A instrução pública em Cabo Verde. In: **Boletim da Agência Geral das Colónias**. Lisboa, Ano 5, Nº. 45, Março, 1929.
- SILVA, Jaime F. da & GUNNEWIEK, Klein. Portuguese and Brazilian efforts to spread Portuguese. In: **International Journal of the Sociology of Language**, Germany, 95, 1992.
- SPENCER, John. Colonial Language Policies and their Legacies in Sub-saharian Africa. In: FISHMAN, Joshua A. **Advances in Language Planning**. Paris: Mouton, 1974.
- TARALLO, F. & ALKMIM, T. **Falares crioulos: Línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987.
- TAVARES, Eugénio. Língua de pretos. In: MONTEIRO, Félix (recolha, org. e prefácio). **Eugénio Tavares – pelos jornais**. Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1997 [Texto original publicado em *O Manduco*, n. 11, jan. de 1924].
- TELO, Antonio José. As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. In: **Revista História das Idéias**. Lisboa, Vol 16, 1994

WALD, Paul. Língua materna produto de caracterização social. (Trad. de Tânia Alkmin). In: VERMES, G. & BOUTET, J. **Multilingüismo**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRANCO, Luiza K. A. C.. **Historicidade e sentidos: a palavra *crioulo* nos discursos sobre a língua de Cabo Verde**. Niterói: RJ: UFF, 2007. (Dissertação de Mestrado)

COONAN, Patrick J. **The Language Debate in Cap Verde**. Ohio: Center for International Studies of Ohio University, 2007. (Dissertação de Mestrado)

CUNHA, Celso. **Língua, Nação, Alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. (Coleção Logos)

DEJEAN, Yves. Na overview of the language situation in Haiti. **International Journal of the Sociology of Language**, Berlin/ New York/ Amsterdam, v. 102, p. 73-83, 1993.

FIRMINO, Gregório. **A “Questão Linguística” na África Pós-Colonial: O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique**. Maputo: Texto Editores, 2006.

FISHMAN, Joshua A. Language Planning and Language Planning Research. In: FISHMAN, Joshua A. **Advances in Language Planning**. Paris: Mouuton, 1974.

GONSALVES, Georgette E. Language Policy and Education Reform: The Case of Cape Verdean. In: WALSH, Catherine E. (Ed.). **Education reform and social change: multicultural voices, truggles and visions**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

HAUGEN, Einar. Lingüística y Planificación Idiomática. In: GARVIN, Paul. L. & SUÁREZ, Yolanda L. de. **Antología de estudios de etnolingüística y sociolingüística**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1974.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: os bastidores da independência**. 2ª Ed. Cidade da Praia (Cabo Verde): Spleen Edições, 2002.

- MONIZ, Elias Alfama. Percalços do ensino colonial em Cabo Verde: século XVI aos anos 40 do século XX. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 3, n. 1, dez. 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>
- SANCHES, Maria de Fátima F. Lopes. **Atitude de alguns cabo-verdianos perante a sua língua materna**. Praia (Cabo Verde), s/d. 55f. Monografia (Licenciatura em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses) – Instituto Superior de Educação.
- SANTOS, Carlos Pinto, Anticolonialista em Lisboa. **A Semana**, Cabo Verde, 03 set. 2004. 80 anos de Amílcar Cabral, pp. 12-13.
- SANTOS, Eduardo. **A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa**. Lisboa: Editorial Minerva, 1975.
- SILVA, Baltazar Lopes. **O dialecto crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.
- TEIXEIRA, Maria A. E. Tavares. **Para lidar com a diglossia: uma proposta de currículo**. Praia, s/d. 24f. Monografia.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. “O bom povo português”: usos e costumes d’aquém e d’além-mar”. In: **MANA** 7(1): 55-87, 2001.
- TELO, Antonio José. As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. **Revista de História das Idéias**. Lisboa, v. 16, pp. 347-369, 1994.
- TORGAL, Luis Reis. Salazarismo, Alemanha e Europa: Discursos políticos e culturais. In: **Revista de História das Idéias**, Lisboa, Vol. 16, 1994
- VEIGA, Manuel. **O caboverdiano em 45 lições: Estudo sociolingüístico e gramatical**. Praia (Cabo Verde): INIC, 2002.
- VEIGA, Manuel. **A construção do bilinguismo**. Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.
- VILELA, Mario. “Reflecting on Language Policy in African Countries with Portuguese as an Official Language”. In: **Currente Issues in Language Planning**, Vol. 3, N. 3, 2002, pp. 306-316.